

Gisele Toassa, Tatiana Machiavelli Carmo Souza, Divino de Jesus da Silva Rodrigues (org.)

PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E DESIGUALDADE SOCIAL: DO PENSAMENTO À PRAXIS





Conselho Editorial da Editora da Imprensa Universitária (*iU)

Coordenação Editorial – Conselho Editorial

Alice Maria Araújo Ferreira (UnB)

David Maciel (UFG)

Divina Aparecida Anunciação Vilhalba

Fernando de Freitas Fernandes (UFG)

Joana Plaza Pinto (UFG)

João Pires (UFG)

Julyana Aleixo Fragoso (UFG)

Maria Lucia Kons (UFG)

Pamora Mariz Silva de F. Cordeiro (PUC-Goiás)

Renan Nunes Leles (UFG)

Salustiano Álvarez Gómez (PUC-Minas)

Tadeu Pereira Alencar Arrais (UFG)

Tathiana Rodrigues Salgado (UEG)



Universidade Federal de Goiás

Reitor: *Edward Madureira Brasil*

Vice-Reitora: *Sandramara Matias Chaves*

Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis

Gisele Toassa
Tatiana Machiavelli Carmo Souza
Divino de Jesus da Silva Rodrigues
(organizadores)



Editora Imprensa Universitária

*iU

© Editora Imprensa Universitária, 2019.
© Gisele Toassa, Tatiana Machiavelli Carmo Souza, Divino de Jesus
da Silva Rodrigues (org), 2019

Capa e Editoração Eletrônica: Jolyana Aleixo Fragoso



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GPT/BC/UFG

P974 Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis.
[Ebook]/ organizadores, Gisele Toassa, Tatiana Machiavelli
Carmo Souza, Divino de Jesus da Silva Rodrigues. - Goiânia:
Editora da Imprensa Universitária, 2019.

338 p.: il.;

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG)

Inclui referências.

ISBN (Ebook): 978-85-93380-64-8

1. Psicologia social. 2. Política pública – aspectos sociais.
3. Educação. I. Toassa, Gisele. II. Souza, Tatiana Machiavelli Carmo.
III. Rodrigues, Divino de Jesus da Silva.

CDU: 316.6:177.5

Bibliotecária responsável: Adriana P. Aguiar / CRB1: 3172

Sumário

- 8 APRESENTAÇÃO**
Gisele Toassa
Tatiana Machiavelli Carmo Souza
Divino de Jesus da Silva Rodrigues
- 19 Eixo 1: Desigualdade social e psicologia:
questões de participação social e política**
- 20 A SUBJETIVIDADE REVOLUCIONÁRIA:
QUESTÕES PSICOSSOCIAIS EM CONTEXTO
DE DESIGUALDADE SOCIAL**
Bader Burihan Sawaia
Daniele Nunes Henrique Silva
- 42 CRISE DO CAPITAL E AGRAVAMENTO DA
DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL**
Ivanete Salete Boschetti
- 58 O ESTADO E A SOCIEDADE ENTRE REALIDADES
NEGOCIADAS: O CASO DE ATIVISTAS E
GESTORES DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO**
Frederico Viana Machado
Dinaê Espíndola Martins
Lisiane Bôer Possa
- 86 “VOTO SIM PELA MINHA FAMÍLIA!”:
PSICOLOGIA SOCIAL E A CONJUNTURA ATUAL
NO BRASIL**
Antonio Euzébios Filho

- 106 Eixo 2: História, teoria e método: novas fronteiras
- 107 **UMA DEFINIÇÃO INDEFINIDA: CONTRIBUIÇÕES RECENTES AO CONCEITO DE VIVÊNCIA NA PSICOLOGIA VIGOTSKIANA**
Gisele Toassa
- 134 **AS IDADES DA VIDA: CRIANÇA NA OBRA DE VIGOTSKI**
Divino de Jesus da Silva Rodrigues
Rosana Carneiro Tavares
Sônia Margarida Gomes Sousa
Ivana Oriente
- 159 **CONDIÇÃO DE REFUGIADO: ESTUDOS SOBRE REFÚGIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SUJEITO SOCIAL**
Francisca Bezerra de Souza
Luciane Pinho de Almeida
- 185 **A CLÍNICA NA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: UMA ABORDAGEM DIALÉTICA**
Edna Maria Severino Peters Kahhale
Jeferson Renato Montreozol
- 206 **UMA REFLEXÃO SOBRE RELAÇÕES FAMILIARES DA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA**
Maria Irene Ferreira Lima Neta
Edna Maria Peters Kahhale
- 235 Eixo 3: Pesquisa implicada e políticas públicas
- 226 **PESQUISA IMPLICADA EM SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA PARTICIPANTE E DA HERMÊNUTICA**
Carlos Roberto de Castro e Silva
Danilo de Miranda Anhas

- 245** **“TERRITÓRIO EM MOVIMENTO”:
EXPERIÊNCIAS EM TORNO DE OFICINAS DE
FOTOGRAFIA**
Kátia Maheirie
Ângela Slongo Benetti
Fernanda Lopes
Luísa Evangelista Vieira Prudêncio
Tatiana Minchoni
Manoel Mayer Jr.
Caio Cezar Cardoso Nascimento
- 268** **SALA DE ESPERA: FORMAÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO DE MODOS DE EXISTIR**
Eliane Regina Pereira
Barbara Maria Turci
Beatriz Zocal da Silva
Samantha Pires Oliveira Freitas Pedrosa
Ana Laura Batista
- 286** **CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS
INFÂNCIAS NO BRASIL: ANÁLISE DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS**
Adélia Augusta Souto de Oliveira
Livia Teixeira Canuto
- 305** **VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA
PERSPECTIVA DE PROFESSORES DO ENSINO
SUPERIOR**
Nayra Daniane Mendonça
Tatiana Machiavelli Carmo Souza
- 330** **Sobre os autores**

APRESENTAÇÃO

Gisele Toassa

Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Divino de Jesus da Silva Rodrigues

Há mais de trinta anos publicava-se o livro *Psicologia social: o homem em movimento* (CODO; LANE, 1984), gestado ainda no seio da ditadura civil-militar que assolou nosso país. Essa publicação simboliza a articulação de parte das forças de esquerda que lutavam, por meio da produção da pesquisa em psicologia, por mais direitos civis, políticos e sociais; pela plena realização da democracia; pela redução ou eliminação do abismo social entre ricos e pobres. Relatando pesquisas que se desenvolviam desde os anos 1970, o livro documenta a articulação de um novo referencial: o da psicologia sócio-histórica, sinônimo de psicologia crítica, politizada, eticamente engajada, entre outros atributos.

Em uma das músicas-símbolo daquele tempo, *Cálise*, Chico Buarque e Gilberto Gil (1978) expressavam o *pathos* da atmosfera política: calar-se; fechar-se; coisificar-se. Esse sofrimento se acompanhava de uma demanda tímida, mais que modesta – em verdade, ínfima, mínima, demanda dos que não tinham vez nem voz; a demanda de *ser escutado*:

Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
(BUARQUE; GIL, 1978)

Em meio a tanta “mentira e força bruta”, os artistas evocavam o imperativo de falar a quem escutasse. Esse homérico silêncio engendrado pela violência de Estado também se impunha à profissão cujo carro-chefe, em nosso país, era a escuta individual, praticada em contextos privados: a psicologia. Quase ausente do espaço público (no qual se proibia a simples aglomeração de pessoas), a psicologia, como ciência e profissão, começava

a escutar o sofrimento para além dos indivíduos que o falavam, passando a percebê-lo como dor social. Engajada nos movimentos sociais, no sofrimento das populações mais pobres, percebia também as camadas históricas de exploração, de desigualdade, de opressão. Escutando, os psicólogos e psicólogas corroboravam o pressuposto de Vigotski (1931/1995) – um dos autores que balizariam a nascente psicologia sócio-histórica – acerca da constituição histórica da conduta. Referindo-se à relação entre história individual e social desse processo, afirma o autor: “O indivíduo em sua conduta manifesta em forma cristalizada diversas fases de desenvolvimento já acabadas. Os múltiplos planos genéticos do indivíduo, que incluem capas de distinta antiguidade, conferem-lhe uma estrutura sumamente complexa” (1995, p. 68).

A psicologia buscava-se saber do *social e histórico*. A reflexão acumulada sobre a psicologia europeia e estadunidense em sua teoria e prática e o engajamento com a esquerda católica e os movimentos socialistas não só do Brasil, mas da América Latina como um todo, garantiam o desenvolvimento de uma nova psicologia que seria “nativa” de nosso continente (DANZIGER, 2006)¹. O estudo de temas como tomada de consciência, processo grupal, relações comunitárias, entre outros, afirmava a identidade da psicologia sócio-histórica frente à ditadura militar e sua posição crítica no decorrer do longo processo de transição para a democracia. Com isso, popularizava-se o conceito de *práxis* como modo de agir coletivo permeado por um movimento de ação-reflexão-ação, caracterizado pela horizontalidade das trocas sociais. A “*práxis*” opõe-se às meras “*práticas*” em psicologia ao pressupor a indissociabilidade entre processo e produto da ação, buscando a transformação social por meio de um convite à ação comum.

O desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão, em conexão com o das entidades da área e do sistema de pós-graduação no Brasil,

1 O desenvolvimento de “psicologias nativas” (no inglês: “indigenization”) consiste no processo de introdução de ideias, métodos e práticas psicológicas em países distintos daqueles nos quais se originaram. Para Danziger (2006), essa introdução sempre se adapta ao novo contexto, havendo a priorização de certos aspectos em detrimento de outros, além de reinterpretações e distorções próprias da cultura do país no qual ela ocorre.

vem se dando em relação com o da própria psicologia sócio-histórica. Em 2002, agregaram-se pesquisadores cuja trajetória fazia-se de uma formação/atuação nesta perspectiva, criando o Grupo de Trabalho: “A Psicologia Sócio-Histórica e o Contexto Brasileiro de Desigualdade Social” (GT PSOH), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP)². Esse grupo, ao longo dos anos, vem buscando divulgar suas pesquisas por meio da realização de eventos e publicações coletivas diversas. Suas produções revelam como a psicologia sócio-histórica abraça novos temas e toma espaço nas políticas públicas, mudanças importantes que se mostram tanto no presente livro quanto em outras publicações que efetivou.

A presente coletânea teve origem na segunda edição do Colóquio do GT PSOH “Psicologia Sócio-Histórica e o Contexto Brasileiro: Interdisciplinaridade e Transformação Social”, realizado em 06 e 07 de Abril de 2017, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Para sua efetivação, envolveram-se os Programas de Pós-graduação em Psicologia da PUC e também o da Universidade Federal de Goiás (UFG)³. Além de duas palestras sobre o tema da desigualdade social, cuja versão escrita apresentamos nesta coletânea³, os membros do GT realizaram 12 comunicações. A maioria delas resultou nos capítulos que ora apresentamos, distribuindo-se nos eixos temáticos: Desigualdade social e psicologia: questões de participação social e política; História, teoria e método: novas fronteiras; Pesquisa implicada e políticas públicas.

O eixo “Desigualdade social e psicologia: questões de participação social e política” abre-se com o texto correspondente à palestra de Bader Burihan Sawia, escrito em coautoria com Daniele Nunes Henrique Silva. As autoras refletem acerca da subjetividade e das questões psicossociais

2 O GT é composto por vinte e dois docentes permanentes, quase todos vinculados a programas de pós-graduação e provenientes de dezessete instituições em onze estados do território brasileiro, totalizando quatro regiões, além de nove membros convidados, dentre pesquisadores e doutorandos que desenvolvem investigações em torno da desigualdade social no contexto da realidade brasileira.

3 Contemplado com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), o evento contou, no primeiro dia, com duas conferências abertas ao público (656 registros de presença, entre profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação em psicologia).

em contexto de desigualdade social, apontando que os fenômenos sociais, incluindo a desigualdade, são psicossociais e se configuram na dialética objetividade/subjetividade. No presente capítulo, tal concepção é desenvolvida com base na ideia de que a luta pela emancipação é uma dimensão irreprimível do humano. Assume-se a análise gnosiológica a partir da psicologia sócio-histórica de vertente marxista, afirmando a determinação social a partir da compreensão de que a passagem do social ao psicológico é um processo dialético, mediado pela imaginação, um ato criativo, e que, portanto, liberdade e determinação não são excludentes. Completa a análise, a partir da filosofia de Espinosa, afirmando a ideia de sujeito da potência de ação, em uma totalidade sem hierarquia e distinção entre o social e o individual, o corpo e a mente, razão e emoção.

Em seguida, Ivanete Salete Boschetti discorre acerca da crise do capital e o agravamento da desigualdade social no Brasil, em texto que resulta de sua palestra no II Colóquio. Partindo da discussão sobre o conceito de crise como processo intrínseco ao capitalismo, a autora aponta os elementos sócio-históricos que consolidam o sistema e, ao mesmo tempo, incidem no esfacelamento do Estado, repercutindo nas políticas públicas sociais. Ao historicizar as crises do capital com base na perspectiva marxista, o texto revela a atual dinâmica de transformação na composição das classes sociais e a ampliação de movimentos específicos de defesa dos direitos sociais, políticos e humanos. Dessa forma, partindo de distintos pontos de vista – político-institucional, das estruturas sociais, cultural e ideológico – procura apreender as tendências mundiais das contrarreformas das políticas sociais e suas implicações para o acirramento da desigualdade social.

Os autores Frederico Viana Machado, Dinaê Espíndola Martins e Lislaine Bôer Possa partem das contribuições de Jacques Rancière para atribuir sentido à diversidade dos discursos de ativistas de movimentos sociais e de agentes do Estado envolvidos na gestão e operacionalização de políticas educacionais de Porto Alegre, RS. Apresentam a importância do conceito de “subjetivação política” nos espaços estatais, conceito este que descreve a produção de atos e enunciações antes desconhecidos em certo

campo da experiência. Os autores concluem que, no processo de subjetivação política, revelam-se tensões entre ativistas *vs.* agentes do estado, embora ambos se queixem do afastamento entre o “sujeito institucional” (imerso no cotidiano estatal) e o sujeito social (implicado na vida social, nas comunidades, na sociedade como um todo). Os resultados mostram que a percepção de um “insulamento” das instituições educacionais em si próprias contrasta com a fluidez do trânsito dos ativistas, trânsito este que se dá entre temas, repertórios e espaços sócio-políticos diversos.

Encerrando esse primeiro eixo do livro, Antonio Euzébios Filho, alicerçando-se em Martín-Baró, Paulo Freire, André Singer, Silvia Lane e Bader Sawaia, analisa o discurso conservador enunciado na votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, em 2016. Como base de tal discurso, o autor descreve a coalizão entre burguesia, proletariado e classes médias engendrada pelo Partido dos Trabalhadores, bem como a dramática perda de sustentação deste evidenciada no decorrer do Golpe de Estado de 2016. Observando que a ideia de “psicossocial” engloba um processo contínuo de múltiplas determinações, Euzébios Filho defende o valor de conceitos como consciência e ideologia no suporte ao novo contexto de polarização política entre o conservadorismo do “Voto sim pela minha família!” e os movimentos sociais que não têm se calado no Brasil pós-golpe.

O eixo “História, teoria e método: novas fronteiras” inicia-se com o texto de Gisele Toassa, que trata da utilização do conceito vigotskiano de vivência (*perejivânie*) em distintos campos do saber, especialmente na psicologia e na educação. Apresenta o resultado de uma pesquisa sobre a produção teórica, brasileira e internacional, acerca de tal conceito, partindo de sua própria tese de doutorado: “Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico-cultural”. Alguns outros autores estudados são Veresov, Achilles Delari Júnior e Boris Gurievitch Meshcheriakov, entre outras referências do campo da história da psicologia. Os resultados mostram como as vivências constituem-se em uma “definição indefinida”, havendo pontos fortes e fracos na conceituação proposta por

diversos autores, a partir dos quais a autora delinea aspectos importantes para a compreensão e utilização do conceito em uma psicologia crítica.

Em seguida, os autores Divino de Jesus da Silva Rodrigues, Ivana Oriente, Rosana Carneiro Tavares e Sônia Margarida Gomes Sousa, apresentam um recorte da pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Infância, Família e Sociedade da PUC Goiás, cujo objetivo foi apreender as categorias infância e adolescência em obras vigotskianas, com o texto “As Idades da Vida e a Afetividade na Obra de Vigotski e sua apropriação na Produção da Pós-Graduação em Psicologia”. O capítulo aponta que o ato de investigar infância e adolescência nas obras de Vigotski acaba revelando que o autor rompe com a visão mecânica e biologizante predominante em sua época. Ademais, traz à tona que o processo de desenvolvimento da criança e adolescente não é apenas natural e/ou biológico, mas produto histórico-dialético da sociedade; que o estudo da infância e da adolescência é uma possibilidade de compreender o ser humano e o processo de constituição de sua subjetividade, inserido em uma realidade concreta, afetado continuamente por seu contexto e suas relações.

A contribuição seguinte é o texto de Francisca Bezerra de Souza e Luciane Pinho de Almeida. As autoras problematizam os deslocamentos humanos como uma nova questão político-social em nosso país tomando em consideração um fenômeno recente, o do aumento do número de refugiados no Brasil. Francisca e Luciane baseiam-se em estatísticas para problematizar os estudos sobre refúgio e suas implicações para o sujeito social na perspectiva do materialismo histórico-dialético. Frente ao desafio de desenhar novas políticas para os refugiados, o texto aborda a condição deles como sujeitos de direitos – de acesso ao trabalho, saúde, educação, moradia, dentre outros. Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, as autoras procuram compreender essa realidade em seu constante movimento, determinantes sociais, singularidades e contradições. Neste sentido, propõem a escuta psicossocial como processo tanto de conhecimento – necessário à formulação de políticas públicas – quanto de reconhecimento da importância da experiência social do sujeito refugiado.

Em seguida, Edna Maria Severino Peters Kahhale e Jeferson Renato Montreozol tematizam a constituição de uma clínica na psicologia sócio-histórica a partir da noção de *clínica ampliada* da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS (PNH). Essa modalidade de atendimento procura aumentar a autonomia do usuário do serviço de saúde, da família e também da comunidade, catalisadora para a articulação de diferentes enfoques e disciplinas. Os autores recuperam contribuições de clássicos da teoria marxista (como Kosík, Vázquez e Lukács, entre outros) ao propor a necessidade de compreensão das intervinculações e interdependências entre singular-particular-universal no processo de constituição da relação indivíduo/sociedade. Como mediador(a), o(a) psicólogo(a) proporcionaria aos sujeitos a gradual decodificação do seu mundo, a compreensão dos mecanismos que o oprimem e desumanizam; que alienam sua consciência e mistificam tais situações como naturais. Desvelar-se-ia, assim, uma consciência crítica frente à realidade, conduzindo a novas práxis e, conseqüentemente, novas formas de consciência e relação social, avanço significativo da pesquisa em psicologia conquistada por uma escuta social e política do sofrimento da população dependente do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ainda neste eixo, Maria Irene Ferreira Lima Neta e Edna Maria Severino Peters Kahhale apresentam uma reflexão acerca das relações familiares a partir da psicologia sócio-histórica, alicerçando-se nos pressupostos delineados por Dessen, Bruschini, Martín-Baró, González-Rey, entre outros, além da definição de família para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do projeto de lei nº 6583/2013 que dispõe sobre o Estatuto da Família. As autoras defendem, ao longo do texto, a existência de várias configurações de família e ressaltam que a constituição de uma família não necessita de ligações consanguíneas – e deve sob esse prisma que se introduz o estudo da família para a psicologia. Em conclusão, as autoras apontam que as relações familiares sob a ótica da psicologia sócio-histórica podem ser pensadas como relações tanto construtivas quanto destrutivas, como também formas de transição dialética entre ambas as configurações.

No eixo “Pesquisa implicada e políticas públicas”, nossa coletânea reafirma a identidade da psicologia sócio-histórica brasileira ao problematizar mudanças sociais e trazer novas experiências/conhecimentos para o âmbito das políticas públicas. Nesta direção, temos intercâmbios e retratos das formas mais recentes de opressão, como demonstram Carlos Roberto de Castro e Silva Danilo Miranda Anhas no texto “Pesquisa implicada em saúde: contribuições da pesquisa participante e da hermenêutica”. Os autores recorrem à Hermenêutica da Profundidade de Thompson ao desenvolver uma pesquisa implicada, cujo objetivo foi investigar e desenvolver a potência de ação de agentes comunitários de saúde (ACSs) que atuam na Estratégia de Saúde da Família com uma comunidade vulnerável do município de Cubatão. Ao imergir em um cotidiano no qual o tráfico regula as relações sociais, reproduzindo as diversas formas de violência estrutural da sociedade brasileira (a desigualdade de classe, cor e escolaridade, entre outras), Castro-Silva e Anhas trazem-nos retratos dignos do “Cálice” do *rapper* Criolo, na famosa releitura deste sobre a canção original de Chico Buarque e Gilberto Gil:

Como ir pro trabalho sem levar um tiro
Voltar pra casa sem levar um tiro
Se às três da matina tem alguém que frita
E é capaz de tudo pra manter sua brisa
Os saraus tiveram que invadir os botecos
Pois biblioteca não era lugar de poesia
Biblioteca tinha que ter silêncio
E uma gente que se acha assim muito sabida
Há preconceito com o nordestino
Há preconceito com o homem negro
Há preconceito com o analfabeto
Mas não há preconceito se um dos três for rico, pai
[...] Afasta de mim a biqueira, pai
Afasta de mim as biate, pai
Afasta de mim a coqueine, pai
Pois na quebrada escorre sangue, pai
(CRIOLO *apud* VICELLI, 2015, p. 117)

Assim, Castro-Silva e Anhas explicitam que algo do silêncio demandado às populações mais pobres já não é aquele, generalizado e explícito,

da ditadura. Entretanto, novas formas de sofrimento decorrentes da disseminação do tráfico de drogas ilegais passaram a compor o cenário de opressão histórica que permeia a formação do sujeito, configurado tão poeticamente na canção de Criolo.

Também o relato de experiência dos autores Kátia Maheirie, Ângela Slongo Benetti, Fernanda Lopes, Luisa Evangelista Vieira Prudêncio, Tatiana Minchoni, Manoel Mayer Jr e Caio Cezar Cardoso Nascimento apresenta a potência que oficinas de fotografia junto a usuários de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) carrega para a ressignificação de problemas sociais, abrindo um novo horizonte de possibilidades. Ali-cerçados no conceito de território e discutindo a inserção da psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os autores retratam possíveis movimentos em um território marcado pela vulnerabilidade social. Dessa forma, na articulação entre território e fotografia, política social e arte, problematizam a vida, a liberdade, os direitos, o pertencimento, o espaço, o olhar, a identidade, o processo grupal e a constituição de sentidos sobre a experiência da humanidade e da criação coletiva.

Nessa direção, desenvolve-se o texto de Eliane Regina Pereira, Barbara Maria Turci, Beatriz Zocal da Silva e Samantha Pires Oliveira Freitas Pedrosa, que foca a intervenção em promoção de saúde na atenção básica em um local inusitado: a sala de espera. Defendendo uma “terapia estético-política”, as autoras subsidiam uma discussão sobre a atuação de psicólogos crítica e comprometida com a singularidade do sujeito social. Apontando elementos significativos para a formação profissional em Psicologia, o texto também descreve a apropriação da arte (músicas, poemas, fotografias etc.) como recurso para o agenciamento de estranhamentos, aproximações e possibilidades de reflexão. Nesse contexto, a sala de espera é caracterizada como lócus potente ao compartilhamento de histórias de vida, trocas de experiências e constituição do processo grupal.

Adélia Augusta Souto de Oliveira e Livia Teixeira Canuto apresentam uma revisão sistemática de literatura visando a uma metassíntese do conceito de infância no Brasil com base na psicologia. Pesquisaram-se

periódicos brasileiros que tivessem interesse explícito pela psicologia e fossem classificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos estratos A1 e A2 (versão *online*) da área da psicologia em 2015. As autoras apontam que, na análise dos artigos, o marco para a visibilidade da infância foi o cenário do movimento higienista, seguido pelos estudos da infância no contexto sociocultural da assistência social e nas políticas públicas sociais na atualidade. As autoras concluem que a análise do conceito de infância permitiu visualizar a transformação histórica de suas concepções junto da concomitante mudança nas relações sociais e políticas adjacentes. Desse modo, afirmam que as políticas públicas direcionadas à infância constituem um campo de desafios para as práticas “psi”, o que torna imperativa a busca por um posicionamento crítico da Psicologia em relação às demandas que está atendendo no contexto de políticas públicas de assistência à infância, tendo sempre em vista a transformação social.

Por fim, surge o texto de Tatiana Machiavelli Carmo Souza e Nayra Daniane Mendonça que trata da violência contra mulheres (VCM) na perspectiva de professores do ensino superior, relatando pesquisa da qual participaram docentes de unidades acadêmicas da Universidade Federal de Goiás/ Regional Jataí. Os sujeitos da pesquisa admitiram a existência de desigualdade de gênero na universidade, visto que, embora as mulheres tenham adentrado na academia em maior número, não conseguem vivenciar plenamente todos os seus ambientes. As autoras concluem que, ao negligenciar a historicidade da VCM em diversos momentos, os participantes isentaram a si e, de certa forma, a própria universidade, da reflexão sobre comportamentos que depreciavam as mulheres. Ao serem questionados sobre propostas de erradicação da VCM, eles falaram apenas de forma genérica e pouco se implicaram na possibilidade de construir espaços de saberes e compartilhamento de experiências. Nesta direção, as autoras sinalizam a urgência de problematizar as relações de gênero e poder existentes no espaço universitário e seus impactos na produção do conhecimento científico.

Ansiosos para que este livro seja catalisador de novas pesquisas, diálogos e lutas sociais, convidamos nossos leitores a nos enviar suas impressões e participar, conosco, do futuro desenvolvimento da psicologia sócio-histórica brasileira. Em nome do GT PSOH, desejamos a todos e todas uma boa leitura e muita práxis!

Referências

BUARQUE, C.; GIL, G. Cálice. In: BUARQUE, C. **Chico Buarque**. Philips/ PolyGram, 1978. Letra. Disponível em: http://www.gilbertogil.com.br/sec_musica_info.php?id=132&letra. Acesso em: 19 fev. 2018.

CODO, W.; LANE, S. **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DANZIGER, K. Universalism and indigenization in the history of modern psychology. In: BROCK, A. C. (ed.). **Internationalizing the history of psychology**. [s. l.] NYU Press, 2006. p. 208-225.

VICELLI, K. K. Pai, aproxima de mim esses cálices – Criolo, Chico Buarque, Gilberto Gil, João Cabral de Melo Neto e os resquícios de ditadura na literatura contemporânea. **Estação Literária**, v. 15, p. 115-128, 2015.

Eixo 1: Desigualdade social
e psicologia: questões de
participação social e política

A SUBJETIVIDADE REVOLUCIONÁRIA: QUESTÕES PSICOSSOCIAIS EM CONTEXTO DE DESIGUALDADE SOCIAL

Bader Burihan Sawaia
Daniele Nunes Henrique Silva

Introdução¹

Durante os anos 70 e 80, período em que ditaduras militares assolaram a América Latina e o Brasil, pesquisadores no campo das Ciências Humanas e Sociais buscaram trazer suas ciências para enfrentar os desafios da realidade nacional, em meio a uma grande efervescência acadêmica mundial de crítica ao modelo positivista e de sua principal proposição: a neutralidade e a objetividade do conhecimento científico (LOWY, 1992). Dentro dessa conjuntura, os saberes *psi* não ficaram excluídos do debate. E, na centralidade dos interesses investigativos, a problemática que envolvia a desigualdade social recebeu destaque por sua urgência e relevância.

Martín-Baró (1996) nos advertiu:

Talvez a opção mais radical com que se defronta a psicologia centro-americana hoje.... reside entre aceitar, ou não, acompanhar as maiorias pobres e oprimidas em sua luta por constituir-se como povo novo em uma terra nova. Não se trata de abandonar a psicologia; trata-se de colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem estar dos menos não se faça sobre o mal estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos (p. 23).

1 O texto parte da Palestra proferida no II Colóquio de Psicologia Sócio Histórica e o Contexto Brasileiro de Desigualdade Social, Goiânia, em 06/04/2017, com correções das autoras. Os organizadores do livro agradecem aos estudantes Antônio Ribeiro Gugel, Elaine Morais da Silva, Gabrielle Guimarães Mazarão e Guilherme Fischer Mascarenhas, responsáveis pela transcrição do vídeo que deu origem a este capítulo.

Para Lane (2000):

A psicologia social no Brasil era um zero à esquerda, que não interferia em nada, era um saber que partia das teorias americanas para explicar a realidade brasileira. É preciso compreender como o latino-americano singulariza o universal na constituição particular de sua existência (p. 4).

Estas citações – de dois precursores na América Latina do movimento de revisão dos pressupostos teórico-epistemológicos na psicologia social – já apontavam para um redirecionamento do fenômeno psicológico em sua gênese sócio-histórica, como sintetiza Lane (1984): “Toda a psicologia é social, o que significa que cada área da psicologia deve assumir dentro de sua especificidade a natureza histórico-social do ser humano, porém sem perder a sua qualidade de sujeito da história” (p. 9).

Segundo Banchs (1997), a ruptura com o modelo positivista – e consequente paradigma da psicologia da adaptação – configurou o movimento que passou a ser conhecido como psicologia social latino-americana. Tal movimento se inspirou em três matrizes teóricas, a saber:

1. a psicologia da libertação de M. Baró (1986), que segundo a autora, engloba a psicologia política e transformação social de Maritza Montero (1991), bem como a psicologia comunitária de Fals Borda (1978);
2. a psicologia social crítica construcionista de Ibañez (1989) e;
3. a vertente marxista.

Sobre esta última, Banchs (1997) afirma²: “Em nosso continente, contamos com algumas contribuições isoladas que focam a psicologia social a partir de uma perspectiva marxista não ortodoxa e com o progresso mais contínuo da Escola de São Paulo³” (p. 226).⁴

2 Não faz parte desta análise a vertente que se desenhou um pouco mais tarde, inspirada nas reflexões de Foucault, de Deleuze e de Guatarri. Mais informações ver Montero e Christlieb (2003).

3 A autora se refere ao grupo de pesquisa coordenado por Sílvia Lane, na PUC/SP.

4 Texto em espanhol traduzido pelas autoras: “En nuestro continente contamos con algunas aportaciones aisladas que enfocan la psicología social desde una perspectiva marxista no ortodoxa y con los desarrollos más continuados de la escuela de São Paulo”.

Segundo essa perspectiva, a qual nos vinculamos, os fenômenos sociais, incluindo a desigualdade, são psicossociais e se configuram na dialética objetividade/subjetividade. Uma grande contribuição a essa premissa encontramos no debate levantado pelo movimento antimanicomial com sua preocupação em demonstrar que a patologia mental não é um fenômeno natural, mas social. Por isso, era preciso buscar fora da patologia a explicação do fato, como recomendava Basaglia (2010): “reabilitar a cidade, a comunidade e não o doente” (p. 49).

Nesses termos, o psiquismo é compreendido a partir de determinações sociais específicas, sendo constituído por forças antagônicas de transformação e reprodução dentro de uma determinada contextura histórica. Por isso, qualquer acontecimento social é uma problemática psicossocial. E não seria diferente com a questão da desigualdade e da opressão social; ambas passam a ser compreendidas como fenômenos psicossociais, pois estão amalgamadas às bases produtivas, econômicas e políticas de uma determinada sociedade; desdobram-se na constituição do indivíduo que vive e sente *na carne* as mazelas da exclusão/inclusão. Portanto, é fundamental entender aqueles que vivem, que pensam, que agem e que sentem o próprio fenômeno, para compreender e atuar nas questões sociais. Se seguimos esse argumento, assumimos que a psicologia social tem muito a colaborar com a compreensão, planejamento e desenvolvimento de tecnologias sociais orientadas para ações de enfrentamento da desigualdade social.

Ocorre que somente nas últimas décadas, no Brasil, a desigualdade se tornou um objeto de estudo e de atuação no campo da Psicologia brasileira (BOCK; FERREIRA; GONÇALVES; FURTADO, 2007), impulsionada pelo ingresso do psicólogo no SUAS. E, já estava claro que era insuficiente tratar a questão da desigualdade como uma variável independente dos fenômenos psicológicos e, conseqüentemente, tratar a subjetividade como *assujeitada*, ou ainda usar a subjetividade para *psicologizar* problemas sociais, sugerindo que são “todos referentes a gosto ou preferência, tornando-os

banais” (CHAUI, 2006, p.40)⁵.

Buscando contribuir para o constructo teórico desta abordagem, encontramos aqui o compromisso de problematizar criticamente o conceito de subjetividade. Isso nos parece urgente porque ainda não conseguimos consolidar um arcabouço epistêmico satisfatório que trabalhe com tal categoria em uma perspectiva revolucionária; em que o social e o individual sejam compreendidos a partir da totalidade. Constatamos a necessidade de avançar nessa tarefa porque ela nos remonta à problemática psicossocial que envolve a desigualdade social: a tensão interna entre o social e o individual, de um lado, bem como a tensão entre adaptação e transformação, de outro.

É importante encararmos o fato de que as discussões sobre esta temática na psicologia social, por exemplo, ainda refletem esse conflito interno entre o peso do social e do individual, assim como a oposição entre o racional e a afetividade. Essa oposição já revela que, muitas vezes, temos apostado em uma categoria explicativa da subjetividade inodora e insípida, marginalizando a afetividade e extraindo da subjetividade sua característica definidora. Afinal, somos afeto.

Não raramente mantivemos o separatismo epistemológico, trabalhando sob o paradigma da determinação causal (não histórica) e da racionalidade como se os sentimentos pudessem ser destruídos com críticas racionais. Isso ocorre de forma exemplar na atuação da psicologia no SUAS, em que se foca na pessoa em estado grave de sofrimento ético-político, mas contraditoriamente o sofrimento não aparece nos documentos oficiais do SUAS, CREAS e CRAS – ver pesquisa realizada por Benelli (2016). A pessoa sofre, mas o sofrimento não é objeto de análise para a intervenção; a atenção está no sintoma, em resolver o problema, mas não em apreendê-lo a partir das contradições em que o sofrimento é produzido em uma determinada subjetividade histórica.

⁵ Comentário de Chauí (2006) sobre a tendência de avaliar a corrupção do estado brasileiro como uma questão de moral individual dos políticos.

O descaso com uma mais apurada definição da categoria subjetividade tornou a perspectiva sócio-histórica, particularmente, alvo de críticas acerca de uma politização da Psicologia que, muitas vezes, nega o particular, o desejo e uma *certa individualidade*, na medida que difunde a luta de classes como *remédio* para as dificuldades psíquicas. Entre a ação política e o cuidado, a psicologia sócio-histórica tem sido acusada de escolher somente a ação política. E não seria incorreto afirmar que, não raramente, ficamos como o *Asno de Buridan*; paralisados pela impossibilidade de escolher entre o sujeito e o *socius*; com medo do reformismo, ficamos imobilizados.

O problema, então, é de natureza gnosiológica: a subjetividade ora estava reduzida ao mero reflexo do real, ora restringida à uma construção simbólica ou linguística ulterior ao próprio real (portanto, idealista) (SAWAIA, 2015). Sem dúvida, avanços foram dados; inserimos o fenômeno psicológico no social, mas ao fazê-lo jogamos a criança com a água do banho.

Assim, neste texto decidimos refletir sobre a questão posta pela presente coletânea de analisar a dimensão psicossocial da desigualdade, elegendo como categoria analítica a subjetividade. E para deixar claro o nosso lugar teórico, é melhor esclarecer que falamos da subjetividade revolucionária, da perspectiva da psicologia sócio-histórica de vertente marxista, afirmando a determinação social a partir da compreensão que a passagem do social ao psicológico é um processo dialético, e que liberdade e determinação não são excludentes.

Subjetividade na perspectiva sócio-histórica

No cenário investigativo, mesmo no campo da perspectiva sócio-histórica, a subjetividade aparece na forma de consciência, atividade, sentimento, linguagem ou inconsciente. Fala-se também em subjetividade social, coletiva, subjetividade sem sujeito. Subjetividade como ilusão, que induz ao erro, subjetividade sem afetividade. É comum, inclusive, ouvir pesquisadores dizendo que vão além da subjetividade quando pretendem estudar a afetividade – como se ela fosse algo descolado de um sujeito que sente. Mas o mais incrível é que há resistência em se falar na subjetividade asso-

ciada à liberdade, apontando para uma dimensão revolucionária e transformadora. Porém não podemos ignorar o fato de que ela está contida na questão social da desigualdade e qualquer mudança social implica, dialeticamente, em uma transformação subjetiva. E isto é um dos embaraços da psicologia sócio-histórica.

Vigotski, ao longo de suas obras, nos deu algumas pistas ao introduzir o psiquismo na história, demonstrando sua base sociogenética, mas sem perder a singularidade; a capacidade de criação do novo e do belo. Nele, também encontramos uma subjetividade determinada, mas sem estar aprisionada aos modelos homogeneizadores e automatizantes; uma crença na ilimitada capacidade humana de planejar seu futuro, mesmo em condições sociais adversas.

A constituição sociogenética só pode ser explicada porque o que constitui o psiquismo já esteve fora, como relação social. Aqui, o social e o indivíduo formam uma totalidade dramática complexa circunscrita por condições históricas específicas.

Vigotski (1929/2000) afirma:

A personalidade torna-se para si aquilo que ela é em si, através daquilo que ela antes manifesta como seu em si para os outros. Este é o processo de constituição da personalidade. Daí está claro, porque necessariamente tudo o que é interno nas funções superiores ter sido externo: isto é, ter sido para os outros, aquilo que agora é para si. Isto é o centro de todo o problema do interno e do externo (p. 24).

Já exploramos em texto anterior (SAWAIA; SILVA, 2015) que Pino (2000) avança na proposição teórica apontada por Vigotski, afirmando: “que aquilo que é internalizado das relações sociais não se restringe à materialidade, mas ao sentido que elas têm para as pessoas” (SAWAIA; SILVA, 2015, p. 348) num determinado contexto histórico-social. Isso ocorre porque as “relações sociais **se convertem** em funções psicológicas superiores orientadas intrapsicologicamente” (SAWAIA; SILVA, 2015, p. 348 – negrito nosso).

Se isso é verdade, as colocações de Vigotski (e Pino) nos permitem

superar a dicotomia subjetividade e objetividade. E também: a dicotomia razão/emoção/criação (SAWAIA, 2009).

Para Vigotski (1925/1999), no livro *Psicologia da Arte*, um dos maiores erros da psicologia é separar emoção de pensamento, pois são essas dimensões que dão a potência da transformação (ver também LIMA; BOM-FIM; PASCUAL, 2009). Em outro texto, seguindo uma linha argumentativa semelhante, Vigotski (1926/2001) afirma com veemência que o maior erro da educação era ter desconsiderado a criação.

Estes erros decorrem da não adoção do método materialista histórico e dialético, afirmaria Vigotski. Revelam também a incapacidade de a Psicologia explicar objetivamente aquilo que é específico do humano nas suas diferentes teorias, quer seja no pragmatismo mecanicista, quer seja no idealismo subjetivista. Em um lado, o pêndulo pesa para uma compreensão meramente adaptativa e responsiva da subjetividade (sem possibilidades efetivas de criação), por outro lado, o pêndulo flutua nas asas do idealismo subjetivista (em que a criação não pode ser objetivamente explicada, somente criativamente reconhecida como “dom” ou “talento”).

Buscar uma nova síntese para essas visões é o primeiro pressuposto que pretendemos salientar na busca de pistas para compor a concepção de subjetividade revolucionária. Afinal, como explicar a determinabilidade dialética da subjetividade revolucionária?

a) *Dialética X Determinabilidade*

Vigotski foi um dos primeiros psicólogos a apontar, em diferentes momentos de sua obra, as mazelas do separatismo epistemológico à Psicologia dos anos 1920, instigando-a a adotar o método dialético. Nesta direção, propôs a substituição do termo *conceito*, uma ideia epistemológica que divide em partes distintas uma totalidade complexa, por *unidade de análise*, apresentando em “formas pequenas, as propriedades do todo” (1935/1998, p. 22). Nessa direção, ele defendia que a psicologia deveria buscar a sua *mercadoria*, referindo-se ao Capital de Marx; uma unidade de análise capaz de abarcar a totalidade (VIGOTSKI, 1927/1991). No Tomo I, das Obras Escogidas, ele afirma: “...não devemos estudar processos mentais e fisio-

lógicos separados fora de sua unidade, porque nesse caso eles se tornam completamente ininteligíveis. Devemos, portanto, estudar o processo integral que é caracterizado tanto por um lado subjetivo quanto por um lado objetivo” (1934/1991, p. 393).

Aqui já temos uma primeira e fundamental definição do conceito de subjetividade revolucionária: a subjetividade deve ser estudada como uma categoria que retém em forma pequena a propriedade do todo. E, esse todo é o psiquismo sócio-histórico. Para tanto, é necessário considerar a ideia de *homem duplicado*. Afinal, “por trás de todas as funções superiores e de seus nexos estão relações geneticamente sociais, relações reais entre pessoas. Homo duplex” (VIGOTSKI, 2000, p. 26).

b) Perezhivanie: unidade de análise integradora da totalidade corpo e mente

Ao longo de sua obra, em especial na sua última fase (após anos 30), Vigotski apresenta essa unidade de análise, *perezhivanie*, com o intuito de explicar como ocorre a passagem de fora para dentro sem cair em um mecanicismo. Enfim, como o meio afeta a constituição do psiquismo produzindo a experiência única e intransferível de uma determinada subjetividade.

Muito já foi dito sobre o fato de que não conhecermos nada do zero, mas ancoramos os novos conhecimentos em representações ou categorias de pensamento já existentes na nossa configuração histórica. Tal concepção não era novidade à época de Vigotski, entretanto, sua originalidade – que se impõe aos dias atuais – foi a de introduzir os afetos e a imaginação nessa mediação que é dramaticamente social e individual.

A ideia do autor sobre a experiência, em especial, a atenção atribuída ao termo *perezhivanie*, que alguns traduzem como *vivência emocional*, apresenta, de forma mais explícita, a relação entre imaginação e emoção no processo de conversão do exterior ao interior. Ou seja, não reagimos imediatamente e uniformemente à sociedade, pois esta experiência é mediada pela emoção (VIGOTSKI, 2010).

Vigotski apresentou essa palavra em palestra para mães, realizada nos últimos anos de sua vida, com o objetivo de explicar a singularidade de

cada filho, apesar das semelhanças ambientais. *Perezhivanie* integra a cognição e o afeto, corpo e mente, (re)configurando-se ao longo de nossas vidas. Um prisma pelo qual a determinação do ambiente é refletida e é refratada como se fosse um eixo de luz com múltiplas orientações, o que permite que contextos iguais sejam experimentados de forma singular. Essa passagem revela que a subjetividade não é passiva ou exclusivamente reflexa.

Para Vigotski (1935/1998), “não são os fatores externos em si mesmos que determinam o desenvolvimento psicológico, mas os mesmos fatores refratados pelo prisma da experiência emocional” (p. 180). Daqui decorre que não se deve buscar em nós mesmos o que nos faz sentir mal, nem apenas na sociedade, mas (*des*)cobrir a resultante do prisma como mediador da experiência.

A singularidade sempre foi uma preocupação de Vigotski, ele queria compreender e apontar para a formação do novo homem – na sociedade comunista – sem sucumbir à homogeneização. O conceito de *perezhivanie* nos permite, então, pontuar a segunda característica definidora da subjetividade revolucionária, a saber: o duplo dialético – singular e social – que se integraliza na experiência emocional e criadora de uma subjetividade histórica que contém a imprevisibilidade.

c) *Afeto*:

Vigotski destaca os afetos como elemento central na configuração da subjetividade. Ele faz isso ao tirar os afetos da região do erro, elevando-o à dimensão do pensar, sentir e agir (SAWAIA, 2000).

Para tanto, ele afirma que ninguém pensa, sente e age sem estar emocionado. Ele, o afeto, constitui o subtexto de nosso discurso de ações (VIGOTSKI, 1933/2004). Sua afirmação se inspira em Espinosa (*Ética*) – para compreender a evolução do pensamento de Vigotski no que tange à elaboração de sua teoria das emoções – na concepção monista mente e corpo, razão e emoção. Mas também no pressuposto da indissociabilidade entre a ética e política, como desenvolveremos a seguir.

Espinosa (2004) comenta:

Os filósofos concebem as emoções que se combatem entre si, em nós, como vícios em que os homens caem por erro próprio; é por isso que os homens se habituaram a ridicularizá-los, deplorá-los, reprová-los ou, quando querem parecer mais morais, detestá-los. Acreditam, assim, agir divinamente e elevar-se ao pedestal da sabedoria, ao louvar de muitas maneiras uma natureza humana que em lugar nenhum existe, e atacando através de seus discursos a que realmente existe (cap. I § 1, p.439).

Na concepção espinosista, o afeto contém a ética, pois é o que caracteriza a vivência das mudanças de vitalidade do corpo e da alma produzidas pelas relações sociais. A emoção é o radar ético das formas de afetação do meu corpo e mente pelos encontros que as condições sociais de existência me oferecem, repercutindo em aumento ou diminuição da vitalidade dessa totalidade (ESPINOSA, 2008).

Vigotski explicita que o afeto se torna o lugar de experimentação do mundo, ao mesmo tempo em que é produzido por esse mesmo mundo. Ao fazer isso, ele mantém a dialética externo/interno e abre um campo analítico importante da dimensão psicossocial da desigualdade: a cronicidade dos afetos.

Conforme já abordado anteriormente (SAWAIA, 2000), a desigualdade é fonte da cronicidade de afetos tristes em uma pessoa, grupo, geração e nação. A humilhação crônica, longamente sofrida pelos pobres e seus ancestrais, por exemplo, é efeito da desigualdade política. Como tal, trata-se de um sofrimento ético-político (SAWAIA, 2014) gestado em condições sociais e históricas específicas, que se transmuta em experiência emocional subjetiva concreta – *perezhivanie*.

Nestes termos, a teoria das emoções de Espinosa, ao mesmo tempo em que redime os afetos, nos torna mais apreensivos com a força deles. Ele nos mostra que o medo e a esperança são dois afetos conservadores e sustentadores de poderes desmesurados, pois nos faz abrir mão da liberdade em nome da segurança. Desta forma, passa-se a ter medo do medo, ou seja, a ser duplamente amedrontado, duplamente angustiado. Angustiado pela situação social e angustiado com a própria angústia de fracas-

sar e perder para as forças conservadoras, culpabilizando-se por isso. Um processo que tende a se cronificar nas experiências da desigualdade como sentimento de desamparo. Um sentimento de que as mudanças estão além de nossas capacidades, pois o desejo de mudar a direção dos acontecimentos é uma fantasia.

Este sentimento é confundido com fatalismo e alienação. A expressão: “Deus quer” pode ser preliminarmente interpretada como alienação perpetrada pela religião, quando na verdade pode ser o contrário; a busca de um sentido que explique minha impossibilidade de mudar e que me enreda na reatividade. Isto é, um agir passivo direcionado pela vontade do outro, algo plausível (se não fosse o contrário), quando esse outro é Deus. Outro exemplo de um agir passivo, apontado por Espinosa (Ética III, Proposição XXXIX, 2008) é o fato de que todo sofredor deseja destruir a causa do sofrimento e da servidão, buscando um agente culpado, algo vivo, no qual possa, sob algum pretexto, descarregar os afetos, em ato ou simbolicamente. E, ele completa essa análise lembrando que, em lugar de execrar ou tentar extirpar, é preciso compreender as emoções:

Visando a política (...), para contribuir para este estudo com a mesma liberdade de espírito que é costume contribuir para as investigações matemáticas, tive todo o cuidado em não ridicularizar as emoções dos homens, não as lamentar, não as detestar, mas adquirir delas verdadeiro conhecimento (ESPINOSA, 2004, cap.1, §4, p.440).

d) A imaginação: a subjetividade revolucionária e o ato criativo

É importante ressaltar que, para Espinosa, os afetos são experimentados na forma de imagens. O filósofo fala em poder imaginante do corpo “imaginar” e “imaginação” com o sentido de “perceber” e “percepção”. Isto é, imaginar não é inventar pela fantasia (como hoje pensamos), mas perceber sensorialmente as coisas, não como reflexo, mas como imagem. A marca da imagem é a abstração, no sentido rigoroso do termo, é o que está separado de sua causa real e verdadeira e que, por esse motivo, leva a alma a fabricar causas imaginárias (CHAUI, 2003, p. 200).

Assim, a alma (mente) conhece e vive num conhecimento confuso de seu corpo e de si. Tem ideias imaginativas e vive imaginariamente. Isso significa que, para Espinosa, as ideias podem ser ilusórias, uma constatação que alimenta uma de suas angústias, que ele explicita, citando (Ética IV, proposição 17, em ESPINOSA, 2008) uma frase de Ovídio em *Metamorfoses*, pois: “é frequente o fato do Homem conhecer o melhor, mas ser levado a fazer o pior”. Tal constatação atravessa a história repetida vezes e com inúmeras variações, sendo um elemento indiciário das teorias de dois grandes mestres da suspeita: S. Freud e K. Marx.

No entanto, é importante ressaltar que, mesmo como lugar da escolha errada, a imaginação guarda a ideia de transformação, indicando indiretamente a força da subjetividade na orientação da ação social e das rupturas e descontinuidades de ordem psíquica. Ou seja, dialeticamente somos capazes (em termos de potência) de alterar nossas próprias condições objetivas pela ação social, o que também muda a dinâmica do psiquismo (e vice-versa).

A ideia de que somos afetados de diferentes maneiras em nossa existência pela imaginação, inicialmente, retira os afetos (*affectio*) da condição de mero reflexo das forças externas e nos liberta da fisicidade (SAWAIA; MAGIOLINO, 2016, p. 73). E, essa forma de ser afetado e de experimentar o mundo, inicialmente, por imagens – libertando o homem da fisicidade reflexológica – é base do processo transformador, ao mesmo tempo que nos mantém na história. Para Vigotski e Espinosa, a criação não ocorre no abstrato, mas circunscrita à realidade sócio-histórica.

Continuando a travessia na obra de Vigotski, em busca da compreensão da passagem das forças sociais para forças individuais da atividade psíquica como ato criativo, encontramos em Pino (2006) uma importante orientação analítica. Para ele, o psicólogo russo insere a imaginação integrada às demais funções psicológicas, compondo o sistema psicológico. A imaginação abarca uma atividade psíquica complexa em que várias funções (em suas peculiares relações) estão dinamicamente envolvidas (CRUZ, 2015).

Ainda segundo Pino (2006), é no plano da imaginação que começa o processo de criação humana. Antes da materialização, a criação ocorre no imaginário e não se limita à exclusividade do campo artístico, mas implica todas esferas da vida que se referem à resolução de problemas⁶. Assim, se a função imaginária opera no campo que interliga o real e o simbólico muda o estatuto da imaginação; afinal, a mente só erra porque imagina o que sente, mas não erra por imaginar o que sente.

A função imaginária (unidade: emoção e imagem) é, portanto, o que define a condição humana do homem. Isso significa dizer que essa condição é a de liberdade – uma particularidade ontológica que garante a potência revolucionária da subjetividade. E, a imaginação (inseparável da emoção) aparece como processo psicológico fundamental da possibilidade humana de alterar a história (SAWAIA; SILVA, 2015).

e) *Subjetividade revolucionária: criação e drama*

No *Manuscritos de 1929*, Vigotski (2000) apresenta outra reflexão importante à concepção de subjetividade revolucionária, que é a ideia de que o psiquismo deve ser analisado como *drama*. Essa ideia *per se* já representa uma crítica radical à lógica formal que analisa a subjetividade pelo princípio da harmonia e do idêntico a si. Segundo Vigotski (2000) não “é possível que haja harmonia no psiquismo se o contexto de luta de classes, sua gênese, é dramático, no sentido de choque de sistemas, contradições” (p.35). Daí propor que se analise o psicológico como drama, lugar de luta de sentidos contrários, de flutuação de emoções.

“A vida é uma luta entre posições sociais, que é convertida em uma dinâmica de personalidade que, portanto, não pode ser harmônica, mas tensionada, dramática, no sentido de sistemas contraditórios [...]”. (VIGOTSKI, 2000, p. 35). O drama realmente está repleto de luta interna impossível nos sistemas orgânicos: a dinâmica da personalidade é o drama (VIGOTSKI, 2000, p. 34).

6 “O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de realizá-la” Marx (s. d.).

Em última análise, isso significa afirmar que o conteúdo dramático e criativo das relações sociais, enquanto elemento da vida concreta (e vivo), é convertido intrapsicologicamente e constitui o próprio psiquismo. Desta forma, é um equívoco pensar que o conteúdo dramático do psiquismo só está no plano *intra*, pois deriva da vivência social e suas contradições históricas. Por isso, não podemos prescrever o desenvolvimento humano; não sabemos para onde ele vai, (ele) nos escapa.

Em um texto anterior (SAWAIA; SILVA, 2015, p. 350), exploramos parte desta reflexão ao analisarmos a tragédia: Othelo (SHAKESPEARE, 1947/2002). Othelo, um mouro general de Veneza, é casado com Desdemona, a quem ama muito. Desdemona revela a reciprocidade desse amor. Contudo, Iago, com raiva de ter sido preterido por Othelo na ocupação de um cargo, faz o mouro crer que Desdemona o trai. Othelo, então, convicto da traição decide matar esposa. Shakespeare está retratando emoções humanas de inveja, amor e ciúmes, mas que representam a vivência de questões sociais

Aqui, percebemos como a criação e o drama das relações sociais vão produzindo o assassino e seu crime; Othelo mata Desdemona, produz-se o assassinato. A ação é criada objetivamente por um mouro, estrangeiro, casado com a filha de um senador, contra a vontade do pai. Vejamos: quem é o culpado pela morte de Desdemona? Othelo, responderíamos. Mas também não seria Iago, que habilmente se aproveita da inserção sócio-histórica do casal? Para além da questão da culpa e da responsabilidade do crime, o que queremos discutir, aqui, é que a dramaticidade das relações sociais encarnadas em Othelo e em Iago fazem do primeiro um assassino.

Continuando os apontamentos sobre drama, Vigotski (2000) escreve:⁷

O drama realmente está repleto de ligações de tal tipo: o papel da paixão, da avareza, dos ciúmes, em uma dada estrutura da personalidade. Um caráter divide-se em dois em Macbeth – Freud. O drama realmente está repleto de luta interna impossível nos sistemas orgânicos: a dinâmica da personalidade é o drama (p. 34).

⁷ As reflexões sugeridas aqui serão tratadas futuramente em um outro texto. Temos, então, análises preliminares que deverão ser aprofundadas logo que possível.

Com respeito, sugerimos adicionar a esta citação que a dinâmica da personalidade é o drama criador do homem. Assim, o assassinato, como criação, deriva também de uma transformação que se dá na subjetividade de Othelo (social e individual numa determinada totalidade). O desejo de matar Desdemona se configura no plano da imaginação que, ao ser objetivada, transforma-o em um criminoso. Ato criador e conteúdo dramático são, portanto, aspectos definidores para compreensão da constituição social do psiquismo, ou melhor: da subjetividade revolucionária.

f) O giro ontológico: a potência de vida e a superação da dicotomia determinabilidade e liberdade: a dialética singular/coletivo

Se isso tudo for correto, e se até agora não tivermos incorrido em algum tropeço teórico, estamos diante da grande questão contida na ideia de subjetividade revolucionária: a dimensão ontológica e ética que nos remete ao sujeito de Espinosa; um ser de potência e paixão que busca a expansão da vida (ESPINOSA, 2008, Ética III, Proposição VII). Essa concepção rebate a ontologia de base hobbesiana, que institui a incompetência da plebe para governar, afirmando que o povo é tão digno de dirigir em lugar de ser dirigido. E que é direito natural de todos passar da condição de servidão à modo livre (CHAUI, 2003). Portanto, podemos afirmar que a subjetividade revolucionária é direito natural de todos.

A ontologia de Espinosa não tem como ponto de partida a natureza culpada ou viciosa dos seres humanos. Sua filosofia é uma ética da alegria, da felicidade, do contentamento intelectual e da liberdade individual e política. É como se ele dissesse que a necessidade básica do homem é a liberdade. Mesmo na miséria, os homens não estão reduzidos à sobrevivência biológica, e que a luta pela emancipação é uma dimensão irreprimível do humano, um direito natural, que deveria ser a base do direito civil (tal como se vê no *Tratado Político*). Mas não é assim que acontece pela ação das relações de poder e servidão.

Vigotski sabia que não é possível evitar as determinações histórico-sociais. O capitalismo embrutece nossas ideias, bloqueia nossas ações e

“corrompe nossa personalidade” (VIGOTSKI, 1930/2007, p. 4). Mas ele também sabia que, apesar das determinações históricas e sociais, não é possível eliminar o desejo de perseverar na existência e que não é possível eliminar do homem a criação. Ele tinha uma fé inabalável na liberdade, apesar *das forças corruptoras* (VIGOTSKI, 1927/1991, p. 462), apontando que a criação e imaginação não são anuladas pelas determinações sociais, ao contrário, configuram-se nelas. Desdobra-se daí uma questão fundamental à concepção de subjetividade revolucionária: a superação da dicotomia entre *liberdade e determinabilidade*.

Em síntese, Vigotski e Espinosa não negam a determinação social, ao contrário, explicam que a transformação e a criação ocorrem em meio à determinabilidade, eliminando a cisão entre elas. Em outras palavras, a partir das colocações desses autores é possível superar o risco da *dilematização da dialética* entre liberdade e determinação. “Liberdade e determinabilidade não são autoexcludentes” (LESSA, 2012, p. 167). Não há humano sem essa determinação. E liberdade é autonomia que se realiza exclusivamente nas determinações sociais.

Marx (1984) já salientava esta dialética com o *espaço ontológico* onde se encontra o parâmetro da transformação social, que é o da emancipação humana. E introduz, nela, outra dimensão da subjetividade revolucionária: *o comum*⁸.

No presente texto, não há espaço para aprofundar as ideias do comum, mas é importante registrar que a potência revolucionária da subjetividade vem do comum:

Se duas pessoas concordam entre si e unem as suas forças, terão mais poder conjuntamente e, consequentemente, um direito sobre a Natureza que cada uma delas não possui sozinha e, quanto mais numerosos forem os homens que tenham posto as suas forças em comum, mais direitos terão eles todos. (ESPINOSA, 2004, cap. II, § 13, p. 446).

⁸ “A emancipação humana só é conquistada quando o homem individual se converte em ser genérico, a partir das relações cotidianas. Em outras palavras, quando o ponto de vista do indivíduo singular é o ponto de vista do comum” (MARX, 1984, p.188 – tradução nossa).

Considerações finais

Falar em subjetividade revolucionária não é entrar no mundo cor de rosa dos contos de fada. Ela não é inteiramente libertária e nem tudo que vem dela é bom. Ela é atravessada por contradições, podendo ser, ao mesmo tempo, guardiã da democracia e representar o maior perigo contra ela (ESPINOSA, 2008).

Muitas vezes, somos iludidos defendendo nossa servidão, pensando que defendemos nossa liberdade, ou quando buscamos ampliar o controle sobre as condições e melhorar nossa qualidade de vida, servindo aos interesses dominantes. (HOLZKAMP, 2016, p. 164 e 179).

Mas desconsiderar a liberdade é nos enganar ainda mais – e perigosamente – o que nos leva, por exemplo, a classificar de alienação uma ação direcionada pelo desejo de perseverar na existência, como pode ser observado em FAPESP (2017). Nesta pesquisa, sobre a diáspora negra pós-abolição, são revelados que muitos comportamentos criticados como *alienantes*, na verdade, eram modos de libertação e sobrevivência, tais como: responder aos senhores, provocar pequenos prejuízos e etc.; estratégias criadas por mulheres negras para desvalorizar o próprio preço.

É claro que a subjetividade sofre pressões de assujeitamento para se alinhar ao processo de reprodução da ordem desigual capitalista, mas o bloqueio não é pleno. Sempre escapa.

O revolucionário da subjetividade não é apenas fazer pesquisa sobre as marcas da desigualdade em nós. As desigualdades são terríveis e matam. Mas não basta apenas a denúncia dos males que ela causa, o que traz o risco da inexorabilidade das determinações sociais e da concepção de subjetividade como reflexo do real. Um subtexto teórico que impede o técnico do SUAS, por exemplo, de escutar o sofrimento ético-político ou, ao fazê-lo, escutar apenas a falta e a impotência, reduzindo os sujeitos à tutela, reforçando, justamente, o grande sofrimento gerado pela desigualdade social: o cerceamento do direito à escolha, acompanhado da ideia de destino, de indivíduo sem valor e, conseqüentemente, da negação do futuro.

De uma maneira tocante, Graciliano Ramos (2005) mostra que o sofrimento da pobreza não está apenas na fome. Ele está também em um conformismo de pensar-se para sempre no mesmo lugar, marcado pelo destino para ser apenas um desgraçado, vivendo escondido como bicho (RAMOS, 1938/2005).

Retomando a pergunta inicial, podemos afirmar que o impedimento da escolha é uma questão de análise (no sentido vigotskiano) psicossocial da desigualdade, pois contém a dialética singular/ particular/ universal. Ou seja, a relação entre o indivíduo (singular) e o ser humano genérico (universal) se concretiza na relação que o indivíduo tem com a sociedade (particular)⁹.

O impedimento da escolha, pautado pela desigualdade social, mata, pois nos submete à moradia indigna, ao atendimento médico precário, à alimentação adoecedora, à educação sem qualidade, ao imobilismo urbano, à exploração do trabalho. Esse impedimento é vivido como sentimento de humilhação, desamparo, medo, depressão, fatalismo. No dia a dia e nas instituições, ele se aloja nas relações preconceituosas, nas violências de toda ordem. Enfim, em todas as formas de ser tratado como uma pessoa sem importância (invisibilidade social). No plano estatal, ele revela a opção classista do Estado, a injustiça e a mercantilização dos bens comuns (SAWAIA, 2016). Isso tudo nos submete a uma teia de servidão que parece imutável.

Cabe a nós negar essa aparência.

De acordo Chaui (2006, p. 19), “de Aristóteles a Descartes, uma pergunta tem sido constante, vindo a constituir-se como centro e vetor principal no campo da ética e da política: o que está e o que não está em nosso poder?”. Reforçando essa ideia, Chaui faz referência a um trecho de Descartes: “O equívoco mais comumente cometido no que se refere aos desejos é o de não distinguirmos suficientemente as coisas que dependem apenas de nós daquelas que não dependem de maneira alguma (...)” (DESCARTES, 2004, art.144, p.190).

9 Ver proposição de Lukács (1978) e Oliveira (2005) para melhor entendimento desta questão.

Com certeza, depende de nós a mudança da concepção e a forma de trabalhar a subjetividade na Psicologia Social.

Referências

BANCHS RODRIGUEZ, M.A. **Corrientes teóricas en Psicología Social**. Caracas UCV/Comisión de Estudios de Postgrado, 1997.

BASAGLIA, F. Um problema da psiquiatria institucional: a exclusão como categoria sócio-psiquiátrica. In: AMARANTE, P. D. C. (ed.). **Escritos selecionados em Saúde Mental e reforma Psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BENELLI, S. J. Subcidadania e o sofrimento psíquico. In: **Psicologia na Assistência social e o enfrentamento da desigualdade social**. São Paulo: CRP 06, 2016. p. 28-34.

BOCK, A. M. B.; FERREIRA, M. R.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. Sílvia Lane e o Projeto do 'Compromisso Social da Psicologia'. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, Edição Especial 2: p.46-56, 2007.

CHAUI, M. **Política em Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHAUI, M. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CRUZ, M. N. da. Imaginário, imaginação e relações sociais: reflexões sobre a imaginação como sistema psicológico. **Cad. CEDES** [online], v. 35, p. 361-374, 2015.

DESCARTES, R. As paixões da alma. In: **Descartes** (pp.101-232). São Paulo: Abril Cultural, 2004. p.101-232.

ESPINOSA, B. Tratado político. In: B. de Espinosa. **Espinosa**. São Paulo: Nova Cultural, 2004. p. 437-516.

ESPINOSA, B. Ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FALS BORDA, O. Por la praxis. Como investigar la realidad para transformarla. In: C. Valencia (Ed.). **Ciencia y política en las ciencias sociales**. Bogotá: Siglo XXI, 1978.

FAPESP. **Modos de libertação e sobrevivência**. *Pesquisa FAPESP*, ed.

253, p. 256-3-256, mar./2017. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/03/17/modos-de-libertacao-e-sobrevivencia/>. Acesso em 29 abr. 2019.

HOLZKAMP, K. **Ciência marxista do sujeito**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016. t. I.

IBAÑEZ, T. G. A psicologia social como dispositivo desconstrucionista. In: IBAÑEZ, T. G. (coord.) **El conocimiento de la realidad social**. Barcelona: Sendai, 1989.

LANE, S. T. M. **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LANE, S. T. M. Diálogos: Sílvia Lane: a construção de uma Psicologia dialética. **PSI Jornal de Psicologia**, v. 122, p. 4-6, 2000.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács. 2012.

LIMA, D.; BOMFIM, Z.; PASCUAL, J. G. Emoção nas veredas da Psicologia Social: reminiscências na filosofia e psicologia histórico-cultural. **Revista Psicologia Argumento**, v. 27, n. 58, p. 231-240, 2009.

LOWY, M. **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

MARX, K. **Manuscritos: Economía y Filosofía**. Madrid: Alianza Editorial. 1984.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (s. d.). v. 1.

MONTERO, M. Psicología de la liberación. Propuesta para una teoría sociopsicológica. In: RIQUELME, P. (ed.). **Otras realidades, otras vías de acceso**. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.

MARTÍN-BARÓ, I. Hacia una psicología de la liberación. **Boletín de Psicología**, Univ. Centroamericana José Simeón Cañas, El Salvador, v. 5, n.22, p. 219-231, 1986.

MARTÍN-BARÓ, I. O Papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MONTERO, M.; CHRISTLIEB, P.F. (ed.). (2003). Special Issue: Critical Psychology in Latin America. *Critical Psychology: The International Journal of Critical Psychology*, (9). London: Lawrence & Wishart. 2003.

OLIVEIRA, B.A Dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R. da; MARTINS, S. T. M. **Método Histórico-Social na Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PINO, A. A. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educ. & Soc.**, v. 21, n. 71, p. 45-78. 2000.

PINO, A. A. Produção imaginária e a formação do sentido estético. Reflexões úteis para uma educação humana. **Pro-posições**, v. 17, n. 2, p.47-69, 2006.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Editora Record, [1938]2005.

SAWAIA, B. B. A emoção como locus da produção do conhecimento. In: **Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural**, 3. Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp/FE, 2000. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/br2000/credi.htm>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SAWAIA, B. B. **As artimanhas da Exclusão** – análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SAWAIA, B. B. Psicologia Sócio-Histórica: interdisciplinaridade e transformação social – uma relação teórica com Vigotski sem fidelidade opressiva. In: MARTINS, S. T. F. **Psicologia Sócio-histórica e Contexto Brasileiro**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2015. p. 11-28.

SAWAIA, B. B.; MAGIOLINO, L. S. As nuances da afetividade: emoção, sentimento e paixão. In: BANKS-LEITE, L.; SMOLKA, A. L. B.; ANJOS, D. D. dos (org.). **Diálogos na perspectiva histórico-cultural: interlocuções com a clínica da atividade**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016.

SAWAIA, B. B.; SILVA, D. N. H. Pelo reencantamento da psicologia: em busca da positividade epistemológica da imaginação e da emoção no de-

envolvimento humano. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. esp, p. 343-360, 2015.

SHAKESPEARE, William. **Otelo, o mouro de Veneza**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

VIGOTSKI, L. S. **A Transformação Socialista do Homem**. 1930. Disponível em: file:///C:/Arquivos Rosa/view_text.htm. Acesso em: 30 abr. 2018.

VIGOTSKI, L. S. El significado histórico de la crisis de la psicología: una investigación metodológica. In: VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Madrid: Visor, [1927]1991. v. 1. p. 254-407.

VIGOTSKI, L. S. El problema y el método de investigación. In: VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Madrid: Visor. [1934]1991. v. 1.

VIGOTSKI, L. S. El papel del ambiente en el desarrollo del niño. In: BLANCK (ed.). **La genialidade y otros textos inéditos**. Buenos Aires: Editorial Almagesto. [1935]1998.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, [1925]1999.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 21-44, [1929]2000.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, [1926]2001.

VIGOTSKI, L. S. **Teoría de las emociones**: Estudio histórico-psicológico. Madrid: Akal, [1933]2004.

VIGOTSKI, L. S. Quarta aula: a questão do meio na pedagogia. **Psicologia USP**, v. 21 n. 4, p. 681-701, [1935]2010.

CRISE DO CAPITAL E AGRAVAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Ivanete Salete Boschetti¹

Bom dia a todas e todos participantes neste II Colóquio de Psicologia Sócio-histórica e o Contexto Brasileiro. Queria imensamente agradecer o convite que me foi feito pelo GT de Psicologia Sócio Histórica, na pessoa da professora Profa. Dra. Sônia Margarida Gomes Sousa, e a toda Comissão Organizadora desse evento. Esse convite muito me alegrou, pois valorizo a importância do diálogo interdisciplinar entre áreas tão próximas e que atuam juntas, sobretudo no campo das políticas sociais. Saúdo também minhas companheiras e companheiros de mesa.

O tema que me foi solicitado abordar é o agravamento da desigualdade social no Brasil. Para falar desse tema, vou abordar três eixos, contextualizando-os em nossa realidade. O primeiro discutirá o sentido de crise com o qual nós trabalhamos, ou seja, a crise como estrutural ao capital. O segundo eixo, a partir dessa concepção de crise, são as tendências mundiais das políticas sociais em contexto de crise. E o terceiro eixo apresentará algumas expressões das desigualdades sociais no mundo e no Brasil.

Manifestações da Crise Estrutural do Capital

Em relação ao primeiro tópico, sobre a crise do capital e como essa crise se manifesta hoje, assumimos a concepção de que a crise não é uma crise tópica, conjuntural, e possível de ser resolvida no âmbito capitalista. Com base na perspectiva da tradição marxista, compreendo a crise como um elemento intrínseco e inerente ao capitalismo. Desde a sua origem o capitalismo produz crises, mas também formas de enfrentar suas crises.

1 Palestra proferida no II Colóquio de Psicologia Sócio Histórica e o Contexto Brasileiro de Desigualdade Social, Goiânia, em 06/04/2017, com correções da autora. Os organizadores do livro agradecem aos estudantes Erlaine Faria Nunes, Izabela Assis Rocha, Renata de Mello Mamede, responsáveis pela transcrição do vídeo que deu origem a este capítulo.

Mas a crise do capital é inerente ao capitalismo porque resulta daquilo que é a contradição essencial do modo de produção capitalista, qual seja, a produção de riqueza é social, ou seja, a classe trabalhadora vende sua força de trabalho e produz a riqueza. Mas essa riqueza socialmente produzida é apropriada individualmente, ou seja, é apropriada e acumulada por poucos. Essa contradição é ineliminável no capitalismo, e vai produzindo, ao longo do seu desenvolvimento, diversas manifestações de crises.

Do ponto de vista econômico, quando se fala em crise imobiliária ou crise do setor imobiliário é a manifestação de uma crise num determinado setor; a crise bancária é uma manifestação de um determinado setor. Mas as causas das crises ou seus detonadores, não estão nem no setor imobiliário e nem no setor bancário. Estão na própria forma de estruturação ou de produção e reprodução das relações capitalistas. Por isso, quando falamos que a crise é estrutural, estamos afirmando que é uma crise do capital, é uma crise do sistema capitalista, porque ela atinge não só alguns setores, mas a própria dinâmica do sistema capitalista. As crises, mesmo quando irrompem um em setor específico, elas atingem todas as dimensões da vida.

Por isso, dizemos que as crises do capital atingem e se manifestam em diversas dimensões. No âmbito da economia, conforme apontam os professores José Paulo Netto e Marcelo Braz, no livro *Economia Política*², as crises que já explodiram no capitalismo desde o século XIX, quando o capitalismo começa a se desenvolver com a Revolução Industrial, somam mais de 120, sendo as consideradas mais graves, a chamada Grande Crise de 1929 e a crise atual, que estamos vivendo desde o início da década de 1970, com pequenos períodos de recuperação. Por mais que se formulem medidas políticas e institucionais para o enfrentamento da crise, recorrentemente elas irrompem, em ondas longas de recessão e ondas cada vez mais curtas de crescimento, como aponta Ernest Mandel³. Um longo período de crescimento ocorreu entre as décadas de 1940 e 1970, conhecido como “os anos de ouro” do capitalismo. Mas, desde então, as crises são

2 Netto e Braz (2006) (N. dos Org.).

3 Mandel (1990) (N. dos Org.).

cada vez mais intensas e recorrentes. E os breves períodos de crescimento jamais conseguiram recuperar os índices do pós Segunda Guerra Mundial. A tendência do capitalismo, após cada crise, é piorar os índices de crescimento, os indicadores de desenvolvimento humano, de desenvolvimento social, que estão cada vez piores.

Assim, do ponto de vista da economia, a crise estrutural, em contexto de mundialização do capital, não impõe limites para a circulação do capital, que se desloca para buscar novos nichos de produção e acumulação em países onde o custo da produção é mais barato. Mas, a cada vez, esse mesmo processo de mundialização do capital limita a circulação da classe trabalhadora, fecha fronteiras, persegue imigrantes que buscam novas formas de vida, fugindo muitas vezes de guerras, catástrofes, desemprego, miséria ou violência. Não há, portanto, fechamento de fronteiras para o capital, que está cada vez mais internacionalizado e financeirizado, mas há fechamento das fronteiras para a classe trabalhadora.

O capitalismo financeirizado é parasitário, pois se alimenta da ciranda financeira. Desloca investimento produtivo, que deveria gerar empregos com garantia de direitos, para uma infinidade de investimentos bancários, que compõem o chamado capital fictício. Um capital que nasce da produção da riqueza mas circula e se reproduz por meio de especulações financeiras. A crise atual do capitalismo se expressa hoje numa destruição nunca antes vista dos postos de trabalho. E a cada irrupção de crise, nos momentos subsequentes de pequeno crescimento, o número de trabalhadores que é incorporado em relações de empregos estáveis e com direitos é cada vez menor. Hoje, a classe trabalhadora se depara cada vez mais com um acelerado processo de precarização das relações de trabalho, de contratações sem direitos trabalhistas e previdenciários, com redução nos valores de salários, e agudização do desemprego de longa duração.

Do ponto de vista político institucional, essa crise se expressa na destruição daquilo que chamamos de Estado Social, que conjuga as políticas sociais que materializam direitos, e asseguram a reprodução social. É importante sinalizar que as políticas sociais não são apenas espaços de garan-

tias de bens e serviços públicos, e nem possuem somente a perspectiva de assegurar bem-estar. Elas têm essa funcionalidade, e nesse sentido elas são funcionais à classe trabalhadora, pois podem garantir o acesso a direitos e bens e serviços públicos que contribuem para melhorar as condições de vida. Contudo, as políticas sociais também têm uma funcionalidade diretamente ligada à produção e reprodução do capitalismo. O capitalismo não sobrevive sem as políticas sociais, já que do ponto de vista econômico elas são necessárias para garantir a reprodução da força de trabalho. E do ponto de vista político elas participam de processos para assegurar a hegemonia política da burguesia e a adesão da classe trabalhadora aos sistemas de reprodução do capitalismo. Assim, as políticas sociais podem ser mais ou menos funcionais ao trabalho, e mais ou menos funcionais ao capital, dependendo da forma como se estruturam, do tipo de direitos que garantem, de como são financiadas. Quanto mais focalizados e reduzidos forem os direitos implementados pelas políticas sociais, mais elas serão funcionais ao capital, e menos ao trabalho. Nesse contexto de crise e destruição do Estado Social, a função assumida por esse Estado de socialização dos custos da produção pela implementação das políticas sociais, é transferida para o sistema privado, para o mercado. Então, ao invés de ter previdência, saúde e educação públicas como direitos sociais, a classe trabalhadora é obrigada a comprar esses serviços no mercado como uma mercadoria. Esse processo de mercantilização dos direitos sociais nos remetem a um período anterior à década de 1930, quando ter o acesso à saúde, educação e aposentadoria era um privilégio para aqueles que podiam pagar. A crise do Estado Social não é somente político-institucional. Ela expressa, por um lado, a incapacidade desse Estado Social se expandir e universalizar direitos no capitalismo, e por outro lado, demonstra que seu desmantelamento se torna um requisito para a acumulação. A crise do Estado Social muitas vezes é explicada como uma crise específica das políticas sociais. Muitas designações como *crise do welfare state*, *crise do Estado Providência*, *pluralismo de bem-estar* trazem em si a perspectiva que essa crise é resultado dos “elevados” gastos do Estado com os direitos e propõem como solução

a redução dos “gastos” do Estado com os direitos, e a transferência da responsabilidade do bem-estar para a família e o mercado. Essas perspectivas não situam a crise do Estado Social como uma manifestação da crise estrutural do capital.

Do ponto de vista das estruturas sociais, a crise também se manifesta no avanço de perspectivas pós-modernistas que pregam a extinção das classes sociais tradicionais, que negam a luta de classes, e que desqualificam a perspectiva marxista como abordagem teórico-metodológica. Os discursos pós-modernos sustentam que as classes sociais se complexificaram, que não é possível explicar o mundo a partir da divisão entre proletariado e burguesia, que o trabalho perdeu seu sentido como elemento estruturante das relações econômicas e sociais. Mas, na verdade, do ponto de vista marxista, o que está ocorrendo é uma transformação na composição dessas classes fundamentais – burguesia e proletariado, mas a classe trabalhadora continua sendo a única obrigada a vender sua força de trabalho para sobreviver. É a exploração da força de trabalho que gera a mais valia e possibilita a acumulação de capital. A Lei do Valor marxiana⁴ continua mais atual do que nunca para explicar os processos contemporâneos de exploração e opressão. A precarização das condições de trabalho e o avanço do pensamento conservador alimentam o individualismo e fragiliza as entidades classistas. A classe trabalhadora, muitas vezes, não se identifica como classe trabalhadora e não se associa, do ponto de vista organizativo, às lutas da classe trabalhadora, o que provoca a destruição das identidades de classe. Nos últimos anos, esse processo tem causado forte impacto nos movimentos organizativos, com a redução de filiação nas organizações representativas da classe trabalhadora, como sindicatos, ou mesmo partidos. Isso também provoca definhamento das lutas em defesa dos direitos e do atendimento das necessidades sociais da classe trabalhadora.

Do ponto de vista cultural, esse contexto vem revelando um fenômeno novo e muito importante que é o surgimento e ampliação de demandas de movimentos específicos de defesa de direitos das mulheres, negros e ne-

4 Marx (1984) (N. dos Org.).

gras, população LGBTQ+. A luta pelos direitos humanos e pela diversidade é absolutamente reveladora da desigualdade social, não somente econômica, mas social e cultural. Em contexto de crise, acirram-se as desigualdades, e muitos movimentos deixam de se vincular a movimentos classistas e defendem pautas corporativas e específicas, tanto no meio sindical, como no ambiente de associações de segmentos específicos. Todas as lutas por direitos sociais são legítimas, mas quando se descolam das verdadeiras causas das desigualdades sociais perdem sua capacidade de luta contra a exploração e pela universalização dos direitos e pela igualdade substantiva.

Do ponto de vista ideológico, a crise também alimenta o discurso, mesmo entre parte da esquerda, que é típico da direita, qual seja, sobre a impossibilidade de se construir uma sociedade socialista. Tal discurso instiga o “pensamento único”, de que o capitalismo é único mundo possível, que não possibilidade de lutar por uma sociabilidade que não seja orientada pela mercantilização das relações econômicas e sociais. É um discurso que naturaliza as desigualdades, que se pauta no horizonte da melhoria social no âmbito do capitalismo, e que tem por motivação única e exclusiva a redução da desigualdade. As possibilidades de transformação se restringem aos limites do “possibilismo”. Nessa ótica, as ações no campo das políticas sociais ficam muito limitadas, muito restritas ao discurso do “possível em tempos de crise”. Na prática, trata-se de uma rendição ao discurso pós-moderno, que tem levado, não só no Brasil, mas daqui particularmente, a processos contrarreformistas.

Tendência Mundiais das Contrarreformas das Políticas Sociais

O que são processos contrarreformistas? No âmbito do capitalismo central, as reformas sociais foram exatamente aquelas que, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, instituíram esse Estado Social ampliado, com direitos do trabalho, direito à previdência, direito à saúde, direito à educação. No Brasil, só alcançamos um projeto de Estado Social ampliado com a Constituição de 1988. Mas essa perspectiva de amplia-

ção do sistema de proteção social, desse estado social, logo depois da década de 1990 começa a ser destruído. Então, na verdade, nós estamos vivendo, desde a década de 1990, aquilo que Elaine Behring⁵ chama de processo contrarreformista. Por quê?

Seja no Brasil, seja em âmbito mundial, as contrarreformas são processos que reduzem ou destroem as conquistas sociais resultantes das reformas sociais alcançadas nos períodos anteriores. As reformas sociais no capitalismo significaram historicamente a conquista de direitos; direitos que tiveram a possibilidade de contribuir para reduzir a desigualdade social. Os processos contrarreformistas são exatamente aqueles contrários a essas reformas e que produzem “reformas” destrutivas. Ao produzir reformas destrutivas contribuem para o agravamento da desigualdade social. Esses processos contrarreformistas têm expressões muito particulares em cada Estado, em cada nacionalidade, porque eles têm relação com três elementos fundamentais: com o grau de desenvolvimento do capitalismo, que é diferenciado de um país para o outro; com o papel do Estado, como ele se constituiu, como ele se desenvolveu, se tem uma hegemonia mais liberal ou mais democrata, ou como se relaciona com as classes sociais; e o terceiro elemento é a organização e a luta da classe trabalhadoras, a sua possibilidade de mobilização e de conquista de direitos. Esses três elementos - grau desenvolvimento das forças produtivas, papel do Estado e luta de classes – determinam as particularidades dessas contrarreformas. Mas o que se observa, analisando como esses processos vêm ocorrendo, tanto nos países capitalistas centrais, aqueles que estão no epicentro da origem e desenvolvimento do Estado Social, sobretudo a Europa, como nos países capitalistas periféricos, sobretudo a América Latina, é a existência de algumas tendências comuns, independentes dessas particularidades nacionais. Que tendências são essas?

Uma tendência é a supressão de direitos que são mais facilmente mercantilizáveis, ou seja, os direitos suprimidos são prioritariamente aqueles bens e serviços que são rapidamente transformados em mercadorias e

⁵ Behring (2003) (N. dos Org.).

passam a ser vendidos no mercado, como previdência, saúde, educação, habitação, transporte. As contrarreformas da previdência pública são sempre acompanhadas do discurso do déficit público e da necessidade de sua redução. As mudanças decorrentes das contrarreformas, quase imediatamente são acompanhadas da expansão de planos privados, por fundos abertos ou fechados, e pela obrigatoriedade de funcionários públicos de filiarem a estes Planos. O mesmo ocorre com a destruição da saúde pública e a expansão dos planos privados de saúde; com a educação, e assim acontece com todas as políticas sociais que possuem o potencial de serem transformadas em mercadorias. Essa tendência não ocorre com outros direitos, como a assistência social. É muito difícil mercantilizar bens e serviços da assistência social, pois ninguém vai comprar assistência social. É um tipo de direito não lucrativo para o capital sob a forma mercantilizada. A supressão de alguns direitos, portanto, tem uma relação direta com o processo de mercantilização dos direitos, que deixam de ser direitos e passam a ser serviços vendáveis no mercado. Os sujeitos de direitos deixam de ser cidadãos e passam a ser consumidores, como já nos alertava Ana Elizabete Motta⁶.

Outra tendência mundial é o endurecimento dos critérios de elegibilidade. Aquilo que permanece como direito, que não é vendido, que não é mercantilizado, tem seus critérios de acesso endurecidos. Se multiplicam normas e regras que complexificam e dificultam o acesso. Os critérios se tornam cada vez mais “subjetivados” e condicionados a cumprimentos de regras e condicionalidades que são acompanhados ou fiscalizados pelos profissionais que atuam diretamente nessas políticas, como assistentes sociais e psicólogos. Muitos profissionais se tornam agentes de controle social, chamados, na maioria das vezes, para fazer cumprir regras que reduzem o tempo de permanência no benefício, para dificultar o acesso, para construir as famosas “portas de saída”. São vários os critérios de elegibilidade que restringem cada vez mais a possibilidade de garantir o direito: ampliação da idade, redução do rendimento *per capita*

6 Motta (1995) (N. dos Org.).

para acesso, exigências burocráticas, demandas de contrapartidas...; enfim, é possível identificar vários e diferenciados critérios restritivos, mas o que é comum é a tendência de dificultar o acesso pelo endurecimento dos critérios de elegibilidade.

Outra tendência é a focalização das prestações sociais daqueles direitos que transferem ou repassam recursos em espécie, especialmente os direitos trabalhistas como seguro desemprego, os previdenciários, como aposentadorias, pensões e auxílios e os assistenciais, como os programas de renda mínima. Vem ocorrendo um forte processo de focalização desses direitos para as populações de baixa ou baixíssima renda, e em alguns casos, somente para os considerados em situação de miserabilidade. A focalização tem o propósito de selecionar cada vez menos pessoas para ter acesso a esses benefícios.

Outra tendência é a introdução de contrapartidas para aceder os benefícios e serviços, o que fere o princípio do direito universal, e passa a conjugar a vinculação de direitos a contrapartidas. É direito, mas só tem acesso se fizer uma determinada contrapartida, uma determinada condicionalidade.

Outra tendência é a introdução de métodos de gestão do setor privado no âmbito da gestão das políticas sociais públicas. Isso vem crescendo muito no âmbito da previdência social, por exemplo. Os profissionais devem cumprir metas diárias de atendimentos, e os horários entre os atendimentos são cada vez mais reduzidos e controlados, para atender mais pessoas em menos tempo. Os profissionais não determinam mais o tempo que necessitam para atender, para dialogar, para conhecer realmente a situação daquele trabalhador ou trabalhadora que procura o acesso ao direito. É uma tendência que vem ganhando corpo de várias formas, nas diferentes políticas sociais.

A transferência de prestação de serviços públicos para famílias e organizações da sociedade civil é outra tendência. E às vezes isso não parece como transferência, mas como uma forma de descentralização, sob o discurso de estimular a participação da família e da sociedade. Essa prática

tem crescido no âmbito das comunidades terapêuticas, e se situa exatamente na transferência de uma modalidade de serviço do SUS para determinados segmentos da sociedade civil.

Outra tendência é a limitação e/ou redução do salário no poder público, que acaba sendo uma estratégia para reduzir o quadro de servidores públicos, acompanhada de programas de demissão voluntária. Na prática, é uma forma de reduzir o âmbito do Estado e forçar processos privatizantes.

Outra tendência é criação de agências não estatais de regulação pública, que retira do Estado a função de regulação e fiscalização dos serviços públicos que foram privatizados. O Brasil já expandiu bastante essa forma de regulação, nos setores de água, transporte, aviação, ente outras.

Outra tendência mundial bem recente, é o desenvolvimento das chamadas Políticas de Ativação. Algumas são designadas de Políticas de Ativação para o trabalho, outras de Políticas de ativação da proteção social. O grande objetivo dessas políticas sociais são construir as tais “portas de saída”. As “portas de saída” são uma expressão das Políticas de Ativação. Os profissionais são chamados a atuar nas políticas sociais não para ampliá-las, universalizá-las, fazer com que elas garantam direitos universais para todos. Ao contrário, são incitados a atuar nas políticas sociais para “ajudar” as pessoas a permanecer o menor tempo possível recebendo o direito, sobretudo no campo da assistência social, e no seguro desemprego. O principal objetivo dessas políticas é atuar para que as pessoas se insiram no mercado de trabalho, ainda que em relações precarizadas.

Implicações dessas Tendências na Desigualdade Social

O terceiro eixo da exposição apresenta alguns dados empíricos que revelam a condição da desigualdade social no Brasil, nesse contexto de crise e de tendências destruidoras das políticas sociais. Há todo um debate se, de fato, a desigualdade social está se aprofundando no mundo. Alguns estudos dizem que não, que o desenvolvimento da tecnologia, das forças produtivas, tem ampliado ao cesso a bens e serviços e, com isso, a desigualdade social vem se reduzindo. Do ponto de vista da tradição marxista,

o que se vem demonstrando é que essas análises de que a desigualdade vem se reduzindo se sustentam em duas explicações. A primeira, que a desigualdade tem uma queda histórica em função do acesso a determinados serviços que melhoram a condição de vida. Então quem não tinha acesso à água potável passa a ter, quem não tinha acesso à saúde passa a ter e isso de fato mudaria a condição de vida, sobretudo da classe trabalhadora. A segunda, que essa desigualdade social vem sendo reduzida devido à melhoria mundial dos índices de desenvolvimento humano que envolve vários indicadores, sendo a mais importante a ampliação do rendimento, com base no índice de Gini.

O que vamos refletir aqui é sobre o significado desses dados, e distinguir a melhoria de acesso a determinadas condições de vida, de uma efetiva e estrutural redução da desigualdade social, ou até mesmo uma mudança de fato e mais duradoura nas condições de vida daqueles que só possuem sua força de trabalho como forma de sustento, que é a classe trabalhadora.

O primeiro indicativo, muito utilizado, é comparação da produção de riqueza entre os países, medida pelo PIB (Produto Interno Bruto), o que coloca o Brasil entre as dez maiores economias do mundo. Mas, ao mesmo tempo, o Brasil está entre os dez países com a pior distribuição de renda do mundo. Então, por que é que nós produzimos tanto e temos uma desigualdade tão gritante? Essa é uma questão fundamental que deve ser considerada. O Brasil não é um país pobre do ponto de vista da produção da riqueza, ou seja, não se pode afirmar que a gritante desigualdade é resultado da escassez de riquezas. Não é essa a nossa condição. Somos um país que está entre os maiores produtores de riqueza, e também entre os que mais a concentram. Essa é origem da nossa desigualdade estrutural.

Conforme a instigante sistematização e análise do professor Valério Arcary no texto *Uma Nota Sobre a Desigualdade Social no Brasil*⁷, a medição da desigualdade pelo índice de Gini mascara a real condição da desigualdade, pois o Índice de Gini é uma medida que só considera o rendimento. Tra-

7 O texto está disponível para download em <https://blog.esquerdaonline.com/?p=7800>. Todos os dados sobre a desigualdade no Brasil e suas fontes foram extraídos desse texto (ARCARY, 2017).

ta-se de medida matemática simples, hipotética, claro. Os países que ficam próximo de zero são os países com menor desigualdade de renda, e os que se aproximam de 1 possuem a maior desigualdade de renda. Mesmo considerando somente os rendimentos, já que esse índice não considera a concentração da propriedade, o Brasil permanece sendo um dos países mais desiguais do mundo, se equiparando somente a alguns países da África Subsaariana, que são países realmente pobres do ponto de vista da produção de riqueza.

São muitas as expressões da desigualdade, para além da concentração de rendimento, e aqui vou abordar algumas. Quando se compara a situação do Brasil no que se refere ao acesso à educação, se constata que a educação no Brasil não vem sendo historicamente um caminho para a redução da desigualdade social. Em relação a outros países da América do Sul, a média de anos de escolaridade do Brasil (7,2 anos) nos coloca em 12º lugar. A expectativa de anos de escolaridade aqui é 14,2 anos, abaixo do Chile, Argentina, Uruguai, Venezuela. Em relação a jovens e adultos alfabetizados (acima de 15 anos), o Brasil tem 90,3% e só fica à frente do Peru, mas atrás de todos os outros países. Quanto à população de acima de 25 anos com ensino médio completo ou mais, o percentual cai para 49,5%, ficando à frente somente do Paraguai, Bolívia, Equador e Colômbia, e apresenta o maior índice de evasão escolar entre todos os países (24,3%). Vejam que o problema não é tanto o ingresso no sistema de ensino, mas a permanência nele.

Em relação a outro indicador, sobre a expectativa de vida, percebe-se que houve importante melhoria. Passamos de uma expectativa de vida de 62 anos em 1973 para 73,17 anos em 2009 e 75 anos em 2016. Mas esse dado esconde a desigualdade regional, ligada às condições de vida. A maior expectativa de vida está em Santa Catarina, com 78 anos, e a menor expectativa está no Maranhão, com 70 anos.

Quando à distribuição de renda per capita, calculada pelo Índice de Gini, também ressalta a indignante desigualdade regional. A média nacional da renda per capita em 2015 era de R\$ 1.113, variando entre R\$

2.252 do Distrito Federal (o maior valor) e R\$ 509 no Maranhão (o menor valor). A desigualdade regional é gigantesca, em especial entre o sudeste e o sul, e o nordeste e norte. Pela ordem, São Paulo tem a segunda maior renda per capita do país (R\$ 1.482); Rio Grande do Sul (R\$ 1.435); Santa Catarina (R\$ 1.368); Rio de Janeiro (R\$ 1.285); Paraná (R\$ 1.241); e Minas Gerais (R\$ 1.128).

Outra desigualdade gritante que a gente não pode deixar de considerar é a desigualdade de gênero. Os dados revelam que as mulheres ganham, em média, 30% que os homens. Em 1980 as mulheres ganhavam 40% menos. A melhoria em 4 décadas é pífia. Também é indignante a desigualdade racial no Brasil, determinada pelo nosso trágico passado escravista. Os dados de 2014 mostram que os brancos ganham quase o dobro em relação aos negros e que a população negra estuda menos, trabalha mais, ganha menos e morre mais cedo. Enquanto a média de vencimentos da população total é de R\$ 1.507 reais, a da população negra é de R\$ 834 reais, e se agrava no Nordeste.

Os dados sobre violência também expressam como a desigualdade está determinada pela condição de classe. Em 2015, o Brasil contabilizou 170 assassinatos por dia, o que totaliza 58 mil pessoas assassinadas nesse ano. É como se a cada nove minutos uma pessoa fosse morta de forma violenta. Morre mais gente assassinada no Brasil do que em países que estão, de fato, em guerra. Na Síria, por exemplo, em quatro anos, morreram 256 mil pessoas. No Brasil, no mesmo período, quase 279 mil. O crescimento na taxa de homicídio revela a desigualdade racial: o assassinato de pessoas negras cresceu 18,2%, enquanto de não negras diminuiu 14,6%. Então, a violência atinge, principalmente a população negra. Mulher, negra, pobre, em família monoparental é a condição social que vivencia cotidianamente as piores situações de desigualdade social, de pobreza e de miséria no Brasil. A condição da população carcerária no Brasil também reforça essa condição. Em 2014 o Brasil tinha 622 mil presos, ou seja, 300 presos para cada 100.000 habitantes, sendo a quarta maior população em cadeias do mundo. A maioria (61,6%) é de pessoas negras (pretos e pardos). Esses

dados são só um indicativo da condição das cadeias no Brasil, que vivenciam rebeliões frequentes, e são a mais dura expressão de desigualdade, atingindo, sobretudo a população negra.

Para finalizar, pois meu prazo se esgotou, é fundamental considerar que essas situações de desigualdade, aqui brevemente sinalizadas, não são determinadas apenas pelo não acesso a rendimento e aos bens e serviços públicos. Estes são elementos importantes que devem ser sinalizados, mas a determinação central é o desigual acesso à propriedade. Do ponto de vista da redução das desigualdades, os países do capitalismo central que alcançaram certa redução das desigualdades, o fizeram pela melhoria das condições de acesso a bens e serviços, mas foi determinante a desconcentração da propriedade, a realização de reforma agrária. O que, no Brasil, estamos longe de realizar. A concentração de propriedades rurais é uma das maiores causas de violência no campo. No Brasil, 3% das propriedades com mais de 2 mil hectares concentram 60% das terras; e ao inverso, 68% das pequenas propriedades, com menos de 100 hectares, ficam somente com 5% da terra. A acumulação propriedade urbana e rural é umas das determinações centrais da desigualdade econômica e social do Brasil.

Nesse contexto, o Estado brasileiro não investe o suficiente em políticas sociais. Ao contrário, quando analisamos a relação entre desigualdade social, fundo público e a dívida pública do Brasil, percebemos que a prioridade é o pagamento dos juros da dívida, o que desloca recurso das políticas sociais para o parasitário sistema financeiro. De acordo com dados oficiais, a dívida pública no Brasil é crescente, quando comparada ao PIB. Em 2011 foi de 51,3%, em 2012 de 53,7%, em 2013 de 51,6%, em 2014 foi 57,1%, em 2015 chegou a 66,2% e atingiu 70,5% do PIB em 2016. O que que significa isso? Se, por um lado, a dívida pública pode indicar maior investimento do Estado, por outro, como é o caso do Brasil, indica que uma parcela fenomenal do fundo público está sendo deslocado para pagamento de juros e amortizações da dívida. No Brasil, o aumento da dívida pública tem relação direta com a redução do orçamento público, pois desde 2011 vem ocorrendo um contingenciamento, que nada mais é

do que retirar dinheiro do orçamento das políticas públicas, para o pagamento dos juros. Em 2011 o contingenciamento foi de R\$ 50 bilhões, em 2012 foi de R\$ 55 bilhões, em 2013 foi de R\$ 28 bilhões, em 2014 foi de R\$ 44 bilhões, em 2015 atingiu R\$ 69,9 bilhões, em 2016 foi de R\$ 23,4 bilhões e em 2017 chegou a R\$ 42,1 bilhões. A Auditoria Cidadã da Dívida⁸ anualmente acompanha e publica a comparação entre o que é investido em políticas sociais e o que é utilizado para pagar os juros da dívida.

Para finalizar, gostaria de reafirmar que a nossa desigualdade social é estrutural, e tende a se agravar com as medidas mais recentes adotadas pelo governo golpista e ilegítimo Temer. A chamada PEC do fim do mundo⁹ estabelece teto para os gastos públicos e a longo prazo vai reduzir recursos para a educação, saúde, previdência, assistência social. A contrarreforma trabalhista, e a proposta de “reforma” da previdência constituem um verdadeiro tornado antissocial porque vão destruir tudo aquilo que conquistamos com a Constituição de 1988 e com nossa curta democracia. A prorrogação até 2023 e a ampliação do percentual da Desvinculação das Receitas da União (DRU) de 20% para 30% possibilitará ao Governo retirar mais recursos da seguridade social. Significa menos saúde, menos previdência, menos assistência social, menos educação.

Estamos vivendo um verdadeiro processo de expropriação social, nos termos discutidos por Virgínia Fontes¹⁰, que suprime direitos da classe trabalhadora e a lança “livre como pássaro”, nos termos marxianos, ao jugo do mercado e da exploração. A desigualdade social vai se acirrar, e contraditoriamente, pode provocar o acirramento dos conflitos e das lutas pela sua superação. Na história do capitalismo, os direitos nunca foram capazes de acabar com a desigualdade social, mas sua supressão é, inegavelmente, um caminho para sua agudização.

8 Mais informações disponíveis em <http://www.auditoriacidada.org.br/>.

9 A autora faz referência à a Emenda Constitucional 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos (nota dos organizadores).

10 Fontes (2010) (nota dos organizadores).

Referências

- ARCARY, V. **Uma Nota Sobre a Desigualdade Social no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://blog.esquerdaonline.com/?p=7800>. Acesso em: 05 nov. 2017.
- BEHRING, E. **Brasil em contra reforma**. Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- FONTES, V. **O Brasil e o Capital Imperialismo. Teoria e História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- MANDEL, E. **A Crise do Capital**. São Paulo: Ensaio/Unicamp, 1990.
- MARX, K. **Assim Chamada Acumulação Primitiva. O Capital**. São Paulo: Ed. Victor Civita, 1984. v. 1, Livro Primeiro, t. 2, cap. XXIV. Coleção Os Economistas.
- MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**. Uma Introdução Crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

O ESTADO E A SOCIEDADE ENTRE REALIDADES NEGOCIADAS: O CASO DE ATIVISTAS E GESTORES DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

Frederico Viana Machado
Dinaê Espíndola Martins
Lisiane Bôer Possa

Introdução¹

Apresentaremos parte dos resultados de uma pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LAPPACS/UFRGS), ainda em andamento, que investiga a relação entre Movimentos Sociais e Estado, enfocando as políticas de educação na cidade de Porto Alegre/RS. Esta pesquisa se desdobra em dois objetivos: a) Compreender como as diferentes demandas educacionais e propostas político-pedagógicas forjadas no âmbito dos movimentos sociais são negociadas nos espaços estatais; b) Refletir sobre os processos de subjetivação política² nos espaços estatais, como estes são elaborados pelos diferentes agentes políticos e qual sua re-

1 Este texto é uma republicação, em versão com pequenas modificações, do artigo: MACHADO, F. V.; MARTINS, D. E.; POSSA, L. B. Análise psicopolítica de discursos de ativistas e gestores de políticas de educação sobre o Estado e a Sociedade. *Psicologia Política*, v.18, n.2, 2018.

2 O conceito de subjetivação política foi importante nesta pesquisa, pois foi a partir dele que analisamos a relação entre identidade e política e, conseqüentemente, as possibilidades de emergência da política. Utilizamos o conceito de Jacques Rancière, que define subjetivação política como “um processo de desidentificação ou de desclassificação que interpela a ordem policial em um determinado campo sensível. Nas palavras do autor, “por subjetivação, entender-se-á a produção, mediante uma série de atos de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis em um campo de experiência dado, cuja identificação, portanto, corre lado a lado com a nova representação do campo da experiência” (RANCIÈRE, 2006, p.52). Discutimos este conceito em trabalho anterior (MACHADO, 2013b).

lação com os conceitos de Estado, democracia, cidadania e participação³.

Para investigarmos as dinâmicas e os discursos estabelecidos entre agentes nos espaços estatais, considerando a diversidade dos discursos políticos que neles se articulam, uma perspectiva psicopolítica foi relevante (MACHADO, 2013a). Compreende-se o Estado como um espaço de interações sociais, considerando não apenas os aspectos estruturais das políticas públicas e órgãos governamentais, como orçamentos, conflitos de interesses e correlações de força, fluxos institucionais, entre outros, mas também os aspectos subjetivos presentes no âmbito governamental, tais como os sentimentos de pertencimento, os processos de subjetivação política e a atribuição de significados que atravessa a formação de discursos sobre a democracia, a política e, sobretudo, sobre o que significa se “relacionar” com e “estar” no Estado.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foram utilizadas dez entrevistas com ativistas de Movimentos Sociais relevantes para a temática de estudo e oito com agentes do Estado, envolvidos na gestão e operacionalização de políticas educacionais. Por meio das entrevistas, buscamos analisar os pontos de tensão entre a perspectiva dos gestores públicos e de ativistas de movimentos sociais. Para análise, utilizamos o método da Análise Sociológica do Sistema de Discursos, proposto por Álamo, que permite integrar diferentes perspectivas de análise. A noção de discurso apresentada por Álamo (2010) se afasta de uma apreensão literal do material textual, compreendendo discurso como “uma construção teórica elaborada a partir do material empírico produzido pelos falantes” (p.35). Os discursos aqui trabalhados devem ser compreendidos como construções teóricas, e não como dados concretos e reificados.

Neste trabalho discutiremos parte de uma categoria de análise que intitulamos “Trânsitos discursivos entre Estado e Sociedade” que aborda os modos pelos quais os diferentes sujeitos constroem sentidos e significados sobre o Estado e sobre a Sociedade, tomando-os em relação, seja de oposi-

3 Pesquisa contemplada com o Financiamento: Capes/CNPq [408430/2013-3], Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013.

ção ou complementaridade, de modo a refletirmos sobre as possibilidades de compreensão das práticas que incidem sobre as fronteiras destes dois cenários da política. Os discursos elaborados pelos movimentos sociais serão comparados aos produzidos nos âmbitos institucionais, de modo a estabelecermos um diálogo entre eles.

Trânsitos Discursivos Entre Estado e Sociedade

Para além de dicotomizar a relação Estado-Sociedade, colocando-os necessariamente como campos opostos e conflituosos, compreendemos, a partir dos depoimentos, que há uma complexidade de trânsitos entre os modos como um mesmo sujeito compreende e vivencia as relações sociais e políticas que articulam Estado e Sociedade, ora como produtora de tensões, ora como construtora de aproximações. Não buscamos negar a existência de diferenças substanciais entre o papel e as dinâmicas do Estado e da Sociedade, afinal, em alguns contextos históricos e políticos o Estado se coloca como espaço autoritário e excessivamente burocratizado, constituindo fronteiras absolutamente rígidas e intransponíveis para os sujeitos sociais. Por outro lado, tampouco podemos deixar de reconhecer a dinamicidade destas fronteiras e a complexidade dos processos políticos que colocam em interação diferentes cenários, agentes e repertórios que questionam a impermeabilidade do Estado. Especialmente em contextos sócio-históricos de abertura democrática, o diálogo e a permeabilidade entre Estado e Sociedade tende a aumentar, de modo a permitir maior participação social.

Deste modo, a análise ancora-se na noção de que há diferentes discursos sobre a relação entre a sociedade e os espaços estatais operando no cotidiano dos agentes políticos, e que estes discursos influenciam as relações políticas que se desenvolvem nas fronteiras do Estado. Por mais que possamos questionar posicionamentos dicotômicos no plano teórico, não podemos perder de vista que esses discursos engendram consequências importantes para a compreensão das dinâmicas políticas. Nosso objetivo aqui é jogar luz sobre alguns destes discursos.

O Estatal e o Social Entre Realidades Negociadas

Identificamos alguns dispositivos discursivos que organizam as diferentes formas de compreensão dos trânsitos que se expressam através dos depoimentos dos ocupantes de quadros estatais como parlamentares ou gestores concursados ou indicados, e também de militantes de movimentos sociais, que narram suas vivências e expõem conexões e desconexões entre os espaços estatais e a “realidade social”.

O termo “realidade social”, uma expressão nativa bastante recorrente nas nossas entrevistas, pode indicar diferentes significados, dependendo do agente que a interpreta e que a utiliza. De um modo geral, pôde ser compreendido como relacionado a determinadas demandas e necessidades sociais dos pobres ou “minorias”. Em outro sentido, designa um contexto diferente da realidade institucional, no sentido de expor argumentos trazidos por alguns entrevistados que enfatizam a fronteira Estado/Sociedade. O termo ganha densidade, pois tipifica o espaço estatal como algo apartado de uma “realidade social”, substantivada e autêntica. Isto designa um sentido para o “social”, como algo vivenciado no cotidiano que é definidor e importante para a vida das pessoas, ao passo que o Estado abriga relações de “outra ordem”.

A análise do discurso sobre a relação Estado/Sociedade leva-nos a identificar, nos usos que encontramos da expressão “realidade social”, o esvaziamento de sentido das relações que se desenvolvem nos espaços estatais, uma vez que a “realidade social” estaria “fora” do Estado. Qual a natureza ontológica das relações sociais desenvolvidas nas instituições? Ou ainda, se o que estas pessoas querem dizer é que as relações que se desenvolvem no Estado seriam incapazes de dar conta dos problemas e demandas da população, podemos analisar esta distância como um sentimento de descrença ou de insuficiência das instituições, expresso na noção de um afastamento dos sujeitos que habitam o Estado.

O afastamento entre o “sujeito institucional” (relacionado ao cotidiano estatal) e o “sujeito social” (relacionado à vida social, às comunidades, à sociedade como um todo) pode ser identificado em diversas falas. Na

medida em que o agente estatal vai se institucionalizando, principalmente a partir da automatização de procedimentos e do volume de trabalho, “uma lógica” influencia o agente, distanciando a “realidade social” e a “realidade institucional”:

Mas é claro que **a visão de quem tá lá fora é bem mais rica do que a de quem tá nas instituições**. Porque as instituições por si só, elas vão te absorvendo, né?! A tua energia, toda a tua... Vai acontecendo um **distanciamento efetivo**, né?! Do sujeito institucional e do sujeito social, né?! A ponto de esse sujeito institucional, ele acaba tendo as suas **lógicas próprias**, que começam a se distanciar de uma **realidade efetiva**. Isso é um “juízo de valor”, “ele é um filho da mãe porque não tem sensibilidade”? Não! É porque naquele ambiente se pensa daquele jeito. E ele adere àquilo ou ele enlouquece, entendeu? Porque se ele não aderir... Imagina tu dentro de uma instituição, questionando a todo o momento aquela instituição? Então em alguma medida tu adere de alguma forma, entendeu? (Entrevistado ES2, parlamentar).

Neste trecho, por um lado, o entrevistado identifica uma “riqueza” na visão de quem está “fora” das instituições, associando à vivência institucional um enriquecimento das concepções de mundo a partir do reconhecimento de que as práticas institucionais cotidianas “absorvem” o sujeito. Por outro lado, este entrevistado também aponta um aspecto importante da fronteira estatal, que diz respeito ao desconhecimento dos sujeitos sociais sobre o funcionamento do Estado, o que por vezes é utilizado como fundamento para a desqualificação das ações dos movimentos sociais:

Eu acho que um sentimento de corpo, de quem tá dentro das instituições, né?! Porque percebe que a crítica de fora muitas vezes não tem sentido, é difícil de implementar e tal, né?! Então acaba se fechando. É que nem assim, ó: Nós somos aqui da EPTC [*Empresa Pública de Transporte e Circulação*]. Técnicos da EPTC. Aí o cara chega pra nós, nós abrimos lá o e-mail da ouvidoria da EPTC: “Ah! Vocês têm que fazer o metrô e bla, bla, bla...”. Aí nós olhamos aquilo e: **“Ah! O cara acha muito fácil fazer**. Não é bem assim e tal...” E aí com isso, nós criamos um escudo de defesa, inclusive de ideias boas que chegam, entende?

E isso também é um “fechamento” da instituição, né?! Ela pega de onde vieram dez sugestões boas e vieram cinquenta ruins. Tu pega os exemplos das ruins, né?! E daí tu: “Olha, assim não dá pra ouvir. Essa ouvidoria não tem sentido! As pessoas ficam falando coisas que nem sabem... Como é que nós vamos construir um metrô de um dia para o outro?” Sabe? Então eu acho que isso é o mais pernicioso. Assim, o ideal é que quem estivesse na instituição continuasse tendo a relação com a sociedade (Entrevistado ES2).

Nos dois trechos citados acima também podemos identificar o tensionamento entre o sujeito individual (expresso no corpo e na vivência do agente estatal) e o sujeito institucional (aquele que representa o Estado, sujeito e agente de um complexo de regras e disputas da vida institucional), uma vez que a vivência enquanto agente estatal em meio a esses conflitos se caracteriza em um exercício cotidiano extremamente custoso (“E ele adere àquilo ou ele enlouquece, entendeu?”). Deve-se considerar que fazer parte de uma instituição é estar atravessado por suas questões, dinâmicas e limitações. Isso se caracteriza em um processo de institucionalização, no qual o sujeito se torna parte inerente da instituição, tendo em muitos momentos que corroborar com a forma de pensar e agir predominante, dificultando a crítica frente à própria instituição e aos processos políticos, institucionais e relacionais que ali ocorrem.

Isto também traz uma face humana para aquilo que normalmente é associado ao Estado, pois as demandas e críticas são muitas vezes associadas a indivíduos, mas estas pessoas, na posição de agentes estatais, nem sempre possuem autonomia para realizar determinadas ações, principalmente por conta dos conflitos e da complexidade da política e das dificuldades administrativas. Assim, embora o Estado demande a agência de pessoas para se manifestar, o processo de significação muitas vezes ancora-se em aspectos morais, racionais e individuais.

Essa discussão se relaciona com as falas dos entrevistados que reforçam a noção quanto à existência de “realidades diferentes” ou a uma visão dicotômica entre Estado e Sociedade. Este distanciamento diz muito sobre

as diferenças de perspectivas entre agentes e que dificultam a compreensão das formas de operação e funcionamento da política, tendendo a uma visão essencialista que concebe os movimentos sociais como agentes políticos necessariamente antagônicos ao Estado, como criticado por Silva (2015).

Assim, existiriam realidades diferentes e separadas, uma ancorada nas lógicas institucionais, e uma pautada em uma “realidade social efetiva”. Entretanto, caberia discutir o que seria, nesta perspectiva, o “real” ou a “realidade efetiva”, ou se o Estado (como um espaço de relações sociais concretas) não poderia também ser compreendido como um espaço “social”, com significado ontológico capaz de transformar e ser transformado pela experiência dos sujeitos, apesar de estar referenciado, neste mesmo trecho, como dispositivo que impede esta experiência. A realidade vivida por aqueles que compartilham do cotidiano estatal é vista como uma realidade específica, constituída por meio das linguagens e dinâmicas deste espaço.

Nesse sentido, não é uma questão de afirmar uma “realidade única”, verdadeira ou mais genuína que a outra, apenas apontar que os entrevistados identificam, entre o sujeito social e o sujeito institucional, diferenças no modo de compreender as realidades a partir da ocupação de cada um desses lugares. A distância percebida entre Estado e Sociedade irá, neste sentido, determinar uma concepção específica para os movimentos sociais:

Acho que o papel dos movimentos sociais é ficar oxigenando, sendo um laboratório de experiências, que depois acabam virando políticas públicas. (...) **Então, eu acho que os movimentos devem servir para isso. Ou seja, tu ter ali, ser ali um laboratório.** (...) eu acho que os movimentos eles vão lutando por coisas que dentro das instituições tu acaba não olhando, ou olha, né? E o movimento vai levantando a importância daquilo! (Entrevistado ES2).

Neste trecho, há permeabilidade na fronteira à medida que as discussões e experiências constituídas na cena dos movimentos sociais podem adentrar os espaços estatais e se firmar como políticas públicas. O entrevistado argumenta que o papel dos movimentos sociais se dá, não apenas através de oposição ou de disputa com o Estado, mas como sendo de

parceria e colaboração, pois os agentes sociais se caracterizariam como parceiros necessários à renovação do Estado. Além disso, o entrevistado se posiciona de forma a colocar o Governo enquanto agente que pode potencializar as ideias dos movimentos sociais, o que reforça a centralidade do Estado nas mudanças sociais, já que pode ser ou não ser “oxigenado” pelos agentes sociais.

Um aspecto que merece ser notado é que, enquanto há o reconhecimento de que “a visão de quem tá lá fora é bem mais rica do que a de quem tá nas instituições”, perspectiva que realiza um julgamento sobre a realidade institucional, também é explicitado o desconhecimento dos “de fora” acerca das capacidades estatais. Essa perspectiva distancia a “realidade institucional” e a “realidade social”. Isto em parte é atribuído ao desconhecimento dos agentes sociais. Essas realidades só se encontrariam a partir do movimento de experimentar e trazer ideias e pautas para dentro do espaço estatal. A partir destas concepções, esse processo de reconhecimento das necessidades sociais não ocorreria naturalmente dentro do Estado, mas necessitaria dos movimentos sociais como consequência da distância entre o cenário estatal e a vida social.

Novamente este distanciamento pode ser identificado na concepção de que as políticas públicas de educação têm sido pouco participativas, sendo construídas quase totalmente sem a participação da sociedade, já que são formuladas por agentes estatais que estão afastados da “vida real” e se encontram imersos na vida institucional. Uma das entrevistadas aborda o modo como se constroem as políticas públicas de educação e como ocorre a articulação entre movimentos sociais e os espaços institucionais:

Pesquisador: “E você sente que os movimentos sociais têm contribuído pra repensar a escola?”

Entrevistada: “Pelo menos não está chegando na escola.”

Pesquisador: “Mas aqui [na gestão] chega? Os movimentos sociais demandam mudanças?”

Entrevistada: “Não. Por exemplo, esse ano saiu o Plano Nacional de Educação, um plano pra 10 anos, quem participou foi só a Secretaria Municipal de Educação, parece que era um plano só pra secretaria municipal de educação,

é muito deprimente” (Entrevistada ES7, Gestora da Secretaria Municipal de Educação, Concursada e ocupando cargo de confiança).

Este trecho sintetiza uma concepção recorrente de que as políticas de educação têm sido pouco participativas, as comumente chamadas políticas de gabinete, que chegam às escolas muitas vezes verticalmente. A ausência de participação, segundo a fala dos agentes estatais, não se deve apenas à rigidez institucional. Parte desta responsabilidade é atribuída a desmobilização ou desconhecimento dos movimentos sociais acerca das dinâmicas estatais, pois, “se o pessoal fosse lá pressionar no momento da decisão, os problemas seriam menores” (Entrevistada 07).

Portanto, temos de um lado um discurso sobre a desmobilização e desconhecimento atribuído aos movimentos sociais pelos agentes estatais, que contrasta com relatos de diversos ativistas que falam da descrença e da insuficiência de ações do Estado, seja quando pressionado, ou através da cooperação dos movimentos sociais. Também foi tematizada pelos entrevistados a relação entre a escola e os professores (instituição e agentes estatais) e os alunos (sociedade):

A escola que nós temos hoje não está conseguindo ouvir esse aluno, justamente por isso que esse aluno está saindo da escola que é o que a gente está tentando trabalhar que é a questão da participação, quando eu falei ocupação é a participação né, talvez seja participação a palavra, a gente tem que ouvir mais as pessoas em todos os níveis (Entrevistado ES6, Concursado, Ocupando cargo em gabinete de uma parlamentar).

Porque tem uma coisa que as escolas ainda têm uma postura tradicional, historicamente construída, a escola ainda tem aquela visão, de uma das instituições mais herméticas que existem. A formação dos professores é muito tradicional, tem que mudar, tu vai conhecer aquelas poucas cadeiras ali didáticas, então o professor chega lá, ele pode ser um doutor ou pós-doutor, mas quando chega na **vida real** ele tem um freamento com o aluno, principalmente os nossos, com a violência e essas questões todas. (...) Os caras excelentes doutores, pós-doutores só que entram lá e pensam que estão no Yázigi dando aula de inglês, quan-

do as crianças não tem nem comida, então assim, a escola está muito longe da realidade, mas isso é um problema de todos nós e principalmente da universidade porque ali é que está construindo, é quem tem a competência de pensar e de formar os educadores (Entrevistada ES7).

A falta de proximidade concreta da escola e dos professores com seus alunos parece ser um dos fatores que refletem e produzem o conservadorismo e o fechamento institucional. Não é demais recordar que as instituições escolares são a ponta das políticas públicas de educação, e sua continuidade com os espaços de gestão e deliberação ocorre, não apenas pelas lógicas institucionais, regulamentos e diretrizes, mas também pelo trânsito e diálogo de pessoas entre a sala de aula, direção da escola, secretarias e gabinetes. Esses trechos trazem elementos para pensarmos a vida institucional e sua relação com a “vida real”: a escola, na condição de espaço público e institucional de circulação dos sujeitos sociais (alunos e familiares), expressa um contexto imbuído das demandas próprias da comunidade, que em muitos momentos estão em desacordo com as exigências e rotinas características desta instituição e de seu corpo docente. Quando os professores, formados em contextos distantes do cotidiano destas comunidades adentram o espaço escolar, o choque entre “realidades” se torna um mecanismo discursivo que expressa a incapacidade das políticas de educação de responderem às demandas da sociedade.

Aponta-se que a formação universitária não tem sido suficiente para garantir um processo de formação de professores condizente com a necessidade das escolas. Não somente a escola se tornou uma instituição fechada em si mesma, mas também a universidade, como formadora e produtora de conhecimento, estrutura-se de modo pouco permeável a outras “realidades” externas ao cotidiano acadêmico e escolar. A fala de um ativista expressa esta carência de sentido das práticas escolares, que se relacionam às políticas de educação se suas redes:

Eu concordo em parte que a escola é uma instituição “falida”, entre aspas, especialmente a educação pras classes mais baixas, aquelas classes que não tem um lugar ao sol no mercado de trabalho, então é falida não só porque ela

não propõe um modelo de sociedade melhor etc... mas porque ela é destituída de sentido. **Pra um menino da periferia entrar na escola pra subir na vida não faz nenhum sentido** (Entrevistado MS4, Ativista de diversos movimentos ligados à educação, ocupações, mobilidade urbana e outros).

A responsabilidade atribuída a esse processo, entretanto, não pode ser lida apenas no âmbito individual de cada professor ou gestor, mas sim no nível político-institucional das instituições educacionais e do Estado, como agente formador e gestor das políticas de educação e formação, e também nas lógicas institucionais que dificultam a assimilação de diferenças, pois muitas vezes “as políticas se constituem apesar do governo” (Entrevistada ES4, Concursada, Ocupou Cargo de Confiança na Secretaria Municipal de Educação).

A escola, enquanto espaço geograficamente enraizado nas comunidades e no contexto de vida de seus membros, poderia constituir-se como um dos espaços em que as trocas entre a instituição e a vida social ocorreriam de forma mais direta e intensa, pois o cotidiano da escola só existe nas relações de seus diversos agentes (estudantes, professores, gestores, famílias, etc.). No entanto, apesar do pressuposto de que a escola deveria ser um espaço de permeabilidade, percebe-se que esta não alcança a “realidade social” ou a “vida real” do público atendido.

(Des)Conhecimentos dos sujeitos sociais sobre o Estado

O “desconhecimento” dos sujeitos sociais sobre o funcionamento estatal, identificado entre gestores e parlamentares, explicita processos nos quais os agentes sociais demandariam questões equivocadas ou de forma equivocada. Estas pautas não poderiam ser resolvidas na urgência demandada pela sociedade, seja por conta burocracia que marca os processos estatais, seja porque tais demandas excederiam as possibilidades daqueles agentes ou espaços.

O distanciamento entre Estado e Sociedade e o fechamento da vida institucional é expresso na forma como se apresenta o funcionamento e

a dinâmica estatal, em toda sua complexidade, com relação à composição partidária, as mudanças nas gestões, a condução das políticas públicas e os procedimentos burocráticos, o que é identificado por vários entrevistados.

No Estado não deu pra avaliar, porque **quatro anos é muito pouco** pra sentir o impacto do que é bom e do que é ruim quando tu está construindo uma política pública e tu está buscando enraizar essa política, acho que **o maior desafio do gestor público é tu não ter uma política pública de governo mas ter uma política pública de Estado**, ou seja, o governo termina e a política pública continua (Entrevistada ES1, Cargo Técnico, Concursada).

Podemos destacar a temporalidade estatal, que difere muito das dinâmicas e ritmos da discursividade dos movimentos sociais. O tema da instabilidade nas políticas públicas frente às mudanças de governo é tema recorrente e contrasta com a estabilidade da burocracia que enrijece as possibilidades de ação e transformação das políticas públicas, outra noção também presente nas falas. A temporalidade das ações no Estado mostra-se estendida, aparecendo como justificativa quando alguma pauta não avança, pois demanda anos para que sejam vistos resultados, enquanto que as dinâmicas, as formas de organização e as demandas que mobilizam a população podem mudar rapidamente ou, até mesmo, ter efeitos imediatos. O discurso sobre a instabilidade nas políticas públicas devolve para o sistema eleitoral, mais precisamente para as mudanças de governo, as dificuldades para a produção de transformações que dialoguem com as pautas dos movimentos sociais.

Assim, muitas vezes os agentes estatais compreendem as ações dos movimentos sociais como “sem sentido” e impossíveis de implementar, indicando uma falta de saber dos sujeitos sociais sobre as lógicas do Estado. A ausência de ações em determinados processos, como no caso do Plano Municipal de Educação, citado anteriormente, também é vista como desconhecimento dos movimentos acerca do que seria importante demandar ou indicaria papeis esperados e não cumpridos por estes sujeitos.

Percebe-se no discurso dos agentes estatais uma naturalização da “realidade institucional”, como algo dado a priori e não passível de trans-

formação, cabendo, portanto, aos movimentos sociais conhecê-la. Neste discurso não está em questão o reconhecimento da crítica à institucionalidade que não funciona para responder às demandas apresentada pelos movimentos a partir da “realidade vivida”. Esta crítica estará presente no discurso dos ativistas. Entre a impermanência das políticas de governo e a permanência da burocracia estatal, identificamos nos saberes dos movimentos sociais alguns recursos discursivos que sinalizam para a descrença com as ações voltadas para o Estado.

A gente nota que o Estado tá cooptado na verdade. O Estado tá refém dos financiadores de campanha, do capitalismo, assim, e as nossas demandas muitas vezes não vão ao encontro do interesse da especulação imobiliária. A demanda de fazer a Zona Rural, de vinte mil hectares, uma área de proteção ambiental que foi uma proposta maior, que seria uma área de Zona Rural e uma área de proteção ambiental. Isso foi aprovado do Conselho de Meio Ambiente e as construtoras simplesmente não deixaram. Era uma grande APA na Zona Sul que seria muito maior do que a Zona Rural que seria uma área de proteção ambiental, não de preservação ambiental que iria tá no Conselho, no Conselho local que iria tá... A nossa ideia era trazer pra região extremo Sul um pouco pra essa governança do território que tá só no Conselho do plano diretor. Quem muda as coisas na Zona Sul é um pessoal que nem bota os pés lá. Isso passou pelo COMAM. Foi aprovado no COMAM. E virou projeto de lei, foi pra câmara e montaram em cima lá e (xxx) disse não isso não vai passar, isso aí nós não vamos deixar. E não passou (Entrevistado MS6, Ativista Ambientalista e Membro de Conselho).

Este caso é interessante, pois manifesta a heterogeneidade dos espaços estatais, já que a proposta da Zona Rural foi criada no encontro de ativistas e gestores. O projeto final foi elaborado por técnicos do governo em parceria com ativistas e aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, mas foi bloqueado em outras instâncias, entre elas, outro conselho de políticas públicas e a Câmara dos Vereadores, cuja proposta de lei apresentada sequer foi posta em votação. Este enredo expressa claramente

o Estado como cenário e não como agente, entretanto, ao se afirmar que o “Estado está cooptado” a noção de “agente” é recolocada. Configura-se a análise do sistema de funções e ações que engendram o discurso estatal, ambíguo e contraditório, mas que nos permite observar pontos de proximidade entre a sociedade civil e o Estado, visto que os agentes e repertórios envolvidos no conflito não estavam separados pelo pertencimento institucional, mas por um conjunto de crenças e interesses.

Embora o relato expresse esta complexidade, isto não impede que o Estado seja visto como agente e que os sentimentos de descrença e esvaziamento de sentido quanto à ação política em ambientes institucionais seja reforçado:

E: “Eu acho que via Conselho é... eu não vou dizer que é tempo perdido, eu acho que tem que ter uma frente nesses Conselhos, mas eu acho que a gente não pode destinar. Acho que a gente tem que colocar pessoas pra ter um aprendizado ali, de dois, três, quatro anos e... não dedicar pessoas de linha de frente, de primeira linha nesses Conselhos porque não é o lugar ali... não é ali que sai revolução né. Não é em Universidade, não é dentro de Conselho, não é aliada ao Estado, é referendando a participação popular. Não é aliada ao Estado e nem na Universidade que vai sair revolução nenhuma né. Acho que é na rua mesmo. Eu acho que é movimento social na rua mesmo. Eu acho que, não vou dizer que é pegar em arma né, mas eu acho que, tipo, atitude né. (...) **O pouco que se consegue ainda não é dentro de Conselhos.** E eu acho que é por aí. Eu acho que a gente tá optando mais na região né, tá junto com outros grupos lá né, tá junto com organização de produtores coisa e tal. Que a gente acredita que os Conselhos já é um lugar cooptado também né. (...) **Agora a gente vai continuar as lutas fora do Conselho, via campanhas, via outras coisas assim**” (Entrevistado MS6).

Os conselhos, espaços formais de relação entre os agentes estatais e sociais, e as instituições, são compreendidos como lugares nos quais as transformações são dificilmente operadas. Esta insuficiência também é identificada por um agente estatal:

A grande parte dos conselhos hoje não tem nem sede, não tem estrutura, isso falando dos conselhos, e as instituições da sociedade civil, nem todas têm recurso pra poder desenvolver seu trabalho, seu projeto, não têm minimamente um espaço cívico, tem que pagar aluguel, tem que pagar estrutura, tem que pagar um funcionário. (...) **Parece que existe um movimento do Estado pra não dar força e voz** pra essas pessoas que acabam desenvolvendo um trabalho importantíssimo, só que sem apoio, sem estrutura e esse desgaste de tu estar indo lá toda semana no conselho, e as pessoas não recebem nada. A grande maioria dos conselhos não tem, então as pessoas trabalham e ainda gastam do seu bolso, com transporte, ou com estacionamento ou sei lá eu com que, e daí vira um conselho de pessoas aposentadas, pessoas que já têm o seu recurso. A juventude, por exemplo, como vai participar de um conselho? (Entrevistado ES6).

O sucateamento dos conselhos e a ausência de recursos para a sustentabilidade dos movimentos sociais é reconhecido como impedimento para o bom funcionamento da política. Entretanto, estes limites, do ponto de vista do agente estatal, não refletiriam em descrença nos espaços de participação. Existe uma aposta no potencial dos conselhos, mas se reconhece que esses espaços recebem pouco apoio dos governos. Quando os entrevistados retratam a falta de apoio estatal para atividades dos movimentos sociais e espaços de controle social, reconhecem a importância do Estado para o fortalecimento da atuação desses movimentos e a necessidade de maior articulação entre Estado e sociedade.

A crítica aos fóruns institucionalizados de participação também incide sobre o perfil daqueles que participam dos conselhos, alcançando os movimentos organizados que habitam estas fronteiras estatais. Os agentes estatais se afastam da realidade social, mas os próprios militantes, que se legitimam nos espaços institucionais de controle social, afastam-se das bases do movimento que representam. A fala a seguir reforça a separação entre realidades, mas agora focando outros espaços e agentes:

Porque para o sujeito se envolver com as questões públicas duma cidade, de um Estado, um país, enfim, ele tem que gostar daquilo ali. Se ele já gosta daquilo ali, é natural

que ele já tenha um envolvimento específico, né?! Então de certa forma **ele pode também estar descolado da sociedade mais genuína**. (...) Mas tu podes falar a mesma coisa: “Ah! O sujeito é do movimento ‘X’! Mas ela passa só atuando aqui e ele mesmo não vai na própria base do movimento dele. Então pode ter um descolamento inclusive dentro do movimento, né?! (Entrevistado ES2).

Desta forma, surgem contradições existentes na representação da sociedade que, ao ocuparem espaços institucionalizados, como estratégia de participação junto à construção das políticas públicas, podem reproduzir o distanciamento já criticado entre Estado e sociedade, mas agora através da distância entre os representantes e a base dos movimentos sociais. Aponta-se também para uma possível fronteira entre os agentes sociais nos fóruns de políticas públicas, os movimentos sociais e a “sociedade mais genuína”.

A complexidade destes trânsitos discursivos sobre a participação e a política pode ser notada na fala de uma ativista de um movimento de jovens de periferia, que também identifica na sociedade desconhecimentos sobre a política:

A gente não é politizado em nada, as pessoas não fazem, só sabe reclamar, não que as pessoas não possam estar certas, reclamar do prefeito, do governador, do presidente. Só sabem reclamar, mas esquecem que tem um vereador, um deputado que também são eleitos, as pessoas só sabem que votar é no dia de votar, falar de eleição na época de eleição, passou a época de eleição as pessoas só reproduzem o que elas veem. **Falta aquelas pessoas se informarem pelos direitos, falta a informação chegar nas pessoas para as pessoas saberem seus direitos**. Tipo assim, para ser um político, eu acho que tu não precisa de muito, pra tu ser um vereador, um conselheiro tutelar, um deputado estadual, tu precisa ter dinheiro pra fazer a publicidade, tudo aquilo que a publicidade do candidato, que eles acabam recebendo uma verba do partido, essas coisas, e aí eu acho que falta essa informação. **Eu não acredito nessa política**, eu não me candidataria, eu posso dizer o meu pensamento não ia dar pra botar em prática, então eu faço essa parada in-

dependente que eu faço com amor mesmo, então eu não me vendo (Entrevistada MS7, Ativista de Movimento de Juventude da Periferia).

Percebe-se a descrença e carência de sentido nas instituições públicas e na política institucionalizada, em especial na democracia representativa que é restrita à escolha de representantes. Identifica-se a necessidade e responsabilidade de a população conhecer e constituir espaços políticos e de participação social direta, sinalizando para uma perspectiva de democracia participativa, mas por fora do Estado. Esta fala mostra que não são apenas os agentes do Estado que identificam a falta de informação ou o desconhecimento da população como um problema para a política. No entanto, os agentes estatais apontam o desconhecimento do funcionamento do estatal, enquanto os agentes sociais explicitam o falta de informação sobre direitos.

Na relação entre Sociedade, Movimentos Sociais e Estado, os processos de negociação dos ativistas por recursos, além do acesso a estes, e participação nas estruturas institucionais são criticados, não apenas por desinformação, desmobilização ou erros estratégicos dos movimentos sociais, mas pela lógica das ações dos grupos organizados:

Os movimentos, desculpa, mas tem muitos que ainda ficam nos projetinhos, naquela mesmice de querer dinheiro para sua ONG, isso é o movimento, CC para seu movimento, que é muitas vezes para a liderança do movimento e que vão lá e fazem manobras partidárias! E nesse entendimento a gente tem que se dar conta e não começar a agir e gente vai se enrolar cada vez mais e a coisa vai desandar num grau... e não vai adiantar pintar a cara, mostrar as tetas e sair pra rua pelada. Porque, a gente vai começar a perder a força dos nossos, porquê vão calar, não vão aguentar tanto processo, psicologicamente te afeta tudo isso. E quando eu te falo isso ressaltar a importância dessa cadeira do conselho... (Entrevistada ES3, Cargo técnico em Educação e Direitos Humanos).

Podemos notar a falta de credibilidade quanto às possibilidades de atuação política junto às instituições estatais e com relação aos ativistas

de movimentos sociais e organizações não governamentais que mais se aproximam do Estado e seus fluxos e procedimentos institucionais, tais como editais de financiamentos, cargos de confiança etc. Neste caso, re-toma-se a perspectiva dicotômica na relação Estado/Sociedade, uma vez que a participação de agentes sociais na estrutura estatal e na partilha dos recursos públicos é compreendida como um processo de cooptação e de diminuição da capacidade de estar conectado com a realidade social. Por outro lado, mesmo os movimentos sociais que criticam a burocracia estatal acabam por depender dela e de suas dinâmicas organizativas e financeiras. Essa questão, segundo a entrevistada, acaba por comprometer a atuação dos movimentos e seus militantes.

As diversas críticas à participação em espaços institucionais podem estar relacionadas à carência de “pensamento estatal”, como argumentam Abad e Cantarelli (2013), que está condicionada a três aspectos relacionados: a) perda de centralidade do Estado; b) predominância de um senso comum apolítico e aestatal; b) ausência de uma ética estatal comum. Segundo os autores, as subjetividades construídas no âmbito estatal contemporâneo não tomam mais o Estado como referencial, o que produz uma carência de reflexões sobre o Estado e sobre as formas de ocupá-lo. Ao contrário do anarquismo antiestatal ou do Estado mínimo liberal, a ocupação do Estado hoje se orienta mais no sentido da gestão pela busca da eficácia técnica, pela transparência e horizontalidade, típicas da lógica empresarial: “como um efeito não calculado do desprestígio da política, a convivência comum se transformou, pouco a pouco, em um assunto de técnicos ou moralistas” (ABAD; CANTARELLI, 2013, p. 28).

Frente a este cenário de sentimentos aestatais, como os ativistas buscam formas alternativas de ação política e constroem significados sobre suas práticas?

Ações coletivas apesar do Estado

Alguns de nossos entrevistados foram escolhidos para esta pesquisa por participarem de grupos que atuam por meio de lógicas que podemos denominar de autonomistas, o que estaria relacionado à recusa de estruturas hierárquicas, liderança e inserção em processos institucionais, sobretudo governamentais. Apontam para formas mais horizontais de organização grupal, autonomia no financiamento, na gestão das ações coletivas, maior flexibilidade e articulação de temas e conteúdos da política, entre outros aspectos. Estes grupos expressam formas de pensar a política que nos parecem interessantes para refletir sobre as fronteiras estatais desde fora, mas também sobre os processos de significação que constituem os sentimentos estatais.

Ao contrário da perspectiva clássica sobre movimentos sociais, sobre sua constituição estar relacionada a demandas, parcerias e conflitos com o âmbito estatal, estes movimentos constroem suas ações focados nas comunidades, sem a intenção de que essas intervenções se tornem políticas públicas.

É muito difícil, eu não dependo deles, eu não acredito! na nossa política convencional, eu joguei minha toalha mesmo, estou fazendo minha parte, a minha revolução é essa, é estar fazendo pelo coletivo, plantando uma arvorezinha ali na praça, e até já ouvi de pessoas que não pode plantar, até eu já sabia né, mas já ouvi de pessoas que não pode plantar árvores frutíferas, o porquê eu não sei, deve ser porque suja o chão. Aí quer me algemar, me levar preso porque eu estou plantando uma árvore frutífera? Pode me levar, eu vou plantar! Essa praça aí, não que ela não tinha árvore, ela devia ter umas 15 árvores. Tudo que tem agora foi a gente, e a gente não vai parar, a minha revolução é essa, é plantar uma árvore, eu digo a minha pessoal, porque aqui no coletivo eu não estou fazendo só por mim, eu faço por mim porque sempre quis que isso acontecesse um dia, eu não sabia dizer o que era, era um sentimento que estava dentro de mim (Entrevistada MS7).

Além do foco na comunidade, sem a mediação institucional, notamos também questionamentos quanto algumas perspectivas tradicionais de

mudança política, tal como a noção de revolução e de outras propostas que apostam em mudanças estruturais:

A revolução tem um pouco de ter uma certeza do que vai ser bom pra todo mundo e isso já é um equívoco, já é um desejo de verdade, eu já tenho uma postura que isso almeja um fascismo posterior, então meio que soltar um pouco disso tudo pra mim já é tentar ser mais criativo e produzir outras coisas (...) (Entrevistado MS2, Ativista de Movimento de Temática Educacional).

Expressa a crítica às ideias totalizantes e a uma noção de “verdade”, ou seja, à possibilidade de produzir um sentido social comum generalizável. Neste caso, as políticas públicas e instituições existentes são questionadas, pois reduzem as possibilidades existenciais de constituição dos sujeitos:

(...) e acho que o exemplo mais claro disso é quando as políticas públicas e as instituições postas que existem e nos são oferecidas, por exemplo, para a produção de conhecimento, não nos servem, **elas são instituições entristecedoras**, eu entro em uma instituição legitimada para a produção do conhecimento e eu me entristeço, a potência diminuída, e tá, o que eu faço? Me submeto a essa instituição e **vou fazer isso ou eu vou fazer uma outra coisa?** (Entrevistado MS2).

A perspectiva, desses agentes, é de crítica e de não submissão às instituições, mas não está colocada a perspectiva de mudança e transformação destas. Ou seja, não está em questão estabelecer relação entre as “realidades institucionais” e a realidade da vida.

Esse simples pensar reflexivo sobre a possibilidade de criar uma outra coisa já é a saída para o movimento, então vamos fazer uma universidade desinstitucionalizada onde a gente trabalhe a desinstitucionalização de si, onde a gente consiga tirar o ranço da submissão de dentro de si, onde a gente adote uma política rebelde de insubmissão, de não se submeter, não se deixar ser capturado, e que daí entra uma ética, uma estética da vida, de valorizar a vida, o que valoriza a vida (Entrevistado MS2).

O ativismo, neste caso, está mobilizado para a produção, a partir da ação autônoma dos agentes sociais, de novas formas de organização e

subjetividades. Não está colocada como questão destes agentes sociais a relação com as instituições e o Estado.

Não vou entrar em nenhum ranço de criticar nem as instituições nem os movimentos sociais, mas esse pensamento é interessante, toda a vez que a gente está capturado por algum conceito, é uma captura, a minha vida está diminuída, eu sou monocromático, então eu acho que essa pluralidade, essa dança constante, esse processo de criar bifurcações na existência, de criar a vida como uma criação mesmo, de ficar criando ela, e não repetindo e mantendo, e conservando, porque até tu pode conservar uma luta por muito tempo e tu se torna conservador, mesmo nessa luta, e a gente almeja resultados e o resultado almeja uma felicidade posterior que eu aguento a tristeza do agora então é uma coisa que pra mim não me serve, **pra mim a revolução é imediata, é agora que eu faço e me sinto satisfeito agora**, não vejo macrorrevoluções e mudanças massivas como as efetivas (Entrevistado MS2).

Tudo que a gente faz sai do nosso bolso, no amor, o **“nós por nós”** é certo, quem está conosco ajuda de alguma forma, o que a pessoa puder ajudar ela vai ajudar porque quer ver acontecer mesmo, as pessoas ajudam mesmo, **então é tudo no amor**, até queria ter um apoio pra ser mais fácil fazer as atividades, mas não temos, não temos nenhuma ajuda (Entrevistada MS7).

Podemos dizer que a atividade política ganha um enfoque mais particular e menos afeito às mudanças institucionais e relações com o Estado. Ao descrever as mudanças no perfil da militância ocorrida nas últimas décadas, Tejerina (2011) argumenta que “enquanto os ativistas de décadas passadas davam um sentido vital a um projeto político, convertendo a política no núcleo central de sua vida, nos últimos anos os ativistas mais jovens parecem optar por dar um sentido político a um projeto vital” (p. 282).

Nesta mesma direção, podemos notar que as opiniões e os projetos singulares ganham maior centralidade na condução das ações e nos processos de significação da própria política. Estes militantes defendem que as transformações nas quais acreditam precisam começar na prática, em suas vidas e nos espaços que ocupam. Assim, a aposta em mudanças pequenas

e imediatas sobressai-se às mudanças amplas e “macrorrevoluções”. Isso demarca uma mudança importante na compreensão dos processos políticos destes movimentos sociais.

Ao mesmo tempo em que essas críticas às instituições expressam sentimentos astatuais, também apontam os excessos do processo que podemos chamar de burocratização da vida, como podemos destacar em dois exemplos. No primeiro, já citado acima, a entrevistada relata seu ativismo com o plantio de árvores e, mesmo reconhecendo a proibição pelo poder público, atribui um sentido ético e comunitário para as ações do grupo no qual atua. O segundo está relacionado com a exigência estatal da escolarização formal, independente das escolhas particulares da família, como no caso de um entrevistado que estava sofrendo um processo judicial por ter optado por educar sua filha fora da escola:

No núcleo dessa questão está a certificação, está a chancela “quem disse que eu sei? Quem me autorizou a fazer determinada técnica, me autorizou a ter determinado conhecimento?” A forma como a academia autoriza os conhecimentos a gente conhece e é uma forma totalmente falida de autorização (Entrevistado MS3, Ativista de Movimento de Temática Educacional).

Neste caso, um dos grupos no qual este entrevistado milita, discute a compulsoriedade da escolarização formal e a certificação do conhecimento pelas instituições e tem proposto ações que instauram processos pedagógicos diferenciados. Além disto, este grupo envolveu-se com um coletivo nacional que vem buscando a criação de uma escola alternativa:

Então, Pedagogia 3000, Waldorf, todas essas possibilidades, mas em algum momento também vão tentar enquadrar isso dentro da LDB, vão tentar que ela seja legitimada pelo Estado pra que você tenha uma menor dificuldade por parte dessa criança que ainda é uma discussão que se tem muito forte dentro da desescolarização ou da escolarização em casa que são coisas completamente distintas pra mim... né, de como é que você vai certificar essa criança ou do ponto de vista do Estado, você é negligente, você pode ser processado. E no Brasil você tem medo, né... ao fazer a crítica política ou ao se

fazer alguma coisa, se tem muito medo do que se pode criar; principalmente de se responsabilizar por alguma coisa (Entrevistado MS4).

A noção de que o processo educacional deve ser ofertado e regulado pelo Estado produz espaços de legitimidade que são enfrentados com a desobediência e com ações coletivas que politizam debates em torno do caráter repressor desses processos. Essa crítica produziu projetos alternativos de educação que, ao mesmo tempo em que se contrapõe aos modelos institucionais, encontram barreiras e reações recriminatórias da sociedade e do aparelho estatal. De um modo geral, os ativistas não negam o Estado, mas criticam a forma como os processos institucionais ocorrem e defendem a existência de projetos autônomos.

Embora com um viés bastante distinto, também localizamos formas análogas de atuar nas instituições educacionais. Uma de nossas entrevistadas, que foi gestora e estava atuando no ambiente escolar, relata experiências alternativas como forma de desenvolver ações que, pelas vias institucionais, jamais seriam possíveis (seja pela regulamentação, burocracia ou falta financiamento), como o caso dos “mutirões”:

A gente trabalha muito com mutirão. A nossa rede hoje tem essa marca, porque tudo tem a ver com aquele pano de fundo inicial, que é o protagonismo, o trabalho em equipe, o trabalho participativo, o trabalho democrático, que vai culminar no quê? Mutirão! O que é um mutirão, senão a forma mais democrática de reorganizar um lugar? Ou de planejar junto? Um mutirão (Entrevistada ES4).

Assim, novamente há uma aposta em ações de autogestão e de protagonismo, agora no ambiente escolar. Apesar de se desenvolver no espaço institucionalizado da escola, o “mutirão” utiliza meios não institucionalizados para a resolução de problemas cotidianos.

Os movimentos autonomistas, apesar de desenvolverem suas ações concretas às margens das instituições governamentais, não se mostram completamente contrários às instituições governamentais e políticas públicas de educação. No trecho abaixo, o trânsito discursivo aponta para

uma conciliação entre a estrutura burocrática estatal e as propostas alternativas de educação:

Um ponto de vista que a gente está operando depois do encontro de ontem é de operar um pouco na educação de si, uma educação em que eu confio na minha autopoiesis, e aí tudo bem, eu já estou aceitando também, vamos aceitar uma escola legalizada, com toda a regulação burocrática, aceita-se isso, mas vamos seguir na educação de si, pra poder mudar isso, poder confiar em vários processos, se ela ficar muito engessada e dura a gente faz outra coisa de novo, e quem quiser ficar no engessamento fica. (...) Outra coisa é que as políticas públicas de educação são muito boas, não são ideais, as perfeitas que eu adoraria que fossem, mas muitas políticas, a legislação já é muito boa, a prática não reflete isso, **a LDB é bacana, tem muita coisa legal** (Entrevistado MS2).

Mesmo propondo modelos de educação alternativos e autogestionários, os entrevistados atribuem alguma qualidade às políticas de educação. Os ativistas sociais apontam elementos sobre a relação entre processos instituídos e instituintes nas práticas educacionais. Trata-se da contradição que estaria instaurada principalmente pela distância entre os aspectos normativos (LDB e outras legislações) e a prática educacional cotidiana.

Estes grupos podem ser analisados através do que Fominaya (2015) conceitua como o paradoxo das identidades coletivas anti-identitárias: mais do que se recusar a fazer parte das instituições tradicionais, recusam a própria institucionalidade. Assim, a característica que define esses grupos não está centrada em quem são os indivíduos ou o que é o movimento, mas em quem eles NÃO são e com quem eles NÃO se associarão. Expressam a rejeição de um modo de fazer política e afirmam recursivamente a necessidade de autonomia, horizontalidade e abertura. Os movimentos autônomos são mais inclusivos e lidam melhor com a diversidade e o pluralismo dos processos de identificação. Não estando focados na construção de institucionalidades, passam mais tempo organizando ações práticas e trazem criatividade para a vida pública. Entretanto, segundo a autora, por não afirmarem uma identidade, os movimentos autonomistas acabam

ficando sujeitos às definições e rotulações da mídia e do público em geral. Além disto, eles podem ter problemas de visibilidade, pois se recusam a demonstrar representatividade. Quanto mais a proposta aproxima-se da anti-identidade, maior parece ser a dificuldade para sustentar ações de médio e longo prazo, bem como para propor ações que agreguem recursos e um número grande de pessoas em ações práticas.

Especulações à parte, como expressão da expansão do político, estas produções coletivas colocam dilemas para sua cristalização em políticas públicas que sejam universais ou suficientemente consensuais para a gestão pública tal como a conhecemos. Ao recusarem a lógica da cidadania, universalista e excludente por princípio, podem acabar por produzir um reducionismo à espontaneidade e serem menos capazes de confrontar as contingências históricas e sociais. Porém, muitos destes coletivos são radicais em apontar os limites para a constituição de laços e vínculos sociais, que as instituições suturam, muitas vezes, de forma violenta.

Considerações finais: distintas temporalidades, especialidades e segmentações

Nossa análise nos leva a apontar uma característica marcante nos sentidos e significados produzidos por sujeitos que trabalham nos espaços estatais, com relação à fronteira Estado/Sociedade: ao identificarem o “desconhecimento” dos sujeitos sociais acerca das capacidades estatais, como explicação para não responderem às demandas sociais, não colocam em questão o insulamento institucional que produz a naturalização sobre o (não) funcionamento do Estado e uma leitura altamente setorializada e segmentada da “realidade social”. Esta perspectiva torna-se mais marcante quando notamos, na fala dos ativistas, um trânsito mais acentuado entre temas, repertórios e espaços, articulando em seus discursos aspectos da vida cotidiana relacionados a múltiplos campos das políticas públicas, diversidades de formas de ação e também maior distinção de discursos acerca de processos de politização.

Torna-se visível que a descrença acerca da democracia representativa

é comum tanto aos agentes do Estado quanto aos Movimentos Sociais. A possibilidade de representação das ideias e interesses da “sociedade mais genuína” é colocada em questão. Os processos de captura e de institucionalização, que são direcionados aos espaços e agentes estatais, tem sido atribuídos aos movimentos sociais e seus militantes, na medida em que estes se aproximam ou atravessam as fronteiras em direção ao Estado. Essa questão aponta para a necessidade de pensarmos as formas de subjetivação que entrelaçam a sociedade, o Estado e os movimentos sociais, e que atravessam esses diferentes espaços e agentes em processos similares.

Além disso, os processos de subjetivação são limitados pelo engessamento do cotidiano e pela carência de tempo para interações que poderiam interromper os automatismos nos espaços estatais. A temporalidade do trabalho no Estado, com os múltiplos compromissos e procedimentos excessivamente padronizados, produzem uma carência de reflexão que afasta o agente institucional de dinâmicas que favoreçam processos de subjetivação política no interior das instituições governamentais. Isto não significa, entretanto, a impossibilidade de que isto ocorra, apenas que a temporalidade estatal é uma representação do que Rancière (2010) chama de lógica policial, com formas de gestão das identidades que associam funções a status sociais, naturalizando as formas de ser e pensar o cotidiano e as instituições.

Entretanto, os discursos analisados apontam para a construção de espaços de experimentação exteriores às instituições públicas, bem como para algumas possibilidades de processos de ruptura e ressignificação política que se dão nas relações cotidianas entre agentes sociais e estatais que ocorrem nos espaços governamentais. Embora tratando de concepções e práticas políticas muito distintas, identificamos pontos de convergência nas concepções dos agentes de diferentes âmbitos de atuação. Estes pontos de convergência podem ser importantes para teorizarmos sobre processos de transformação social de modo a articularmos práticas institucionais e autonomistas de disputa política. Entre eles, destacam-se: a incapacidade dos agentes que atuam na “realidade institucional” de res-

ponderem às necessidades da “vida real” e à naturalização deste “funcionamento”; a cooptação e institucionalização dos agentes, estatais ou sociais, quando próximos ou dentro do espaço estatal; a potencialidade transformadora dos sujeitos visualizada com maior potência nas práticas comunitárias e autogestionárias e em menor grau nas relações estabelecidas nos espaços e instituições estatais.

Esta análise nos coloca algumas perguntas: deveríamos apostar nos processos institucionais, porém com sentimentos e ideologias renovadas? Ou será que nossos marcos analíticos ainda não foram capazes de analisar as novas formas organizativas e de sociabilidade? Será que as funções políticas tradicionais, como a liderança, por exemplo, se tornam tão processuais com o uso de novas tecnologias e sociabilidades que a agência humana perde a centralidade? Como propor formas alternativas de impactar as instituições? A progressiva renovação e extensiva criatividade são suficientes para alterar as sensibilidades coletivas?

De um lado, a incapacidade de a “realidade institucional” conectar-se à “realidade social”, e, de outro, a atuação dos ativistas sociais cuja centralidade discursiva é a da autonomia em relação às instituições recolocam para o campo teórico a pergunta: como articular diferenças e afirmar individualidades, entre a igualdade e a liberdade (a pergunta moderna)? Isso, sem reificar a fluidez e institucionalizar o individualismo e o vazio institucional (a pergunta pós-moderna)?

Referências

ABAD, S.; CANTARELLI, M. **Habitar el Estado**: Pensamiento estatal em tiempos a-estatales. Buenos Aires: Hidra, 2013.

ÁLAMO, F. **Análisis Sociológico del Sistema de Discursos**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2010.

FOMINAYA, C. F. Autonomous social movements and the paradox of anti-identitarian collective identity. In MCGARRY, A.; JASPER, J. (ed.) **The identity dilemma**. Philadelphia: Temple University Press, 2015. p. 65-84.

MACHADO, F. V. **Do Estatal à Política**: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010). Tese (Doutorado em Psicologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013a.

MACHADO, F. V. Subjetivação Política e Identidade: Contribuições de Jacques Rancière para a Psicologia Política. **Revista de Psicologia Política**, v. 13, n. 27, p. 261-280, 2013b.

RANCIÈRE, J. **Política, policía, democracia**. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

RANCIÈRE, J. **El desacuerdo**: Política y filosofía. Buenos Aires: Nueva Visión, 2010. SILVA, M. Atores, Espaços e Repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. In: SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. H. (org.). **Movimentos Sociais e Engajamento Político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Editora UFSC, v. 1, 2015. p. 133-160.

TEJERINA, B. **La sociedad imaginada**. Movimientos sociales y cambio cultural en España. Madrid: Editorial Trotta, 2011.

“VOTO SIM PELA MINHA FAMÍLIA!”: PSICOLOGIA SOCIAL E A CONJUNTURA ATUAL NO BRASIL

Antonio Euzébios Filho

Introdução

Quem acompanhou a votação da Câmara Federal que decidiu pelo afastamento (e posterior impeachment) da presidenta Dilma, em 2016, viu que em grande parte das declarações de voto foram evocadas, em homenagem à família, aos filhos, aos netos ou a figuras conservadoras da nossa história... Isso mostra que a política vai além da materialidade econômica, embora não seja descolada dela.

Nosso objetivo é refletir em torno de alguns contornos psicossociais da conjuntura política na atualidade no Brasil, com base em ferramentas que a Psicologia Social crítica nos oferece em diálogo com conceitos do materialismo histórico e dialético, como ideologia e consciência de classe. Assim, queremos entender um pouco do que está por trás do “Voto sim pela minha família”.

O “Voto sim pela minha família”, gritado aos quatro cantos da Câmara Federal, ilustra o fisiologismo em que o Estado brasileiro está mergulhado, tendo em vista o beneficiamento do público pelo privado e a legislação regida por interesses particulares dos próprios legisladores, o qual culmina em assistencialismo e coronelismo, exercidos por poucas famílias, em um cenário que combina repressão com desigualdade social (FALEIROS, 2004; SAWAIA, 2001). Para dar um exemplo de como esses elementos se mostram presentes, citamos a declaração de voto do deputado federal Marcos Feliciano, transcrita pela *Folha de São Paulo* (2016):

Com ajuda de Deus, pela minha família e pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem pra Rua, dizendo que Olavo tem razão, dizendo tchau para essa querida, e dizendo tchau ao PT, partido das trevas, eu voto sim!

Vale lembrar que Marcos Feliciano é um deputado conhecido por defesas de projetos como a Cura Gay e a redução da maioridade penal, como torna público a mídia. Esta frase foi pinçada porque é representativa do pensamento da burguesia brasileira, ao mencionar movimentos como Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua, ambos dirigidos por setores da juventude ligados aos partidos fisiológicos do Estado brasileiro há décadas no poder¹. O deputado faz também menção a Olavo de Carvalho, um dos principais nomes do discurso conservador do Brasil. Por fim, o deputado citado faz menção a “Deus” (sic), finalizando com um “tchau para essa querida” (sic), em um tom tipicamente machista. Juntem-se todos estes elementos e o resultado é uma câmara de deputados dominada por setores que representam os valores mais conservadores da nossa sociedade, somando-se aos interesses sempre presentes no mercado capitalista das oligarquias, da indústria, do agronegócio etc².

Todavia, notem que a composição dos poderes (econômico, político e parlamentar) atual não foi minguada; tampouco a “correlação de forças” inverteu-se com os governos Lula e Dilma, mas foi, sim, aprofundada e fortalecida. É justo considerar, porém, que pela composição de forças no interior da base do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo ainda alguns setores ligações históricas com movimentos sindicais e sociais, os governos de Lula e Dilma apresentaram

1 Para uma análise sobre as raízes ideológicas da direita tradicional brasileira, consultar um interessante texto ainda da década de 1980 (PIERUCCI, 1987). E para entender como essas características perduram até os dias atuais, em uma melhor compreensão acerca das influências que constituem movimentos atuais como o MBL, ver Melo (2015).

2 Para se ter uma ideia de quem compõe a Câmara Federal, a Agência Pública divulgou, em 2016, pelo site Congresso em Foco (CONGRESSO EM FOCO, 2016), as bancadas mais atuantes e numerosas da CÂMARA FEDERAL, que são: em primeiro lugar, aquela composta por parentes, com uma representação de 238 deputados, seguido de empreiteiras e construtoras, com 226 representantes; economia agropecuária, 207; seguida dos evangélicos, com 197 deputados. Por outro lado, a bancada dos sindicatos reúne apenas 43 deputados e 23 são da bancada dos direitos humanos. Esse é o resumo da nossa democracia representativa, que se encontra em frangalhos diante das crises cíclicas do capitalismo.

pequenos avanços, principalmente no campo das políticas sociais, se compararmos com os governos federais que os antecederam e com o atual governo Temer. Entre o PT e o que o chamamos de direita tradicional (na forma como PIERUCCI (1987) e MELO (2015) entendem os setores mais conservadores e autoritários da burguesia, há décadas no poder, como, por exemplo, aqueles que compõem os partidos da base do governo Michel Temer), podemos citar algumas diferenças práticas: por exemplo, em relação ao espaço que determinadas pautas sociais, geradas por reivindicações específicas, conquistaram, principalmente, nos governos Lula. Para dar um exemplo próximo à realidade da psicologia, citamos a estruturação de uma política nacional de Assistência Social e de Saúde Mental, na década de 2000, que foi empreendida por setores que compuseram, até recentemente, a base petista, direta ou indiretamente.

No entanto, também consideramos justa a afirmação que coloca o “Lulismo” (SINGER, 2009) como essencialmente neoliberal (BOITO JÚNIOR, 2003; ANTUNES, 2008), especialmente no que tange àquilo que, para os marxistas, tem um papel central na política: a economia.

A combinação de desenvolvimentismo com neoliberalismo é o que caracteriza, segundo Singer (2009, 2012, 2015), o que ele chama de Lulismo. O porta-voz do primeiro governo Lula (SINGER, 2009) avalia que votos da população de “baixíssima renda” foram decisivos para dar largas vantagens sobre os oponentes nas duas eleições de Lula. O autor demonstra, em dados eleitorais, que o “Lulismo” se consolidou no segundo mandato, em 2006, principalmente como reflexo das políticas de distribuição de renda. Para o autor, o Lulismo é caracterizado por um percentual significativo de votos daqueles considerados de baixa ou baixíssima renda e representa uma fração da classe trabalhadora que deseja um Estado forte para combater a desigualdade social, mas que não ameaça a ordem estabelecida. Deste modo, Singer avalia que o chamado “subproletariado” (em contraposição à visão monolítica de “classe média”) sustentou por mais de uma década a política petista (SINGER, 2015).

Na análise dos movimentos internos da burguesia nacional face aos governos petistas, Singer (2015) afirma que:

A reativação do mercado interno por baixo, realizada nos dois governos Lula, junto com a manutenção de linhas macroeconômicas neoliberais, parecia ter estabilizado, ao final do segundo mandato do ex-presidente, duas coalizões de classe contrapostas. De um lado, uma coalizão produtivista, reunindo facções da burguesia e da classe trabalhadora organizada, ambas supostamente interessadas em aumentar a produção e o consumo internos. De outro, uma coalizão rentista, reunindo a facção financeira do capital e a classe média tradicional, as duas voltadas para altos ganhos financeiros, em uma perspectiva de divisão internacional do trabalho na qual o Brasil se concentraria em exportar commodities, importando os produtos de alto valor agregado que não seria capaz de produzir. Dividida, por sua vez, entre o interesse de ter um real desvalorizado e, ao mesmo tempo, manter fluidas as vias de comércio exterior com um mercado nacional aberto às importações, a burguesia agroexportadora estaria associada a uma e outra das coalizões acima referidas, oscilando entre ambas (p. 12).

Assim, o autor sustenta que, enquanto a economia mundial suportou esta coalizão, nos dois mandatos de Lula, o então presidente conseguiu garantir um apoio popular significativo, procurando conciliar interesses de setores da burguesia com uma fração da classe trabalhadora, o “subproletariado”. Porém, Singer (2015) avalia, com razão, que o governo Dilma não teve o mesmo sucesso conciliatório, considerando uma conjuntura política e econômica distinta da década anterior. Como diz o autor:

Tudo leva a crer que, na conjuntura de prolongada retração mundial que se reabriu em meados de 2011, a presidente entendeu ser necessário dar os passos para garantir a continuidade do crescimento econômico e combate à desigualdade. Em consequência, entre meados de 2011 e meados de 2012, houve no Brasil um verdadeiro ensaio desenvolvimentista. Ao enfrentar o capital financeiro que, pela primeira vez desde o início do lulismo, havia perdido o controle do Banco Central, o governo tentou romper com os limites impostos anteriormente e, assim, dar continuidade ao projeto lulista (p. 13).

Em resumo, o que Singer quer demonstrar é que o governo Dilma deixou de ser útil para a burguesia. O autor, porém, não faz uma análise aprofundada sobre os limites desta política “desenvolvimentista”, transformando a debilidade dos governos petistas em virtude – uma debilidade que reside, justamente, na tentativa de conciliar os irreconciliáveis interesses de classe (e com uma certa dose de ingenuidade ao considerar que, no primeiro mandato do governo Dilma, o capital financeiro havia perdido o controle do Banco Central).

É fato que as gestões federais dos governos petistas, totalmente guiadas pela lógica econômica neoliberal, geraram descontentamentos de setores da classe trabalhadora que depositaram seus votos em Lula e Dilma. A burguesia viu espaço para dar mais agilidade às políticas de austeridade. Por outro lado, os trabalhadores (ou aquilo que Singer chama de “subproletariado”) desiludiram-se ou indignaram-se pelo fato de suas vidas não terem melhorado substancialmente, visto que este “desenvolvimentismo” alargou a distância entre ricos e pobres no Brasil, como apontam Shorrocks, Davies e Lluberas (2014).

A engrenagem deste “desenvolvimentismo” funcionou até quando a burguesia (e o mercado) puderam suportar. Com o agravamento da crise econômica e a queda de popularidade de Dilma, desgastada também com sua base aliada, a classe dominante decidiu pela troca de comando do Estado – e não é preciso dizer que o discurso da “renovação” colocou uma figura já velha conhecida no cenário político brasileiro: Michel Temer, um personagem totalmente descolado dos movimentos sociais e que não se preocupa, necessariamente, com a sua popularidade; ele seria a figura viável para comandar a aceleração dos cortes sociais e, por outro lado, desacelerar as investigações públicas sobre parlamentares ligados aos governos Lula-Dilma-Temer.

Assim, a troca de comando também renovaria os votos pelo fim da

Operação Lava Jato³, que ficou conhecida recentemente por escancarar as relações promíscuas entre Estado e os grandes conglomerados do setor privado – diga-se de passagem, uma característica histórica do Estado brasileiro (FALEIROS, 2011).

Enfim, com a imposição do capital e dos setores conservadores, que frequentam por décadas o parlamento brasileiro, e com as pautas de direita ganhando as ruas sob gritos de “Fim da corrupção” e “Fora PT” (MELO, 2015), a base aliada de Lula e Dilma, propriamente seu núcleo central, o PMDB, percebeu ser possível enfraquecer a hegemonia do Lulismo no momento em que ele não lhes interessou mais – pelo menos, neste momento, no plano federal. Consequentemente, partidos da direita tradicional puderam contestar e atacar, sob um viés conservador, os governos federais e a base parlamentar petista. Fez-se, então, o governo Temer.

Mas, para além deste fato consumado, neste capítulo queremos chamar atenção para a questão de este processo de impeachment tornar explícito alguns contornos psicossociais da política brasileira, que não são novos e que estiveram presentes nos mais de dez anos em que o PT esteve à frente do governo federal. Por *psicossocial* entendemos um processo contínuo de múltiplas determinações, que revelam um determinado entrelaçamento de dimensões da subjetividade e da realidade concreta (MARTÍN-BARÓ, 1998; 2000). Os contornos psicossociais a que nos referimos são resultados de determinadas mediações estabelecidas entre consciência e política: chegamos então ao campo da ideologia.

Ideologia pode ser compreendida como um processo psicossocial cujas bases objetivas se encontram nas relações de poder, fundadas pelo modo de organização econômica. Porém, não são só econômicas. A ideologia revela, segundo Martín-Baró (1997), decodificações simbólicas de problemas concretos, organizadas a partir de um modo de vida (MARTÍN-BARÓ, 1981; 2000). É uma decorrência do processo de alienação, que tem

3 Até mesmo a Ordem de Advogados do Brasil (OAB), que se prontificou a apoiar o impeachment da presidenta Dilma, declarou-se preocupada com a permanência do senador Romero Jucá no governo, figura central do governo Temer, mencionando o áudio vazado em que o parlamentar afirma ter intenção de minar a operação Lava Jato (MARTINEZ, 2016).

como origem o modo de produção baseado na propriedade privada, mas que ganha contornos psicossociais não descolados da materialidade, os quais, porém, não se prendem totalmente a ela. Isto nos autoriza a dizer que os anseios políticos não são justapostos aos interesses objetivos de classe, como afirmou Martín-Baró (1981) e Iasi (2006). Há atravessamentos e disputas no campo ideológico. Porém, a ideologia não se explica sem a economia; assim, seguimos com a premissa marxista de que há uma ideologia dominante, da classe dominante – e é dela que trataremos com apoio de referências da psicologia social acerca de determinados contornos psicossociais da realidade latino-americana.

A realidade latino-americana na ótica da Psicologia Social crítica

Martín-Baró, em seu tempo, descreveu uma realidade latino-americana não muito diferente da atual: pobreza e miséria convivendo com problemas de infraestrutura nos bairros populares, violência policial e confronto entre grupos armados (MARTÍN-BARÓ, 1981; 1997; 1998; 2000), tudo isto somado a uma resposta violenta do Estado, pela polícia e também pelo autoritarismo dos governos. Tal autoritarismo expressava-se, política e economicamente, por meio de um conservadorismo encarnado no mercado financeiro, nas instituições sociais e no modo de vida burguês. Assim, o autor descreveu cenários caracterizados pelo populismo, assistencialismo e políticas compensatórias (MARTÍN-BARÓ, 1981; 1990).

Para Martín-Baró (1998), esse contexto de opressão e exploração favorece o fatalismo que, segundo o autor, se caracteriza pela internalização das estruturas desiguais de nossa sociedade, culminando, por exemplo, em uma auto-culpabilização do pobre pela sua própria condição de pobreza. Porém, é importante lembrar que o fatalismo nunca deixou de conviver com a contestação e com os processos reivindicatórios: as lutas sociais sempre estiveram presentes no cenário político latino-americano. Como também destaca Lane (1995), elas também guardam ligações com as raízes históricas de povos tradicionais da América Latina. Por outro lado,

veem-se traços culturais de submissão ao estrangeiro e ao modo de vida burguês, o que, de maneira similar, pode ser observado no interior das burguesias nacionais, as quais se limitam a reproduzir as imposições econômicas dos organismos internacionais (MARTÍN-BARÓ, 1981).

Tanto Martín-Baró quanto Silvia Lane caracterizaram uma realidade composta por lutas, mas que apresenta traços da colonização em vários campos da vida social. Sociedades que têm uma cultura própria, mas esmagam os povos tradicionais; sociedades cujo capitalismo, segundo Petras (2007), não pensa duas vezes em fazer uso da força física e que, frequentemente, combina a retirada de direitos com políticas assistencialistas, supostamente favoráveis aos “excluídos”, tão citados na demagogia eleitoral.

Com efeito, existem contornos novos oferecidos pela conjuntura atual devido à própria via eleitoral. O fenômeno do Chavismo, associado a um discurso bolivariano libertador; a ascensão de Evo Morales impulsionado pelos povos tradicionais da Bolívia, entre outros, representaram as reivindicações dos levantes populares das últimas décadas. Mas a tentativa de um pacto de conciliação de classes, similar ao do PT no Brasil, foi observado também em outros países. Junto disso, viu-se um processo de descolamento dos governos nacionais, considerados de esquerda, com relação à base social que os elegeu. Este descolamento, porém, não veio sem contradições. Processos de estatização estiveram em curso e as políticas sociais incrementaram o cenário político de alguns países latino-americanos, como é o caso dos citados Venezuela e Bolívia, mas também, de modo diferente, Equador e Paraguai. Entretanto, o descontentamento popular e o acomodamento neoliberal levaram a burguesia a provocar uma crise política, paradoxalmente, pelo caminho da governabilidade: por exemplo, Maduro, na Venezuela, vem perdendo força e maioria parlamentar, na qual sempre se baseou para fazer sua política. O mesmo aconteceu com o Partido dos Trabalhadores no Brasil, ainda que ressalvadas as diferenças. Isto é, partidos outrora considerados de esquerda começaram a ser vistos como vilões políticos, que mais se assemelham aos partidos tradicionais de direita. Frente à Bolívia e à Venezuela, por exemplo, em que

Evo Morales e Maduro, respectivamente, estão mais encurralados pela sua base social, a falência do PT é sintoma de um fenômeno latino-americano (ver, por exemplo, PETRAS, 2007): o controle das burguesias nacionais sobre diversos aspectos da vida social, política, religiosa e cultural. Como dissemos, não é o caso de considerar que, em algum momento, a burguesia esteve à margem do Estado nos últimos governos de esquerda, mas que retomou determinadas zonas de controle – no parlamento e nas ruas, como é o caso atual da Venezuela e do Brasil, respectivamente, para dar dois exemplos.

É a partir destes elementos da conjuntura que entendemos o processo de impeachment da presidenta Dilma. Ademais, ele pode ser explicado por uma combinação de pelo menos três vetores: (1) fragilidade da democracia burguesa para sanar ou minimizar problemas de ordem social e coletiva (MESSEMBERG, 2015); (2) resposta dos partidos, considerados até então de esquerda, a esta fragilidade, indicando um pacto social que não foi (e nem pode ser) posto em prática no capitalismo neoliberal (IASI, 2006); (3) e, fundamentalmente, agudização da crise política e econômica do capitalismo internacional. A queda de popularidade do governo do PT também é sintoma desta crise, mas revela, por outro lado, um descontentamento com os rumos de um partido que outrora se destacou pelo programa democrático-popular (IASI, 2006).

Estes e outros elementos estiveram presentes na votação pelo impeachment da presidenta Dilma: “Pela minha família voto sim!”, disse grande parte dos deputados, os mesmos que sustentaram os governos do PT e um projeto de sociedade que nunca deixou de ser hegemônico, dentro e fora do Estado.

É importante destacar que esse projeto de sociedade, que combina repressão, opressão e ainda mais exploração, traz em seu cerne elementos psicossociais que a Psicologia Social brasileira vem se ocupando em caracterizar: por exemplo, os discursos e as práticas envoltas na criminalização dos movimentos sociais e a culpabilização da pobreza. Neste sentido, Silvia Lane (1995) chamou a atenção para a imposição de uma ideologia bur-

guesa na forma de falar e representar as opressões de classe. Por sua vez, Bader Sawaia (2001) chamou a atenção para a dialética inclusão/exclusão como um elemento presente na sociedade brasileira, dando ênfase em aspectos da humilhação social em torno da pobreza. Entre outros autores que denunciaram as mazelas do capitalismo dependente, Cecília Coimbra (2001) evidenciou os processos de dominação inscritos na mídia e no judiciário, com fortes traços de preconceitos contra os pobres.

Votar pela família, assim, é dialogar com valores que, de uma forma ou de outra, permeiam um país dominado pelos homens, de cor branca e que detêm mais da metade da renda nacional. Tal voto dialoga também com ideias do senso comum, como a de que “quem educa é a família, não a escola”, profetizando que o esforçado trabalhador, adaptado às normas sociais, colherá frutos no futuro. Referimo-nos ao viés que trata crianças na rua como pivetes e os pobres como classe perigosa, tal qual apontou Coimbra (2001). Em resumo, estes e outros componentes de codificação social são combustíveis para o esquema de dominação psicossocial, como apontou Martín-Baró (1998) ao se referir ao senso comum enquanto terreno fértil da ideologia.

A Psicologia Social explica, em alguma medida, o que está por trás do “voto sim pela minha família”, e é disso que vamos continuar a tratar focalizando agora o debate teórico em torno da consciência política, considerando-a um importante elemento para a análise de conjuntura.

Olhares da Psicologia Social sobre a conjuntura atual: autoritarismo e resistência à onda conservadora

A conjuntura não pode ser analisada somente do ponto de vista econômico. Economicamente, a burguesia sempre esteve no controle do Estado, ainda que nem sempre de forma coesa. Porém, não se trata de uma dominação absoluta: o próprio Estado se apresenta como palco da luta de classes – como afirma Iasi (2006), o consentimento pode conviver com a contestação da ordem. Assim, consideramos que não há apenas uma onda conservadora em curso – a própria burguesia viu-se, algumas vezes, na

defensiva em relação a movimentos e reivindicações setoriais crescentes, como é o caso da militância LGBT, que vem instigando a ira (esta é a palavra certa, somada a xenofobia e ódio de classe) de setores religiosos e conservadores, fisiologicamente atrelados ao Estado por muitas décadas.

Entretanto, entre avanços e retrocessos, ainda assim podemos considerar que há uma onda conservadora. Mesmo as manifestações populares de rua não vêm sendo ainda capazes de barrar essa onda. Somadas à perplexidade política de setores da sociedade brasileira, descrentes em qualquer tipo de mudança social, além da crise da democracia representativa de forma geral – sob olhares de uma esquerda desacreditada e fragmentada (SEGRILLO, 2004; MELO, 2015), muitas vezes, parece-nos que tais lutas são combustíveis para fortalecer as pautas de uma burguesia nacional conservadora. Nada muito diferente do que Martín-Baró (1998) descreveu como esquema psicossocial de dominação do latino explorado, isto é, um aparato social e institucional que propaga conformismo e submissão política calcada no fatalismo.

Mesmo que haja um descontentamento generalizado e até mesmo uma descrença no próprio sistema de representação política (SEGRILLO, 2004; TELLES, 1999), o jogo da demagogia eleitoreira e o *toma lá dá cá*, característico também das eleições brasileiras, ainda conseguem dar contornos institucionais à evidenciada insatisfação com a “política”⁴. Embora o discurso vazio contra a corrupção não deixe de gerar descontentamento e até ser desmascarado, muitas vezes não podemos deixar de observar que há em curso um populismo conservador, típico de formações proto-fascistas, como aponta Urban (2014) ao tratar da transição sutil (não no conteúdo, mas na forma) da velha para a nova direita radical no mundo atual (PIERUCCI, 1987).

4 Apenas para dar um exemplo: um estudo realizado pelo IBOPE (IBOPE, 2015) sobre a confiança nas instituições, de uma amostra de 2.002 participantes, demonstrou, por exemplo, que entre os jovens e em geral as últimas cinco instituições mais confiáveis, em ordem decrescente, são: eleições, governo federal, presidência da república, congresso nacional e partidos políticos. Ainda assim, instituições ligadas ao setor militar, como os bombeiros, por exemplo, aparecem no topo das mais confiáveis, bem como outras ligadas diretamente à estrutura do Estado brasileiro.

É importante lembrar que o capitalismo sempre foi conservador e autoritário e comporta vários tipos de autoritarismo. Temos o autoritarismo do capitalismo clássico: aquele que, de forma alguma, prescinde do controle policial e militar, mas busca evitar confrontos físicos para expandir sua dominação. Corresponde ao liberalismo clássico, que encontra possibilidades de desenvolvimento em momentos de “calmaria” política – isto é, de controle mais ou menos seguro das ideias da classe dominante (URBAN, 2004). Mas todo tipo de capitalismo é autoritário, militarizado e excludente, fazendo uso do Estado para impor seu projeto de poder – como diria Lênin ([1917]2015). O Estado é, em última instância, a polícia armada, ou seja, alimenta-se do próprio aparato repressivo.

O Estado capitalista, aceitando ou não tendências de nacionalização do capital privado, faz-se de uma combinação do liberalismo com o porrete policial. A burguesia, quando se sente acuada pelas ruas ou pelo temor “comunista”, pode facilmente lançar mão do militarismo como prática direta de exercício de poder contra pobres, negros e outros setores marginalizados, eleitos como bodes expiatórios. São as conhecidas ditaduras militares burguesas (NETTO, 2007). Neste caso, como mostra a história, tem-se uma polarização mais clara entre tendências consideradas progressistas e conservadoras. Mas há outro contorno que o capitalismo pode assumir abertamente: o fascismo, que não deixa de ter todos os atributos anteriores, mas com uma carga a mais de ideologia nacionalista e xenofóbica.

Hoje vivemos no neoliberalismo, mas esta palavra não basta para descrever nossa conjuntura, pois o neoliberalismo é uma forma de totalitarismo liberal, que intensifica as formas de exploração e de desigualdade social, podendo combinar elementos fascistas e nacionalistas, mesmo que este nacionalismo não questione, paradoxalmente, o capital estrangeiro (desde que ele seja ocidental, como aponta URBAN, 2014). Para que o neoliberalismo fosse possível, a burguesia teve de encontrar – após a queda do muro de Berlim e do êxito econômico das experiências neoliberais – um terreno fértil para a disseminação ideológica do seu modo de vida (LESSA, 2005).

Os processos de individualização, de consumismo, de simplificação do conhecimento e banalização das expressões culturais somaram-se à intensidade das formas de exploração e extração de mais valia. Isso ocorre ao mesmo tempo em que se expandiram as campanhas do poder público e privado, que, em parceria, advogam pela “sustentabilidade” e pela “cidadania” (CÉSAR, 2004), ao passo que se observa uma progressiva destruição da natureza e o aumento da distância entre ricos e pobres (SHORROCKS et al., 2014). O capitalismo destrutivo, como previa Mészáros (1996), tomou conta, então, de todos os continentes com mais ou menos intensidade.

O neoliberalismo também pode ser caracterizado pelo crescimento das estratégias de gerenciamento do “social” (CÉSAR, 2004; TELLES, 1999). Assim, à chamada “responsabilidade social” das empresas somam-se os processos de privatizações das áreas sociais (como saúde, educação e assistência) (EUZÉBIOS FILHO, 2016; SOUTO MAIOR, 2007), o que vem contribuindo para trazer novos contornos sociais, políticos e econômicos para o autoritarismo. Trata-se de estratégias de “cidadania” controlada (encarnadas, por exemplo, em programas de transferência de renda e campanhas sociais) que, todavia, não garantem sozinhas a estabilidade política desejada para fazer avançar o processo de produção destrutiva. É necessário que a burguesia recorra, constantemente, à força policial. Deste modo, como já ressaltamos, vemos atualmente uma mistura de autoritarismo liberal clássico com o abertamente militar e fascista. São a nova e a velha direita se complementando, como Urban (2014) pôde observar, em escala mundial.

Todo este cenário cria condições para a produção de uma das esferas da materialidade posta pelo capitalismo: a estrutura de uma consciência

dominada⁵. Isso foi observado por Martín-Baró (1998) e Freire (2001) ao tratarem de um conjunto de posicionamentos políticos e práticas psicossociais prescritas pela opressão de classe, contextualizando os aspectos estruturais da vida social e política, que caminham para a naturalização das relações de poder. Com efeito, não há dúvidas de que, em determinadas condições sociais e históricas, a consciência se manifesta como um modo de ser, pensar e sentir que reflete, ao seu modo, a dimensão estrutural da sociedade de classes. Reich ([1933]2001) caracterizou isto de forma precisa ao trazer o personagem nomeado como “Zé ninguém” – o cidadão médio sedento pelo pequeno poder, que sofre as consequências da sociedade capitalista, mas idolatra as figuras de autoridade. Este tipo de caráter, como bem lembrou Reich, ultrapassa fronteiras e diferenças de regimes liberais.

Com suas variações tipológicas, mas características comuns, o “Zé Ninguém” seria caracterizado pela precisão com que o preconceito incide sobre um (ou mais) objeto(s), podendo acarretar em uma separação psicológica rígida entre determinados grupos sociais – mas que, ao fim e ao cabo, joga contra o próprio trabalhador (REICH, 1933/2001). Assim, o Zé Ninguém é alimentado pelo senso comum de discursos autodepreciativos do tipo: “o povo não sabe votar”, “a culpa é do favelado”, “para subir na vida basta ter força de vontade” etc.

Porém, falar em consciência dominada x emancipada não resolve muito o problema. O tema da consciência política torna-se ainda mais complexo quando entendemos não haver uma linha divisória entre dominação e emancipação. Como caracterizou Iasi (2006), a consciência se movimenta entre negação e consentimento para com a ordem. Por isto, acrescentamos a estes conceitos a noção de momento predominante de Lukács

5 Notem que, quando falamos de *consciência dominada*, não nos referimos a uma classificação específica de caráter ou fator de personalidade, como é comumente posto pela psicologia social quando ela, influenciada pelo conceito adorno de personalidade autoritária, ocupa-se em tratar da relação entre ideologia e comportamento político conservador. A opção pela categoria da consciência de classe, na base do pensamento dialético marxista, remete a uma tradição que não trata de um fenômeno com características predominantemente pessoais ou cognitivas, nem de intimidade ou afeto, embora a internalização dos processos de dominação manifeste-se em todas as dimensões da vida, em que se podem potencializar ou ganhar contornos específicos nos modos particulares de vida. Contudo, não teremos tempo de nos aprofundar na diferença entre o conceito de consciência e o de personalidade nos termos das análises acerca do comportamento político.

(1923/2003), pois, se tratando de um momento (que predomina em dados contextos concretos), referimo-nos a um tipo de consciência que pode mudar, que se movimenta, que não vem de uma natureza metafísica, mas de um modo contraditório de organização social e histórica, baseada numa determinada estrutura econômica de sociedade. Estas considerações são necessárias para uma compreensão materialista e histórica da consciência política, encarnando, por exemplo, conceitos como o de “Zé Ninguém” trazido por Reich, mas espantando o risco de cair no psicologismo de explicar os movimentos da consciência política por aspectos particulares da psicologia individual.

Com base na noção de momento predominante, consideramos que não vivemos apenas uma onda conservadora, pois não há consciência absolutamente dominada ou totalmente permeada pelo complexo do “Zé Ninguém”. Também há processos de resistência que vêm se intensificando, reforçando o que Iasi (2006) denominou como dialética da negação e consentimento para com a ordem social. As manifestações de junho de 2013, a intensificação das greves, as ocupações das escolas, a luta LGBT mostraram que as massas não são regidas apenas pela ideologia dominante, ainda que muitas vezes elas se mostrem confusas sobre um caminho comum de resistência a seguir. Há, sim, um elemento de confusão ideológica que persiste entre o que é direito e favor, dominação e dominados – como citamos, a ideia de consciência entre a negação e o consentimento da ordem de Iasi (2006) retrata, em muitos aspectos, o movimento de massas na história recente do Brasil.

A traição do PT em relação aos seus princípios democrático-populares e aos outros elementos que caracterizam a atual conjuntura, com certeza, contribuiu para aflorar dentro de setores da própria classe trabalhadora, paradoxalmente, um ódio contra as poucas ações populares empreendidas pelos governos Lula e, principalmente, Dilma. Mas ele vem misturado de certo descrédito com respeito à democracia neoliberal (MESSEMBERG, 2015), conformando, portanto, uma crise também da ideologia dominante. Fato é que os movimentos autonomistas, anarquistas e anticapitalistas

também vêm ganhando força na atualidade, especialmente em setores da juventude, como mostram Ali (2012), Alves (2012) e outros autores.

A onda conservadora existe, mas não barrou o movimento da história. A conjuntura atual revela também uma polarização social. O povo latino-americano, mais do que um folclore de resistência, faz resistência prática de enfrentamento de classe e pensa em um projeto de poder. Por isto, não assumimos uma perspectiva unilateral sobre o povo colonizado. Assim, por um lado temos um “Voto sim pela minha família!”, como bradam os bastiões da moral e dos bons costumes. Porém, por outro lado, temos o surgimento de um novo movimento de massas, que é o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que grita: “Só a luta muda a vida”.

Concluindo: e a Psicologia com isto?

O movimento crítico da Psicologia Social operado na América Latina desde, pelo menos, a década de 1960 mostra que a psicologia como ciência e profissão pode contribuir para entender e atuar em processos identitários de resistência, desde que não pensemos apenas pela lógica do empoderamento individual, tentando contribuir para reconectar o sujeito às questões que tocam o conjunto da humanidade. Por isso é que, assim como ressaltaram autores já citados como Martín-Baró e Lane, vemos como fundamental para uma psicologia que se pretenda crítica olhar para os movimentos da sociedade e da política articulando conceitos como ideologia e consciência. Não são, portanto, tarefas simples e não há receita. Porém, há um horizonte ético-político que guia este caminho; como disse Martín-Baró (1997; 1998), este caminho passa por pensar uma Psicologia classista, entendendo o classismo na Psicologia.

Recorrendo à Sawaia (2001), trata-se de tomar como objeto da psicologia o sofrimento ético-político não apenas para entender este sofrimento e contemplá-lo, mas para que ele ganhe um caráter científico ao ponto de sermos, como psicólogos, capazes de impulsionar a ação crítica e cada vez mais contestatória das classes populares e do próprio fazer psicológico. Se, como diria Iasi (2006), a consciência política se manifesta entre o consen-

timento e a contestação da ordem, a psicologia que queremos é aquela que se ocupa em entender aspectos psicossociais dos processos de dominação e pensar em contribuir para ampliar os modos de contestação do “natural”, da fatalidade do “destino”, olhando para além do aparente contrato social que rege a democracia formal.

Referências

ALI, T. O espírito da época. In: **Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p. 65-72.

ALVES, G. Ocupar Wall Street... e depois? In: **Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p.18-31.

ANTUNES, R. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA & SILVA, M. O.; YAZBEK, M. C. (org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 41-51.

BOITO JÚNIOR, A. A hegemonia neoliberal do governo Lula. **Crítica marxista**, n. 17, p.12-36, 2003.

CÉSAR M. J. **“Empresa cidadã”**: uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008.

COIMBRA, C. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Niterói, RJ: Intertexto, 2001.

CONGRESSO EM FOCO. **Conheça as 11 bancadas mais poderosas da câmara**. 2016. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/>. Acesso em: 7 jan. 2018.

EUZÉBIOS FILHO, A. Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 257-266, 2016.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças a história da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Cortez, 2011. p. 33-98.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Veja a frase dos deputados durante a votação do impeachment**. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762082-veja-frases-dos-deputados-durante-a-votacao-do-impeachment.shtml>. Acesso em: 07 jan. 2018.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

IASI, M. L. **As Metamorfoses da Consciência de Classe**: Entre a Negação e o Consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IBOPE. **Índice de confiança social**. 2015. Disponível em: http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf. Acesso em: 11 jun. 2017.

LANE, S. T. M. Avanços da psicologia social na América Latina. In: LANE, S. T.; SAWAIA, B. (org.). **Novas veredas da psicologia social**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1995. p. 67-81

LÊNIN, V. I. **Estado e revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. (Trabalho original publicado em 1917).

LESSA, S. **Para Além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Trabalho original publicado em 1923).

MARTÍN-BARÓ, I. Aspiraciones del pequeño burgués salvadoreño. **Revista de Estudios Centro americanos**, v. 37, n. 35, p. 773-788, 1981.

MARTÍN-BARÓ, I. Trabajador alegre o trabajador explotado? La identidad nacional del salvadoreño. **Revista Interamericana de Psicología**, v. 24, n. 1, p. 1-24, 1990.

MARTÍN-BARÓ, I. O Papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1997.

MARTÍN-BARÓ, I. El fatalismo como identidad cognitiva. In: BLANCO, A. (org.). **Psicología de la liberación**. Madri: Trota, 1998. p. 39-130.

MARTÍN-BARÓ, I. **Acción y ideología**. 10a. ed. San Salvador: UCA, 2000.

MARTINEZ, J. **OAB critica “pacto” para barrar Lava jato e pede**

a cabeça de Jucá. 2016. Disponível em: <http://paranaportal.uol.com.br/geral/oab-critica-pacto-para-barrar-lava-jato-e-pede-cabeca-de-juca/>. Acesso em: 7 jan. 2018.

MELO, D. B. **A direita ganha as ruas.** Elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. Disponível em: <http://www.niepmarx.com.br/MM2015/anais2015/mc51/Tc512.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MESSEMBERG, D. O paradoxo da democracia. A participação política dos alunos da Universidade de Brasília. **Civitas**, v. 15, n. 1, p. 1-23, 2015.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e estado capitalista.** São Paulo: Ensaio, 1996.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PETRAS, J. America Latina: cuatro bloques del poder. **Lutas Sociais**, n.17, p. 72-82, 2007.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Novos Estudos**, n. 19, p. 26-45, 1987.

REICH. W. **Psicologia das massas e do fascismo.** 3a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (Trabalho original publicado em 1933).

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (org.). 2. ed. **As artimanhas da exclusão.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SEGRILLO, A. A confusão ideológica esquerda/direita no mundo pós-muro de Berlim: *uma análise e uma hipótese.* **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 3, p. 615-632, 2004.

SHORROCKS, A.; DAVIES, J.; LLUBERAS, R. **Global Wealth report.** Disponível em: <https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/?fileID=60931FDE-A2D2-F568-B041B58C5EA591A4>. Acesso em: 12 jan. 2015.

SINGER, A. As raízes sociais e ideológicas do Lulismo. **Novos estudos**, n. 85, p. 83-102, 2009.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. Quatro notas sobre as classes sociais nos últimos dez anos do Lulismo. **Psicologia USP**, v. 26, n. 1, p. 7-14, 2015.

SOUTO MAIOR, A. **Trajetória da transferência de renda**: considerações sobre o Programa Bolsa Família e panorama atual na América Latina. 2007. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/3M.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

TELLES, V, S. A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. **Caderno CRH**, n. 30, p. 85-110, 1999.

URBAN, M. **El viejo y la nueva derecha radical**. Barcelona. Crítica Alternativa, 2004.

**Eixo 2: História, teoria e
método: novas fronteiras**

UMA DEFINIÇÃO INDEFINIDA: CONTRIBUIÇÕES RECENTES AO CONCEITO DE VIVÊNCIA NA PSICOLOGIA VIGOTSKIANA

Gisele Toassa

“Vivência” é um termo cada vez mais usado na psicologia vigotskiana, com sentidos diversificados e em distintos campos do saber, especialmente na psicologia e na educação. Situando-se no âmbito dos Fundamentos de Psicologia, este trabalho procura traçar os sentidos do termo vivência (*pereživânie*) na teorização de raízes vigotskianas, em produções da última década – particularmente, dos últimos cinco anos.

Para isso, apresento o resultado de uma breve pesquisa cujo ponto de partida é a produção acadêmica brasileira e internacional, partindo de minha própria tese de doutorado: “Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico-cultural” (2009), um dos primeiros trabalhos no Brasil destinados ao estudo de *pereživânie*, para, a seguir, dialogar com a produção recentemente publicada no dossiê *Symposium on Perezhivanie* [Simpósio sobre *pereživânie*], do periódico *Mind, Culture, and Activity* (Vol.23, n.4, 2016, versão final em COLE; GAJDAMSCHKO, 2016b), algumas produções de autores como A. Delari Júnior e B. G. Meshcheriakov sobre as vivências, complementadas por obras de K. Danziger no campo da história da psicologia. Minhas conclusões apontam pontos fortes e fracos na conceituação proposta por A. Blunden e F. González-Rey, salientando as contribuições de Veresov, Delari Júnior, Toassa e Wolff-Michael Roth para delinear aspectos importantes para a compreensão e utilização do conceito.

No campo das vivências, a psicologia baseada em Lev Semionovich Vigotski (LSV) atravessa um duplo desafio: a compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da obra do autor, e a abordagem de problemas contemporâneos que atravessam a pesquisa e as práti-

cas profissionais. Neste sentido, cabe salientar as profundas diferenças de conjuntura entre nosso tempo e o de LSV. O autor vivenciou a Revolução Russa, em suas privações materiais, compensadas pela esperança na construção do socialismo. Em contraste, vivenciamos tempos de neoliberalismo autoritário, em um contexto de desesperança política e crise estrutural do capital. O cenário cultural é tomado pelas mais diversas distopias que projetam um futuro de aquecimento global, extinção em massa de espécies e culturas, abandono de regiões inteiras da Terra à guerra civil, desemprego crescente em consequência das novas tecnologias, formação de imensos campos de refugiados e o crescimento exponencial da chamada “população redundante” – massas humanas sem qualquer perspectiva de inserção do mundo do trabalho. A elas, quando muito, como mostra Bauman (2005), assegura-se a sobrevivência biológica por meio de políticas assistencialistas, mas sem garantias de sobrevivência social; de inserção digna nos países para os quais migram.

Atravessamos tempos de uma onipresença das tecnologias no cotidiano, com as mais diversas ferramentas/recursos de controle da consciência (ANTUNES; MAIA, 2018). Do Rivotril ao Prozac, passando pelo monitoramento das redes sociais via “Big Data”, engendra-se uma governança autoritária de corpos e mentes frente à qual os destinos da psicologia como ciência e profissão são ainda difíceis de se prever.

Gardner (2003), cognitivista, profetiza a extinção da psicologia como ciência independente, a qual se dissolveria na interdisciplinariedade das ciências cognitivas. Para o autor, tende a ser impossível ao pesquisador em psicologia pesquisar a cognição sem o auxílio de profissionais versados nos campos do saber em cujo âmbito se deveria pesquisar a cognição. Frente à crescente complexidade das ciências e sua forte dependência de equipamentos e da aprendizagem técnica para manejá-los, seria cada vez menos provável desenvolver conceitos sobre processos psicológicos básicos, como vivências, consciência, aprendizagem, cultura ou desenvolvimento infantil, o que inviabilizaria a existência da psicologia como ciência independente. De modo similar, a onipresença das mediações tecnológi-

cas no nosso cotidiano tem sido problematizada pela arte distópica, na qual a inteligência artificial presta-se à manipulação da mente, do corpo e dos afetos individuais a partir da acumulação de informações via *Big Data*. Assim especula a ficção científica por meio da série *Black Mirror* (2011-); dos filmes *Elysium* (2013, USA) e *Ex-Machina* (2015), entre muitos outros.

Aumenta no mesmo ritmo o mercado de bens e serviços – legais e ilegais – voltados à produção de estados de consciência marcados por emoções distintas da vida cotidiana. Não obstante, a maioria dos referenciais teórico-metodológicos da psicologia precede as novas formas de sofrimento e a explosão recente dos psicofármacos (conforme vemos em BASTOS; GONDIM; ANDRADE, 2010). Como afirma Lordon (2015), atravessamos a aurora de um novo tipo de irracionalismo, focado na apreensão da condição humana confinada ao aqui e agora, como existência sem devir, sem sentido, para além – ou aquém – da Razão.

Será essa a razão para “a crescente pervasividade da vivência”¹? Pois, como observa Smagorinsky *apud* Veresov e Fleer (2016), *pereživânie* vem se mostrando mais uma “noção hipnótica”, assujeitando os pesquisadores ao seu poder, que um conceito com verdadeiro significado. Procurando contribuir para o aprofundamento das reflexões, no presente texto procurarei tratar de alguns pontos importantes em referências recentes sobre vivência (*pereživânie*, plural *pereživânia*) na obra de Vigotski, buscando organizar a exposição, tal como em Toassa (2009) e Toassa e Souza (2010), em torno de (1) Questões básicas de tradução e sentido; (2) Relação com outros conceitos da psicologia vigotskiana, com ênfase nas reflexões sobre psicologia do desenvolvimento. Esse movimento envolve tanto diferenciação como articulação na estrutura teórico-metodológica; à moda de Veresov e Fleer (2016), busco desenvolver *pereživânie* como conceito, não como mera noção ou definição. Nesta direção, busco apresentar suas diversas facetas.

1 Ao falar em “pervasividade da vivência”, empresto o título do prefácio de Cole e Gajdamschko (2016a) ao “Simpósio sobre *pereživânie*”.

Traduzindo *pereživânie*

Seguindo pistas do tradutor Boris Schnaiderman, Toassa e Souza (2010) asseveram que a tradução aproximada para o português do sentido culto de *pereživânie*, a partir do dicionário russo-russo Ojegov (1968), seria: “*pereživânie* – substantivo de gênero neutro. Estado de espírito (alma), expressão da existência de um(a) forte (poderosa) impressão (sentimento); impressão experimentada” (p.758). Para Schnaiderman (comunicação pessoal, dia 08/12/2006), o autor [Vigotski – G.T.] empregou-a neste sentido.

Ainda seguindo Schnaiderman, os verbos russos agrupam-se em pares de significado praticamente idêntico. Um desses pares, como também observa Delari Jr. (2009), seria *perejit* e *pereživát*, ambos originários do verbo *jít* (TOASSA; SOUZA, 2010, p. 759). O sentido coloquial exprime a ideia de *sofrer* ou *padecer*, atravessar uma difícil situação de vida.

O sentido culto aproxima-se muito da semântica do termo *pereživânie* na obra de crítica literária “A Tragédia de Hamlet” (VIGOTSKI, 1916/1999). Neste texto, a vivência pode projetar-se no passado e futuro da existência,

presentificando elementos importantes na orientação das ações humanas. É substantivo abstrato que delimita um processo psicológico unificador de sujeito e objeto numa relação imediata, podendo exprimir diversos conteúdos mentais e ser permeado por qualidades variadas (“vivências estéticas”, “vivências complexas”, “a vivência de uma obra”, “vivências de si” etc). Uma terceira tradução seria *emoção* (ou *feeling*) (TOASSA; SOUZA, 2012, p.760).

Se escapa a Blunden (2016) a percepção do caráter imperfeito de *pereživânie*, seu necessário inacabamento, no entanto o autor tece observações importantes comparando russo e inglês. Aponta, por exemplo, que a palavra define um processo psicológico contável, um *countable noun*, “divisível”, sujeito à apreensão em unidades (como “ferramentas” em oposição ao incontável “equipamento”). Refere-se, pois, a um conceito que abarca processos concretos, não simples abstrações e coletivos incontáveis. Eles podem ser usados com artigos indefinidos ou quantificados com unidades de medida. Tanto substantivos concretos quanto

abstratos podem ser contáveis. Os concretos nomeiam pessoas, lugares ou coisas tangíveis – que podem ser vistos ou tocados. Os substantivos abstratos, por outro lado, denominam coisas intangíveis, como ideias, conceitos, sentimentos ou atributos. Essa percepção coaduna-se com as correções de tradução ao inglês dos termos *edinstvo* (*unity*, todo, unidade total) e *edinita* (*unit*, unidade de análise) realizadas por Veresov (2014; 2016), tendo neste último sentido a noção de parte que conserva as propriedades mais gerais do todo. *Pereživânie* é qualificada por Vigotski como *edinita*: unidade de análise que contém as propriedades fundamentais do todo (*edinstvo*), e não apenas de subsistemas da consciência, como a atenção ou memória. A consciência como totalidade é sistema composto de sistemas; metodologicamente, a autoconsciência pode ser qualificada como vivência das vivências ou reflexão sobre múltiplas *unidades* da relação consciência-meio, ou seja, das *vivências*.

Paulo Bezerra é o único tradutor, até onde sei, a diferenciar a tradução de *pereživânie* em “vivência” (resultado de sensações e sentimentos experimentados) e o ato de experimentar tais sentimentos e sensações, traduzido como “vivenciamento” (BEZERRA *apud* TOASSA, 2009, p.32). Mas a processualidade da vivência já se implica na ideia de “experiência imediata”; razão pela qual, como veremos mais abaixo, parece-me inadequado separar o processo psicológico do seu resultado.

Pereživânie e opit

A ideia de *edinita*, unidade de análise, não se aplica ao substantivo masculino *opit*², usualmente traduzido como *experiência* (também experimento científico, *expertise*, experiência profissional, saber sobre algo etc.). Na língua portuguesa, a ideia está no mesmo campo semântico de *pereživânie*, sendo comum ouvirmos dizer que “vivências são *experiências* da relação do sujeito com o meio”. Ou seja, “experiências” acabam sendo termo mais compreensível para nós, falantes da língua portuguesa.

2 Termo não localizado em Varshava e Vigotski (1931) (o que sugere não ser uma categoria para Vigotski, propriamente dita).

Em Vigotski, há relação entre *opit* e *pereživânie*, mas os termos não são sinônimos. *Opit* é incontável; substantivo que, quando não se refere a experimentos científicos, remete a um acúmulo qualitativo único e indivisível³. Neste sentido, temos “experiência profissional”, “experiência sexual”, “experiência familiar”, palavras sempre determinadas no singular. Ambos os termos em russo aparecem, na sua imediaticidade, à consciência. Um sinônimo de *pereživânie* em alguns textos é *neporedstvennovo opita* (experiência imediata), cuja inspiração provável, no texto “Significado Histórico da Crise na Psicologia” (VIGOTSKI, 1987), é W. Wundt⁴ – autor para quem a experiência imediata, conceito extremamente complexo, constituía-se no próprio objeto da psicologia.

No seu “Dicionário de Psicologia”, Varshava e Vigotski definem vivência como:

nome geral para a experiência psíquica imediata [*neporedstvennovo psikhicheskovo opita*]; no aspecto subjetivo, cada processo mental é uma vivência. Em cada vivência há ato [*akt*] e conteúdo: no primeiro caso, a atividade [*deiatelnost*] ligada à ocorrência de uma dada vivência; segundo, seu conteúdo, composição, então, algo é vivenciado (1931, p.128).

Nesse trecho, vemos os autores afirmarem claramente a relação entre ato/atividade e conteúdo vivenciado. Embora eles empreguem o termo *deiatelnost* (promovido a objeto da psicologia soviética a partir de meados da década de 1930, ver YASNITSKY, 2009), vale notar que o mesmo Dicionário não inclui o termo atividade, mas sim *akt*. Este é tomado no sentido mais geral de movimento ou força, embora ainda não estabeleça laços mais profundos com outros conceitos na própria psicologia do au-

3 O exemplo mais claro desse uso está na “Psicologia Pedagógica” (VIGOTSKI, 2003). O autor diferencia modalidades de experiência com relação às simples reações hereditárias. Essas experiências elaboram-se como reações hereditárias multiplicadas pela experiência pessoal (ou seja, os reflexos condicionados); além da experiência histórica, social e a duplicada (consciência).

4 Wilhelm Wundt (1832-1920) é considerado o pai da psicologia científica moderna. Geralmente lembrado pela criação do primeiro laboratório dedicado à psicologia fisiológica em Leipzig (1879), cumpre destacar que devemos a Wundt também a constituição de um sistema teórico em psicologia – o voluntarismo – caracterizado pelo estudo da experiência imediata em um viés monista. Nesta, sintetizam-se os elementos oriundos dos nossos sentidos, em um processo de formação de complexos psíquicos relativamente autônomos com relação ao físico (ARAUJO, 2010).

tor. Varshava e Vigotski (1931) distinguem, na psicologia de seu tempo, entre atos ou funções e fenômenos/estados mentais: a atividade mental do sujeito manifesta-se, sendo os atos o *conteúdo* ou *material* desta atividade: “Na psicologia moderna, o ato é um processo comportamental que inclui uma série de reações e representa, em um sentido funcional e estrutural, um único todo” (p.14-15).

Nesses termos, a vivência traduz a ideia de *experiência imediata* que sintetiza estados e atos em uma só estrutura, repercutindo a antiga ambição de Vigotski em superar o dualismo na psicologia. Grosso modo, constitui-se na experiência do mundo tal como o sujeito a vive, antes de se pôr a pensar sobre ela, comunicá-la ou conhecê-la (FIGUEIREDO, 1991). Nessa toada, tendo a considerar *pereživânie* e *opit* como conceitos que se relacionam sem chegar a se fundir. Para uma psicologia histórico-cultural, eu as considero como pólos tensionados de uma relação dialética: as vivências podem existir como fragmentos isolados na consciência – esta sim, a síntese psíquica mais complexa que conhecemos – flutuando na trajetória vital do sujeito sem serem atribuídas de sentido, nem plenamente integradas à experiência acumulada. Posso, por exemplo, vivenciar um sentimento de *déjà-vu* ao falar com meu pai sobre minha nova dieta de emagrecimento, sem jamais saber porque tive tal sentimento naquela conversa em particular, esquecendo-me dessa vivência pouco tempo depois de desligar o telefone. Não chego, portanto, a atribuir sentido a essa vivência.

Em contrapartida, a experiência acumulada tenderia a mediar a constituição das experiências imediatas, tal como o todo medeia a constituição das partes – a despeito da qualidade puramente imediata das vivências. A experiência (*opit*) no sentido de acúmulo, de passagem qualitativa é tanto potência como ato; realidade objetiva do meu ser, independente do encontro imediato com o meio. Minha “experiência profissional”, por exemplo, constitui-me enquanto ser social; é um fato concreto e inalienável da minha existência como indivíduo social. Não obstante, ela se expõe, efetiva-se, realiza-se e se desenvolve no campo das vivências, das atividades concretas, dos desencontros entre trabalho prescrito e realizado; do

meu ser nos encontros e desencontros do cotidiano. O ser da consciência realiza-se, justamente, no “fluxo de Heráclito” da experiência imediata. Eis porque é justo avaliar a percepção dos textos pedológicos vigotskianos de que a vivência é *unidade sistêmica da consciência* (TOASSA, 2009).

Vivências são, necessariamente, processos psicológicos marcantes, intensos? Em minha leitura, não no último Vigotski, o da pedologia. *Pereživânie* remete à vida, e a vida pode ser monótona, repetitiva, fragmentada, desgovernada. Veresov (2014) compartilha dessa noção, embora inserindo correções para adequar, de forma sistemática, o conceito em uma psicologia do desenvolvimento contemporânea, conforme veremos mais adiante.

Blunden (2016) relaciona as *pereživânia* plenamente desenvolvidas a projetos vitais, episódios importantes de mudança de vida. Mas não só. Influenciado por J. Dewey e F. Vasilyuk⁵, afirma que:

Perezhivaniya está imbricado com a orientação ou o compromisso de alguém com vários projetos de vida, e é no destino desses projetos que surgem desafios psicológicos. Como esboça Vasilyuk, eles podem ser conflitos de valores (como compromissos de família/trabalho ou a traição de seus valores por líderes respeitados), ou confrontos reais entre projetos valiosos (como quando seus pais passam por um divórcio acrimonioso, há obstáculos desonrosos em sua carreira ou perda de seu emprego), ou simplesmente a incapacidade de formular um projeto de vida. Essas considerações podem ser resumidas dizendo-se que *perezhivaniya* são unidades da personalidade ou unidades da formação da personalidade, que é a mesma coisa. A personalidade é o produto das *perezhivaniya* [vivências] da vida (p.6-7, trad. nossa).

Essas ideias aproximam-se da *pereživânie* de Vigotski pela abrangência dos conteúdos vivenciados. Não obstante, dela se afastam, pois, na década de 1930, a pedologia de LSV foca a *pereživânia* de crianças, que, obviamente, não têm projeto de vida definido. Admitindo esse problema, mais

⁵ John Dewey (1859-1852) é considerado um dos fundadores do funcionalismo, ou seja, o pensamento sobre a psicologia como uma ciência da adaptação dinâmica dos indivíduos ao meio (FERREIRA; GUTMAN, 2006). Fiodor Efimovich Vasilyuk (1953-2017) contribuiu com o desenvolvimento de uma clínica das vivências-sofrimento, psicologia da religião e outros temas (ZARETSKY; KARYAGINA; KHOLMOGOROVA, 2018).

adiante Blunden observa que as “*perezhivaniya* [vivências] existem em nosso desenvolvimento em todos os estágios da nossa vida, mas mudam de forma e se desenvolvem como todas as funções mentais superiores. A *Perezhivanie* [vivência] desenvolve-se em linha com e em relação às principais atividades na situação de vida de uma pessoa” (p.10, trad. nossa).

Assim, Blunden (2016) acaba por desviar o curso da reflexão dos *projetos de vida*, de Vasilyuk, para as *atividades vitais em uma situação de vida*⁶. Mas, se permite focar a situação vital das crianças, o conceito de “atividade” cria outros problemas. Na tradição da psicologia soviética após os anos 1930 a ideia remete a processos psicológicos envolvendo a coincidência entre motivos e fins, além dos meios de ação, afastando-se das dimensões menos estruturadas da vida psíquica, as quais comparecem no uso que fez Vigotski do termo “vivências”.

Obviamente, atividades nesse último sentido também são vivenciadas, mas nem toda vivência comporta uma atividade estruturada. Creio que essa possibilidade de conceituar a desestruturação seja fundamental para uma psicologia contemporânea. Afinal, uma das características do nosso tempo líquido é justamente a limitação dos horizontes de médio e longo prazo: a ausência das chances de formular e manter em perspectiva projetos de vida pessoal e profissional (BAUMAN, 2004). Assim, reformando a problematização de Blunden (2016), parece-me mais interessante afirmar a centralidade da *relação entre perejivânie e situação de vida do sujeito*. Como afirmam diversos pesquisadores, a *vivência* expressa a unidade entre objetivo e subjetivo, em sua raiz vital (conforme Blunden, Toassa, Veresov, González-Rey, citados no presente texto). Para consolidar-se como conceito de uma psicologia crítica⁷, é importante que a apreensão, a *atribuição de sentido ao real* não seja normatizada, pois pode existir como vácuo, fragmento e

6 A confusão de Blunden (2016, p.10-11) com o termo completa-se quando ele afirma que *perejivânie* é atividade que demanda sempre o suporte de outros para ser interpretada, ou em tecer relações com autores tão díspares como Vasilyuk, Kübler-Ross e Winnicott. Em linhas gerais, notamos que os esforços do autor revelam a prevalência de ideias mais afinadas com a teoria da atividade, que se tornou hegemônica na psicologia soviética a partir da década de 1930.

7 Na esteira de Toassa e Teo (2015), consideramos as psicologias críticas como aquelas marcadas pela reflexividade e preocupações emancipatórias.

contradição, em conexão com forças e estruturas próprias do modo de produção capitalista.

Vivências: psicologia geral ou concreta?

Os comentadores divergem também sobre a posição ocupada por *pe-rejivânie* na estrutura da psicologia de LSV como um todo, que denominei de *triádica*: “dividindo-se em psicologia geral, particular e concreta – expressão de seu compromisso com a edificação de uma psicologia científica fundada no materialismo dialético” (TOASSA, 2014, p. 49). Esses diversos níveis comunicam-se e se determinam mutuamente. Para Vigotski, a psicologia precisava construir abstrações que, partindo das psicologias particulares (como a da criança ou a comparada), fossem elevadas com relação ao seu material empírico concreto, gerando abstrações úteis à compreensão do humano “em geral”.

O comportamento vai se transformando e adquirindo novas configurações estruturais. *A psicologia geral era uma dialética da própria psicologia, em diálogo com o materialismo dialético* como perspectiva filosófica. Sigo, afirmando que:

Vigotski elaborava elementos fundamentais para uma análise dramática da personalidade/pessoa, como objeto de sua psicologia concreta – sem excluir, conforme supomos, que essa “análise dramática” também retroagisse sobre sua psicologia geral. Nesse nível multideterminado, unidade do diverso, em que o desenvolvimento infantil demanda análise de culturas particulares, teríamos a fundação de uma análise dramática da pessoa; da gênese da pessoa a partir de um “drama” singular (ver Delari Júnior) [...]. Essa é a resposta de Vigotski [...] à “Psicologia Concreta do Homem”, de Politzer – a sua busca por implosir abstrações que, usadas para contemplar as urticárias da ciência, cerceavam seu contato com os sujeitos concretos; com o conflito profissional de Aliócha, a dependência química de Francildo na Cracolândia, a depressão de Joana pelos olhares adversos ao aspecto de seu corpo, a poliqueixa de Duvílio na rotina da Unidade Básica de Saúde. Como afirma o autor [...], importa não a doença, mas que pessoa tem a doença, ideia que nutrirá a ciência romântica de A.R. Luria e, posteriormente, a de Oliver Sacks (TOASSA, 2014, p. 62).

Blunden (2016, p. 9) aborda o conceito no campo da psicologia geral, observando que ele é o mais importante nesse âmbito por constituir-se em unidade do desenvolvimento da pessoa como um todo. A ideia é semelhante à de González-Rey (2016a, p. 148), que problematiza como Vigotski teria desenvolvido tanto uma nova teoria da consciência como uma nova compreensão de desenvolvimento. Esta última relaciona-se à teoria psicológica geral pelo fato de ser, ao mesmo tempo, ramo específico da teoria psicológica e tópico da psicologia geral. Com justeza, o autor percebe essa dupla referência implicada no conceito de desenvolvimento. Não obstante, à luz do já comentado anteriormente, parece-me que uma conexão demasiado estreita entre *pereživânie* e a ideia de desenvolvimento não se sustenta na história da psicologia de Vigotski.

Já Roth e Journet (2016, p. 50) remetem-no à psicologia concreta, em direção próxima à minha. Os autores observam que *pereživânie* não é algo que se situe entre pessoa e meio ou de algum modo unifique duas coisas diferentes, coexistentes. Seria uma unidade da vida que se desdobra e se afeta a si mesma. Não apenas oferece novos desafios e oportunidades de pesquisa em desenvolvimento e aprendizagem, mas uma perspectiva singular do tipo de psicologia concreta que Vigotski pretendia desenvolver. Suas preocupações vão no mesmo sentido das de Kurt Lewin (ver DANZIGER, 1990; TOASSA, 2009): estudar a “dimensão profunda”, subtextual, das situações psicologicamente significativas, negando a superficialidade (e artificialidade) da linguagem das relações unitárias entre estímulos e respostas, tão próprias das psicologias positivistas. Sua noção de concreto contempla, em minha opinião, a de concretude marxiana – concreto como unidade do diverso, síntese de múltiplas determinações entre as quais as mais simples, essenciais e gerais são também as mais profundas, embora muitas vezes perdidas em meio ao lusco-fusco das aparências, bagatelas e fragmentos do cotidiano.

Vivências e desenvolvimento

Veresov tem sido um dos pesquisadores mais ativos na defesa da noção das vivências como unidade das características pessoais e desenvolvimentais, condição *sine qua non* para que uma relação social seja internalizada no contexto de “eventos dramáticos” da existência do sujeito. Como todos os demais comentadores abordados neste texto, o autor destaca a ideia de desenvolvimento como processo dialético complexo pelo qual o social se individualiza; o indivíduo torna-se parte da situação social e esta é determinada pelas vivências individuais. A conexão com o conceito de drama e os avanços, retrocessos e conflitos da dialética são fundamentais. Embora para Veresov e Fleer (2016) *vivência* seja uma definição fenomenológica (pois, em uma perspectiva subjetiva, tudo é vivência, razão pela qual trata-se de uma espécie de “definição indefinida”, como avisam os autores), seria no campo da teoria do desenvolvimento que elas se realizariam plenamente como conceito articulado a outros da psicologia vigotskiana, para além de ser simples ideia ou noção.

O termo “vivência” ganha força nas reflexões de Vigotski sobre a pedagogia, i.e., a ciência do desenvolvimento infantil (TOASSA, 2009). O livro *Conferências sobre pedagogia* (em particular a quarta conferência: “A questão do meio na pedagogia”, 1935/2010; 2001b), tem ganhado certo volume no comentário nacional e internacional. Não sabemos com exatidão quais as condições do manuscrito, que, tampouco, são comentadas pelos autores do *Simpósio sobre perejivânie*. A tomar por Meshcheriakov (2010, p. 720), o mais provável é que o manuscrito reduza-se a simples estenogramas de conferências proferidas para uma audiência não muito especializada, sem passar por qualquer tipo de revisão do autor antes de sua morte. Yasnitsky et al. (2016), em sua rigorosa avaliação baseada em múltiplos critérios que incluem as próprias notas autobiográficas de LSV, não inclui o livro póstumo *Lektsii po pedagogii* (“Conferências sobre Pedagogia”, 2001b) entre as principais obras do autor.

De modo similar aos psicólogos de nosso tempo, os pedólogos em formação que se constituíam na plateia de LSV aprendiam métodos de

diagnóstico relativos ao objeto de investigação/prática de sua ciência: o desenvolvimento humano em diversas situações, levando em consideração tanto parâmetros biológicos quanto sociais. É conspícua a preocupação ontológica de LSV em delimitar as especificidades do objeto da pedologia, algo inseparável da situação dela junto às ciências afins (ciências sanitárias, medicina entre outras).

Ao longo do texto, um dos pontos centrais da argumentação de LSV é metodológica: logo no início da problematização, trata da necessidade de utilizar indicadores *relativos*, e não *absolutos*, do meio social para a análise do desenvolvimento. O autor já buscara a rejeição dos indicadores superficiais ou puramente maturacionais: nesse espírito, *El problema de la edad* (texto incompleto, embora bem mais estruturado do que as *Conferências sobre Pedologia*, ver VIGOTSKI, 1996) critica a proposta de Blonski em utilizar as dentições infantis como indicadores. Ou seja, LSV considerara que o fato de o sujeito ter dentadura decídua (“dentes-de-leite”), mista ou permanente era uma simples evidência de seu desenvolvimento biológico, não tendo relação causal de qualquer tipo com o processo dinâmico de seu desenvolvimento cultural.

A questão do meio na pedologia retoma a discussão dos indicadores. Seu início desconstrói a ideia de que seria possível aos pedólogos aterem-se aos índices absolutos, gerais, em-si e por si mesmos. Isso se aplicava tanto ao papel do meio quanto ao da hereditariedade: segundo Vigotski (2010, p.683), cada idade possui seu próprio meio, e essa relação é histórica. É possível constatar tal fato mesmo a partir de indicadores superficiais, absolutos, puramente externos: a princípio, o meio é o mundo do quarto da criança, do parque, da rua, da creche, do jardim de infância, da escola. Existe uma progressiva ampliação, uma maior diversidade, tanto física quanto social, que constituem uma totalidade chamada *situação social de desenvolvimento* (um caso particular das situações vida do sujeito), “um sistema de relação único e dinâmico da criança com o meio social dele/dela, que ocorre através das vivências” (VERESOV; FLEER, 2016, p. 61). Os elementos relacionais responsáveis pelo desenvolvimento da sua per-

sonalidade consciente, ou seja, das vivências, mudam de papel em função do próprio desenvolvimento da criança; de sua relação com o meio.

De forma mais precisa, mais exata, podemos afirmar que os elementos existentes, importantes para avaliar a influência do meio no desenvolvimento da personalidade consciente de Vigotski, refratam-se na vivência. O autor declara que ela “**determina** o modo como as mesmas circunstâncias de um meio exercem três influências diferentes em três crianças diferentes” (VIGOTSKI, 2010, p. 685, grifo nosso). As vivências demarcam a temporalidade essencialmente relacional na qual se realiza o desenvolvimento; tempo psicológico para além do cronológico, da hora marcada em relógios ou meses, ou mesmo de aspectos absolutos do ser humano como ser-no-mundo.

De forma coerente com a percepção do desenvolvimento como processo em duas linhas – biológica e cultural – LSV prossegue, trazendo à baila a percepção de que também os traços constitucionais do sujeito integram-se à vivência:

todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado [отобраны – selecionados] do meio, todos os elementos [momenti] que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços [tcherti] de seu caráter [kharaktera], traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento [sobitiu]. Para nós é importante saber, não de maneira geral, quais são as peculiaridades da criança, *mas é importante saber quais dessas peculiaridades constitutivas desempenharam um papel determinante para definir a atitude da criança frente a uma dada situação, enquanto em outra situação, outras particularidades constitucionais [konstitutsionalnie osobennosti] desempenharam seu papel.* (VIGOTSKI, 2010, p.686-687)

A fim de melhor compreender o sentido dos principais termos em russo, acima destacados, pesquisei-os no *Dicionário de Psicologia* (VARSHA-VA; VIGOTSKI, 1931). Legado precioso para os estudos históricos da disciplina, esse material nos proporciona breve e sistemático contato com o modo como LSV interpretava as ideias psicológicas de sua época. Essa

interpretação imiscui-se no próprio método de composição do texto, pois, no prefácio, os autores indicam ter consultado importantes dicionários de filosofia e psicologia (de J. M. Baldwin, em três tomos, 1901-1905; R. Eisler, em três tomos, 1926; F. Giese, 1921; E. Radlov, 1904) como inspiração para construir o deles.

Conforme Danziger (1997, p. 110-111), o compreensivo dicionário de Baldwin tinha entradas para *person* (pessoa), de conteúdo inteiramente filosófico, e *personality* (personalidade), de sentido médico. Contudo, não havia uma “psicologia da personalidade”, a qual emergiu com força entre as duas Grandes Guerras Mundiais, em especial nas décadas de 1920 e 1930 – também a época das conferências pedológicas de Vigotski. O termo gradativamente tomou o espaço da ideia de “caráter” na psicologia norte-americana.

No trecho supracitado, como vemos, Vigotski ainda utiliza tanto “caráter” como “personalidade”. Seu vocabulário foca tanto os “traços constitutivos do caráter” quanto a ideia de “personalidade” – fato compreensível à luz do exposto por Danziger – remetendo-nos a esse momento de transição na psicologia internacional, de modo análogo à hesitação de Vigotski entre os conceitos de consciência e personalidade como objeto da psicologia (por vezes, soldados em um só objeto), como explorei alhures (TOASSA, 2009).

Tanto vivências (no alemão *Erlebnis*) quanto “caráter” (do inglês *character* e do alemão *Charakter*) e “personalidade” (do inglês *personality*) não são exclusivos de Vigotski, tendo uma história longa, tentacular, na psicologia como disciplina científica (DANZIGER, 1997; TOASSA, 2009). Já no início do século, tanto em William James, quanto em Théodule Ribot (respectivamente, pioneiros da psicologia norteamericana e francesa), emerge a ideia de personalidade em seu sentido médico. Surge o tema das patologias da personalidade: em 1885, Ribot publicou um livro sobre as “doenças da personalidade”. Casos antes descritos como “consciência alternada” passaram a ser denominados como de “personalidade alternada”, reformulação adotada por James em 1890 (DANZIGER, 1997, p.124).

Varshava e Vigotski (1931) definem as relações entre caráter e personalidade considerando o primeiro como estrutura fundamental, constituição emocional-volitiva da segunda, desenvolvido na infância sob influência da educação, do meio. Os autores descrevem que, em Ribot, o caráter é: “conjunto de propriedades inatas e adquiridas da personalidade, possuindo uma unidade de propriedades inatas e adquiridas, unidade e estabilidade” (p. 187). Essa noção de “estrutura profunda” do ser psicológico em relação com o meio repete-se ao longo da obra vigotskiana. Tal compreensão, que não exclui, pois, a constituição biológica do sujeito, apresenta-se em Vigotski (2010), por meio de alguns dos mesmos termos russos dispostos no trecho supracitado, como *konstitutsionalnie osobennosti* [particularidades/peculiaridades constitucionais]:

Imaginem que eu, pela minha constituição, sou dotado de certas peculiaridades – é claro que eu vou vivenciar essa situação de uma maneira. Já se sou dotado de outras peculiaridades – claro que vou vivenciá-la de outra maneira. Por isso, fala-se sobre as singularidades constitutivas das pessoas diferenciando as excitáveis, as sociáveis, as animadas, as agitadas das pessoas mais indolentes, refreadas, obtusas. É claro que se nós tivermos em vista duas pessoas de dois padrões constitutivos diferentes, então um mesmo acontecimento suscita vivências distintas em cada uma dessas pessoas. Consequentemente, as singularidades constitutivas da pessoa, de modo geral, as particularidades pessoais da criança, como que se mobilizam sob a forma de uma dada vivência e vão se acumulando para se cristalizarem nessa vivência, mas, ao mesmo tempo, tal vivência consiste não apenas na totalidade dessas particularidades pessoais da criança que, por sua vez, determinam como ela vivenciou esse acontecimento, mas se constitui também nos diferentes acontecimentos vivenciados de diferentes maneiras pela criança. Uma mãe embriagada ou uma mãe psiquicamente doente é o mesmo que uma babá psiquicamente doente, não o mesmo que um pai embriagado ou um vizinho embriagado. Significa que o meio, nesse caso configurado como uma situação concreta, também sempre se encontra representado numa certa vivência. Por isso, nós temos o direito de estudar a vivência como uma unidade de elementos do meio e de elementos da personalidade (VIGOTSKI, 2010, p.687).

Não temos explicação mais precisa da ideia de “singularidades/peculiaridades constitutivas” que se mostra recorrente nas citações. O contraponto entre as pessoas “excitáveis, sociáveis” vs. “indolentes, refreadas” sugere diferenças de traços do temperamento. É provável que elas refiram-se a peculiaridades biológicas de desenvolvimento que, na prática, seriam indissociáveis do processo de culturização da consciência individual. Vale lembrar que os capítulos três, seis e sete das *Conferências sobre pedologia* abordam os temas da hereditariedade, do desenvolvimento físico e do sistema nervoso (MESHCHERIAKOV, 2010). Devemos tomar cuidado, entretanto, para não recair na gasta dicotomia hereditariedade-ambiente que LSV tanto criticava. Essas três formas de desenvolvimento inscritas no biológico têm similaridades com o psicológico, pois todas as facetas são partes de um único processo. “Eu as separei em diferentes partes para simplificar a explanação, onde, na realidade, a psique não se desenvolve à parte do cérebro, o cérebro não se desenvolve à parte do sistema endócrino, e tudo isto é um processo único” (VIGOTSKI, 2001 *apud* MESHCHERIAKOV, 2010, p. 719).

Nessa discussão sobre o papel do meio, suas peculiaridades no desenvolvimento humano ao longo das idades infantis, sobressai em Vigotski (2010) um dos poucos “estudos de caso” (em verdade, um breve relato) emergentes em sua obra, apresentado no texto “A questão do meio na pedologia” (1935/2010). Em termos tanto históricos como teóricos e clínicos, tal como Meshcheriakov (2010) e o Coletivo Eras e Dias (2017), acredito que convenha avaliar com muita cautela esse relato. Vigotski costumava raciocinar em tempo real durante suas conferências. Julgo, pois, apropriado acompanhar o fluxo do raciocínio dele abordando-o como diálogo despretensioso com a plateia e a psicologia de seu tempo, sem buscar um sistema fechado de conceitos na enunciação do autor. Neste sentido, ratifico a observação de Meshcheriakov (2010, p.718), para quem a série de conferências não pretendia mostrar completude ou rigor acadêmico.

A percepção dessas nuances auxilia-nos a relativizar a importância

que Vigotski (1935/2010) atribui à *compreensão* da situação de vida, na sequência da conferência, a qual vincula-se ao famoso, embora resumido, exemplo clínico das três crianças cuidadas pela mãe alcoolista, que se embriaga e as agride com frequência. No exemplo, LSV sublinha como o filho mais velho toma consciência da situação familiar, passando a proteger os irmãos mais novos dos atos violentos da mãe alcoolizada. Os três apresentam diferentes quadros de disfunção de desenvolvimento devido à mesma situação (VIGOTSKI, 2010, p. 684), ou seja, o fato de que a mãe bebe, transtorna-se, faz as crianças sofrerem. Quando embriagada, ela as espanca, chega a tentar atirar alguma delas pela janela, ou no chão. Elas vivem em um estado de pavor e medo. Ou seja, em termos absolutos o meio é o mesmo – porém, em termos relativos, encontramos diferenças importantes na forma como a doença da mãe perturba-as. Neste sentido, as vivências são como um “prisma que reflete [*prelomlyuet* – refrata] a influência do meio na criança” (p. 686), determinando a influência do meio sobre a criança. Como afirmam Veresov e Fleer (2016), o prisma *refrata* o meio na consciência; o espelho, *reflete-o*, reenviando a luz de volta para o meio. Vale lembrar este fabuloso trecho do “Significado Histórico da Crise na Psicologia” (1927):

Um olho que tudo visse, por essa mesma razão, nada veria. Uma consciência que estivesse consciente de tudo não teria consciência de nada, e um conhecimento de si que estivesse consciente de tudo, estaria consciente de nada. Nossa consciência [*opit* – experiência] está confinada entre dois limiares, nós não vemos mais que uma pequena parte do mundo. Nossos sentidos nos proporcionam o mundo em excertos, extratos que são importantes para nós. E, de igual modo, entre os limiares não se registra toda a variedade de mudanças, e novos limiares existem. (VIGOTSKI, 1987, capítulo 8, trad. nossa).

Para Vigotski, a consciência é um fluxo delimitado precariamente entre dois umbrais: o das sensações e o da seleção ativa e vital operada nestas últimas. O que não se refrata, nunca se refratou – tenha origem dentro ou fora do corpo – não pode ser conteúdo da consciência; ora, todos os mal-entendidos e quiproquós; o uso de uma palavra que suscita vivências

novas em nossos interlocutores, desviando-os das trilhas da nossa intenção original, sustenta-se nessa diversidade de vivências de uma situação social que apenas em termos absolutos parece idêntica.

A meu ver, o relato clínico no texto serve a ilustrar o pensamento de LSV sobre o impacto do meio no desenvolvimento. Seria absurdo considerá-lo como um estudo de caso, já que faltam até mesmo informações básicas sobre os sujeitos, seu contexto particular e o histórico dos problemas vivenciados. O autor só chega a mencionar a idade (10-11 anos) e gênero (masculino) da criança mais velha, enfatizando o papel da compreensão, da atribuição de sentido, ou em outros termos, da *tomada de consciência* da situação⁸. O pedólogo deve avaliar a influência do meio no desenvolvimento junto ao nível de compreensão, de tomada de consciência desse meio pela criança, sendo considerado (em geral) positivo que a criança compreenda, atribua sentido às situações. Esse conceito de sentido tem uma longa história nas obras de LSV e, para o falante do russo, conecta-se ao campo semântico das ideias de consciência, vontade/deliberação, relação de compreensão vital com o meio, cuja estrutura é dotada de efeitos afetivos e cognitivos (YASNITSKY et al., 2016). Não é de se admirar que essas palavras apareçam juntas nas mesmas passagens, desse e de outros textos pedológicos.

Neste sentido, acerta Meshcheriakov (a exemplo de outros comentadores, como González-Rey, Toassa, Veresov, Delari Jr.) ao defender a *função metodológica do conceito de vivência*. Embora certos trechos de “A questão do meio na pedologia” tratem da interpretação do meio (fundamental para análise de quaisquer relações intersubjetivas), compreendemos que as vivências não são simples atos de interpretação. Como aponta Meshcheriakov, tanto a ideia de “sujeito (ou pessoa, personalidade)” quanto “meio” comporta aspectos amplos e diversificados: a “análise do meio, do ponto de vista das vivências, permite diminuir significativamente a dimensão e o número desses relacionamentos” (2010, p. 712). Esse recorte propicia

⁸ Vale notar que na página 688 da tradução de “A questão do meio na pedologia” (1935/2010) seria mais adequado traduzir o termo “apreensão” por “atribuição de sentido”.

informações importantes, sob um ponto de vista clínico, envolvendo a relação muitas vezes tortuosa entre o que *fazemos* ou *apreendemos*, *interpretamos*, *refratamos* do meio; não raramente, na forma do sintoma, do sofrimento, tal como no exemplo da família apresentado por LSV.

Toassa (2009), tal como Meshcheriakov (2010), distingue modos analíticos e sintéticos de comunicação das vivências. A tradução da vivência em mensagem a um certo interlocutor, no sentido sistêmico, interpseudológico da palavra, pode realizar-se por meio de todo um livro, bem como na ausência de palavras. São exemplos desses modos, respectivamente, a apresentação da vivência de Lev Semionovich sobre “A Tragédia de Hamlet” (VIGOTSKI, 1916/1999, texto com 252 páginas) e a comunicação amorosa sem palavras que frequentemente unia os apaixonados Kitty e Liêvin (em VIGOTSKI, 2001a). A vivência pode expressar-se em confissões, longas conversações pessoais, ou ações: em escrever uma carta; ou ir ao teatro, a uma loja (MESHCHERIAKOV, 2010; GONZÁLEZ-REY, 2016b). Elas também podem não alcançar expressão detectável; desfazer-se em angústias, apresentar-se como sintoma de crises graves, desagregadoras, na vida psíquica.

Vigotski (2010) não nos proporciona uma técnica psicoterápica propriamente dita, a despeito de Meshcheriakov indicar que o trabalho com vivências perpassadas pela emoção seja, hoje, básico no aconselhamento psicológico e psicoterapia. No texto de Lev Semionovitch, a ideia de uma técnica ainda se apresenta de forma incipiente. Em seu esforço didático, o autor recai em algumas simplificações.

Por exemplo: ele considera equivalentes, para o desenvolvimento infantil, as figuras da “mãe” e “babá” embriagadas, o que reflete certo desconhecimento das vivências infantis sobre essas duas figuras. A experiência da psicologia clínica mostra que, nas vivências das crianças, há notáveis diferenças entre os papéis de mãe ou babá (veja-se, como referência, os casos clínicos relatados na obra de WINNICOTT, 1997). A força do vínculo mãe-criança e seu significado basilar nas instituições familiares da maioria das culturas conhecidas resulta na percepção, pela criança, de que pessoas

específicas são responsáveis pela origem dela. Por tal razão, os pais são muito mais relevantes nas vivências das crianças do que outros adultos.

A importância dos cuidados maternos para a sobrevivência física e mental da criança implica-se na formação das vivências infantis com respeito à figura materna. Obviamente, as mães podem estar ausentes e outras pessoas serem responsáveis pelas crianças. Mas, sob o ponto de vista dos sistemas psicológicos culturais, o próprio contraste das significações/papéis “mãe” ou “babá” permite-nos perceber diferenças importantes entre essas figuras para uma constituição de eventos dramáticos de formação da personalidade.

Há outros pontos inquietantes, ou vagos, nas reflexões clínicas de LSV. Texto do Coletivo Eras e Dias (2017) problematiza as simplificações presentes na conferência, das quais destacamos a suposição (falsa) de que o alcoolismo da mãe criaria um meio objetivo idêntico para cada criança. Tal ideia de um meio “idêntico” só poderia ser verdadeira para os índices absolutos, e não relativos, do meio, ao que o fluxo do raciocínio de Vigotski contrapõe-se desde o início do texto. O Eras e Dias (2017) também coloca em xeque a suposição de que as três crianças pudessem ver a cena exatamente da mesma perspectiva. Seria possível que a mãe as agredisse igualmente? Essa agressão era física ou também psicológica? O que dizia a mãe sobre esses atos? De que forma justificava sua conduta, ou mesmo atribuía sentido à relação com cada filho, além da prole como um todo?

São perguntas, obviamente, sem resposta no contexto de um relato clínico tão breve. Não obstante, é importante finalizar as presentes reflexões com uma negativa à ideia liberal, subjetivista, de Blunden (2016), para quem “o filho mais velho do conhecido estudo de caso vigotskiano, **supera** [grifo nosso] o problema da mãe alcoolista ao transformar a situação objetiva, ao mudar-se a si mesmo, tornando-se o ‘homenzinho’ da casa” (p. 8). Isso equivale a afirmar que bastaria mudar nossa percepção de uma situação para que ela se modificasse – quando, como vimos anteriormente, a vivência é *relação* da consciência/personalidade-meio, constituindo-se da unidade desses dois pólos. A simples mudança de

compreensão “para-si” não chega a impactar o meio externo; o simples fato de atribuir sentido a uma situação não nos leva necessariamente a “superá-la”, ou “mudá-la”, embora crie também uma tendência à ação. A tomada de consciência com respeito ao meio, ao próprio eu e às vivências consiste em uma relação de *compreensão* ou *conhecimento*, ativa com respeito ao meio social e não de *percepção*, ou tampouco de *pensamento*. Depende de uma consonância entre os fatos internos ou externos ao sujeito e sua representação na palavra (TOASSA, 2006), contemplando diversas modalidades de tomada de consciência, entre as quais a motivacional. Embora se reconfigure a relação indivíduo-meio, como uma etapa fundamental para superação de dificuldades, a tomada de consciência não chega a constituir a totalidade do processo de superação como processo/práxis dependente da ação-reflexão-ação.

Considerações finais

O presente capítulo problematizou aspectos centrais, no comentário contemporâneo, relativos ao conceito de vivência em L.S. Vigotski. Teve início abordando se, e como, estaríamos na aurora de um “novo irracionalismo”, o que pautaria a busca, em LSV, por fundamentos de uma psicologia das vivências. Considera, ainda, que, por ser a noção de vivência uma espécie de “definição indefinida”, à qual Vigotski atribuiu maior centralidade em textos não-revisados, faz-se bastante complexo articulá-la na obra do autor; tanto mais devido a ser termo de difícil tradução. Por tal razão, não fugi à regra da maioria dos textos sobre esse tema, explanando questões de tradução e sentido do termo.

Em meus estudos, pude constatar algumas convergências entre os comentadores, por exemplo: no reconhecimento de que a análise das vivências tem um papel metodológico no campo da investigação dos fenômenos desenvolvimentais da consciência/personalidade e, neste sentido, trata-se de um “prisma” que refrata aspectos parciais/totais do meio (e não de um espelho cuja função é refleti-lo). Em minha leitura, essa convergência deve-se à maior presença do conceito de vivência no campo da

pedologia (ciência do desenvolvimento infantil), como meio de análise da criança em sua situação social de desenvolvimento.

Fiz também a crítica à noção de Andy Blunden acerca da relação entre as vivências e a “atividade vital em uma situação de vida”, buscando esclarecer como as vivências expressam uma relação de ato e conteúdo da consciência que comporta tanto atividades estruturadas (no sentido da teoria da atividade emergente após a morte de Vigotski) quanto aspectos não-estruturados da consciência. Cabe ressaltar, entretanto, a importante reflexão de Blunden sobre o substantivo vivência como se referindo a fenômenos contáveis, unitários – conforme minha pesquisa em Varshava e Vigotski (1931), o termo é sinônimo de *experiență imediată*. Trazendo verbetes do “Dicionário de Psicologia”, mostrei como *opit* (experiência) e *perejivânie* (vivência) não são sinônimos, sendo a ideia de *opit*, tal como pude perceber, incontável. *Perejivânie* e *opit* são conceitos que se relacionam sem se fundirem; polos tensionados de uma relação dialética.

Por fim, comentei, ainda, a divergência entre os comentadores acerca da posição do conceito no âmbito da tríade constituída pela psicologia geral, particular ou concreta. Enquanto Blunden e González-Rey situam o conceito no âmbito da psicologia geral, Toassa, bem como Roth e Journet remetem-no à psicologia concreta.

Revisei ainda algumas contribuições à relação entre vivências e desenvolvimento, apontando problemas na edição das conferências pedológicas de LSV, bem como potencialidades metodológicas relativas ao papel das vivências na seleção da extensa gama de possíveis influências do meio. Procurei elucidar as relações entre biológico e social que emergem nas “Conferências sobre pedologia”, destacando as contribuições de Meshcheriakov, do Coletivo Eras e Dias, de Veresov e das minhas próprias. Fazendo a crítica à ideia de Blunden, segundo quem tomar consciência de uma situação vivenciada equivale a superá-la, podemos finalizar essas reflexões destacando a necessidade de que os pesquisadores continuem desenvolvendo as articulações do conceito de vivência com o todo da psicologia vigotskiana, de modo a lapidar seu potencial heurístico para

uma psicologia marxista, pautada em uma reflexão anticapitalista sobre os desafios do mundo contemporâneo, em seu dramático giro na direção de um neoliberalismo irracionalista e autoritário.

Referências

ANTUNES, D. C.; MAIA, A. F. Big Data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural. **Psicologia USP**, vol. 29, n. 2, p. 189-199, 2018.

ARAUJO, S. F. O Voluntarismo de Wilhelm Wundt. In: FERREIRA, A. A. L. (org.). **A Pluralidade do Campo Psicológico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. p. 25-37.

BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G.; ANDRADE, J. E. B. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nestas últimas décadas? In: YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. (org.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010. p. 255-270.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BLACK MIRROR. **Série televisiva criada por Charlie Brooker**. Reino Unido: Zeppotron; Channel 4 (for); Gran Babioka, 2011-.

BLUNDEN, A. Translating *Perezhivanie* into English. In: COLE, M.; GAJDAMSCHKO, N. (ed.). **MCA Symposium on Perezhivanie**, 2016, p. 4-12. Disponível em: <http://lchc.ucsd.edu/MCA/Mail/xmca-mail.2017-01.dir/pdfss005wuME.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

COLE, M.; GAJDAMSCHKO, N. The Growing Pervasiveness of *Perezhivanie*. **Mind, Culture, and Activity**, v. 23, n. 4, p. 271, 2016a.

COLE, M.; GAJDAMSCHKO, N. (ed.). **MCA Symposium on Perezhivanie**. 2016b. Disponível em: <http://lchc.ucsd.edu/MCA/Mail/xmcamail.2017-01.dir/pdfss005wuME.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

DANZIGER, K. **Constructing the subject: Historical origins of psychological research**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DANZIGER, K. **Naming the mind**: How psychology found its language. London: Thousand Oaks: New Delhi. Sage Publications, 1997.

DELARI JÚNIOR, A. Questões de método em Vigotski: busca da verdade e caminhos da cognição. In: TULESKI S.C., CHAVES M., LEITE H. A. (org.). **Materialismo histórico dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural**: método e metodologia de pesquisa. Maringá. PR: Eduem, 2015, p. 43-82.

DELARI JÚNIOR, A. **Alguns sentidos da palavra “perejivanie” em L. S. Vigotski**: notas para estudo futuro junto à psicologia russa. Umuarama, PR. 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/361216500/Alguns-Sentidos-Da-Palavra-Perejivanie-Vigotski-Brasil>. Acesso em: 04 nov. 2017 (mimeo).

ELYSIUM. **Filme dirigido por Neill Blomkamp**. Estados Unidos: TriStar Pictures et al, 2013.

ERAS E DIAS. **Sobre três crianças e sua mãe adoecida atendidas por Vigotski**. Contrapondo leituras simplistas de “O problema do meio”. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BxzaInGaT8ViMDdr-Ri11c0lfT3c/view?usp=sharing>. Acesso em: 21 jul. 2017.

EX MACHINA: INSTINTO ARTIFICIAL. **Filme dirigido por Alex Garland**. Reino Unido: Universal et al., 2015.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Psicologia, uma introdução**: uma visão histórica da psicologia como ciência. São Paulo: EDUC, 1991.

GARDNER, H. **A Nova Ciência da Mente**, Uma História da Revolução Cognitiva. São Paulo: EdUSP, 2003.

GONZÁLEZ-REY, F. Complementary Reflections on Perezhivanie. In: COLE, M.; GAJDAMSCHKO, N. (ed.). **MCA Symposium on Perezhivanie**. 2016a. p. 77-80. Disponível em: <http://lchc.ucsd.edu/MCA/Mail/xmcamail.2017-01.dir/pdfss0O5wuME.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

GONZÁLEZ-REY. Vygotsky's concept of *perezhivanie* in *The Psychology of Art* and at the final moment of his work: Advancing his legacy. In: COLE, M.; GAJDAMSCHKO, N. (ed.) **MCA Symposium on Perezhivanie**. 2016b. p. 35-45. Disponível em: <http://lchc.ucsd.edu/MCA/Mail/xmcamail.2017-01.dir/pdfss0O5wuME.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

LORDON, F. **A sociedade dos afetos**: por um estruturalismo das paixões. Campinas, SP: Papirus, 2015.

MESHCHERIAKOV, B. G. Idéias de L. S. Vigotski sobre a ciência do desenvolvimento infantil. **Psicologia USP**, v. 21. n. 4, p. 706-726, 2010.

ROTH, W-M.; JOURNET, A. *Perezhivanie* in the Light of the Later Vygotsky's Spinozist Turn. In: COLE, M.; GAJDAMSCHKO, N. (ed.) **MCA Symposium on Perezhivanie**. 2016. p. 46-55. Disponível em: <http://lhc.ucsd.edu/MCA/Mail/xmcamail.2017-01.dir/pdf/ss0O5wuME.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017

TOASSA, G. Conceito de consciência em Vigotski. **Psicologia USP**, vol. 17, n. 2, p. 59-83, 2006.

TOASSA, G. **Emoções e vivências em Vigotski**: investigação para uma perspectiva histórico-cultural. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2009.

TOASSA, G. Vigotski: notas para uma psicologia geral e concreta das emoções/afetos. **Cadernos Espinosanos**, n. 30, p. 49-66, jan./jun. 2014.

TOASSA, G.; SOUZA, M. P. R. de. As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotski. **Psicologia USP**, v. 21, n. 4, 2010.

TOASSA, G.; TEO, T. A Psicologia na “Jangada da Medusa”: entrevista com Thomas Teo. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, 2015.

VARSHAVA, B. E.; VIGOTSKI, L. S. **Psikhologicheskij slovar** [Dicionário Psicológico]. Moscow: Gosudarstvennoe Utchebno-Pedagogicheskoe Izdatel'stvo, 1931.

VERESOV, N. Emotions, perezhivanie et développement culturel: le projet inachevé de Lev Vygotski. In : MORO, C. ; MIRZA, N. M. (ed.). **Sémiotique, culture et développement psychologique**. Lausanne: Septentrion, 2014. p. 209-237.

VERESOV, N.; FLEER, M. Perezhivanie as a theoretical concept for researching young children's development. In: COLE, M.; GAJDAMSK-HKO, N. (ed.). **MCA Symposium on Perezhivanie**. 2016. p. 56-66.

Disponível em: <http://lchc.ucsd.edu/MCA/Mail/xmcamail.2017-01.dir/pdf/ss005wuME.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

VIGOTSKI, L. S. **The Historical Meaning of the Crisis in Psychology**: A Methodological Investigation. 1987. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/vygotsky/works/crisis/>. Acesso em 05 nov. 2017. (Texto original de 1927).

VIGOTSKI, L. S. El problema de la edad. In: **Obras escogidas**. Madrid: Visor Distribuciones, 1996. p. 251-273. v. IV. (Texto original de 1932-1934).

VIGOTSKI, L. S. **A Tragédia de Hamlet**, Príncipe da Dinamarca. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Texto original de 1916).

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001a. (Texto original de 1934).

VIGOTSKI, L. S. **Lektsii po pedologii** [Lições sobre pedologia]. Ijevsk, Rússia: Isdatelskii Dom Udmurtskii Universitet, 2001b.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003. (Texto original publicado em 1926).

VIGOTSKI, L. S. A questão do meio na pedologia. **Psicologia USP**, v. 21. n. 4, 2010. (Texto original publicado em 1935).

WINNICOTT, D. W. **Pensando sobre crianças**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

YASNITSKY, A. **Vygotsky Circle during the decade of 1931-1941**: Toward an integrative science of mind, brain, and education. Tese (Doutorado). University of Toronto. 2009. 147 f.

YASNITSKY, A.; VAN DER VEER, R.; AGUILAR, E.; GARCÍA, L. N. **Vygotski revisitado**: una historia crítica de su contexto y legado. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2016.

ZARETSKY V. K.; KARYAGINA T. D.; KHOLMOGOROVA, A. B. Life and Creative Work of Fyodor Vasilyuk: Overcoming the Schism in Academic and Practical Psychology. **Kul'turno-istoricheskaya psikhologiya** [Cultural-Historical Psychology], vol. 14, n. 4, pp. 94-105, 2018.

AS IDADES DA VIDA: CRIANÇA NA OBRA DE VIGOTSKI¹

Divino de Jesus da Silva Rodrigues
Rosana Carneiro Tavares
Sônia Margarida Gomes Sousa
Ivana Oriente

Introdução

Este trabalho é parte de um estudo que está sendo realizado pelo Grupo de Pesquisa Infância, Família e Sociedade (GIFS), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), cujo objetivo é apreender as categorias afetividade, infância², adolescência, idade adulta/juventude e velhice em importantes produções de Vigotski. O estudo, denominado “As Idades da Vida e a Afetividade na Obra de Vigotski e sua apropriação na Produção da Pós-Graduação em Psicologia”, está em curso e até o momento finalizou a sistematização e análise dessas categorias nas seguintes obras: *A Tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca* (1916³/1968/1999a)⁴; *Psicologia da Arte* (1926/2001a); *Psicologia Pedagógica* (1926/2010a); *Teoria e Método em Psicologia* (1927/2004); *O Desenvolvimento Psicológico na Infância* (1932/1999b); *A Construção do Pensamento e da Linguagem* (1934/2001b);

1 A escrita do nome deste autor é citada de diferentes maneiras, variando normalmente entre Vygotsky, Vigotsky, Vygotiski, Vigotskii, Vigotski, entre outras. A forma adotada neste trabalho é Vigotski, exceto em relação às referências analisadas em que foram mantidas as grafias originais.

2 De acordo com Oriente (2010), seria oportuno diferenciar as categorias infância e criança. A categoria criança associa-se àquilo que é individual.

Já a infância, àquilo que transcende o individual para compreender nele o universal, que, dialeticamente, compreende o individual.

3 Escrita em 1916, representa uma análise da tragédia de Shakespeare e foi resultado do trabalho de conclusão de curso de Vigotski, em Direito e Literatura, na Universidade de Moscou. Obra produzida em contexto ditatorial da antiga União Soviética e, por isso, só veio a ser publicada em 1968, na Rússia, e, em 1999, no Brasil. É importante ressaltar que, no conjunto das análises das produções vigotiskianas, o estudo desta obra revelou que a categoria infância não foi objeto de investigação do autor.

4 Para esclarecimento, após o título virão na sequência as seguintes datas: escrita original do texto, primeira publicação e data da publicação do livro no Brasil utilizado para este estudo.

Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem (1935/2010b); *A Formação Social da Mente* (1984/2003).

Além de alicerçar-se nos pressupostos do método histórico-dialético, esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Minayo (2011), é marcada pela busca, na literatura disponível ao pesquisador, do seu objeto de estudo, com o objetivo de reunir e apreender, a partir de publicações, as informações necessárias para que suas perguntas de investigação sejam respondidas e problematizadas. Dessa maneira, foram realizadas leituras, fichamentos e análises das obras de Lev Semionovitch Vigotski traduzidas para o português, totalizadas em 08 (oito) produções publicadas pelas Editoras Martins Fontes e Ícone⁵.

No processo de análises das obras vigotskianas, ficou evidenciado que o ponto de partida de Vigotski nessas produções são suas pesquisas empíricas e diálogos com autores, entre os quais se destacam: Bühler (1879-1963), Charlotte Bühler (1893-1974), Claparède (1873-1940), Herbart (1776-1841), Freud (1856-1939), James (1842-1910), Koffka (1886-1941), Kohler (1887-1967), Lewin (1890-1947), Piaget (1896-1980), Stern (1871-1938), Stumpf (1848-1936), Thorndike (1874-1949), Wertheimer (1880-1943), Wundt (1832-1920), entre outros autores. No diálogo com esses autores, Vigotski utiliza a sua estratégia metodológica básica: revisita todo o campo científico sobre o tema que está investigando, aponta as fragilidades e potencialidades destas teorias e, por fim, apresenta a sua proposta teórica para o avanço da compreensão científica do objeto de estudo.

O presente trabalho apresenta as elaborações da teoria vigotskiana acerca do processo constitutivo do desenvolvimento e da aprendizagem da criança, organizados nas seguintes temáticas: desenvolvimento e aprendizagem; brincadeira e ludicidade; arte e criatividade e sexualidade, que se entrelaçam e complementam-se dialeticamente. Os resultados apresenta-

5 Não é o objetivo deste texto analisar as trajetórias das publicações das obras de Vigotski, muito menos avaliar a qualidade destas traduções. Alguns colegas têm realizado importantes trabalhos sobre este enfoque e devem ser lidos por todos, como Prestes e Tunes (2012), Toassa e Souza (2010), entre outros. Partimos do material bibliográfico disponível no Brasil e de fácil acesso para todos, em especial, para os estudantes que se encontra em período de formação acadêmica e para colaboradores desta pesquisa.

dos das obras por meio dessas temáticas respeitam a ordem cronológica em que Vigotski as produziu.

Desenvolvimento e Aprendizagem

Na obra *Psicologia Pedagógica*⁶, Vigotski (2010a) se contrapõe à concepção vigente de que a criança é uma “folha de papel em branco” (p.27). Para o autor, a criança é sim “uma folha preenchida inteiramente pelos vestígios da experiência biologicamente útil dos antepassados” (p.27). No entanto, apesar da importância dada à base biológica, nessa produção o autor enfatiza também o processo pedagógico na formação humana, como ressalta: “O comportamento do homem é formado pelas peculiaridades e condições biológicas e sociais de seu crescimento” (p. 63). Desse modo, para Vigotski (2010a): “esse novo sistema de reações é inteiramente determinado pela estrutura do meio onde cresce e se desenvolve o organismo. Por isso toda educação é de natureza social, queira-o ou não” (p. 63).

No que se refere ao desenvolvimento da criança, Vigotski (2010a) afirma que há uma relação intrínseca do desenvolvimento com os interesses dos sujeitos. Quanto ao interesse infantil, para o autor, é ele que faz com que a criança se movimente ao encontro do mundo que está à sua volta: “O desenvolvimento dos interesses infantis está intimamente ligado ao crescimento biológico geral da criança. Os interesses são expressões das necessidades orgânicas da criança” (p. 117). Assim, na primeira etapa da vida: “a criança está apenas começando a aprender a administrar os seus órgãos receptores como movimentar os braços, cabeça, os olhos, etc., surge nela o interesse por estímulos vários, sejam eles sonoros, luminosos ou de outra espécie” (VIGOTSKI, 2010a, p. 118).

6 Foi originalmente publicada em 1926, surgida da reunião de uma série de conferências que Vigotski pronunciou para professores, quando trabalhou em Gomel – período de 1917 a 1923. O livro esboça um projeto para a psicologia que implica: a) a reconstrução de certo número de conceitos; b) a construção de um novo objeto para a Psicologia – o comportamento humano – entendendo-o a partir de uma unidade que contempla várias dimensões e c) um método de pesquisa que se inspira, do ponto de vista filosófico, no materialismo dialético e, do ponto de vista sociológico, no materialismo histórico (MARTINS, 2010).

Conforme a criança cresce e se desenvolve, seus interesses irão se transformando para Vigotski (2010a): “O espírito de iniciativa passa a ser o interesse principal da criança, a vontade de fazer tudo orienta todos os seus atos. Agora a criança é capaz de concentrar-se em algum tipo de trabalho até cansar-se” (p.118). E completa o autor: “O período seguinte caracteriza-se pela ampliação dos interesses para além dos limites do meio imediato, uma vez que a criança já conhece bem tudo o que a rodeia e a soma de combinações que é capaz de realizar” (p. 118).

Vigotski (2010a) trata também a questão do pensamento e da fala no desenvolvimento da criança, afirmando que a fala é primária e só a partir da internalização da fala é que o pensamento surge: “a criança começa a falar mais cedo e depois a pensar. [...] ou seja, que a criança primeiro começa a pensar e depois aprende as palavras para expressar os seus pensamentos” (p. 222). Desta maneira, para o autor: “O seu pensamento é de origem secundária. Só começa quando a criança ao reprimir os sons começa a suspender o reflexo perante o último terço e a retardá-lo dentro de si” (p. 222).

Nessa obra, Vigotski (2010a) trata de dois níveis de desenvolvimento diferentes da criança. Um deles é o desenvolvimento atual, que é o nível de desenvolvimento das funções mentais que ela já atingiu, que é determinado com o auxílio de tarefas que a própria criança resolve com autonomia, sem o auxílio de outros. O outro nível de desenvolvimento ao qual o autor se refere é o que denominou de zona de desenvolvimento imediato (ou proximal), que é a distância entre o nível do desenvolvimento atual da criança, determinado com o auxílio de tarefas que ela própria resolve com independência, e o nível do possível desenvolvimento, determinado com o auxílio de tarefas resolvidas sob a orientação de adultos e com a colaboração de colegas.

Para Vigotski (2010a), o segundo nível de desenvolvimento da criança é um distintivo fundamental, uma vez que supera a ideia de que é preciso determinar em que nível de desenvolvimento a criança está para se planejar atividades pedagógicas. Reconhecer a zona de desenvolvimento imediato

“subverte toda a teoria da relação entre os processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança” (p. 481). Para o autor, a aprendizagem que se orienta a partir de ciclos de desenvolvimento concluídos não é eficaz, é necessário reconhecer que a aprendizagem pode levar a novos desenvolvimentos e não apenas ser resultado de um processo já estabelecido.

Assim, de acordo Vigotski (2010a), o desenvolvimento da criança não se dá de maneira estável e linear, mas pela via da dialética, da luta com as contradições, aos saltos, passando da quantidade para a qualidade: “O desenvolvimento da criança é o princípio fundamental da psicologia. A criança não é um ser acabado, mas um organismo em desenvolvimento, e conseqüentemente o seu comportamento se forma não só sobre a influência excepcional da interferência sistemática no meio” (p. 289). Nessa direção, afirma: “mas ainda em função de certos ciclos ou períodos do desenvolvimento do próprio organismo infantil, que determinam, por sua vez, a relação do homem com o meio” (p. 289). E, completa ressaltando que: “A criança se desenvolve de maneira irregular, constante, através da acumulação de pequenas mudanças por impulsos, aos saltos, de forma ondulatória, de sorte que os períodos de ascensão do crescimento infantil são seguidos de períodos de estagnação e inibição” (p. 289).

Em relação à aprendizagem da criança, Vigotski (2010a) também realça o interesse relacionado à educação e o considera um fator importante para o alicerçamento do aprendizado: “Assim, como uma espécie de motor natural do comportamento infantil, o interesse é a expressão verdadeira de uma tendência instintiva, é a indicação de que a atividade de uma criança coincide com as suas necessidades orgânicas” (p. 111).

Nessa direção, ao tratar do processo de aprendizagem, Vigotski (2010a) procura discutir de que maneira a aprendizagem se relaciona com o desenvolvimento, e afirma que “ao dar um passo na aprendizagem a criança avança dois passos no desenvolvimento, ou seja, a aprendizagem e o desenvolvimento não coincidem” (p. 475). Assim, ao compreender o processo de aprendizagem, o autor trata da relação entre desenvolvimento e ensino, argumentando sobre a importância de investigar como se dá essa

relação, chama a atenção para o fato de que a aprendizagem da criança não começa na escola. Antes de seu ingresso em uma instituição de ensino a criança já aprende e chega à escola com alguma história de aprendizagem. Como aponta: “[...] a aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar. Em essência a escola nunca começa no vazio. Toda aprendizagem com que a criança depara na escola sempre tem uma pré-história” (VIGOTSKI, 2010a, p. 476).

Ao discutir as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, Vigotski (2010a) afirma que: “a aprendizagem não é desenvolvimento, mas, corretamente organizada, conduz o desenvolvimento mental da criança, suscita para a vida uma série de processos que, fora da aprendizagem, se tornariam inteiramente inviáveis” (p. 484-485). Para o autor: “a aprendizagem é um momento interiormente indispensável e universal no processo de desenvolvimento de peculiaridades não naturais, mas históricas do homem na criança” (p. 484-485).

Nessa direção, Vigotski (2010a) destaca que, na escola, mais importante do que simplesmente saber o que a criança já aprendeu e é capaz de fazer sozinha, é reconhecer quais são as suas potencialidades, o que a criança consegue fazer com o auxílio de outros, aquelas atividades que hoje não tem seu domínio, mas que “estão a caminho, germinando, amanhã darão frutos e passarão ao nível de desenvolvimento atual” (p. 552). Na sua concepção, é só assim que o processo pedagógico poderá ser compreendido em sua essência e que o desenvolvimento será potencializado.

Na produção *Teoria e Método em Psicologia*⁷, Vigotski (2004) trata do desenvolvimento da criança, apontando vários estudos que indicam que o desenvolvimento “é determinado, em grande medida, pela capacidade da criança de utilizar por si mesma suas próprias funções naturais e de domi-

7 Escrito em 1927 e publicado originalmente do russo em 1982. Esta obra constitui-se a materialização de importantes discussões, sobretudo, sobre o método marxista na pesquisa psicológica bem como de suas preocupações em relação à metodologia. Organizado em duas partes: a primeira versa sobre questões correlatas a problemas teóricos e metodológicos da psicologia, na qual o autor descreve suas críticas. A segunda parte apresenta o texto: “O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica”, em que o autor defende a ideia da impossibilidade de síntese das várias correntes psicológicas em decorrência de sua própria gênese ser cindida.

nar os instrumentos psicológicos” (p. 100). Assim, o autor explicita que investigar o desenvolvimento infantil sob o enfoque naturalista significa explicar os fenômenos psíquicos a partir de uma suposta natureza do homem, apresentando como naturais e universais características sociais e historicamente constituídas por meio da compreensão do desenvolvimento. Como superação desta visão naturalista, tão disseminada pelas teorias que versam sobre o desenvolvimento infantil na sua época, Vigotski (2004), expõe seu pressuposto básico sobre a constituição do ser humano na relação com o outro social. Para o autor, a cultura e o social tornam-se parte do sujeito em um processo dialético que, ao logo do desenvolvimento humano, produz e transforma o seu funcionamento psicológico. Ressalta que “a criança se equipa e se reequipa ao longo de seu processo evolutivo com os mais diversos instrumentos [...]. Os principais marcos no desenvolvimento é o período no qual não há linguagem e aquele no qual a linguagem aparece” (VIGOTSKI, 2004, p. 100). O autor aponta que para investigar o comportamento das crianças é necessário: “Investigar as características e a estrutura do comportamento da criança exige desvendar seus atos instrumentais e levar em consideração a reestruturação das funções naturais que o compõe” (p. 100).

Segundo Vigotski (2004), a linguagem é um marco no desenvolvimento do ser humano, a qual expressa o pensamento e organiza-o, e é por meio dela que as funções mentais superiores são socialmente formadas e culturalmente transmitidas. Nesse sentido, o autor aponta que o desenvolvimento da consciência e da fala na criança não ocorre de maneira estável e linear, uma vez que “a atividade formativa do sentido conduz a uma determinada estrutura semântica da própria consciência. Por conseguinte, a fala era examinada de modo equivocado não apenas em relação ao pensamento” (p. 187). Ainda, para o autor, a consciência não teria que se limitar a tomar posse das suas funções isoladas, teria que as criar. Para Vigotski (2004): “A fala produz mudança na consciência. A fala é um correlato da consciência, não do pensamento” (p. 187).

No livro *Desenvolvimento Psicológico na Infância*⁸, Vigotski (1999b), especificamente no capítulo sobre “desenvolvimento e aprendizagem”, trata desse processo desenvolvimental relacionando-o com o desenvolvimento da percepção, da memória, do pensamento, das emoções, da vontade e da imaginação.

Sobre a percepção, Vigotski (1999b) questiona a posição da psicologia estrutural ao afirmar que a percepção da criança pequena é determinada por situações globais. O autor ressalta que a libertação da percepção direta por meio do pensamento tem na palavra um papel determinante. Desse modo, conclui: “se tomarmos o problema da percepção ortoscópica ou o da percepção com sentido ou o da conexão entre percepção e linguagem, tropeçaremos em todos os casos com um fato de importância teórica primordial” (p. 25). Dessa forma, para o autor, “no processo de desenvolvimento infantil, observamos a cada passo o que se costuma chamar de mudança das conexões e relações interfuncionais” (p. 25).

Acerca da memória, Vigotski (1999b) afirma que a experiência revela que, nas crianças, a memorização possui papel decisivo em todas as construções mentais: “A análise mostra que o pensamento da criança de pouca idade é fortemente determinado por sua memória. Seu pensamento não é em absoluto o mesmo que o da criança de mais idade” (p. 44). E completa: “para a criança pequena, pensar é recordar, ou seja, apoiar-se em sua experiência precedente, em sua variação. Nunca o pensamento tem uma correlação tão alta com a memória como na idade precoce, quando se desenvolve em função imediata desta” (p. 44). No que diz respeito à memória, Vigotski (1999b) conclui o seguinte: “Por isso, o desenvolvimento da memória infantil deve ser estudado não tanto em relação às mudanças que se produzem dentro da própria memória, quanto em relação ao lugar desta dentro da série de outras funções” (p. 47).

O caráter racional do pensamento da criança configurava-se como problema central para as concepções teóricas. Para Vigotski (1999b): “este

8 Este é o segundo título das obras escolhidas de Vigotski no Instituto Pedagógico em 1932. Estas conferências que abordam o desenvolvimento psicológico das funções superiores da criança – percepção, memória, pensamento, imaginação, vontade – permitirão ao leitor conhecer o pensamento vigotskiano sobre os temas centrais da sua psicologia que estão vigentes nos dias atuais.

aspecto se resume antes de mais nada, no problema do pensamento e da linguagem de suas relações mútuas na infância” (p. 64). O autor afirma que o desenvolvimento do pensamento, configura-se como aspecto central para toda a estrutura da consciência e para o sistema de atividade das funções psíquicas.

Em relação ao pensamento e imaginação, Vigotski (1999b) assinala que: “assim como no desenvolvimento do pensamento infantil, no desenvolvimento da imaginação o momento crítico principal coincide com o surgimento da linguagem” (p. 128). Para o autor, a idade escolar “é o ponto crucial no desenvolvimento do pensamento infantil realista e autista. Dito de outro modo, vemos que o pensamento lógico e o pensamento autista desenvolvem-se numa excepcional e estreita inter-relação” (p. 128).

Com referência à vontade e ao desenvolvimento desta pela criança, Vigotski (1999b) expressa questionamentos, almejando conter as teorias que eram desenvolvidas na sua época: “em que medida o desenvolvimento da vontade infantil, começando por movimentos primitivos voluntários, que se realizam a princípio segundo instruções verbais e terminam mediante atos volitivos complicados, é função da atividade coletiva da criança” (p. 145).

Ainda em relação à temática desenvolvimento e aprendizagem, no livro *A construção do Pensamento e da Linguagem*⁹, Vigotski (2001b) analisa a formação do pensamento e da linguagem, apontando ao estudar que a psicologia: “nos mínimos detalhes, a história da fonética da criança mostrou que não tinha a menor condição de resolver sequer na forma mais elementar o problema da explicação dos fenômenos pertinentes à questão” (p. 8). E, completa sua argumentação: “Por outro lado, o estudo dos significados da palavra da criança levou os estudiosos a uma história autônoma do pensamento infantil, na qual não havia nenhuma ligação com a história da fonética da linguagem infantil” (p. 8).

9 Escrito e publicado originalmente em 1934, é o resultado de quase dez anos de trabalho constante do autor e seus colaboradores no estudo do pensamento e da linguagem. Representa um importante avanço dos seus estudos, no qual é explicitado ser este um assunto essencial de toda a psicologia. Esse livro traz uma investigação que abrange dados da psicologia da linguagem e linguística, do estudo experimental dos conceitos e da teoria psicológica da educação, propondo a análise genética das relações existentes entre o pensamento e a palavra verbalizada.

Nesse estudo, Vigotski (2001b), após análise das pesquisas desenvolvidas acerca do pensamento e da linguagem, afirma que: “a relação entre pensamento e linguagem modifica-se no processo de desenvolvimento, tanto no sentido quantitativo quanto qualitativo”. Em relação à linguagem, o autor aponta que “a linguagem se torna psicologicamente interior antes de tornar-se fisiologicamente interior” (p. 136). Ainda expõe Vigotski (2001b) o seguinte: “da comparação do desenvolvimento da linguagem interior e do pensamento verbal com o desenvolvimento da linguagem e do intelecto na forma como se desenvolveram ao longo de linhas diferentes, tanto nos animais como nas crianças de tenra idade” (p. 149). Assim o autor conclui que “um desenvolvimento não é a simples continuação direta de outro, mas ocorre uma mudança do próprio tipo de desenvolvimento – do biológico para o histórico-social” (VIGOTSKI, 2001b, p. 149).

No que se refere ao desenvolvimento do pensamento nas crianças, Vigotski (2001b) explicita o que se segue: “Essa fase longa e persistente do desenvolvimento do pensamento infantil tem suas raízes muito profundas na experiência prática e direta da criança, e nesse pensamento a criança sempre opera com coleções de objetos que se completam mutuamente, isto é, opera com um conjunto” (p. 183).

Outro ponto de destaque tratado por Vigotski (2001b) é o processo de desenvolvimento dos conceitos ou significados das palavras. Nessa direção, então, destaca que “o desenvolvimento de toda uma série de funções como a atenção arbitrária, memória lógica, a abstração, a comparação e a discriminação, e todos esses processos psicológicos sumamente complexos não podem ser simplesmente memorizados, simplesmente assimilados” (p. 246).

Esse estudo aprofunda a compreensão sobre as características e naturezas dos conceitos espontâneos e científicos. Vigotski (2001b) esclarece que os dois conceitos são diferentes porque expressam relações próprias e particulares com as experiências das crianças e percorrem vias diversas “do momento da sua germinação ao momento da informação definitiva” (p. 263), e que a força e a fraqueza dos conceitos espontâneos e científicos

escolares são diversas “naquilo em que os conceitos científicos são fortes os espontâneos são fracos, e vice-e-versa” (p.263).

Nesse sentido, Vigotski (2001b) enfatiza que a idade escolar é de extrema importância, pois expressa a “transição das funções psicológicas inferiores de atenção e de memória para as funções psicológicas superiores da atenção arbitrária e da memória lógica” (p. 282). Essa mudança qualitativa impacta definitivamente todo o processo de desenvolvimento da criança.

Além disso, Vigotski (2001b) destaca a natureza da consciência. Segundo ele, está “se desenvolve como um processo integral, modificando a cada nova etapa a sua estrutura e o vínculo entre as partes, e não como uma soma de mudanças particulares que ocorrem no desenvolvimento de cada função em separado”. (p. 284). Ele põe em destaque o papel de socialização da escola ao afirmar que “a tomada de consciência passa pelos portões dos conceitos científicos” (p. 290).

Os estudos de Vigotski (2001b) acerca do pensamento e da linguagem revelam que suas investigações científicas estavam alicerçadas em seu desejo de contribuir verdadeiramente com o avanço da ciência e da sociedade e “tiveram como objetivo descobrir as complexas relações de reciprocidade entre aprendizagem e desenvolvimento em áreas concretas do trabalho escolar como ensinar às crianças a ler e escrever, gramática, aritmética, ciências naturais, ciências sociais” (p. 310).

Desta forma, a produção expressa no subtexto uma compreensão política acerca da importância da preparação das novas gerações por meio do acesso ao ensino formal. Diz ele: “o ensino deve fazer o desenvolvimento avançar” (VIGOTSKI, 2001b, p. 333) e mais: “O ensino seria totalmente desnecessário se pudesse utilizar apenas o que já está maduro no desenvolvimento e surgimento do novo” (p. 334).

O papel da criança como sujeito do seu processo de aprendizagem aparece com muita clareza na seguinte afirmação: “o fundamental na aprendizagem é justamente o fato de que a criança aprende o novo. Por isso a zona de desenvolvimento imediato, que determina esse campo das transições acessíveis à criança, é a que representa o momento mais deter-

minante na relação da aprendizagem com o desenvolvimento” (p. 331).

No avanço da discussão sobre a aquisição de conceitos científicos pela criança Vigotski (2001b), faz a seguinte observação: “todo conceito é uma generalização” (p. 359). Essas generalizações formam um sistema, e esse sistema é o novo “que surge no pensamento da criança com o desenvolvimento dos seus conhecimentos científicos e projeta o seu desenvolvimento intelectual a um nível cada vez mais elevado” (p. 384).

Diferentemente de outros autores do início do século XX, Vigotski (2001b) valoriza a aprendizagem da criança antes de seu ingresso na escola. “A aprendizagem não começa só na idade escolar, ela existe também na idade pré-escolar” (p. 388). E lança o desafio: “uma investigação futura provavelmente mostrará que os conceitos espontâneos da criança são um produto da aprendizagem pré-escolar tanto quanto os conceitos científicos são um produto da aprendizagem escolar” (p. 388).

Ainda no que refere à temática “Desenvolvimento e Aprendizagem”, na obra *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*¹⁰, Vigotskii (2010b) parte do ponto que a aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar. Assim destaca: “A aprendizagem escolar nunca parte do zero. Toda a aprendizagem da criança na escola tem uma pré-história. Por exemplo, a criança começa a estudar aritmética, mas já muito antes de ir à escola adquiriu determinada experiência referente à quantidade” (p. 109). Para o autor, antes de frequentar a escola a criança “encontrou já várias operações de divisão e adição, complexas e simples; portanto, a criança teve uma pré-escola de aritmética, e o psicólogo que ignora este fato está cego” (p. 109).

Para Vigotskii (2010b), a aprendizagem escolar não começa aleatoriamente, ela não acontece no vácuo, ela é sempre precedida do processo de desenvolvimento que a criança conseguiu alcançar antes de se iniciar na

¹⁰ Este livro é uma coletânea de textos de vários anos de Leontiev, Luria e Vigotski. No capítulo inicial intitulado Vigotski, Luria demonstra a grande importância deste autor para o desenvolvimento do estudo científico do que se convencionou chamar de funções psicológicas superiores. Os dois capítulos subsequentes tratam de questões ligadas ao desenvolvimento infantil. Após estes, existem três capítulos dedicados à área de intersecção entre temas de desenvolvimento e de aprendizagem, evidenciando questões mais relativas à psicologia cognitiva.

escola e é também essencialmente diferente das noções que a criança passa a dominar durante o ensino escolar. O autor assinala que nesse processo também é importante analisar a teoria da área de desenvolvimento potencial. Ele considera desnecessário qualquer tipo de prova, para visualizar que só em determinada idade pode-se ensinar ao aluno certa especificidade de conteúdos, como, por exemplo, álgebra.

Segundo Vigotskii (2010b) é incontestável a existência de uma relação entre a capacidade potencial de aprendizagem e nível de desenvolvimento. A área de desenvolvimento potencial possibilita, portanto, vislumbrar não só os futuros passos da criança como também a dinâmica do seu desenvolvimento, ou seja, não importa apenas o que foi produzido, mas o que produziria no processo de maturação. Vigotskii (2010b) contradiz a orientação das teorias tradicionais quando afirma: “[...] *o único bom ensino é o que se adianta, ao desenvolvimento*” (p. 114, grifos do autor).

A concepção pedagógica tradicional baseia-se na ideia de que o ensino deve apoiar-se no desenvolvimento já produzido, ou na etapa já superada, entretanto para Vigotskii (2010b): “[...] a aprendizagem não é em si mesma desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem” (p. 115). Para o autor: “a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não-naturais, mas formadas historicamente” (p. 115).

Por conseguinte, Vigotskii (2010b) assinala que: “o processo de desenvolvimento não coincide com o da aprendizagem, o processo de desenvolvimento segue a aprendizagem, que cria a área de desenvolvimento potencial” (p. 116). Para o autor, embora estes processos estejam diretamente ligados, o desenvolvimento e a aprendizagem da criança nunca se produzem de forma paralela e simétrica. Vigotskii (2010b) refuta a ideia de que os testes escolares que “comprovam” os progressos escolares não refletem o curso real do desenvolvimento da criança. Existe uma dependên-

cia complexa dinâmica e recíproca entre os processos de desenvolvimento e aprendizagem que seria no mínimo irresponsável, se a explicação fosse dada por meio de uma única formula apriorística.

A temática “Desenvolvimento e Aprendizagem” é tratada na produção *A Formação Social da Mente*¹¹; entre os vários aspectos apontados por Vigotski (2003), ressalta-se o entrelaçamento das relações sociais da criança no processo constitutivo do desenvolvimento e aprendizagem do sujeito humano.

Em relação à interação social e à transformação da atividade prática da criança, Vigotski (2003) explicita que no processo de internalização da fala nas crianças, primeiramente, evidencia-se a fala socializada, e, posteriormente, a criança comunica-se também intrapessoalmente. Nessa direção, aponta o seguinte: “A história do processo de internalização da fala social é também a história da socialização do intelecto prático das crianças” (p. 37).

Nesse sentido, Vigotski (2003) evidencia a aquisição dos signos pela criança que transforma o uso da fala em qualquer ação. Pela fala, a criança manipula e controla seu ambiente e pode ser tanto sujeito como objeto de seu próprio comportamento. Nas suas palavras “[...] a capacitação especificamente humana para a linguagem habilita as crianças a providenciarem instrumentos auxiliares na solução de tarefas difíceis, a superar a ação impulsiva, a planejar uma solução para um problema antes de sua execução” (p. 38).

Para Vigotski (2003), “essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre a história individual e história social” (p. 40). Aponta a estreita relação entre a fala e a percepção, bem como entre a percepção e a atenção, ao afirmar, por meio das palavras, que “as crianças isolam elementos individuais, superando, assim, a estrutura natural do campo sensorial e forman-

11 Publicada originalmente em 1984, considerada como uma seleção dos principais ensaios de Vigotski. O livro é organizado em duas partes: sendo que a primeira discute aspectos sobre teoria básica e dados experimentais; o desenvolvimento e domínio de funções psicológicas superiores como percepção, atenção, memória e pensamento no desenvolvimento da criança. Na segunda, trata de questões concernentes às implicações educacionais da teoria vigotskiana, essencialmente discussões sobre método e temas como: a função do brinquedo na aprendizagem, as interações entre aprendizagem e desenvolvimento.

do novos (introduzidos artificialmente e dinâmicos) centros estruturais. A criança começa a perceber o mundo não somente através dos olhos, mas também através da fala” (p. 43). Ainda, para o autor: “Como resultado, o imediatismo da percepção “natural” é suplantado por um processo complexo de mediação; a fala como tal torna-se parte essencial do desenvolvimento cognitivo da criança” (p. 43). Nessa direção, pontua que: “a criança que fala tem, dessa forma, a capacidade de dirigir sua atenção de uma maneira dinâmica. Ela pode perceber mudanças na sua situação imediata do ponto de vista de suas atividades passadas, e pode agir no presente com a perspectiva do futuro” (p. 47).

A memória, nas crianças, é tratada por Vigotski (2003) como uma função central, a partir da qual se desenvolvem outras funções. O ato de pensar nas crianças depende essencialmente de sua memória, visto que não desenvolveram a abstração: “As suas representações gerais do mundo, baseiam-se na lembrança de exemplos concretos, não possuindo, ainda, o caráter de uma abstração” (p. 67). Para o autor, “o desenvolvimento da memória das crianças deve ser estudado não somente com respeito às mudanças que ocorrem dentro do próprio sistema de memória, mas, também, com respeito à relação entre memória e outras funções” (p. 68). Uma vez que: “a verdadeira essência da memória humana está no fato de os seres humanos serem capazes de lembrar ativamente com ajuda de signos” (p. 68). E completa: “Poder-se-ia dizer que a característica básica do comportamento humano em geral é que os próprios homens influenciam sua relação com o ambiente e, através desse ambiente, pessoalmente modificam seu comportamento, colocando-o sob seu controle” (p. 68).

Ao longo da obra, Vigotski (2003) discute a relação entre aprendizado e desenvolvimento. Estabelece interdiscursos, além de demonstrar discordância de muitos estudos que concebem esses processos de forma diferente das apontadas em suas investigações. Entre as quais, aqueles que os “processos de desenvolvimento da criança são independentes do aprendizado” (p. 103); “a segunda grande posição teórica é a que postula que aprendizagem é desenvolvimento (p. 105), que, segundo Vigotski (2003), “reduziu o

processo de aprendizagem à formação de hábitos” (p.105); “a terceira [...] tenta superar os extremos das outras duas, simplesmente combinando-as, [...] o desenvolvimento se baseia em dois processos inerentes diferentes, embora relacionados, em que cada um influencia o outro” (p. 106).

Conforme já apontado anteriormente, Vigotski (2003) enfatiza que, antes mesmo de frequentar a escola, a criança possui um conhecimento prévio, e isso não pode ser negado. Afirmo que a postura dos estudiosos e até mesmo daqueles que convivem com a criança é a seguinte: “nunca consideraram a noção de que aquilo que a criança consegue fazer com a ajuda dos outros poderia ser, de alguma maneira, muito mais indicativo de seu desenvolvimento mental do que aquilo que consegue fazer sozinha” (p. 111).

Diante de sua perspectiva em relação ao aprendizado e desenvolvimento, Vigotski (2003) conceitua um termo importante de sua teoria, a saber, a zona de desenvolvimento proximal. Porém, faz-se necessário elucidar também sobre a zona de desenvolvimento real. Ambas estão inter-relacionadas. O excerto a seguir representa a ideia anterior: “O estado de desenvolvimento mental de uma criança só pode ser determinado se forem revelados os seus dois níveis: o nível de desenvolvimento real e a zona de desenvolvimento proximal” (p. 113). Ainda, para o autor: “aquilo que é a zona de desenvolvimento proximal hoje, será o nível de desenvolvimento real amanhã – ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã.” (p. 113).

Acerca do desenvolvimento da linguagem escrita nas crianças, Vigotski (2003) descreve como se dá esse processo e, a partir disso, como o ensino deveria ser organizado, isto é, de forma bastante explicativa e pormenorizada, a representação simbólica, os desenhos e a diversidade de processos e funções envolvidos nisto. É relevante perceber que, novamente, o autor aponta para as transformações qualitativas que marcam o desenvolvimento humano: “A história do desenvolvimento da linguagem escrita nas crianças é plena dessas descontinuidades” (p. 141). E complementa: “a criança precisa fazer uma descoberta básica – a de que se pode desenhar, além de coisas, também a fala. Foi essa descoberta, e somente ela, que

levou a humanidade ao brilhante método da escrita por letras e frases; a mesma descoberta conduz as crianças à escrita literal” (p. 153).

Segundo Vigotski (2003), o desenvolvimento se dá em forma de espiral, ou seja, ele perpassa por um mesmo ponto a cada nova revolução. Além disso, as funções psicológicas superiores são funções internas, mas não surgiram definitivamente dessa maneira. Concernente à internalização, Vigotski (2003), assim, o significa: “Chamamos de *internalização* a reconstrução interna de uma operação externa” (p. 73, grifo do autor).

Nesse sentido, Vigotski (2003) refuta veementemente a noção de que essas mesmas funções são predeterminadas organicamente no ser humano e sintetizando sua posição da seguinte maneira: “Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, *entre* pessoas (*interpsicológica*), e depois, no *interior* da criança (*intrapsicológica*)” (p.75, grifo do autor).

Brincadeira e Ludicidade

No trabalho *Psicologia Pedagógica*, Vigotski (2010a) aponta que a brincadeira infantil possibilita que a criança manifeste a imitação e ao mesmo tempo a capacidade criativa. O autor afirma: “É sumamente difícil definir até que ponto é forte o papel aqui desempenhado pelo exemplo contagiante do meio social e pela imitação que as crianças costumam fazer” (p. 107). Para o autor, a imitação é um processo considerado de suma importância, pois é por ela que a criança aprende e se desenvolve, interagindo com os adultos e com o meio, constituindo-se socialmente. Por exemplo: “na brincadeira de bonecas ou em outras manifestações do instinto paterno ou materno, deparamos, indiscutivelmente, com um vestígio mais ou menos preciso das relações que a criança vê em casa” (p. 107).

Para Vigotski (2010a), a brincadeira tem função importante no processo de aprendizagem da criança. Na sua concepção, “a brincadeira infantil quase chega a ser o mais precioso instrumento de educação do instinto” (p. 119). Além disso, a brincadeira também socializa a criança, coordena e organiza seus movimentos a partir da relação com o meio e com outras

peçoas: “Ao lançar a criança em novas situações, ao subordiná-la a novas condições, a brincadeira a leva a diversificar infinitamente a coordenação social dos movimentos e lhe ensina flexibilidade, elasticidade e habilidade criadora como nenhum outro campo da educação” (p. 124). Dessa maneira, mais do que uma atividade puramente lúdica, a brincadeira tem função no desenvolvimento da criança, “é uma forma natural de trabalho própria da criança, uma forma de atividade e também uma preparação para a vida futura” (p. 125).

Sobre a brincadeira infantil, Vigotski (2010a) considera como um processo psicológico semelhante ao trabalho do adulto, ao abordar o comportamento social da criança, destaca que nesse processo também se implicam questões como: ideologias, classe social, normas jurídicas como fatores de interferência psicológica e, também, fisiológica nos comportamentos das crianças. Apresenta dimensões sociais e de classe que interferem nas condutas das crianças. Para o autor, a criança não aprende e se desenvolve alheia ao meio social e cultural ao qual está inserida. “Tudo o que a criança aprende ajusta-se àquelas formas específicas de comportamento, de linguagem, hábitos, costumes e habilidades que a criança recebe” (p. 288).

Ao comparar o brinquedo infantil ao trabalho do adulto, Vigotski (2010a) atribui à criança autoria de ação e capacidade criativa de interpretação da realidade, como o faz quando afirma que a criança tem uma relação com a arte, subsidiando-lhe reconhecer-se mais do que na história pessoal, também, e principalmente, na história da humanidade. Ao mesmo tempo, o autor realça a importância do processo educativo na formação da consciência, dando destaque aos dois níveis de desenvolvimento que devem ser considerados, já que o nível que permite à criança aumentar suas potencialidades é aquele denominado pelo autor “nível de desenvolvimento imediato”, que depende do processo de socialização da criança e das relações que ela estabelece com outras pessoas.

Assim, ao tratar da brincadeira na infância, Vigotski (2010a), destaca que ela tem sentido estético, criativo e emocional: “O sentido estético da brincadeira não se reflete apenas no ritmo dos movimentos infantis [...].

É bem mais sério o fato de que a brincadeira, sendo do ponto de vista biológico uma preparação para a vida” (p. 360). Para o autor: “do ponto de vista psicológico revela-se como uma das formas de criação infantil. [...]. Na brincadeira a criança sempre forma criativamente a realidade. [...]. Essa transformação da realidade na brincadeira sempre é orientada pelas demandas emocionais da criança” (p. 360-361). Vigotski (2010a) dá à brincadeira infantil importância constitutiva à formação dos sujeitos, bem como atribui a ela as possibilidades de o ser humano reproduzir, criar, recriar e expandir suas potencialidades.

Ainda sobre a temática “Brincadeira e Ludicidade”, na obra *A Formação Social da Mente*, Vigotski (2003) trata do papel do brincar no desenvolvimento da criança. Considera que esta é uma dimensão do processo que não pode ser negligenciada, e que envolve necessidades, motivações, desejos e satisfações: “A maturação das necessidades é um tópico predominante nessa discussão, pois é impossível ignorar que a criança satisfaz certas necessidades no brinquedo” (p. 121). Entende-se que ao longo do desenvolvimento da criança, as suas motivações e necessidades vão se transformando, e isso também se relaciona ao brincar.

Para Vigotski (2003), o brinquedo surge como uma possibilidade de resolver a tensão criada pela necessidade de satisfação imediata *versus* os desejos irrealizáveis imediatamente. Como o autor afirma: “A tendência de uma criança muito pequena é satisfazer seus desejos imediatamente; normalmente, o intervalo entre um desejo e a sua satisfação é extremamente curto. Certamente ninguém jamais encontrou uma criança com menos de três anos de idade que quisesse fazer alguma coisa dali a alguns dias, no futuro” (p. 121). É brincando, habitando um mundo ilusório e imaginário, que a criança realiza aquilo que na realidade concreta não poderia: “A imaginação é um processo psicológico novo para a criança; representa uma forma especificamente humana de atividade consciente, [...]. Como todas as funções da consciência, ela surge originalmente da ação” (p. 122).

Arte e Criatividade

Na obra *Psicologia da Arte*¹², Vigotski (2001a), ao longo do texto, compara a criança com o sujeito adulto artista: “O escritor criativo faz o mesmo que a criança que brinca. Cria um mundo de fantasia que ele leva muito a sério, isto é, no qual investe uma grande quantidade de emoções, enquanto mantém uma separação nítida entre esse mundo e a realidade” (p. 84). Embora o autor esteja se referindo de forma mais direta à categoria afetividade, ao destacar a importância das emoções na criação de uma obra, Vigotski (2001a) trata da categoria criança ao apontar a intensidade das emoções no processo criativo do brincar da criança, assemelhando ao processo do adulto escritor.

Também, foi possível identificar que a categoria criança é apresentada por Vigotski (2001a) quando faz referência à teoria psicanalítica, em que o artista deposita em sua obra de arte materiais de sua infância, de um passado individual. O autor não concorda com a visão da psicanálise, que descreve a relação do sujeito com a arte a partir da perspectiva de um círculo de vida individual da criança. Para Vigotski (2001a): “Tem-se posteriormente a impressão de que cada indivíduo está preso ao seu complexo de Édipo e que, nas formas mais complexas e elevadas da nossa atividade somos forçados a vivenciar mais e mais o nosso infantilismo” (p. 94). De acordo com o autor: “a mais elevada criação fica fixada em um passado remoto” (p. 94). E completa ao afirmar que: “É como se o homem fosse escravo da sua tenra infância, como se passasse toda a vida resolvendo e superando aqueles conflitos que se criaram nos seus primeiros meses de vida” (p. 95). Desse modo, Vigotski (2001a) critica essa ênfase dada, como se ela fosse a principal base de constituição dos sujeitos.

Nessa produção, Vigotski (2001a) aponta que, na relação da criança com a arte, ela é capaz de compreender o que é real e o que é imaginário.

12 Escrita entre 1924 e 1926, é o resultado de trabalhos no campo da arte e da psicologia. O livro discute, em um primeiro momento, a metodologia de investigação dos problemas acerca da psicologia da arte. Em um segundo momento, trata das críticas dos conhecimentos postos sobre a arte e psicologia. Em seguida faz análises sobre a estética, a partir de algumas obras, como *A tragédia de Hamlet*. O autor trata da psicologia da arte em si, postulando que a psicologia teórica e a psicologia aplicada da arte devem revelar os mecanismos que movem a arte.

Para o autor, é a partir do conhecimento da realidade que a criança reconhece o mundo imaginário da arte. O faz de conta da criança não é alheio à realidade, toda fantasia se constitui uma criação a partir do que a criança tem apropriado do mundo real. O autor descreve sobre a capacidade de a criança distinguir na arte o real, para isso utiliza trechos de canções infantis que usam frases que algumas crianças podem não assimilar se não tiverem um bom conhecimento da realidade, como neste exemplo: “O ermitão me perguntou: quantos morangueiros nascem no fundo do mar?”; “Respondi: tantos quantos são os arenques vermelhos que nascem no bosque” (p.327). De acordo com Vigotski (2001a): “Para perceber esses versos lúdicos, a criança precisa ter um conhecimento seguro do verdadeiro estado das coisas: os arenques vivem apenas no mar, os morangueiros apenas no bosque. Ela só precisa do faz-de-conta quando este já se afirmou no real” (p. 327).

Para Vigotski (2001a), toda ideia irreal tem como base precursora o conhecimento prévio da realidade e é esse conhecimento que possibilita à criança expandir-se para a irrealidade, para a fantasia, para o faz de conta, sem se desorganizar. Argumenta que as crianças conseguem compreender ideias irreais que estão presentes na arte e que isso pode contribuir para o seu trabalho intelectual. Para o autor: “na própria criança existe a aspiração a criar para si esse mundo às avessas, para assim se afirmar com mais segurança nas leis que regem o mundo real” (p. 328). E, *por conseguinte*, completa: “Esses pequenos absurdos seriam perigosos para a criança se bloqueassem as reais e autênticas interações de ideias e objetivos. Mas, além de não as bloquearem, ainda as promovem, ressaltam, destacam, reforçam (e não enfraquecem) na criança a sensação de realidade” (p. 328). Vigotski (2001a) compreende que a criança incrementa o seu senso de realidade e desenvolver mais amplamente suas funções psíquicas a partir da sua interação com a arte.

Segundo Vigotski (2001a), além de um processo individual, a arte deve ser explicada como um grande ciclo da vida social. Sendo assim, a partir dessa análise, que busca estabelecer a relação da criança com a arte, verifica-se que o autor vê a criança de um modo concreto, em que realidade e

fantasia se compõem dialeticamente e, assim, a criança vai se constituindo como sujeito a partir do conhecimento da realidade e das possibilidades criativas que ela constrói no contato com a arte.

Também sobre a temática da “arte e criatividade”, na obra *Psicologia Pedagógica*, Vigotski (2010a) aponta a importância da educação estética para o psiquismo da criança. O autor argumenta que: “quando se fala de educação estética no sistema da educação geral deve-se sempre ter em vista essa incorporação da criança à experiência estética da sociedade humana” (p.351-352). Para o autor, a estética incorpora: “inteiramente à arte monumental e através dela incluir o psiquismo da criança naquele trabalho geral e universal que a sociedade humana desenvolveu ao longo dos milênios, sublimando na arte o seu psiquismo” (p.351-352).

Sexualidade

Na produção *Psicologia Pedagógica*, Vigotski (2010a) destaca a importância de a criança superar o comportamento puramente instintivo e o conectar à consciência. Para o autor, a formação da consciência associa-se a processos educativos e de informação.

Assim, Vigotski (2010a) defende que, para a superação da “cegueira do instinto” (p. 100), a criança deve conhecer a verdade sobre a vida sexual e ser educada nessa temática, como forma de contribuir com sua constituição de sujeito. Para o autor, histórias entre as quais: “cegonhas e crianças encontradas entre as folhas do repolho logo revelam sua falsidade diante da criança, lançam sobre a questão o manto do mistério, despertando a curiosidade infantil, relacionam tudo isso na interpretação da criança a algo mau e vergonhoso” (p. 100). O autor completa sua argumentação da seguinte forma: “levam-na a conhecer o assunto de fontes inescrupulosas e pervertidas, turvando e sujando o psiquismo e a imaginação infantis. Nesse sentido torna-se necessidade premente que a criança conheça a verdade sobre a vida sexual” (p.100).

Nesse sentido, Vigotski (2010a) afirma também que a sexualidade está presente na criança. Manifesta-se de formas diferentes da sexualidade

adulta, mas está dada já na infância. Desta forma, para o autor “o estado da infância não pode ser concebido como totalmente assexuado [...] ao contrário, a investigação psicológica mostra que encontramos sexualidade infantil e duas diversas manifestações patológicas e normais na mais tenra idade, inclusive na fase de amamentação” (p. 97). E completa o autor: “A masturbação na tenra infância e inclusive na fase da amamentação é manifestação há muito estabelecida na prática médica [...]. Antes de mais nada, na infância encontramos a forma de um erotismo amplamente diluído, desvinculado do funcionamento de órgãos especiais” (p. 97).

Nessa produção, Vigotski (2010a) dá ao psiquismo da criança uma dimensão complexa, uma vez que insere no mundo psicológico a possibilidade de reconhecer informações inverossímeis sobre sexualidade, a formação de fantasia sobre o desconhecido e atribui a ela vivências de sexualidade mesmo que experienciadas de forma diversa da do adulto.

Considerações finais

Dialogando com diversos autores, Vigotski rompe com a visão mecânica e biologizante predominante de sua época. Para o autor, o estudo da criança possibilita apreender o ser humano e o processo de constituição de sua subjetividade, inserido em uma realidade concreta, afetado continuamente por seu contexto e suas relações sociais, por isso, traz à tona uma criança não natural e/ou biológica, mas produto histórico-dialético da sociedade.

Vigotski, quando discorre sobre suas investigações em relação ao desenvolvimento da criança, está propondo à comunidade científica novas ideias, bem como apresentando as diferenças essenciais dos estudos predominantemente aceitos na sua época. Deixa explícito que não compreende o processo de aprendizado e desenvolvimento da criança como separados, nem tampouco sobrepostos como se um antecedesse ou fosse superior ao outro. Pelo contrário, os dois processos são baseados em relações muito complexas e dinâmicas, como todos os processos humanos, marcados pelo aspecto histórico e social de maneira dialética.

As análises das produções vigotskianas aqui realizadas revelam uma perspectiva dinâmica sobre a criança, em que esta é reconhecida como sujeito, cujas dimensões psicológicas se constroem no nível não apenas individual, mas também social e histórico. A criança é reconhecida pelo autor como necessitando de cuidados, essencialmente aqueles que auxiliem na formação de consciência da criança, a qual é entendida como um agente de reprodução, por meio dos processos da imitação, mas também como agente de transformação que atribui sentidos e novos significados à realidade que experiencia.

As análises apontam, ainda, que Vigotski fortalece na sua concepção a ideia de que a criança é constituída em uma dimensão pluridimensional, que se forma diante das diversas classes sociais que se estabelecem na sociedade. Ao discutir o quanto ideologias, normas jurídicas ou situações de posição sociais afetam o comportamento da criança, ele o faz realçando o contexto sociocultural e se coloca como crítico de uma sociedade que cotidianamente não dá conta de compreender essas dimensões e apenas reproduz classificações e normatizações sociais de forma a-histórica e descontextualizada.

Referências

MARTINS, J. B. A importância do livro psicologia pedagógica para a teoria histórico-cultural de Vigotski. **Análise Psicológica**, v. 28, n. 2, p. 343-357. 2010.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30a ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 51-66.

ORIONTE, I. **Crianças Invisíveis: um estudo sobre o abandono e a institucionalização na infância**. Goiânia: Editora PUC-Goiás. 2010.

PRESTES, Z.; TUNES, E. A trajetória de obras de Vigotski: um longo percurso até os originais. **Estudos de Psicologia**. Campinas, São Paulo, v. 3, n. 29 jul./set., p. 327-340, 2012.

TOASSA, G.; SOUZA, M. P. R. As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotski. **Psicologia USP**, v. 21, n. 4, p. 757-779, 2010.

VIGOTSKI, L. S. **A tragédia de Hamlet: príncipe da Dinamarca**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

VIGOTSKI, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. 3a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

VIGOTSKI, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11a ed. São Paulo: Ícone, 2010b.

CONDIÇÃO DE REFUGIADO: ESTUDOS SOBRE REFÚGIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SUJEITO SOCIAL

Francisca Bezerra de Souza

Luciane Pinho de Almeida

Introdução¹

“A questão dos refugiados é tão antiga quanto a humanidade” (MILESI, MARINUCCI, 2003, p.13). Essa afirmação foi feita pelos autores há mais de uma década e remete ao organismo Internacional, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que foi criado logo após a Segunda Guerra Mundial² para prestar ajuda a milhões de pessoas deslocadas, com a finalidade de auxiliá-las “a encontrar um lugar para chamar de casa e recuperar a esperança no futuro. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010, p. 7). No entanto, pode-se observar que essa agência foi criada para ser temporária e, devido às transformações que ocorreram no mundo, permaneceu sendo requisitada, com acentuada frequência, para atender às questões de refúgio.

Mais de seis décadas depois, com o aumento de conflitos, violência, violação dos direitos humanos e perseguições religiosas, as pessoas ainda são obrigadas a abandonar suas casas, sua cidade e seu país em busca de segurança. Além disso, essas pessoas sofrem discriminação e violência constante, pois frequentemente são estigmatizadas e marginalizadas devido ao racismo e à xenofobia, como nos diz Jolie (2010).

Os deslocamentos forçados e massivos, que estão ocorrendo no

1 Este capítulo é resultante de pesquisa, para doutoramento em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB – Campo Grande – MS.

2 Foi a partir desta catástrofe que as Nações Unidas elaboraram uma das mais importantes convenções internacionais, o Estatuto dos Refugiados de 1951, aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 28 de julho de 1951, vigendo a partir de 21 de abril de 1954 (MEIRA, 2003, p. 104).

mundo inteiro, têm feito com que o ACNUR amplie o conceito de refugiados, pois, diante do número cada vez maior dos “refugiados da fome ou da miséria”, dos “refugiados ambientais” e dos “deslocados internos”, “o conceito parece cada dia mais limitado, colocando o próprio Sistema Internacional de Proteção dos Refugiados em crise” (FARENA, 2012, p. 112-113).

Nessa perspectiva, o Relatório *Global Trends – Forced Displacement in 2016*, apresentado pelo ACNUR no dia 20 de junho de 2017 (Dia Mundial do Refugiado), apresenta os países que se destacam atualmente como origem de refugiados no mundo, denotando que esse número vem crescendo sem precedentes, visto que os motivos que originaram esse deslocamento (guerras e conflitos) ainda estão sem perspectivas de solução. O referido relatório confirma que 65,6 milhões de pessoas, no final de 2016 deslocaram-se forçosamente em todo o mundo, fugindo de perseguições, conflitos, violências ou violações de direitos humanos. Esse número equivale a 300 mil pessoas deslocadas forçadamente em relação ao ano anterior (2015), configurando-se como um recorde nunca visto antes na história (GLOBAL TRENDS, 2016).

Desse contingente de pessoas deslocadas forçadamente no mundo, segundo o Relatório, 55% (cinquenta e cinco por cento), ou seja, mais da metade, são originadas de apenas 3 países: Síria (5,5 milhões), Afeganistão (2,5 milhões) e Sudão do Sul (1,4). Em relação ao número de solicitação de refúgios pendentes, o ACNUR registra o maior volume nos países industrializados, algo em torno de 3,2 milhões. Nesse sentido, é importante mencionar que os números nem sempre correspondem à realidade, pois muitos casos não são devidamente registrados.

Segundo a ONU, essa é “a maior crise humanitária” desde a Segunda Guerra Mundial. Todavia, devido às restrições de países como os Estados Unidos em receber refugiados, essa crise acentua-se e desloca a busca de refúgio para outras nações, como é o caso do Brasil, embora ainda em proporções mínimas se comparado aos países europeus. São Paulo e Rio de Janeiro são as cidades que mais receberam refugiados até o momento.

Este capítulo trata da questão refúgio e suas implicações para o sujeito social numa análise da perspectiva do materialismo histórico-dialético. Neste sentido, procura situar o leitor no que tange à questão atual sobre o refúgio no mundo e no Brasil, assim como compreende o refugiado como um sujeito de direitos, e da importância do acesso às políticas atuais de atendimento a essas pessoas, em suas possibilidades atuais e suas fragilidades observadas no Brasil. A partir deste contexto apresentado, o capítulo tece uma arguição sobre a importância e contribuição dos estudos científicos para melhor compreensão e conhecimento da questão social que envolve o refugiado, hoje, no Brasil. E, por fim, procura analisar essa situação à luz do materialismo histórico dialético, entendendo que o refugiado, enquanto ser ontológico, é singular e particular em sua história e trajetória de vida, mas que expressa em sua singularidade uma situação emergente e global do mundo atual.

Deste modo, compreende-se que cada refugiado é um ser humano, portanto, cada qual traz sua história de vida, sua subjetividade, sua individualidade, as quais constituem seu ser, lembrando que os homens fazem as circunstâncias, mas o fazem a partir de suas possibilidades objetivas, parafraseando Marx (1987). Desse modo, compreende-se a importância de entender a realidade social que envolve a crise humanitária migratória atual e seus atores, que são pessoas que encontram-se em deslocamento forçado, entendendo que a história de vida de cada refugiado é um pouco do reflexo total da realidade social.

O refúgio como questão social emergente

O tema refúgio depara-se, comumente, com uma imprecisão de conceitos, uma vez que são utilizados termos como “migração de refúgio”; “migrante refugiado”; “migração forçada”. Tal imprecisão conceitual compara-se ao fato de que, nas ciências sociais, busca-se, dialeticamente, estabelecer conceitos quando se estudam os fenômenos sociais, na tentativa de “mensurar, dimensionar e produzir informações”.

O refúgio tem sido objeto de discussão e pesquisas no âmbito da aca-

demia, visando a compreensão e a sugestão de alternativas que possam contribuir para o enfrentamento dessa problemática, pouco explorada ao longo dos tempos, mas que, nas últimas décadas, vem crescendo devido ao grande número de refugiados que se deslocam ao redor do mundo, em busca de território acolhedor e seguro. Nesse sentido, pensar a condição de refúgio é também pensar no ser humano e sua realidade social; tal preocupação não pretende, de forma nenhuma, engessar a categoria social como isolada, pelo contrário, deve-se considerar suas especificidades com vistas a suscitar novas reflexões considerando que o refugiado está inserido numa totalidade social. Assim, buscar uma terminologia para se referir ao refugiado visa colocá-lo, de forma visível, no contexto em que busca refúgio e vai ao encontro da ampliação do que se denomina refugiado, pois essa questão deve ser vista como de competência do Estado enquanto país de acolhimento, e não somente como uma questão de segurança nacional.

Compreender quem é a pessoa refugiada, bem como suas especificidades quanto à nacionalidade, língua, condições socioeconômicas pode facilitar o acesso às políticas públicas como saúde, educação, trabalho, dentre outras, tendo em vista a necessidade de se qualificar as formas de atendimento e encaminhamento do migrante e/ou refugiado.

Segundo Bertrand (1998), outro ponto de discussão é o conceito de refugiado e migrante, o qual normalmente provoca confusões e, muitas vezes, torna-se difícil diferenciá-los dependendo da história de vida e do contexto vivido pela pessoa. Alguns migrantes são refugiados e alguns refugiados são migrantes. É um refugiado quem já não retorna para casa, mesmo quando todas as condições para garantir um retorno seguro são atendidas? Assim, questiona-se: um migrante que foge da fome, da segregação e da humilhação dirigida à sua aparência étnica não é um refugiado?

Adotam-se aqui conceitos simplificados, como solicitantes de refúgio e refugiados, sendo que o primeiro, como o próprio nome sugere, trata de indivíduos sem *status* de refugiado, ou seja, que ainda estão pleiteando este status legalmente, visto que já se encontram fora de seu país de origem; no caso do segundo, já existe de fato o status de refugiado, visto que o mesmo

já possui o Registro Nacional de Estrangeiro fornecido pela Polícia Federal.

Com a demanda crescente de pedidos de refúgio, no Estado brasileiro, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR (2016) produziu um texto para clarificar o significado do termo refugiado, na tentativa de esclarecer a condição de pessoa em situação de refúgio ou refugiado, principalmente para a mídia, pois o uso inadequado ou confuso do termo pode levar a problemas para refugiados e solicitantes de refúgio, assim como gerar entendimentos parciais nos debates sobre a questão.

Neste sentido, ressaltamos que o mais importante é a história de vida dessa pessoa, pois sabemos o quanto situações como estas podem expressar uma grande complexidade da questão social expressa na condição do migrante e/ou do refugiado. É importante observar que as normatizações, como a apontada no parágrafo anterior, aparecem numa tentativa de exclusão daquele que não apresenta os quesitos básicos de acordo com a regulamentação, deixando de lado muitas vezes o próprio histórico da pessoa.

As peculiaridades do termo “refugiado” são especificamente definidas e protegidas no direito internacional. Refugiados são pessoas que estão fora de seus países de origem, pois foram forçadas a abandonar suas casas em decorrência de cenários de guerras e conflitos, e cruzaram fronteiras com a finalidade básica de preservar suas vidas. Em outras palavras, viram-se obrigadas a fugir de fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, como resultado, necessitam de proteção internacional; portanto, pode-se inferir que o termo refugiado extrapola o conceito definido na legislação de cada país, pois é de responsabilidade de todos o acolhimento e a proteção de pessoas nessa situação, independentemente de solicitação, com direito ao reconhecimento internacional de refugiados e garantia de acesso à assistência nos países do ACNUR e de outras organizações pertinentes, de forma a preservar os Direitos Humanos.

Conhecida como “proteção dos refugiados”, essa ação de acolhimento coaduna-se com o artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que prevê “o direito de toda e qualquer pessoa a procurar

e se beneficiar de refúgio”, pois, até a Convenção de 1951 (ACNUR, 1951), não havia qualquer noção clara em relação à questão do refúgio em âmbito internacional.

Da forma como as questões de refúgio vêm se apresentando no cenário mundial, ou seja, intensa e rápida, a tendência é que haja uma reconfiguração dos povos que vivem em território de guerra e conflito. Tal afirmação deve-se ao fato de que, na última década, o número de refugiados vem crescendo em uma linha ascendente, impactando tanto a vida de pessoas em situação de refúgio quanto os países que recebem essa população.

Observemos comparativamente os números apresentados pelo ACNUR de um ano para outro. O Relatório anual *Tendências Globais (Global Trends)*, aponta que o número de pessoas deslocadas por guerras e conflitos, até o final do ano de 2015, era de 65,3 milhões, o que equivale a um aumento percentual de 10% (dez por cento) em comparação com o ano anterior (2014), então de 59,5 milhões de pessoas. Nesta publicação de 2017, os dados ainda são crescentes e alarmantes, totalizando mais de 65 milhões de pessoas. Esse marco, segundo comparação estabelecida pelo Alto Comissariado, aponta que o deslocamento forçado em 2005, em média, totalizava seis pessoas a cada minuto; em 2015, esse tipo de deslocamento foi de 24 pessoas por minuto e, em 2016, esse número correspondeu a 20 pessoas a cada minuto (ACNUR, 2017a).

Organismos Internacionais e pesquisadores da temática consideram essa situação como a maior crise migratória desde a Segunda Guerra Mundial (MILESI; ANDRADE, 2015, p. 7). É importante ressaltar que, neste caso, as estatísticas nunca representam a realidade de fato, pois esta se altera frequentemente e muitos são os que se deslocam na invisibilidade, devido à situação de fuga.

Esses deslocamentos geram sofrimento humano, sobretudo pela inexistência de políticas públicas que contemplem essa problemática e da fragilidade da legislação que, no caso do Brasil, ainda é da década de 1990. No Brasil, além do ACNUR, agência especializada da ONU, como já referido, outros atores sociais se destacam no âmbito nacional, como entidades da

sociedade civil que têm atuado no sentido do desenvolvimento de ações de acolhimento, orientação e encaminhamento para refugiados. Mas ainda pouco se tem feito no âmbito das políticas públicas governamentais com relação à questão.

Refúgio no contexto brasileiro

O arcabouço legal para atender à demanda de Refugiados no Brasil deve-se ao fato de o país ser signatário dos principais tratados internacionais de direitos humanos e, também, por fazer parte da Convenção das Nações Unidas de 1951, sobre o Estatuto dos Refugiados, e do Protocolo de 1967 (ACNUR, 2014).

Como resultado do esforço para que a definição de “refugiado” estabelecida na Declaração de Cartagena (1984), a qual considera “violação generalizada de direitos humanos” como um motivo de reconhecimento de que a condição de refugiado fosse ampliada, criou-se, em 22 de julho de 1997, a Lei nº 9.474, que define refugiado como qualquer um que, “devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” (BRASIL, 1997). Assim, considerando todo o histórico normativo quanto aos marcos legais, o Brasil passou a se concentrar nas questões contemporâneas de refúgio no país, definidas na Lei 9.474/1997, e na necessidade de ampliar os programas de proteção. Somente 20 anos depois de aderir a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, junto com a mobilização de vários setores sociais envolvidos com as questões migratórias e de refúgio, o Estado brasileiro definiu e regulamentou os mecanismos de implantação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e estabeleceu um marco jurídico-administrativo sobre o reconhecimento da pessoa em condição de refugiado. A Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, Título I, Capítulo I, Seção I, Artigo 1º, define refugiado como aquele que:

I. Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e

não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
II. Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
III. Devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997).

A Declaração de Cartagena recebe esse nome por ter sido construída durante o “Colóquio sobre proteção internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá”, realizado na cidade colombiana de Cartagena de Índias, no ano de 1984. Seu conteúdo seguia como conclusões e recomendações para as questões de conflitos armados, ditaduras ativas ou já terminadas no contexto dos países referenciados, ou seja, a Declaração atendia à necessidade de proteção à pessoas que não estivessem, necessariamente, sofrendo perseguição individual, mas que, por conta de conflitos armados, eram obrigadas a buscar refúgio em outro território que lhes desse proteção de vida, como é o caso atual dos sírios que fogem da guerra e destruição no seu país.

A Constituição Federal de 1988 é considerada um marco avançado, em relação às questões do refúgio no Brasil, pois adotou, como um dos princípios, a cidadania e a dignidade da pessoa humana: “[...] os brasileiros e os estrangeiros residentes no Brasil terão tratamento igualitário, e lhes serão assegurados todos os direitos que a própria Constituição proclama”, e avançou um pouco mais com a Lei de 1997, que implementa o Estatuto dos Refugiados e cria o CONARE (TANNURI, 2010).

Desenhava-se, assim, no final da década de 1990, um cenário propício à criação e implementação de política pública para os refugiados, saindo do espaço restrito do ACNUR. Milesi afirma que, neste período:

[...] A aprovação da Lei 9.474/97 representou, portanto, um marco histórico na legislação de proteção aos direitos humanos e o compromisso do Brasil com o tema e a causa dos refugiados. [...] A Lei 9.474/97, além de ser um avanço no Direito Internacional dos Refugiados, constituiu-se também numa política pública de amplo significa-

do nesta causa. O amadurecimento da temática e o debate sobre a importância do acesso dos refugiados à educação, ao trabalho, à saúde, à moradia, ao lazer, significa que o Brasil vem reconhecendo, em termos legais e teóricos, a necessidade de implementação de políticas públicas específicas e a possibilidade de acesso dos refugiados às políticas existentes, conforme a disposição constitucional de tratamento paritário entre nacionais e estrangeiros residentes no país (2005, p. 35).

Em que pese todo esse avanço presente na Constituição Federal, que garante aos estrangeiros os mesmos direitos que aos nacionais, consolidados em ações governamentais e não governamentais para atender dignamente migrantes refugiados, uma pesquisa realizada a pedido do Ministério da Justiça (2015) sobre os obstáculos enfrentados por essa população de refugiados analisa criticamente que o país ainda carece avançar muito para atingir um patamar de garantia de direitos aos Refugiados e destaca:

O Brasil possui um sistema normativo ainda inadequado, em que pese a alguns esforços no sentido de agilizar procedimentos e dar proteção e acolhida à pessoas vítimas por desastres ou conflitos armados. A norma principal para o controle de entrada e permanência em território nacional (Estatuto do Estrangeiro) data do período da ditadura militar e segue a lógica de segurança nacional. Tal norma, frente à Constituição de 1988, é incoerente por não se pautar em um viés protetivo e centrado nos direitos humanos. Em consequência, o texto constitucional resta ineficiente em termos de garantias e proteção por não estar acompanhado de normas infraconstitucionais coerentes (BRASIL/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015, p. 35).

Lafer (1988), ao analisar o que diz Hannah Arendt sobre sua própria condição de vida como refugiada, comenta que “o conceito de refugiado como elemento de uma nova consciência, [...] que os Estados liberais e as instituições internacionais eram incapazes de ajudar e proteger efetivamente todos os refugiados produzidos naquele período histórico”. O autor acrescenta que se dava, a esse sujeito reconhecido como refugiado, um *status* de “refugio da terra” ou de “indesejável”; a perda da proteção do

Estado gera um sentido equivalente a ser expulso da humanidade (LA-FER, 1988, p.145-147).

Mesmo com todo esse aparato jurídico para atender à demanda de refúgio no país, o Brasil ignorou, por muito tempo, na sua agenda de discussões, as questões relacionadas aos deslocamentos forçados. No entanto, nos últimos anos, não houve como fugir a essa abordagem e propor medidas legais que efetivamente atendessem à demanda, ainda muito pequena, de refugiados que adentram o país, provenientes da Síria, reconhecidamente a maior, somando 2.298 pessoas, seguindo-se, respectivamente, 1.420 angolanos, 1.100 colombianos, 969 congoleses e 376 palestinos, perfazendo um total de 79 nacionalidades que solicitam refúgio no país (ACNUR, 2017).

Nesse cenário, vem crescendo substancialmente o número de pedidos de refúgio, também no Brasil, pois, de acordo com o CONARE (ACNUR, 2017b), nos últimos quatro anos dobrou o número de migrantes refugiados; em 2011, esse número era de 4.211 e saltou, em 2015, para 8.400. Esse órgão apresenta dentre os principais motivos para essa demanda de pedidos de refúgio: violação de direitos humanos (51,13%), perseguições políticas (22,5%), reunião familiar (22,29%) e perseguição religiosa (3,18%), destacando que os sírios constituem o maior contingente de migrantes refugiados no país, com 2.077 pessoas (CONARE, 2017).

Para atender os casos emergenciais de refúgio, há um esforço, por parte do governo brasileiro, em dar celeridade às solicitações que indicam riscos iminentes de segurança ou de vida de migrantes refugiados. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), conhecido como a Agência da ONU para Refugiados em qualquer parte do mundo, ao identificar esses casos, remete ao ACNUR no Brasil, que faz contato, via sistema, com o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) a fim de dar encaminhamento às solicitações. Nesse sentido, o Brasil se destacava na primeira década do século XXI como primeiro e único país da América Latina a estabelecer esse procedimento de emergência e, até o ano de 2009, já havia beneficiado 20% dos refugiados reassentados no país (ACNUR, 2011, p. 28).

Para a execução das atividades de assistência humanitária voltadas aos Refugiados no Brasil, o ACNUR e o CONARE contam com as Organizações Não Governamentais que atualmente estão localizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Amazonas e Distrito Federal, sendo que São Paulo recebeu a maioria das solicitações de refúgio, no ano de 2014. Para o financiamento das ações humanitárias realizadas pelo ACNUR, o Brasil se configura como principal doador entre os países emergentes, alcançando o valor de US\$ 3,5 milhões doados em 2010, US\$ 3,7 milhões, em 2011, US\$ 3,6 milhões, em 2012 e US\$ 1 milhão, em 2013 (ACNUR, 2014). De qualquer forma, é evidente que ainda se necessita da implantação de políticas públicas voltadas a esta população levando em conta a singularidade de cada pessoa. É visível que o atendimento aos migrantes e refugiados tem sido realizados em sua grande parte somente por Organizações Não Governamentais, denotando fragilidade nas formas de concepção do Governo Brasileiro para com a questão.

Desse modo, urge que, no Brasil, intensifiquem-se os estudos sobre a temática, visto que, embora sejam crescentes os estudos sobre as migrações internacionais, relacionados à questão do refúgio, estes ainda são incipientes, considerando o aumento e a diversidade de motivações para esses deslocamentos forçados, que vão desde guerras, conflitos armados, perseguição religiosa, fome, seca e desastres ambientais, levando à necessidade de ampliação do conceito de refugiados e de ações que qualifiquem o acolhimento desses refugiados e que viabilizem a inserção deles na sociedade ou o seu retorno, quando seus países estiverem em condições de recebê-los de volta.

Condição de refúgio e as implicações para o sujeito social

Observa-se que a questão social que envolve o deslocamento forçado de pessoas é uma questão que aconteceu ao longo de toda a história humana, mas somente a partir do século XX que a comunidade internacional dá início a um processo de regulamentação de proteção à pessoa que se

encontra nesta situação (MILESI; MARINUCCI, 2003, p. 13).

As questões relativas ao refúgio estavam previstas até 2017, na legislação brasileira como uma questão de segurança nacional, visto que o Estatuto do Estrangeiro data da época do governo militar. Ainda que o Brasil seja signatário da Convenção de 1951, que só passou a vigorar em 1954³, o Estado brasileiro furtou-se a pautar a discussão sobre a temática, só iniciando a discussão para a construção de uma política de migração e refúgio no ano de 2014, em São Paulo, quando se realizou a 1ª COMIGRAR – Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES E REFÚGIO, 2014).

Vale ressaltar que tal iniciativa ocorreu durante o Governo de Esquerda⁴; a proposta teve por objetivo produzir elementos para a formulação da “Política e Plano Nacional das Migrações e Refúgio” com vistas a modificar o “Estatuto do Estrangeiro” (LEI Nº 6.815, de 19 de agosto de 1980). Houve, assim, a mobilização nacional de agentes, entidades civis, acadêmicas e religiosas que, há muito tempo, vinham se dedicando ao atendimento, estudos e acolhimento de refugiados, migrantes e apátridas.

Anteriormente à realização dessa Conferência, deu-se início à “luta” pela aprovação do Anteprojeto com objetivo de “substituir o Estatuto do Estrangeiro, que foi criado em 1980, ainda no regime militar”⁵. E, em maio de 2017, a Nova Lei de Migrações (PL 2516/2015), finalmente foi aprovada, todavia a sua regulamentação já apresenta grandes falhas no que tange à garantia dos direitos do migrante e refugiado.

Todavia, destaca-se que embora os esforços empreendidos pelo Brasil na intenção de dar passos, mesmo que lentos, para discussão de uma nova

3 A Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados.

4 Em 2014 estava, na Presidência da República, a Presidenta Dilma Rousseff, que sucedeu o Presidente Luiz Inácio da Silva (Lula), cujo governo propiciou abertura para se discutirem questões dessa natureza e, pode-se afirmar, deu início ao processo de institucionalização do tema dos refugiados no Brasil. Durante a etapa de proposição do projeto desta pesquisa, percebeu-se um retrocesso em relação a essas ações, tendo em vista que a PL nº 288 de 2013, que institui a Lei de Migração e regula entrada e estadia de estrangeiros no Brasil, em tramitação, foi barrada por uma bancada, no processo de votação, no Senado Federal.

5 DEMOCRATIZE. Disponível em: <http://democratizemidia.com.br/a-intolerancia-enfrentada-pelos-imigrantes-no-brasil-e-a-nova-lei-de-migracoes/>. Acesso em 28 jun. 2017.

política de proteção ao migrante e refugiado, a partir do Governo Bolsonaro, o país adquire uma postura de retrocesso frente à questão. O Brasil assume a partir de 2019 uma política com viés alicerçado na segurança nacional das fronteiras. Pôde-se observar, neste sentido, a atitude do atual Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, apoiado pelo então Presidente da República, ao publicar, via *twitter* em dezembro de 2018, a retirada do país do Pacto Global da ONU sobre Migração sob a alegação de que este feria a soberania nacional. Deste modo, o Brasil que, deveria ter assinado o Pacto em dezembro de 2018 não o fez, esquecendo-se inclusive dos milhões de brasileiros residentes em outros países.

Portanto, muitos são os desafios que irão se colocar ao Brasil com relação à questão das migrações, já que é perceptível um total “descaso” com a questão impactando sobremaneira o caminho que vinha sendo traçado pelo país.

A importância também se dá no fato de que o governo brasileiro possa dar atenção à questão, pois esta não é deve ser considerada como questão de segurança nacional, mas na questão social vigente e que se coloca como desafio para a humanidade nos dias atuais.

Há de se considerar que ainda se tem muito a pleitear e conquistar no Brasil no campo dos direitos dos migrantes e refugiados. Desse modo, a pesquisa científica pode colaborar para que as questões sociais que permeiam essas situações possam ser conhecidas e melhor compreendidas. Destarte, para alicerçar o caminho desta investigação sobre os refugiados, recorreu-se ao método do materialismo histórico-dialético. Este, com base na revisão da literatura, configurou-se como o referencial teórico, por meio do qual o acesso ao universo dos envolvidos no processo de investigação contribuiu para a compreensão dos significados atribuídos, ao considerar a objetividade e a subjetividade como unidade de contrários, pois estão em movimento constante, ou seja, sujeito e objeto situam-se em um processo histórico no qual o sujeito atua sobre o objeto e, ao mesmo tempo em que transforma esse objeto, transforma-se a si mesmo (NETTO, 2012).

Também se considera que, para pensar qualquer questão a respeito

dos deslocamentos humanos sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, deve-se compreender que essa realidade está em constante movimento, e analisar e refletir sobre os determinantes sociais que a envolvem, assim como suas contradições, como também há de se considerar o que foi produzido em determinado momento histórico; portanto, toda compreensão que parte de uma determinada questão social deve ser construída em duas direções: na que elabora teorias, métodos, princípios e estabelece resultados e, em outra direção, a que inventa, ratifica, abandona certas posições e busca outras. Ao desenvolver esse processo, os investigadores “aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, imbuem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído” (MINAYO, 2002, p. 12-13).

Portanto, considera-se que o objeto é histórico e carregado de conteúdo ideológico, ou seja, sua construção e desenvolvimento é atravessada por interesses diversos e pela subjetividade, pois se constitui da realidade concreta que é marcada pelo dinamismo da vida individual e coletiva, cheia de significados (MINAYO, 2006). Assim, teoria e prática são imprescindíveis para acessar a “consciência histórica” na qual se constituem os autores envolvidos na investigação, pois, de acordo com Minayo (2006, 40-41), “[...] não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e a sociedade” e “[...] as instituições e as estruturas nada mais são que ações humanas objetivadas”. Desse modo, para Marx, a teoria se “converte em força material quando penetra nas massas” (MARX, 2005, p. 15). Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o homem, enquanto sujeito coletivo, busca “produzir a sua existência material e social, embora seja a partir das relações com outros homens que o conhecimento se estabelece e se organiza” (SETUBAL, 2013, p. 31). Então, esse homem é produto das suas experiências concretas e, embora o trabalho nem sempre seja o que ele deseja, transforma-o, conforme considera Marx: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, por não a fazerem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2010, p. 41).

A investigação com enfoque na perspectiva do materialismo histórico-dialético⁶ não se confunde com técnicas ou regras intelectivas, mas consiste em “situar e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade como recurso heurístico e inserido na totalidade concreta: a sociedade burguesa” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 38).

Diante da complexidade que envolve a questão do refúgio, na contemporaneidade, o materialismo histórico-dialético apresenta-se como potencial, por estabelecer uma relação na qual o sujeito está diretamente implicado no objeto e exclui qualquer pretensão de “neutralidade”, pois vai além da “aparência fenomênica, imediata e empírica” – a qual não deve, entretanto, ser descartada, pois é por que se inicia o conhecimento e, por meio dela que se apreende a estrutura e a dinâmica do objeto, excluindo qualquer pretensão de neutralidade pelo qual se “propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2011, p. 22-23).

Há pressupostos que são importantes em pesquisas que estejam fundamentadas numa perspectiva sócio-histórica. Nesse sentido, Martinelli (1999) afirma que o primeiro pressuposto é o do reconhecimento da singularidade do sujeito – ou seja, é preciso ouvi-lo, escutá-lo, permitir que se revele por meio do discurso e da ação; o segundo, parte do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito, considerando tanto as circunstâncias de vida (condições de vida – salário, despesas básicas de sobrevivência) e modo de vida, ou seja, a forma como esse sujeito constrói e vive a sua vida. Este segundo pressuposto é fortemente presente e aflorado na pessoa em condição de refúgio e envolve sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas cotidianas. Há um terceiro

6 Neste capítulo optamos por fazer uso da perspectiva da psicologia sócio histórica sob a égide do materialismo histórico-dialético. O principal expoente do materialismo histórico-dialético é Karl Marx e assim compreendemos que a psicologia sócio-histórica firma sua raiz nas concepções de cunho desta vertente teórica, cujo principal expoente é Karl Marx. Desse modo, entende-se que falar do psicológico sob esta vertente é partir necessariamente da compreensão da pessoa a partir das relações sociais e produtivas vigentes num tempo histórico.

pressuposto, que é o reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o saber como elaborar sua experiência social cotidiana dentro desse novo contexto de refúgio (MARTINELLI, 1999, p. 24-25).

Nesse sentido, dar voz ao migrante e refugiado é tentar compreender o que emerge das tramas cotidianas reveladas na história de vida de sujeitos reais, buscando compreender esse sujeito na complexidade das múltiplas determinações de seu tempo e lugar social. Para Heller (1999, p. 23) é na vida cotidiana que o homem forma sua individualidade em-si, “constitui-se numa unidade vital de particularidade e genericidade”.

Outro ponto importante é afirmar que o sujeito é histórico, ou seja, ao se trabalhar com o caráter histórico dos fenômenos sociais e humanos, segundo Gonçalves e Bock (2009), possibilita-se a análise desses fenômenos por meio da desnaturalização, ou seja, metodologicamente trabalha-se com categorias que indicam processos que têm, portanto, conteúdos históricos, ideológicos, contraditórios, mediados. Adotar esse caminho, de acordo com essas autoras, “significa adotar o método que prevê não apenas *forma*, mas também *conteúdo*”; entende-se que a forma indica o caráter processual dos fenômenos, enquanto o conteúdo indica sua produção histórica. Considera-se, de acordo com essa opção metodológica, deve-se buscar não responder a “o que é”, mas sim “como se constitui”; para as autoras “isso significa privilegiar o processo, o movimento do objeto, sua historicidade” (GONÇALVES; BOCK, 2009, p. 139).

A questão do refúgio independe da vontade individual, tendo em vista se caracterizar pela condição de necessidade de se sair de um território em situação de guerra, que põe em risco a integridade física e psíquica de pessoas. Nessa perspectiva, são muitos os desafios apresentados no campo da pesquisa em psicologia sobre o refugiado, pois se busca contribuir para as transformações que ultrapassem as questões coletivas sem esquecê-las, voltando o olhar para o sujeito que é forçado a deixar seu país em virtude de conflitos armados. Todo esse movimento da migração forçada acarreta sofrimento tanto físico quanto psíquico ao sujeito, e, desse modo, justificam-se pesquisas que apontem propostas aptas à minimização e pre-

venção dos males produzidos durante o processo de refúgio e, principalmente, remetam para a compreensão do refugiado e/ou do migrante em situação de refúgio compreendendo-o em sua totalidade singular e plural.

A condição de refúgio produz no sujeito “expulso” de seu país, a perda da referência de pertencimento, e consequentemente, por seu turno, gera ansiedade e sofrimento, pois o homem é um ser social e necessita de segurança, proteção e de convívio com seus familiares; de ter uma sistematização de vida cotidiana e, muitas vezes, isso se perde quando ele deixa seu país de origem e busca refúgio em outro país no qual, grande parte das vezes, não domina a língua e passa a ser vítima de preconceito como o racismo e a xenofobia. Todos esses fatores levam a que as pessoas em condição de refúgio experimentem sentimentos de desamparo e sofrimento provocados pela rejeição e pela solidão.

Dados de estudos sobre os impactos psicológicos causados pelo processo de refúgio e apresentados no Relatório Adus (2016) apontam que, nas emergências humanitárias, tanto de crianças como adultos, são frequentemente as questões traumáticas que podem desencadear consequências emocionais, cognitivas, comportamentais e somáticas. Nesse sentido, Carballo (2007) considera importante compreender as características de quem migra, de onde migra, para onde migra e quando migra, pois as experiências migratórias impactam na condição de vida e saúde das pessoas migradas, e não se pode desconsiderar isto para os refugiados, que trazem suas histórias de vida marcadas por grandes enfrentamentos de situações de violência e stress gerando sofrimentos físicos e psíquicos marcando para sempre suas vidas.

Segundo Borges (2013, p. 152):

...o refugiado – contrariamente ao migrante voluntário –, além de não ter planejado sua partida, também não planeja sua transição entre o país de origem e o de acolhida, além de não ter se projetado nesse novo lugar. Essa distinção não deve ser considerada apenas como um detalhe que distingue os dois tipos de migração. Nessa distinção também estão implícitas outras diferenças. Dentre elas, deve-se destacar o tipo de trabalho psíquico

que o processo de migração involuntária exigirá da pessoa, assim como o impacto desse trabalho sobre a saúde mental do refugiado.

Portanto, é preciso pensar nas implicações advindas do processo de deslocamento forçado vivenciado por pessoas que estão em situação de guerra e conflito. Essas implicações atingem diretamente o ser social, tanto na individualidade quanto nas questões coletivas de impacto direto de acesso ao trabalho, moradia, educação, saúde, dentre outras, pois o ser humano, para exercer sua humanidade, necessita prover suas condições mínimas de sobrevivência. Dentre as diversas políticas de acesso, destaca-se o acesso ao trabalho. Antunes (2013) afirma: “O trabalho [...] é a condição básica e fundamental de toda a vida humana”, essa afirmação corrobora a importância do trabalho na vida do ser humano, pois o trabalho “criou o próprio homem” (ANTUNES, 2013, p. 13). Nesse sentido, o trabalho é condição primeira à sobrevivência humana, sendo uma das grandes problemáticas enfrentadas por uma população que chega a um país diverso do seu, dificultando ainda mais a sua adaptação a esse país. Além da busca de trabalho, os refugiados, em muitas vezes, nem sequer conhecem a língua do país de destino, precisando também pleitear a documentação que regularizará sua situação de permanência neste país.

Dessa forma, é por meio do acesso ao trabalho que ocorre a humanização da pessoa, pois é por meio dele que o homem transforma a natureza e, ao mesmo tempo, transforma-se e, ao fazê-lo, fá-lo de forma diferente da dos animais. Nesse sentido, Marx (1980) afirma que o homem realiza suas atividades de forma consciente, universal e livre, “capaz de produzir sem a necessidade física” e, de fato, quanto mais dela se afastar, mais livre será sua produção e autoconsciência de sujeito transformador. Ao fazer tal afirmação, o autor fala das capacidades que são desenvolvidas pelo trabalho como ponto de partida da humanização do homem, pois o trabalho, segundo Marx (1980, p. 50), é “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, manter a vida humana”. Todavia o capitalismo utiliza-se do trabalho daqueles que não

detêm recursos para adquirir os meios de produção, restando-lhes apenas sua força de trabalho, por meio do qual concedem ao capitalista sua mão de obra, única coisa que possuem para a garantia de sobrevivência.

Assim, é necessário oferecer às pessoas em situação de refúgio e/ou refugiados o acolhimento e integração, possibilitando-lhes acesso ao trabalho digno, é o maior desafio aos países receptores e que deve ser enfrentado para a garantia do acesso a uma vida digna dessas pessoas. Desse modo, ao se falar na dignidade da pessoa em situação de refúgio e/ou refugiada, é importante se pensar nas necessidades dela. Nesse sentido, Engels (2010) e Marx e Engels (2010, 2012, 2013) apontam, em seus estudos sobre a classe trabalhadora, que esta é desprovida de recursos para satisfação de suas necessidades básicas, isto é, necessidades humanas objetivas, conforme descrito em seus estudos, principalmente quando se referia à opressão, degradação da dignidade, acumulação da miséria, degeneração física e mental, escravidão moderna entre outros (DOYAL; GOUGH, 1991).

É importante aqui mencionar que cada população tem sua expressão cultural própria e sua forma de enfrentamento às questões cotidianas advindas das necessidades sociais e ao sofrimento diário da vida social. Para Heller *apud* Pereira (2002, p. 44) “a estrutura das necessidades varia de um modo de produção para outro, sendo impossível, por isso comparar culturas diferentes com base num conceito comum”. Compreender, portanto, que o histórico de vida e cultura de cada pessoa em situação de refúgio e/ou refugiada é importante para se entender como se dão suas formas de enfrentamento e vivências da realidade social, na qual se encontram. Heller (1998) vai afirmar que o objeto de necessidade é produzido socialmente, ou seja, na compreensão de Heller, “necessidades são sentimentos conscientes de carecimentos socialmente relativos, os quais expressam desejos que se diferenciam de grupo para grupo.” (Heller *apud* Pereira, 2002, p. 44)

Sawaia (2014), ao falar do sofrimento ético político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão, afirma que “o sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais”, mas que esse sofrimento pode não ser “sentido como dor por todos”, pois é gerado em quem está submetido

à fome e à opressão, como é o caso dos refugiados. A autora cita Heller que afirma ser o sofrimento experimentado como dor “apenas por quem vive a situação de exclusão” ou por “seres humanos genéricos” e pelos “santos”, ou seja, para que esse sofrimento atinja a humanidade como um todo, seria necessário que todos sentissem a mesma dor. Dito de outra forma, Sawaia afirma que, para “estudar exclusão pelas emoções dos que a vivem é refletir sobre o ‘cuidado’ que o Estado tem com seus cidadãos” e isso, revela o “(des)compromisso com o sofrimento do homem, tanto por parte do aparelho estatal quanto da sociedade civil e do próprio indivíduo (SAWAIA, 2014, p. 101). Destarte, considerando que as questões de refúgio se intensificaram na última década, é necessário que se intensifiquem e se aprimorem, do ponto de vista científico, pesquisas e estudos que procurem conhecer os sentidos que as pessoas que se deslocam imprimem em suas experiências em contextos diferentes aos que viviam, bem como quanto aos comportamentos adotados, tanto nos aspectos individuais quanto aos aspectos coletivos e as implicações na saúde física e mental de refugiados.

Considerações finais

A grande demanda de solicitantes de refúgio e refugiados que entraram no país, na última década, fez com que o Estado brasileiro pautasse, na sua agenda de discussão política, questões relacionadas à política de acolhimento e às formas de inserção dessa categoria nos mais diversos setores da sociedade brasileira no que tange ao acesso ao trabalho, saúde, educação, moradia, dentre outros, muito embora isso venha acontecendo gradualmente e como forma de atender à demanda colocada pela sociedade civil, em parceria com órgãos governamentais, e ao que é demandado pelas pessoas em condição de refúgio.

Aponta-se esse caminho como um fato que se originou dessa pressão pela construção da Nova Lei da Migração, que foi aprovada em maio de 2017 e substituiu o Estatuto do Estrangeiro, mudando substancialmente o conceito de recebimento da pessoa na condição de refugiado, ou seja,

este passa a ser visto como pessoa que necessita ser atendida enquanto ser humano. Contudo, há de se considerar o novo posicionamento do governo federal indicando que, muito provavelmente, a história desenhará outros caminhos para a questão migratória brasileira para os próximos anos, indicando em seu percurso uma visão inteiramente voltada à segurança nacional.

Vista dessa forma, a participação direta dos refugiados no processo de discussão de inserção na sociedade de acolhimento deve ser indispensável, de forma que adquiram autonomia com voz e poder de decisão quanto aos rumos de suas vidas; à decisão de permanecer no país de refúgio ou poder retornar ao de origem, caso a questão de guerra e conflito que originou seu deslocamento forçado tenha se extinguido.

Para isso, é preciso se desconstruírem mitos relacionados à entrada de pessoas na condição de refúgio, tal como dito pelo senso comum que: “os estrangeiros vem para roubar nosso país, nosso trabalho”. Tal comportamento gera discriminação e preconceito fazendo com que esse processo de inserção seja traumático e crie ainda mais sofrimento além do já causado pelo fato de o refugiado ter saído de seu país de origem. Dessa forma, faz-se relevante avançar em pesquisas e estudos que proporcionem estratégias de atendimento eficiente e eficaz para essa população a partir de suas expectativas e experiências. É preciso também que esses estudos apontem alternativas que ofereçam tanto informações para os atores sociais envolvidos no acolhimento, quanto atendimento e encaminhamento de solicitantes de refúgio e refugiados de forma a qualificar as condições de vida no país de acolhimento.

Apontam também que é preciso reconhecer que o refúgio é condição, e não fenômeno, de aspectos definitivos e a pessoa em situação de refúgio não deve ser culpabilizada nem vitimizada, e sim acolhida. Nesse sentido, espera-se que esses primeiros resultados de reflexões acerca da particularidade da pessoa em situação de refúgio e/ou refugiada possam contribuir para trabalhos mais aprofundados sobre a temática.

Referências

- ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. 1951. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/.../Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 14 mar. 2017.
- ACNUR. **Caderno de debates**. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2011/Caderno_de_Debates_5.pdf?view=1. Acesso em: 9 nov. 2015.
- ACNUR. **Agência da ONU para refugiados**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral>. Acesso em: 11 fev. 2016.
- ACNUR. **GLOBAL TRENDS – Forced Displacement in 2016**. Disponível em: <http://www.unhcr.org/globaltrends2016/>. Acesso em: 28 jun. 2017a.
- ACNUR. **1 em cada 113 pessoas no planeta é solicitante de refúgio, deslocado interno ou refugiada**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/estatisticas>. Acesso em: 12 mar. 2017b.
- ANTUNES, R. Dialética do trabalho. In: ANTUNES, R. (org.). **Dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 13-29.
- BARRETO, L.P.T.F. (org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Refugio_no_Brasil.pdf?view=1. Acesso em: 12 fev. 2017.
- BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BERTRAND, D. Refugees and Migrants, Migrants and Refugees. An Ethnological Approach. In: **International Migration**, v. 36, n. 1, p.107-113, 1998.
- BORGES, L.M. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, vol. XXI, n. 40, p. 151-162, jan./jun. 2013.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.474/1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e deter-

mina outras providências. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1997.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado n. 288, de 2013.** Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil. *Diário do Senado Federal*, Brasília, DF, 12 jul. 2013a. Não paginado. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=132518&tp=1>. Acesso em: 14 mar. 2017.

CAMPO GRANDE. **100 anos de construção.** Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

CAMPOS, M. Ensaio sobre a construção de informações sobre migração internacional no Brasil. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 10, n. 10, 2015.

CARBALLO, M. **The challenge of migration and health.** Antwerp: International Centre for Migration and Health, 2007.

CONARE. **Número de refugiados no Brasil dobra em quatro anos e chega a 8,4 mil.** Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-08-19/numero-de-refugiados-no-brasil-dobra-em-quatro-anos-e-chega-a-84-mil.html>. Acesso em: 31 maio 2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES E REFÚGIO. **Caderno de propostas.** 2014. Brasília, DF. Disponível em: http://www.participa.br/articles/public/0007/3665/2014-05-22_COMIGRAR_Caderno_de_Proposta_Envio.pdf. Acesso em: 22 out. 2016.

DOYAL, L.; GOUGH, I. **A Theory of human need.** London: Mac-Millan, 1991.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

FABIANA, J.; MARTINS, B. **Lei de Migração: o que muda nas regras para estrangeiros no Brasil.** Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1883696-lei-de-migracao-o-que-muda-nas-regras-para-estrangeiros-no-brasil.shtml>. Acesso em: 15 maio 2017.

FARENA, M.N.F.C. **Direitos Humanos dos Migrantes: ordem jurídica internacional e brasileira.** Curitiba: Juruá, 2002. 202 p.

GLOBAL TRENDS FORCEDS DISPLACEMENT IN 2015. Disponível em: http://www.unhcr.org/576408cd7#_ga=1.207424720.2122178908.1479802166. Acesso em: 15 mar. 2017.

GONÇALVES, M.G.M.; BOCK, A.M.B. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M.G.M. (org.). **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio histórica.** São Paulo: Cortez, 2009. 116-157.

IBGE. **População nos censos demográficos segundo os municípios das capitais 2000-2010.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acesso em: 30 mar. 2017.

JOLIE, A. **Refúgio no Brasil:** a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas / Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, organizador. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Refugio_no_Brasil.pdf?view=1. Acesso em: 12 fev. 2017.

LA FER, C. **A Reconstrução dos Direitos Humanos** – um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MARTINELLI, M.L. **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. Martinelli, M. L. (org.). São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, K. **O Capital:** Crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980. Livro I, t. 1.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos.** 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luiz Bonaparte/Karl Marx.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. **As Lutas de classes na França de 1848 a 1850.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K; ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEIRA, M. de B. A Extradicação e o Refúgio à Luz do Princípio da dignidade da Pessoa Humana. In: MILESI, Rosita (org.). **Refugiados: realidade e perspectivas**. Brasília: CSEM/IMDH; Edições Loyola, 2003.

MILESI, R. **Refugiados e Migrações Forçadas: uma reflexão aos 20 anos da Declaração de Cartagena**. 2005. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/index.php/refugiados-as2/153-refugiados-e-migracoes-forçadas-uma-reflexao-aos-20-anos-da-declaracao-de-cartagena>. Acesso em: 15 out. 2015.

MILESI, R; ANDRADE, P. COURY. Apresentação. **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v.10, n.10, 2015, 137 p.

MILESI, R; MARINUCCI, R. Introdução. In: MILESI, R. (org.). **Refugiados: realidades e perspectivas**. Brasília: CSEM/IMDH; Edições Loyola, 2003.

MINAYO, M.C. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. MINAYO, M. C. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J.P. (org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ONU. **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados**. 1951. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1. Acesso em: 12 fev. 2017.

PACÍFICO, A. M. C. P; DANTAS, V. da H. **Necessidade de Ampliação do Conceito de Refugiado**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/red/article/view/5533>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RELATÓRIO ADUS 2016. **Refugiado e psicologia**: a experiência da fuga e da reintegração no estrangeiro. Disponível em: <http://www.adus.org.br/wp-content/uploads/2016/06/007-Cap7-Refugiado-e-psicologia-a-experiencia-da-fuga-e-da-reintegracao-no-estrangeiro.pdf>. Acesso em 12 mar. 2017.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (org.) **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SESTOKAS, L. Democratize. A intolerância enfrentada pelos imigrantes no Brasil e a Nova Lei de Migrações. **Instituto Terra, Trabalho e Cidadania** (ITTC). Disponível em: <http://democratizemidia.com.br/a-intolerancia-enfrentada-pelos-imigrantes-no-brasil-e-a-nova-lei-de-migracoes/>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SETUBAL, A. A. **Pesquisa em Serviço Social**: utopia e realidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SPRANDEL, M.A.; MILESI, R. O Acolhimento a Refugiados no Brasil: Histórico, Dados e Reflexões. In: MILESI, R. (org.). **Refugiados**: realidades e perspectivas. Brasília: CSEM/IMDH; Edições Loyola, 2003.

WALDELY, A.B.; VIRGENS, B.G., ALMEIDA, C.M.J. de. Refúgio e realidade: Desafios da definição ampliada de refúgio à luz das solicitações no Brasil. **REMHU Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana**, vol. XXII, n. 43, p. 117-131, jul./dez. 2014.

A CLÍNICA NA PSICOLOGIA SÓCIO- HISTÓRICA: UMA ABORDAGEM DIALÉTICA

Edna Maria Severino Peters Kahhale
Jeferson Renato Montreozol

Introdução: da tradição psicológica

A história da ciência psicológica moderna remonta indubitavelmente à prática clínica, na qual o psicólogo profissional focaliza a compreensão das relações entre o sujeito e a realidade objetiva, suas experiências e possíveis patologias (SCHULTZ; SCHULTZ, 1981). No entanto, a base tradicional que engendrou a prática clínica, representada historicamente nas teorias clássicas da Psicologia, terminou mantendo a dicotomia entre sujeito x sociedade, objetividade x subjetividade, protegendo assim um *design* psíquico basicamente idealista, individualista e ausente das condições históricas e sociais da humanidade.

Nesse sentido, consideramos que a abordagem clínica precisa ser repensada não apenas como cenário terapêutico, mas também nos pressupostos epistemológicos, visando auxiliar o desenvolvimento de sujeitos éticos e políticos, que tenham e reconheçam em si a base de sua constituição física e psicológica, e que possam assumir posições ativas na realidade a fim de mudar não apenas seus processos subjetivos, mas a dinâmica de produção de sua própria objetividade.

Assumindo os pressupostos do materialismo histórico e dialético (MARX, 1867/2008; 1977; MARX & ENGELS, 1845/2002), a base para uma clínica a partir da perspectiva sócio-histórica deve ser principiada na revisão do próprio conceito de clínica, derivado do modelo biomédico e psicodinâmico (FOUCAULT, 2015), para uma clínica ampliada (BRASIL, 2009), em um novo modo de fazer saúde em que seja integrada à equipe de trabalhadores de diferentes áreas na busca de um cuidado e de assistência

de acordo com cada caso, criando assim vínculos entre a pessoa atendida e sua realidade, na perspectiva de criação de uma rede de suporte.

A partir dessa perspectiva, a vulnerabilidade e o risco do indivíduo são sempre considerados, e o diagnóstico é feito não só pelo saber dos especialistas clínicos, mas levando em conta a história de quem está sendo cuidado. Assim, chegamos a uma segunda questão importante: repensar o desenvolvimento das psicopatologias, tirando-as exclusivamente de visões naturalizantes sobre o processo saúde-doença e buscando explicar sua gênese e sua relação com a vida social da contemporaneidade, na intensificação da exploração capitalista dos trabalhadores, e, conseqüentemente, no aumento dos processos de sofrimento a partir das relações sociais pautadas em um individualismo excessivo.

Cabe ainda pensarmos que este quadro tem sido demandado por uma estrutura social que tem proporcionado a transmutação da condição de sujeitos em indivíduos isolados, o que finda na vivência eminentemente individual dos processos de sofrimento perante a realidade objetiva e, também, na medicalização social. O *setting* terapêutico se reconfigura, então, como um espaço que visa proporcionar um processo de conscientização e, conseqüente, ressignificação, no qual o psicólogo coloca-se como agente mediador entre o sujeito e a realidade, buscando recompor a dialética singular-particular-universal (OLIVEIRA, 2005) na dinâmica psíquica de quem necessita.

Pensamos que as recomposições apontadas possibilitariam novas visões de homem e mundo, negando configurações normais ou desviantes, e acatando a diversidade da/na existência humana. Dessa forma, o cuidado clínico proposto é orientado a (re)compor, em conjunto com o sujeito, a historicidade de sua constituição, buscando na realidade objetiva os significados que historicamente possibilitaram o desenvolvimento dos seus sentidos, na produção de sua dinâmica subjetiva individual.

A psique humana é, então, considerada como uma instância desenvolvida em relação com a objetividade, que engloba os mecanismos conscientes e inconscientes (VIGOTSKI, 1995), e este movimento entre consciente-inconsciente é organizado a partir da dialética sujeito-sociedade. Neste

espaço, a linguagem é apontada como processo e método, uma vez que a dialogicidade é importante para que ambos (psicólogo X sujeito, objetividade X subjetividade) reconstruam a realidade histórica de produção da existência, visando possibilitar novas produções de sentidos e práxis.

Assim, a Psicologia Clínica deve ser apresentada como um campo científico que apoie profissionais comprometidos com a emancipação humana na medida em que crie condições para a reorganização das identidades individuais, rompendo com pressupostos alienantes na produção subjetiva e, conseqüentemente, permitindo novas sínteses de existência aos sujeitos (LUKÁCS, 1998; LESSA, 2004; PASQUALINI; MARTINS, 2015).

Este texto foi estruturado considerando o percurso da construção da clínica no seu diálogo com a área de saúde e como área de atuação da Psicologia. Propomos, então, a clínica historicizada como parâmetros para uma nova práxis, e para tanto tomaremos como base os pressupostos do materialismo histórico e dialético a partir de Marx e Engels, e dialogaremos com a produção filosófica e epistemológica subsequente que nos auxilie na construção da reflexão aqui pretendida. Os critérios de seleção das referências aqui utilizadas foram a acessibilidade, a atualidade e a possibilidade de diálogo com a construção de uma prática clínica comprometida com as questões da contemporaneidade; daí utilizarmos os clássicos e alguns pensadores mais atuais que refletem sobre a clínica, direta ou indiretamente (Neubern; Monteiro e Jacó-Vilela; Pasqualini e Martins; Romagnoli, entre outros). Temos clareza que não esgotamos as referências da área, fizemos uma escolha que nos permitiu tecer essa primeira reflexão e proposição de uma clínica como *práxis historicizada*.

Da clínica do ontem à clínica do hoje: novas possibilidades

No percurso histórico da ciência Psicológica, diversas questões têm sido objeto de indagação uma vez que esta produção científica é organizada no bojo das ciências humanas, dialogando tanto com as diversas ciências sociais como também da saúde. Assim, para pensar a prática clínica

nica, ou ainda mesmo o conceito de clínica a partir do que a Psicologia (e os psicólogos) tem proposto, temos a necessidade de recorrer às origens etimológicas, históricas e reflexivas do próprio termo clínica.

Doron e Parot (1998, p. 144) esclarecem que “originariamente, a atividade clínica (...) é a do médico que, à cabeceira do doente, examina as manifestações da doença para fazer um diagnóstico, um prognóstico e prescrever um tratamento”. Portanto, por mais que objetivamos discutir a prática clínica dentro de uma ciência específica, este processo em grande parte remete-nos a dois quesitos principais: 1) o fato de, *a priori*, ser desenvolvida na história das ciências humanas a partir do ideário médico; 2) a questão crucial posta no trabalho com práticas clínicas, indubitavelmente nos remetendo à discussões sobre processos patológicos, e em última instância, na relação saúde X doença, normal X patológico.

Isso porque no tocante às especificidades médicas, a prática clínica comumente é composta por procedimentos de observação e entrevista, os quais já nos permitem reflexões sobre a influência deste saber sobre a práxis do psicólogo. A descrição sintomatológica (anamnese) permite conhecer os antecedentes da enfermidade, os quais embasam o processo diagnóstico e são fundamentais para quaisquer prognósticos do caso. Os avanços alcançados pela Medicina adentram a história humana, tendo seu auge clínico entre o final do século XVIII e o início do século XIX (ROMAGNOLI, 2006), período este diretamente vinculado às descobertas tecnológicas e ao desenvolvimento científico, os quais substancializaram a instrumentalização médica e a valorização do hospital como local de cura.

Ainda neste período cabe considerarmos que, mesmo frente à grande contribuição de Michel Foucault (2015) ao enunciar a origem da clínica, o método clínico já possuía suas bases nos trabalhos de Hipócrates. Assim, historicamente, o que Foucault (2015) aponta como a origem da clínica representa, em si, o enriquecimento da Medicina frente a numerosas descobertas. A grande contribuição que o autor produz em seu livro “O Nascimento da Clínica” (2015) está na articulação do discurso médico com os fatores sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e pedagógi-

cos, possibilitando a ampliação da compreensão do processo patológico na subjugação do corpo enquanto mecanismo de poder e que, portanto, torna-se motivo de controle disciplinar e tecnológico, os corpos dóceis.

Em nossa discussão, o foco centra-se então na forma como a modernidade, especificamente a partir do século XIX, instaura a intensificação das relações sociais e culturais sobre o homem como ser vivo, tendo como cerne as relações corporais enfocadas, em específico, pela ciência médica, a qual contribui na disciplina do elemento material (corpo) a partir de um sistema racional e científico da sociedade moderna, “poder que se incumbiu tanto do corpo como da vida, ou que se incumbiu, se vocês preferirem, da vida em geral, como o polo do corpo e o polo da população” (FOUCAULT, 2015, p. 302).

A partir destes aspectos, ao estabelecer o estatuto do homem saudável e normal, a Medicina paulatinamente vai exercendo um controle disciplinar que corrobora, adiante, o ideário psicológico de subjetividade, e tem, em suas especialidades, a fragmentação do sujeito como membro de um coletivo, imputando então a saúde-doença à particularidade de suas produções. À Medicina, coube então delegar ao paciente a decisão sobre qual especialista buscar, ficando o paciente responsável por seu percurso e desenvolvimento.

Por outro lado, na inauguração da clínica psicológica, a psicanálise e as psicologias psicodinâmicas imprimem algumas inovações quando colocam o saber não mais na detenção do médico, mas sim nos domínios do cliente (e não paciente), mesmo sendo um saber inconsciente. Neste processo, o analista/terapeuta é um mero facilitador que aponta determinados caminhos e mobiliza o analisando/cliente na busca de sua verdade.

Assim, a clínica psicanalítica/psicodinâmica e a clínica médica diferenciam-se na medida em que a Medicina aprimora seus métodos diagnósticos, sustentando múltiplas possibilidades de intervenção com vistas à cura orgânica, e a clínica psicodinâmica toma foco na escuta do sofrimento do cliente, propondo como método de intervenção a psicoterapia. Nos preceitos psicanalíticos/psicodinâmicos subverte-se a lógica do

tratamento médico, pois privilegia-se a escuta¹, considerando primordial tratar o cliente como o sujeito de sua história de adoecimento, e não como mero objeto. Porém, quando introduz a questão do sigilo/segredo como força motriz do processo terapêutico, esta posição remete a uma concepção de sujeito individualista, autoproducente, efetivando assim a necessidade de uma clínica pautada no individualismo como recurso efetivo para o trabalho psíquico.

Logo, as raízes da clínica psicológica se mantêm calcadas no modelo biomédico, no qual o profissional deve observar e compreender para, posteriormente, intervir por meio de tratamentos/manejos clínicos que objetivam uma possível cura e/ou ajustamento social. Tal prática resguarda uma postura higienista, uma vez que isola a clínica (e, conseqüentemente, o sujeito) das questões sociais. A Psicologia, como ciência do ser-sujeito-individual, reforça a categoria de indivíduo alijado das estruturas que proporcionam sentido à sua existência, findando na responsabilização pessoal (subjéctiva) de construção e desenvolvimento, e tendo então a clínica privada, do segredo pessoal, como o espaço de existência psíquica. Neste prisma, podemos observar que a prática clínica psicológica sempre esteve descomprometida com o contexto social ou, ao contrário, comprometida com apenas uma parte dele, a classe dominante.

Frente a essa reflexão, a clínica emerge como uma expectativa de produção (e não apenas de reprodução) da vida social, espaço onde devem ser possibilitadas ao sujeito formas de criar/desenvolver a si mesmo e o mundo, ambos inseridos dialeticamente na dinâmica social. Espere-se, então, do profissional, que reflita sobre os desdobramentos de sua prática na sociedade, uma vez que, na externalização dos conteúdos subjéctivos apresentados pelo cliente, o social se faz presente não apenas como expressão do real objectivo contemporâneo, mas como movimento sintético de potência criativa, inerente à subjéctividade do homem. A clínica deve ser tomada como plano de produção do colectivo que permite

1 Do ponto de vista da história da psicologia, cabe assinalar que a escuta já era prática da Escola de Nancy, antes de Freud (ver MONTEIRO; JACÓ-VILELA, 2014 e THIS, 2009).

a sustentação da alteridade, isto é, a clínica em sua real significação: uma clínica no/do/pelo social.

Cabe considerarmos que historicamente esta discussão pode ser retomada desde as produções realizadas em diversas áreas da Psicologia a partir da década de 1970, iniciada por grupos de profissionais engajados em práticas sociais e com reflexões políticas acerca do que estavam desenvolvendo. Obviamente, naquele momento as discussões eram apenas pró-forma no campo da clínica, que mantinha uma postura apolítica e distante das questões sociais, a qual, pressionada por questões políticas e de movimentos sociais, iniciará uma abertura para novas reflexões apenas na década de 1980. Naquele momento, o questionamento realizado abarcou, sobretudo, a pseudoneutralidade da prática clínica dominante que, até então, era produzida como atividade liberal e privada junto às classes médias e altas (FERREIRA NETO, 2003).

O que podemos averiguar é que, baseando-se em uma concepção de sujeito universal e a-histórico, a clínica psicológica aparece na história desta ciência e profissão brasileira? Como prática hegemônica e centrada no indivíduo, espaço de reprodução e manutenção da cisão entre clínica e política (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1988). Esta visão da clínica dentro do modelo liberal privado é, ainda hoje, predominante entre os estudantes e profissionais da Psicologia, uma clínica meramente curativa dentro de um cenário social em que os problemas sociais se multiplicam cotidianamente.

A superação apontada por Ferreira Neto (2003), e com a qual mantemos concordância, centra-se no deslocamento do modelo da clínica liberal curativa para uma clínica ampliada e aplicada aos processos de saúde na realidade social. Uma clínica com práticas realizadas de forma ampla, que atenda também a uma camada oriunda das classes populares, daqueles que sofrem marcadamente processos de violência social, de sofrimento psíquico crônico e que, exatamente por estes motivos, convoca a necessidade de outras formas de intervenção.

Cabe aqui um olhar atento ao que estamos convocando: não se trata

de uma clínica pautada em práticas assistencialistas! Isto porque desde os movimentos de 1980, quando a classe profissional dos psicólogos optou por essa (nova) forma de atuação, geralmente resultou na utilização (deslocamento) dos mesmos modelos do consultório privado para espaços diversos. Assim, por mais que tenha sido necessário inserir a dinâmica da sociedade no fazer psicológico, por si só esta ação não tem gerado novas atuações e, conseqüentemente, mantido a dicotomia entre sujeito-sociedade.

A análise crítica torna-se condição para possibilitar ao profissional a compreensão do poder e da dimensão política de suas intervenções: em prol da invenção ou da reprodução? Prática ética e libertária, ou prática alienante e cristalizadora? A ideia premente é atentar para o aumento da demanda de atuação profissional frente um movimento de excessiva problematização da vida cotidiana, o qual permite, à estrutura capitalista, aperfeiçoar mecanismos de exclusão social e sujeição a práticas descontextualizadas e inquestionáveis.

Pensar em uma clínica a partir da psicologia sócio-histórica é pensar em uma clínica social, a qual se configura, antes de tudo, como a clínica de qualquer lugar, de qualquer público. Esta clínica deve se esforçar por combater a massificação reiterada em nossas práticas de vida, e que busque cada vez mais possibilitar ao cliente, sujeito desta sociedade, o alcance da potencialidade humana disponibilizada nos mecanismos culturais e que podem ser apropriados, enquanto condições objetivas, na particularidade de sua subjetividade. Isso porque entendemos a subjetividade como “a constituição psíquica do sujeito individual que integra processos e estados do mesmo em cada um de seus momentos de ação social” (NEUBERN, 2001, p. 241), sendo então uma categoria do psíquico ampla e complexa que abrange “suas múltiplas dimensões sem lhe impor mutilações ou reduções, de modo a possibilitar um estudo científico do sujeito no cotidiano” (NEUBERN, 2001, p. 241).

Esta forma de atuação pauta-se em uma intervenção que associe o sujeito psicológico ao sujeito político, transformando-o em um sujeito his-

tórico, comunitário, socialmente humano. Para tanto, a escuta clínica passa a ser considerada como “(...) uma postura ética e política diante do sujeito humano. Não é o local que define a clínica, e sim, a posição do profissional e os objetivos de libertação e potencialização dos sujeitos” (ROMAGNOLI, 2006, p. 620).

Estes pressupostos têm se aproximado muito do conceito de clínica ampliada² (CAMPOS, 2003), uma das diretrizes da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS (PNH), proposta para qualificar o modo de se fazer saúde. O objetivo dessa modalidade de atendimento é aumentar a autonomia do usuário do serviço de saúde, da família e também da comunidade, consolidando, para tanto, uma rede vincular entre a equipe de trabalhadores de diferentes áreas no oferecimento do cuidado e a corresponsabilização do usuário, sujeito da realidade (BRASIL, 2009).

A partir desta perspectiva, os trabalhos são realizados não apenas utilizando o conhecimento dos especialistas clínicos, mas considerando também a história de desenvolvimento pessoal de todos os atores envolvidos. Tornam-se uma forma de trazer a história e, principalmente, a história social, para dentro das concepções de saúde, saúde mental e subjetividade, buscando possibilitar melhores experiências frente à valorização dos diferentes sujeitos.

Compreender a produção da saúde é considerar o enfoque médico, o psicológico e também o social. E, embora cada uma dessas três abordagens possa valorizar mais determinados tipos de problemas e práticas de solução, a clínica ampliada visa se constituir como uma ferramenta de articulação e inclusão dos diferentes enfoques e disciplinas, reconhecendo que “em um dado momento e situação singular, pode existir uma predominância, uma escolha, ou a emergência de um enfoque ou de um tema, sem que isso signifique a negação de outros enfoques e possibilidades de ação” (BRASIL, 2009, p. 10).

2 Cunha (2010), ao discutir a clínica ampliada como coprodução dialética de sujeitos, afirma as bases materialistas dialéticas que a sustentam: articulação entre sujeito particular e coletivo universal.

Quebra-se o ideal de neutralidade e não-envolvimento tradicionalmente corroborado nas práticas profissionais, assim como no trabalho do psicólogo, transformando a escuta em um acolhimento real das queixas ou relatos dos clientes, mesmo quando não consideradas pontualmente importantes para o trabalho premente. E ainda mais do que isso, retoma-se a importância da historicidade na prática psicológica ajudando o sujeito a

[...] reconstruir e respeitar os motivos que ocasionaram o seu adoecimento e as correlações que o usuário estabelece entre o que sente e a vida – as relações com seus convivas e desafetos. Ou seja, perguntar por que ele acredita que adoeceu e como ele se sente quando tem este ou aquele sintoma (BRASIL, 2009, p. 23).

Temos reiteradamente apontado a necessidade de a Psicologia, em específico da Psicologia Clínica, recuperar as condições históricas de produção e desenvolvimento das formas de existência, pois quanto mais as situações forem compreendidas e correlacionadas com tais elementos básicos, mais o sujeito consciente poderá perceber, se não as causas, os desdobramentos de determinada situação em sua vida.

Considerando então que “a Clínica Ampliada propõe que o profissional de saúde desenvolva a capacidade de ajudar as pessoas, não só a combater as doenças, mas a transformar-se, de forma que a doença, mesmo sendo um limite, não a impeça de viver outras coisas na sua vida” (BRASIL, 2009, p. 11), a clínica pensada na perspectiva da psicologia sócio-histórica deve assumir o papel ativo do sujeito enquanto produto e produtor de sua realidade, em uma relação dialética entre aspectos singulares (produções psicológicas – existência/saúde/doença) e universais (questões sociais, culturais, econômicos, políticos, comunitárias etc.), relação estabelecida entre o todo e as partes, manifestando-se nas configurações particulares de determinado fenômeno que permitem compreender como se dá a concretização da universalidade na singularidade (LUKÁCS, 1978).

Tomemos como exemplo o caso³ de Dona Josefa, 62 anos, casada, dois filhos. Um dos filhos é trabalhador e o outro está preso. Chega ao

3 Adaptado para efeitos de exemplificação e análise de Cunha (2010, p. 47-49).

médico, na unidade básica de saúde, com as seguintes queixas: problemas de controle de hipertensão (apesar de tomar as duas medicações prescritas), dores no corpo, dificuldade para dormir (também toma remédio para isso), crises de choro, zumbido no ouvido e um *aperto no peito*. Relata que quase não sai de casa porque tem muito trabalho. O marido e o filho não a deixam sair porque isso atrapalha o serviço doméstico. Quando chora, a pressão fica descontrolada; fica nervosa por conta das brigas e ameaças entre os filhos (o *trabalhador* afirma que matará o que está *preso* quando for solto, se este aparecer na casa da família). Ela relata também que teve oportunidade de descobrir que gosta de pintura quando frequentou a oficina de pintura do Grupo da Terceira Idade da UBS, mas que não pode ir pelos impedimentos do marido e filho. Analisando as queixas e a vida de Dona Josefa podemos identificar nas suas *particularidades* a construção *singular* dos processos sociais das relações de gênero, das relações de poder, exemplos de *universais* postos hoje na nossa sociedade. Processos esses que se revelam num corpo que dói, numa medicação que, apesar de ingerida corretamente, não apresenta eficácia. A clínica, enquanto cuidado que se faz presente, aponta para a necessidade de a equipe multiprofissional construir, em conjunto com Dona Josefa, diálogos para caminhos de superação na direção de maior autonomia. É um processo de estabelecer vínculos do sujeito com os profissionais e com espaços do território, de dar significados e sentidos para esse corpo que dói e criar alternativas de existência.

Nessa direção, nos aproximamos do postulado por Vigotski (1995) em relação à necessária apreensão dos fenômenos psicológicos em sua processualidade. Há uma necessidade iminente de compreender que tais relações têm importância fundamental para a atuação do psicólogo clínico, pois sua práxis “deve fundamentar-se na compreensão de como a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade tendo a particularidade como mediação” (PASQUALINI; MARTINS, 2015, p. 363).

O entendimento desse pressuposto é, a nosso ver, o ponto nodal da

prática clínica, a qual deve evidenciar a compreensão das intervinculações e interdependências entre singular-particular-universal enquanto condições para a superação de enfoques psicológicos dicotômicos da relação indivíduo/sociedade (como exemplificado no caso de Dona Josefa acima). Assim, o método materialista histórico-dialético deve ser visto como subsídio fundamental para produção de técnicas relacionadas ao fazer psicológico na prática clínica.

Práxis terapêutica: uma nova clínica ou a clínica historicizada

Para pensarmos em uma prática clínica a partir dos pressupostos que a teoria psicológica sócio-histórica nos proporciona, devemos, a princípio, compreender que neste princípio a prática psicológica deve ser vista a partir do conceito marxista de práxis, isto é, de ação transformadora, transcendente à condição de simples ação. Esse pressuposto auxiliará na compreensão das intervinculações e interdependências entre singular-particular-universal que apontamos como norteador da prática clínica.

A práxis marxista pode ser definida como “atividade material do homem que transforma o mundo material e social para fazer dele um mundo humano” (VÁSQUEZ, 1977, p. 3). Ou ainda, é a “atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformam-se a si mesmos. É a ação que [...] precisa da reflexão, da teoria; e é a teoria que remete à ação” (KONDER, 1992, p. 115).

A nosso ver, a práxis deve ser considerada como categoria central de uma prática clínica em Psicologia, cujo objetivo se mantém não apenas em interpretar o mundo ao sujeito, mas também servir de guia/criação de sua transformação. Assim, à Psicologia Clínica cabe o dever de transcender à prática pragmática, individual e autossuficiente. Deve, portanto, recuperar no percurso histórico a produção de atividades de grupos ou classes sociais que têm levado às (não) transformações nas condições reais da vida social.

A aplicação da Psicologia às demandas clínicas decorre na expansão do significado de práxis que Vázquez (1977, p. 283-284) define como consciência da práxis, isto é, “[...] a consciência que se volta sobre si mesma e sobre a atividade material que se plasma”. A partir da consciência da *práxis*, o sujeito pode ultrapassar o conhecimento imediato, ingênuo, ascendendo ao plano reflexivo para, posteriormente, unir, conscientemente pensamento, emoção e ação (BATISTA, 2007; FREIRE, 1979; MARTÍN-BARÓ, 1996). Por esta perspectiva, temos que desenvolver trabalhos na clínica psicológica; para além de uma prática individualista, devemos ater ao desenvolvimento do processo de conscientização, o qual supõe três aspectos primordiais:

1. A dialética entre homem e realidade, isto é, a mútua transformação entre homem e sociedade na medida em que, quando a modifica, necessariamente se transforma. E por este ser um processo ativo, a dinâmica estabelecida entre sujeito e psicólogo deve ocorrer exclusivamente por meio de uma relação dialógica e reflexiva.
2. Assumindo seu papel de mediador, o psicólogo proporciona ao sujeito a gradual decodificação do seu mundo, permitindo a este compreender os mecanismos que o oprimem e desumanizam, que alienam sua consciência e mistificam tais situações como naturais. Esta abertura de horizontes permite o desenvolvimento de uma consciência crítica frente à realidade circundante, o que pode conduzir a uma nova práxis e, conseqüentemente, a novas formas de consciência.
3. Quando consciente sobre sua realidade circundante, o sujeito inicia o desenvolvimento de um conhecimento diferenciado sobre si mesmo e sua identidade no contexto social, levando-o a uma re-atoalimentação de seu papel ativo na medida em que descobre suas potencialidades sobre a natureza e a realidade. Assim, recuperar a memória histórica de sua produção permite tanto o contato com o passado, quanto os horizontes contidos em uma determinação mais autônoma no futuro, tanto para si como para os grupos nos quais esteja inserido (família, trabalho, lazer...).

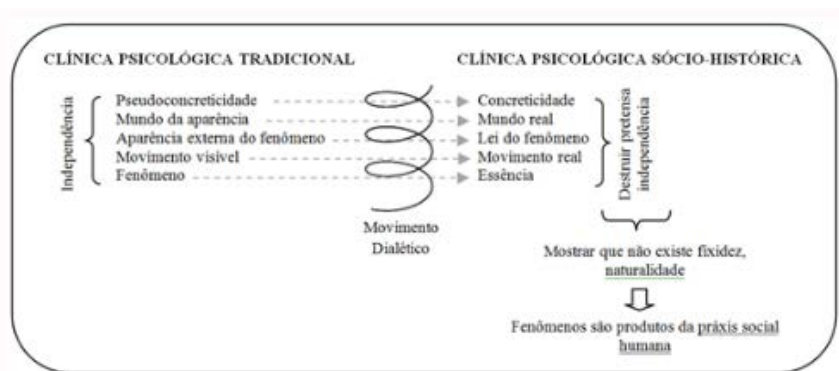
Estamos propondo que o psicólogo promova a desalienação da consciência individual no sentido de

eliminar ou controlar aqueles mecanismos que bloqueiam a consciência da identidade pessoal e levam a pessoa a comportar-se como um alienado, como um “louco”, ao mesmo tempo em que se deixa de lado o trabalho de desalienação da consciência social, no sentido de suprimir ou mudar aqueles mecanismos que bloqueiam a consciência da identidade social e levam a pessoa a comportar-se como um dominador ou um dominado, como um explorador opressivo ou um marginalizado oprimido (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 17).

Não estamos aqui reforçando a ideia de que a Psicologia Clínica submeta-se exclusivamente aos discursos e práticas da Psicologia Social. Apenas não a reconhecemos como terreno oposto ou alheio ao social, mas sim como correlato dialético na consideração de que não há pessoa sem família, aprendizagem sem cultura, loucura sem ordem social. Compreendemos que, necessariamente, a condição intrassubjetiva é desenvolvida a partir das relações intersubjetivas, o saber ao sistema simbólico, e as desordens (mentais, e também sociais) às normas morais e a uma normalidade social.

Cabe então ao psicólogo, na prática clínica, compreender que lidamos com uma realidade contraditória, a qual não se apresenta enquanto mundo real, mas tem a consistência e validade do mundo real, isto é, o mundo da aparência (KOSIK, 1976). Assim, as diversas questões a serem trabalhadas na subjetividade dos sujeitos aparecem enquanto “representação da coisa” (KOSIK, 1976, p. 19), não enquanto qualidades naturais das coisas e da realidade, e sim como introprojeção, no psiquismo, de determinadas condições históricas petrificadas. Frente a isto, objetivando conhecer adequadamente a realidade, não devemos nos contentar com esquemas abstratos da própria realidade; precisamos, sim, destruir a aparente independência imediata, a pseudoconcreticidade, para atingir a real concreticidade, visando desvelar o mundo real e as leis dos fenômenos, suas essências, as múltiplas determinações contraditórias.

A prática clínica psicológica deve submeter os fenômenos apresentados pelo sujeito a um exame em que “[...] as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade” (KOSIK, 1976, p. 21). Para tanto, e visando ilustrar nossas discussões sobre uma possível clínica numa abordagem materialista dialética, produzimos o seguinte quadro que apresenta os elementos a serem considerados no desenvolvimento do trabalho clínico pelo psicólogo:



Quadro 1: Elementos a serem considerados no desenvolvimento do trabalho clínico psicológico em uma abordagem dialética. Fonte: elaborado pelos autores.

Nossas ideias apontam que a práxis terapêutica do psicólogo deve considerar, a partir da lógica dialética, que a realidade pode ser alterada de modo revolucionário na medida em que tomamos conhecimento, histórico, de que nós mesmos a produzimos. A Psicologia Clínica tradicional não tem se mostrado capaz de ir além da singularidade imediata e aparente, e deixa de considerar que as ações individuais envolvem ou trazem à tona a figuração histórico-social. A partir de Pasqualini & Martins, compreendemos que uma nova práxis deve considerar

[...] generalidades de indivíduos ou fenômenos singulares, ou seja, captar na singularidade da existência de um indivíduo/personagem traços essenciais comuns a outras existências singulares que se constroem na dialética que liga

o indivíduo ao tipo geral, às tendências histórico-sociais de seu tempo ou do gênero humano (2015, p. 367).

Aqui, a universalidade se corporifica na singularidade a partir da mediação da particularidade. A particularidade condiciona, então, a existência singular enquanto especificação da universalidade; isto é, é pela mediação da particularidade que as determinações universais se expressam no singular. Porém, tal relação não ocorre de maneira linear e determinística; ela permite, sim, uma diversidade de expressões singulares (subjettivas) dos fenômenos da realidade social em dado momento histórico.

Isso porque “a existência de cada indivíduo singular é uma síntese de múltiplas determinações” (PASQUALINI; MARTINS, 2015, p. 368) – particulares, que estão, ao mesmo tempo, sob determinações universais. Esta revisão dos caminhos epistemológicos e metodológicos da disciplina de Psicologia Clínica possui, obviamente, um fundo ético-político na medida em que consideramos iminente a necessidade de reaver o compromisso da Psicologia com a construção de uma ordem social e que promova o desenvolvimento dos indivíduos, sua autonomia e cidadania.

Torna-se imperativo nas análises psicológicas também desenvolvidas na prática clínica captar as determinações particulares e universais que refletem sobre o indivíduo, que condicionam sua existência singular. Isso porque não podemos apenas condicionar processos que perpetuem uma tradição de naturalização e universalização da particularidade, apoiando nossas práticas em visões de normalidades apegadas a valores e padrões de comportamentos de uma determinada classe social, revalidando-os como hipoteticamente universais (PASQUALINI; MARTINS, 2015, p. 370).

Para elucidar a concepção de clínica aqui tratada e os princípios metodológicos até então dispostos, trazemos como exemplo de atendimento um caso clínico trabalhado na Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic, da PUC-SP, o qual apresentou a seguinte configuração: Joana, afrodescendente, adulta, 40 anos, trabalha numa escola pública como auxiliar de disciplina. Procurou atendimento em terapia após se sentir discriminada por alguns companheiros no ambiente de trabalho, apresentando então

queixa de extrema agressividade e irritação, e se considerando responsável pela sua incapacidade de manter relacionamentos e *ser alguém na vida*. Até os 3 anos foi criada pela mãe, junto com suas duas irmãs mais velhas em São Paulo, época na qual ficou inviável para a mãe continuar os cuidados e as levou para a casa da avó materna no interior de Minas Gerais. Elas, as três irmãs, são chamadas de *as negrinhas da família*, pois a mãe teve outros filhos que se *acham brancos*. A avó materna batia muito nas irmãs dela quando a desobedeciam ou quando estava irritada; o avô materno tentava protegê-las das surras da avó. Joana relata ter sentido muito medo da avó naquela época e muita raiva atualmente. Voltou a São Paulo aos 14 anos, onde passou a trabalhar e estudar. No manejo clínico foi se construindo com Joana, num processo dialógico e reflexivo, uma compreensão sobre as múltiplas determinações dos processos vividos por ela e a configuração singular que elaborou sobre si. Inseriu-se sua história na história do Brasil e das desigualdades que caracterizam o povo brasileiro.

A descrição que Joana faz das surras são bastante semelhantes aos processos de submissão empregados pelos senhores de escravo no período colonial brasileiro. Vemos neste processo coletivo a subjetividade social, plural, expressando-se nas vivências singulares de Joana. Assim, no atendimento clínico psicológico, quando se retomou a história da escravatura, Joana localizou sua história pessoal no processo coletivo, tendo a possibilidade de ressignificar sua experiência de violência na infância no processo dialógico e reflexivo do atendimento. Quando o terapeuta trouxe para as sessões outros significados para as explosões de agressividade, Joana pôde compreender a reprodução de modelos construídos historicamente, inseridos em sua história pessoal, na história de sua família e da sociedade brasileira, especificamente dos negros, recuperando assim a relação singular-particular-universal como condição para a conscientização e (re) organização psíquica por meio da historicidade.

Ao ressignificar suas emoções e ações pôde-se inserir de outra maneira no ambiente de trabalho; por exemplo, em vez de xingar e brigar – nas suas palavras “ter um piti!” – passou a argumentar e defender seus direitos

e os dos alunos que frequentam a escola que trabalha. Passou a inserir-se em grupos de atividades variadas na região do território onde mora, por exemplo, grupo de penteados afros. Esse processo exemplifica os princípios da clínica ampliada associada aos princípios aqui expostos.

Breves considerações finais

Ao longo desta reflexão e proposição sobre o manejo na clínica sócio-histórica, discutimos acerca da relação entre as produções históricas da Psicologia Clínica e os desafios e possibilidades que esta prática tem assumido na atualidade. E, para tanto, tomamos os subsídios propostos pela psicologia sócio-histórica, especificamente em seus pressupostos epistemológicos do materialismo histórico-dialético, para pensar que a prática clínica do psicólogo deve superar suas posições tradicionalistas e se transmutar em uma práxis terapêutica que permita aos indivíduos o contato com a história de suas produções e desenvolvimentos enquanto sujeitos sociais.

Para tanto, pensamos que o processo analítico desenvolvido pelo profissional da Psicologia em seu espaço clínico irá sempre percorrer conteúdos que dialogam com a relação entre singular, particular e universal, uma vez que, na análise da individualidade enquanto elemento subjetivo o universal, deve nos remeter sempre à genericidade humana. Isso porque a universalidade do humano sempre é recriada em cada indivíduo, ganha concretude em suas manifestações singulares num constante processo de mudança histórica e social. Objetiva-se aumentar a autonomia do sujeito, da família e também da comunidade em que está inserido, consolidando, para tanto, uma rede vincular entre trabalhadores de diferentes áreas no oferecimento do cuidado e a corresponsabilização do usuário, sujeito da realidade.

Lukács (1998) nomeia a este processo como individuação, ou seja, o processo de desenvolvimento de cada pessoa enquanto personalidade socialmente efetiva numa luta permanente contra os particularismos, calçada na universalização, mas que, no entanto, não nega aspectos singulares: supera-os por incorporação. Entretanto, na sociedade capitalista a possi-

bilidade de se desenvolver como ser não está dada a todos os indivíduos. Para a grande maioria da população, a apropriação das objetivações do humano (na sua riqueza) está sempre circunscrita a limites miseráveis, ou seja, numa relação onde a universalidade é particularizada por uma sociedade desigual, a singularidade torna-se alijada e alienada do patrimônio humano-genérico (OLIVEIRA, 2005).

Neste ínterim, consideramos que a visão liberal de homem tem reificado práticas excludentes dentro da ciência psicológica e, em específico, nas práticas que clinicamente têm perpetrado compreensões pseudoconcretas de homem, subjetividade, psicopatologia e humanidade. Vemos, ainda, que as discussões e os manejos terapêuticos aqui contidos mostram-se incipientes no campo da prática clínica do psicólogo que trabalha a partir da perspectiva teórico-metodológica da psicologia sócio-histórica. Isso porque compreendemos que, desde sua produção inicial, essa teorização em Psicologia tem pautado e subsidiado especificamente trabalhos destinados a grupos de sujeitos, a processos grupais, tendo dificuldade de criar esse manejo que rompa ou revele a dinâmica singular-particular-universal.

Esperamos que as produções aqui contidas possibilitem maiores abrangências na área da Psicologia Clínica, ampliando as possibilidades de desenvolvimento de uma ciência verdadeiramente crítica que permita, através de suas especificidades, a apropriação das produções históricas e sociais pelos sujeitos singulares. É necessário que o psicólogo clínico assumase como mediador no desvelamento das múltiplas e contraditórias determinações da existência singular de seus clientes e adote uma postura ético-política de buscar a superação das desigualdades sociais favorecendo a potência criativa. É na prática da clínica ampliada que se torna possível a cocriação de rede de relações vinculares nas diversas dimensões em que o sujeito se insere: família, trabalho, espaços territoriais, entre tantos outros.

Referências

- BATISTA, A. M de M. *Práxis, Consciência de Práxis e Educação Popular: algumas reflexões sobre suas conexões*. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 21, n. 42, p. 169-192, 2007.
- BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica Ampliada e Compartilhada. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- CAMPOS, G. W. **Saúde Paidéia**. São Paulo: HUCITEC, 2003.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o Psicólogo Brasileiro?** São Paulo: Edicon, 1988.
- CUNHA, G. T. **A construção da clínica ampliada na atenção básica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- DORON, R.; PAROT, F. (org.). *Psicologia Clínica*. **Dicionário de Psicologia**. São Paulo: Ática, 1998. v. I.
- FERREIRA NETO, J. K. Qual é o social da clínica? Uma problematização. **Pulsional: Revista de Psicanálise**, v. 167, n. 1, p. 57-65, 2003.
- FOUCAULT, M. **O Nascimento da Clínica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- FREIRE, P. Desmistificação da conscientização. In: TORRES, C. A. **Consciência e história: a práxis educativa de Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1979.
- KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LESSA, S. Identidade e Individuação. **Katálysis**, vol. 7, n. 2, p. 147-157, 2004.
- LUKÁCS, G. **Introdução a uma Estética Marxista: sobre a categoria da particularidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LUKÁCS, G. *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*. São Paulo: Grijalbo, 1998. **Temas de Ciências Humanas**, n. 4.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2,

n. 1, p. 7-27, 1996.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro I, v. I.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MONTEIRO, D. B. R.; JACÓ-VILELA, A. M. Fios, seduções e olhares: os primórdios “psi” nas terapias para corpos e mentes perturbados. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (org.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2014.

NEUBERN, M. S. Três Obstáculos para o Reconhecimento da Subjetividade na Psicologia Clínica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n. 14, 2001.

OLIVEIRA, B. A Dialética do Singular-Particular-Universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S.T.F. (org.). **Método Histórico-social na Psicologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a Psicologia. **Psicologia e Sociedade**, v.27, n.2, p. 632-371, 2015.

ROMAGNOLI, R. C. Algumas reflexões acerca da área da clínica social. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, Niterói, v. 18, n. 2, jul./dez. 2006.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1981.

THIS, B. Origens da cura pela palavra. In: PINTO, G.C. (org.) **Memória da psicanálise: Freud**. São Paulo: Duetto Editorial, 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. 2 ed. Tradução de Luiz F. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas: problemas del desarrollo de la psique**. Madri: Visor: 1995. v. III.

UMA REFLEXÃO SOBRE RELAÇÕES FAMILIARES DA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

Maria Irene Ferreira Lima Neta

Edna Maria Peters Kahhale

Introdução

Inúmeras áreas estudam a família e cada uma define-a de uma forma. Por esta razão, ao se pesquisar sobre família, faz-se necessário pensar em que conceito de família se baseia o pesquisador, bem como o que significam os papéis de cada pessoa na relação familiar (DESSEN, 2010).

Para as ciências sociais e a antropologia, “a família é definida como um grupo de pessoas ligadas por laços de sangue, adoção ou casamento” (BRUSCHINI, 1990, p. 40). Bruschini (2002) amplia os estudos realizados pela antropologia afirmando que, nesta ciência, faz-se a separação entre parentesco e família.

Ambos tratam dos fatos básicos da vida, nascimento, aca-salamento e morte. Mas a família é um grupo social concreto e o parentesco uma abstração, uma estrutura formal, que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de descendência (entre pais e filhos), a de consanguinidade (entre irmãos) e a de afinidade, que se dá pela aliança, através do casamento. Qualquer sociedade se forma pela combinação das três relações; a variabilidade está em como se faz essa combinação (BRUSCHINI, 2002, p. 60).

E seu complemento nessa área se faz com o conceito de ser “um grupo de procriação e de consumo, lugar privilegiado onde incide a divisão sexual do trabalho” (BRUSCHINI, 2002, p. 61).

Já para a demografia o conceito está baseado na

...convivência sob o mesmo teto, que implica compartilhar despesas com o consumo de alimentos e de bens duráveis. A unidade de enumeração, nesse caso, é o próprio domicílio e a família é entendida como uma unidade de consumo, cujos elementos partilham um “caixa” comum, um orçamento e um sistema de compras em conjunto (BRUSCHINI, 1990, p. 40).

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), responsável pelo Censo no Brasil, têm-se diversas definições para família: família única e família convivente. A primeira é descrita como sendo um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco na unidade doméstica. Família única foi considerada como sendo “o núcleo familiar da pessoa responsável pela unidade doméstica (que é também a pessoa responsável pelo domicílio) com apenas uma família” (p. 36).

A família convivente é definida a seguir:

Foram considerados como famílias conviventes os núcleos familiares em uma mesma unidade doméstica.

A família da pessoa responsável pela unidade doméstica (que é também a pessoa responsável pelo domicílio) foi definida como a família convivente principal. As demais conviventes foram constituídas por: casal (duas pessoas que vivam em união conjugal); casal com filho(s), sendo denominadas famílias segundas, terceiras etc (IBGE, 2010, Notas técnicas).

Como podemos perceber as pessoas da família não necessitam necessariamente ter ligações consanguíneas para que se possa considerar uma relação familiar e o seu impacto na formação humana. E é neste aspecto que se introduz o estudo da família para a psicologia.

Antes de dar prosseguimento, faz-se necessário olhar para a área jurídica. Em 2013 foi apresentado à Câmara dos deputados o projeto de lei PL nº 6583/2013 que dispõe sobre o Estatuto da Família, o qual, no art. 2º, define a família: “Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 2013).

O Conselho Federal de Psicologia, em 2014, divulgou uma nota em repúdio a essa tramitação, pois faz retroceder as vivências atuais das famílias: “O projeto não pode ser aprovado da forma como está, desconsiderando as múltiplas formas de composição familiar e o Estado laico” (CFP, 2014).

Para a psicologia, o pioneiro nesse estudo foi Freud mostrando que “a mente não é algo previamente dado, mas sim uma estrutura construída na infância, através de um longo processo de formação da personalidade e de estabelecimento de vínculos afetivos e emocionais, que ocorre dentro da estrutura familiar” (BRUSCHINI, 2002, p. 62).

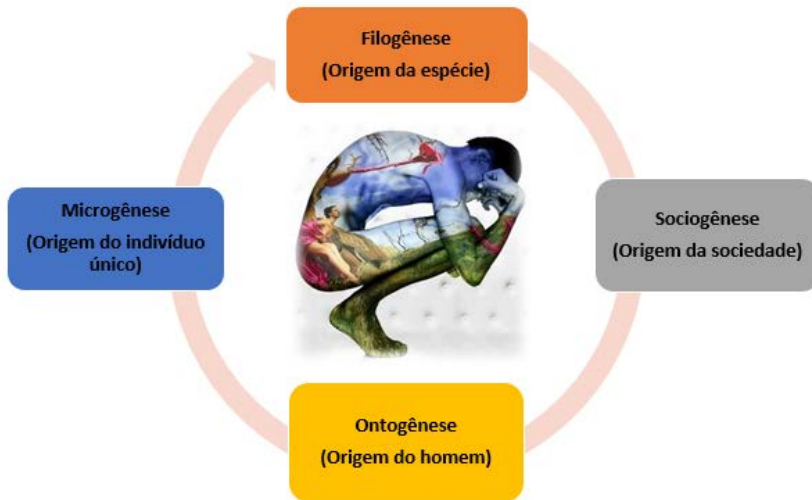
Desta forma, amplia-se a visão familiar com suas funções para a constituição do homem, tais como mediadora na formação da primeira identidade social do homem, função econômica, ideológica e locus de estruturação da vida psíquica (BRUSCHINI, 2002; ARCOVERDE e SOUZA, 2002; REIS, 2006).

Vejamos este processo para a psicologia sócio-histórica:

O homem é um ser histórico-social ou, mais abrangentemente, um ser histórico-cultural; o homem é moldado pela cultura que ele próprio cria; o indivíduo é determinado nas interações sociais, ou seja, é por meio da relação com o outro e por ela própria que o indivíduo é determinado e é determinante de outros indivíduos (LUCCI, 2006, p.5).

O desenvolvimento do indivíduo como ser único é um longo processo, em que há três momentos: da origem da espécie (filogênese) para a origem da sociedade (sociogênese), desta para a origem do homem (ontogênese) finalizando com a origem do indivíduo único (microgênese) (LUCCI, 2006).

Figura 1: Desenvolvimento humano para a psicologia sócio-histórica



Fonte: Elaborado pelas autoras

O homem é um ser histórico e de relações, sendo estas realizadas por meio dos grupos dos quais participa. Também é por meio dos grupos que o homem se constitui. Martín-Baró (1983) fala que:

O social no ser humano é, segundo o interacionismo simbólico, o necessário pertencimento a um grupo ou comunidade por um lado e, por outro, a incorporação do “outro generalizado”, das atitudes básicas de seu meio, como matéria prima de seu próprio eu. O pertencimento a um grupo não somente implica a necessária interação com os demais membros do grupo, como também que por meio desta interação (concreta, histórica) o indivíduo vai construindo sua própria realidade pessoal (p. 64, trad. nossa).

Estes grupos dizem respeito ao local onde o indivíduo nasceu e cresceu, a suas condições socioeconômicas, culturais, e assim por diante. O primeiro grupo no qual o homem nasce é a família, este é o grupo primário do ser humano e, portanto, não há pessoa sem família (MARTÍN-BARÓ, 1996; MARTÍN-BARÓ, 1983). A família é o primeiro lugar, enquanto grupo, onde se aprende a significar e identificar as emoções e afetos, a refletir e pensar.

A família é o dispositivo social responsável pela reprodução, cuidado e educação, que implica na socialização das novas gerações nas três dimensões do ser humano: consciência, afetos e atividade. E como todo dispositivo social, tem prescrições sociais a seguir, como valores éticos e morais (solidariedade, respeito, entre outros). Estes serão estruturados de acordo com a forma como cada um irá lidar no cotidiano com os seus afetos, com as suas ações e com a sua consciência nesse espaço que é o primeiro espaço de pertencimento. “Os grupos elaboram as suas próprias normas de convivência a fim de que cada qual encontre a sua função social em um universo harmonioso” (MARTÍN-BARÓ, 1983, p. 2, trad. nossa).

Entendemos que os grupos vão formando as suas próprias regras, formas de agir, de conviver e assim vão formando os estilos de cada grupo, de cada família. O estilo de cada família reflete relações construtivas e destrutivas. Pensamos que as relações construtivas dizem respeito às relações familiares que auxiliam o indivíduo na busca de protagonismo. Ao passo que as relações destrutivas não proporcionam esse protagonismo e submetem seus membros, não possibilitando autonomia nem criatividade. No entanto, continuam sendo relações vinculares, mas são relações em que o indivíduo busca outra forma para protagonizar, em geral por outras relações, sejam de amizade, profissionais, sociais, entre outras.

O indivíduo não é visto somente como uma pessoa com suas características particulares, mais ou menos compartilhadas com outras pessoas; o indivíduo é visto antes de tudo como membro de um grupo ou classe social, do qual é uma corporalização concreta sem deixar de ser uma pessoa particular. Assim, no indivíduo se descobre uma forma particular de como a realidade do grupo se faz pessoa, como os interesses e exigências do grupo tomam corpo e voz, consciente ou inconscientemente, na pessoa (MARTÍN-BARÓ, 1983, p. 66, trad. nossa).

Além de o ser humano partilhar as vivências familiares, esta partilha é tão intensa que configura a forma como seu corpo se expressa, de modo que as suas vivências familiares estão inscritas, não apenas na subjetividade (mundo interno), mas também no corpo. Assim o acesso à subjetividade

pode ser feito pela linguagem, mas também via corpo, pela observação corporal. No corpo de uma pessoa, está escrito de onde ela vem, por isso existe o preconceito.

O preconceito partindo dos familiares pode ter uma implicação familiar negativa de forma que se a pessoa não conseguir romper com esta negatividade familiar e criar outros vínculos mais construtivos nas relações familiares, obtendo assim essa corporalização, ela estará sempre se destruindo independentemente de onde estiver. Contudo, o rompimento familiar nunca é total, uma vez que não é possível mudar de família, mas sim reconstruir de forma construtiva e positiva as relações que geram sofrimento.

Todos os membros do grupo, direta ou indiretamente, estão relacionados na formação individual do ser humano. É na família “onde as gerações se defrontam mútua e diretamente, é onde os sexos definem suas diferenças e relações de poder” (BRUSCHINI, 2002, p. 63).

Na perspectiva sócio-histórica, afirma-se que em uma relação entre pai e filho nenhum ocupa as suas funções se não a significar como tal: “...a posição de pai é função do reconhecimento do pai por parte do filho e a de filho é função do reconhecimento do filho por parte do pai, pois ninguém é pai sem o reconhecimento do filho, nem filho sem o reconhecimento do pai” (SIRGADO, 2000, p. 72).

Isto é um exemplo da categoria de interiorização da significação do outro no mundo interno do indivíduo. E pensamos que esta mesma configuração é cabível para os demais tipos de relações familiares, como irmãos, tios, primos, avós e demais. Pois a interiorização se dá nas relações vinculares, onde cada pessoa envolvida relaciona-se contraditoriamente com o outro, pelo reconhecimento mútuo.

Dessen (2010) nos alerta que as formações familiares, diante das inúmeras formações da atualidade – solteiros morando sozinhos, casais separados de corpos, mas morando na mesma casa, casais que moram em casas separadas, família que vivem com pessoas que exigem cuidados de saúde – “são todas construções de vida familiar baseadas, principal-

mente, nos sentimentos subjetivos nutridos pelas pessoas envolvidas” (DESSEN, 2010, p. 211), ou seja, os afetos entre as pessoas independem de vínculos sanguíneos.

A família é a responsável não apenas pela formação inicial do ser humano, oferecendo referências de afeto, valores e comportamentos privados e públicos, mas também influencia os aspectos da vida social, profissional, amorosa e os cuidados de saúde e doença. É o primeiro grupo afiliativo, ou seja, o primeiro espaço de pertencimento e de referências. Como dispositivo social, é responsável pela reprodução sexual, pelo trabalho, pelo cuidado e educação das novas gerações, pelo processo de humanização, socialização. Em princípio, deve permitir o crescimento e o protagonismo de cada indivíduo/membro respeitando suas singularidades e particularidades. A família também sofre modificações por processos internos decorrentes das relações entre seus membros, e externos decorrentes das condições sociais e históricas em que se insere.

Um grupo de pessoas é reconhecido como família quando se configura como uma relação de plena reciprocidade entre os sexos e entre as gerações. Trata-se de um recíproco pertencer, na maioria das vezes não simétrico, constituído através de processos de vinculação desenvolvidos em contextos diádicos (PETRINI, 2003, p. 72).

A família é definida por González-Rey (2004, p. 29) como sendo “o grupo social no qual o homem expressa sua maior intimidade e espontaneidade, visto que, como grupo, ela dispõe de uma larga margem de liberdade para definir seu próprio sistema de normas, estilo de vida etc”.

Este autor defende que é no seio da família que deve ser transmitida a educação afetiva e moral, que contribui para a formação da personalidade de um indivíduo, e que esta, por sua vez, tem importância no processo de saúde e doença. Neste contexto, Souza (2009, p. 45) acrescenta que os pais, ou quem cumpre esta função, transmitem aos filhos “toda uma visão de mundo e de ‘ser gente’”. A classe social na qual a família se insere interfere na visão de mundo e de valores que são transmitidos aos filhos pelos pais, assim como as visões hegemônicas da sociedade onde a família se constitui.

Na nossa sociedade atual, as relações familiares são formadas por relações de conjugalidade e de parentalidade.

As relações de conjugalidade referem-se às relações afetivo-sexuais entre dois adultos, que podem ser ou não relações igualitárias, promover ou não a autonomia e desenvolvimento de cada um dos membros do par. As relações de parentalidade expressam relações de duas ou mais gerações diferentes; são relações desiguais, em que a geração adulta provê acolhimento e suporte afetivo e econômico das gerações jovens, bem como a transmissão dos valores e significados sociais do grupo social em que se inserem; enfim, são responsáveis pela socialização das novas gerações (KAHHALE, 2010, p. 51).

Assim, neste trabalho, assumiremos que a família tem relações dialógicas e contraditórias entre seus membros que podem desenvolver intimidade, educação, respeito, apoio e protagonismo. Contraditoriamente, estas mesmas relações podem gerar distanciamentos afetivos, desconstruir potências e gerar sofrimento físico e psíquico, anular o protagonismo. As relações dialógicas e vinculares por si só não têm uma única qualidade e direção, mas são construções dinâmicas que sofrem as mais diversas influências como já apontado acima.

Desde o seu surgimento até a atualidade, a família tem passado por inúmeras mudanças estruturais, funcionais, econômicas e sociais. Na atualidade, há uma diversidade de configurações familiares, tais como monoparental, homoafetiva, sem filhos, famílias de segunda união em que se agregam filhos do primeiro relacionamento de ambos ou de apenas um dos membros do casal. Todas essas mudanças fizeram aumentar os relacionamentos que antes era apenas de pai, mãe, filho para padrasto, madrasta, meio-irmão(ã) e assim por diante.

Esta diversidade levou Castells (1999) a se questionar se seria o fim da família. Concordamos com Negreiros e Féres-Carneiro (2004, p.43) quando afirmam que “o que se dissolveu foi a família idealizada” e que nessas novas configurações, cada um tem de se reinventar em seus diversos papéis familiares, sem de seguir um modelo “ideal”, ou podemos dizer verdadeiro.

Essas novas configurações familiares podem levar a pensar que houve uma substituição de modelos antigos por novos, quando, na realidade, o que há, é uma vivência conjunta desses diferentes modelos. Figueira (1981) chamou isto de “desmapeamento” ou despadroneização

...não se trata de uma ausência de mapas, mas da convivência conflituosa de dois modelos: um tradicional e outro igualitário. Ou seja, o novo e o antigo convivem na subjetividade, sem que o primeiro tenha substituído o segundo, como aparentemente pode-se supor (NEGREIROS; FÉRES-CARNEIRO, 2004, p. 38).

Diante da importância fundamental e imprescindível da família na constituição subjetiva do sujeito bem como as suas características de permanência e mutabilidade enquanto inserida na cultura e na história, espera-se que se reflitam e se processem nela as transformações ocorridas na sociedade (ASSMAR; FERREIRA; NOVAES; TOMAZ, 2000, p. 5).

Ficamos pensando se realmente há uma necessidade de se nomear uma família quando o que parece ser mais prevalente é a qualidade das relações estabelecidas entre seus membros, e se é uma relação que auxilie a pessoa em seu processo de subjetivação, e que proporcione protagonismo.

As famílias construtivas possibilitam que o sujeito desenvolva seu processo de individuação, subjetivação, ao passo que a destrutiva, além de não auxiliar o indivíduo neste processo de protagonismo, pode destruí-lo e/ou impedi-lo. Contudo, é imprescindível dizer que uma família pode viver dialeticamente as relações construtiva e destrutiva dependendo do fenômeno que está à frente. Por exemplo, pode ser construtiva no apoio aos cuidados de saúde e destrutiva no suporte à pessoa para buscar trabalho e se inserir na vida profissional.

Essa construtividade e essa destrutividade na mesma família podem ocorrer tanto entre a nuclear, quanto entre a nuclear e a extensa, como também dentro de um mesmo núcleo familiar. Também podem ser diferenciadas dependendo do sujeito familiar do qual se fala, por exemplo, o pai pode ser construtivo com um filho e destrutivo com outro, ou construtivo nos aspectos escolares dos filhos, mas destrutivo no auxílio saúde-doença.

A família se refere a esses processos complexos e contraditórios de formação, do nascimento até a morte do ser humano, oferecendo referências de afeto, valores, comportamentos privados e públicos, vida social, profissional, amorosa e cuidados de saúde e doença. O sujeito pode reconhecer como família as pessoas com as quais mantém qualidades vinculares, sendo estas de laços consanguíneos, conjugais ou demais vínculos. Assim podemos pensar na questão da práxis que para Marx “refere-se à atividade livre, universal, criativa e auto criativa, por meio da qual o homem cria (faz, reproduz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica do homem que o torna basicamente diferente de todos os outros seres”. (ALVES, 2010, p. 7). É a práxis humana que vai configurando o que hoje chamamos de família na sua diversidade.

Nesse sentido, o homem é um ser de transformação e em transformação, e que proporciona isto para a sua comunidade, em suas relações e para si mesmo.

Ao mesmo tempo em que o ser humano transforma seu mundo, ele próprio é transformado nesse processo. Ao construir, ao estabelecer formas de comunicação e de relacionamentos sociais, os sujeitos desenvolvem habilidades e conhecimentos que não possuíam antes. A aquisição de novos conhecimentos e habilidades instaura novas necessidades e potencialidades (FURTADO; SVARTMAN, 2009, p. 84).

Esses autores falam dessa relação humana no sentido do trabalho, mas que cabe perfeitamente para as relações familiares, pois se não fosse assim não chegaríamos às inúmeras configurações de famílias que temos atualmente. Contudo, para avançarmos ainda mais nesse sentido, perceberemos que as pessoas vêm reproduzindo modelos hegemônicos como se fossem naturais e sem se permitir fazer diferente. Percebemos isso no estudo realizado com idosos que vivem com HIV/Aids a respeito de seus próprios discursos sobre o que vem a ser família e como a descrevem (LIMA-NETA, 2016). Nesta pesquisa, a autora notou que os idosos reproduzem o conceito de que família são as relações nucleares, portanto, de parentalidade e conjugais, e em suas descrições, a maioria a descreve como

sendo “tudo”. Porém, isso não reflete seu cotidiano porque as relações são precárias, desqualificadas, sem comunicação, apoio ou sentimento de pertencimento.

E quanto ao que falávamos acima, pensamos que o homem, ao instaurar novas necessidades e potencialidades, pode se permitir vivenciar relações mais qualificadas e pertencentes. A partir de sua criatividade é possível potencializar o estabelecimento de novas formas de comunicação e interação social a fim de tornar construtivos os seus vínculos familiares, sociais, profissionais e afetivo-sexuais.

Pensamos que há uma enorme necessidade de enquadrar as coisas, pessoas, e relações em listas e quadros, a fim de reproduzir e disseminar modelos. Tais modelos podem estar relacionados a temáticas como, por exemplo, felicidade, crescimento profissional, melhor forma de educação de filhos e assim por diante, mas na materialidade, não há fórmula para nada. Tudo vai se construindo, configurando e formando ao longo do tempo e de forma diferenciada para cada um.

Com isso, não negamos os vínculos consanguíneos, parentais, conjugais, extensos como familiares, apenas os ampliamos de forma a serem relações qualificadas e construtivas para todos os envolvidos. E que possibilitem uma construção subjetiva de forma a permitir ao sujeito apropriar-se de sua história pessoal e social, pois ambas constituem o ser humano, e assim permitir-lhe fazer diferente e criativamente.

Ao contrário do que ocorre no mundo animal, em que as gerações se sucedem, submetidas ao mesmo programa genético, no mundo humano cada geração se vê confrontada com o enorme desafio de receber do passado a sua herança cultural, transformá-la e projetá-la no futuro, levando adiante o processo civilizatório. Desse modo, como a cultura não é um dado da natureza, mas uma construção social, essa tarefa geracional está atravessada tanto pela tradição, a transmissão do passado, quanto pela criação, os desafios do presente, e a projeção, as expectativas do futuro. Essa polaridade entre o que foi e deve ser mantido, para que o fio do tempo não se rompa, e o que ainda não é, mas deve ser proposto, para que a cultura não caia na estagnação, instala o conflito doloroso e inevitável

que podemos designar como história. Assim, ao contrário do que ocorre em outras espécies, nas quais prevalecem a adaptação ao meio e a homogeneidade dos indivíduos, no caso da humanidade cada geração e cada indivíduo que a compõe deve se confrontar com a história. E é justamente a lenta e difícil inscrição da consciência histórica no indivíduo biológico que caracteriza o processo de subjetivação (DRAWIN, 2011, p. 11).

Para que o processo de subjetivação se constitua no ser humano, as pessoas ao seu redor têm de ser capazes de lhe proporcionar formas de atuação de forma ativa, e estas atuações vão se transformando em experiências. Contudo, o mesmo esclarece que nenhuma experiência é universal, pois com a singularidade de cada um “toda experiência toma um sentido subjetivo” (GONZÁLEZ-REY, 2011, p. 31). O sentido subjetivo é descrito pelo autor como

...unidade processual do simbólico e o emocional que emerge em toda experiência humana, unidade essa onde a emergência de um dos processos que a integre sempre invoca o outro sem se converter em sua causa, gerando verdadeiras cadeias simbólico-emocionais que se organizam na configuração subjetiva da experiência (GONZÁLEZ-REY, 2011, p. 31).

Passando estes para a vivência familiar, o que está em questão quando falamos em estilos e padrões familiares são as qualidades relacionais da família. Uma família pode ter um estilo geral de construtiva e alguns pontos destrutivos; um estilo geral de destrutiva e alguns pontos construtivos; e pode ser uma família continuamente mesclada entre construtiva e destrutiva, o que faz com que as pessoas vivam isso de uma forma cada vez mais contraditória.

No seio familiar as relações de construtividade e destrutividade também estão destinadas à conjugalidade. Porém, é necessário compreender como se configuram as relações entre os que fazem parte desta conjugalidade analisando as relações de gênero.

Uma naturalização formada no decorrer da história diz respeito ao que socialmente passou a se acreditar ser de competência da mulher e do

homem. Por exemplo, a mulher é mãe e cuidadora e o homem é provedor, é quem detém o poder e insere a lei na relação familiar.

Os estudos de gênero nos últimos 40 anos tiveram a sua consolidação nas produções acadêmicas, mas foi a partir dos anos de 1990 que se iniciou uma maior sistematização de estudos (MEDRADO; LYRA, 2008).

Historicamente falando, Langaro e Souza (2012) abordam sobre as relações de maternidade e paternidade, falando que

A trajetória histórica das sociedades modernas e ocidentais oferece indícios de que as experiências da maternidade e da paternidade sofrem alterações vinculadas a questões econômicas, culturais, sociais. Entretanto, as experiências de homens/pais e mulheres/mães não acontecem sem conflitos, pois a tradição marcada pela hierarquia e por modelos predeterminados sobre o homem e a mulher atravessa os modos de subjetivação. Assim, embora as diversas configurações e institucionalizações históricas, somadas ao movimento feminista, tenham gerado contribuições às experiências dos sujeitos, suas práticas estão cercadas de embates em decorrência da sua inserção na rede social ocidental e moderna, que dificulta as tentativas de romper com os modelos tradicionais e com as “novas/velhas formas” de constituição subjetiva (LANGARO; SOUZA, 2012, p. 695).

Grossi (2004) mostra que o homem, o gênero masculino, tem a configuração de ativo sexualmente e que, no Brasil, “um homem que é homem, deve inclusive comer uns ‘veados’, pois o que faz ser considerado homem é a posição de atividade sexual, de penetração. Na nossa cultura, a atitude considerada ativa é a penetração sexual” (GROSSI, 2004, p. 6). E para a mulher é a passividade sexual. Esta era vista, há algumas décadas, dedicando-se a cuidados constantes com a beleza de modo que o salão de beleza era o lugar mais frequentado. Atualmente, o salão foi substituído pelas academias. Grossi (2004), ao analisar estudos sobre o culto ao corpo, fala que “o corpo tem um papel crucial na constituição da identidade de gênero contemporânea, sendo um elemento central na constituição do sujeito” (GROSSI, 2004, p. 10). A beleza está ligada à submissão ao outro, pois para ser desejada, faz-se necessário ser atraente externamente.

Para esse mesmo autor, em um casal heteroafetivo a honra do homem está em ter uma mulher de respeito, recatada. A mulher é quem detém o poder da honra masculina; se o homem não tem uma mulher de respeito, ele perde a sua honra. A honra do homem está pautada em seu poder econômico para o sustento da família e a honra da mulher está no respeito e, no caso das mulheres casadas, relaciona-se à reprodução e aos cuidados com os filhos.

Com a maternidade, a mulher se torna intocável sexualmente, pois mãe é sagrada. E o homem, para manter a sua honra de ativo e de poder, procura relações sexuais extraconjugais sem que isto seja visto por ele como uma traição. “Para um homem é perfeitamente possível ter uma mulher em casa e procurar outras na rua, sem que ele se sinta traindo ninguém. É justamente porque ele ‘respeita’ sua mulher que ele vai procurar na rua outra, a prostituta, que é paga para o sexo” (GROSSI, 2004, p. 14). Esse é um padrão hegemônico, não significa que irá ocorrer em todos os casais. É um processo contraditório e dialético e não significa que todos os casais ajam da mesma forma e desempenhem os mesmos papéis e comportamentos.

No padrão hegemônico, a traição é um valor do masculino, então se espera que o homem traia, mas não se espera o mesmo por parte da mulher. A sexualidade feminina, mesmo com todos os avanços que temos tido na sociedade atual, ainda é regida pela do homem.

Outro fator diferencial entre os casais heteroafetivos relaciona-se à divisão sexual do trabalho, sendo que para o homem há o trabalho público, e para a mulher, há o privado, doméstico. E mesmo quando a mulher tem um trabalho público, suas atividades privadas continuam de modo que ela acumula funções. Um fator de tensão entre os casais é o desemprego do homem, pois “vai tocar no cerne das relações de gênero de um casal” (GROSSI, 2004, p. 18).

Um dos pilares que sustentam o casamento é o sentimento que um tem pelo outro, mas Giddens (1993) mostra que para os casais heteronormativos este pilar está determinado pelo amor romântico que é nutrido especialmente pela mulher. Nesse amor, o homem e a mulher têm

diferenças na vivência da conjugalidade em que, para a mulher, pauta-se o comprometimento com a manutenção de seus sentimentos e as trocas emocionais, e para o homem, a sexualidade ativa é o mais relevante. Nesse amor, prevalece a manutenção do casamento como sendo eterno.

Em contrapartida há o amor confluyente:

É um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias “para sempre” e “único” da ideia do amor romântico. A “sociedade separada e divorciada” de hoje aparece aqui mais como um efeito de emergência do amor confluyente do que como sua causa. Quanto mais o amor confluyente consolida-se em uma possibilidade real, mais se afasta da busca da “pessoa especial” e o que mais conta é o “relacionamento especial” (GIDDENS, 1993, p. 72).

Para este autor, é nas relações homoafetivas que o amor confluyente se realiza de forma mais concreta e real, pois a sexualidade é “completamente desvinculada da reprodução” (GIDDENS, 1993, p. 158) e, sejam relacionamentos entre mulheres ou entre homens, ambos “questionam a tradicional integração heterossexual entre o casamento e a monogamia” (GIDDENS, 1993, p. 162).

Nas relações homoafetivas, para o autor, a vivência de relacionamentos esporádicos é realizada de forma mais consistente entre esses casais, mas sem os julgamentos de monogamia e amor eterno. Os relacionamentos de curto prazo com relação aos homens homoafetivos têm intensidade maior quando se fala da época das saunas.

O sexo na sauna, do mesmo modo que em vários outros contextos da atividade sexual dos homens *gays*, era em geral anônimo. Os homens que lá frequentavam normalmente não tinham contato social um com o outro, exceto para as conversas mais casuais. Não tinham conhecimento da natureza da vida pessoal fora dali e só se dirigiam um ao outro pelos primeiros nomes (GIDDENS, 1993, p.161).

A relação de homens heterossexuais com outros homens não é vista por eles como uma bissexualidade e isto pode estar relacionado ao que

falamos com relação aos estudos de gênero que mostram que a atividade do homem está na penetração.

A bissexualidade masculina é hoje em dia tão característica do comportamento sexual dos homens, que chega a ser uma forma tão “ortodoxa” da orientação sexual quanto à heterossexualidade. A proporção de homens “heterossexuais” que regularmente se envolvem em atividade homossexual episódica aumentou muito nos últimos tempos – apesar do impacto da AIDS. Sob este aspecto, as características defensivas da sexualidade episódica parecem bastante claras. Isso pode ser considerado como uma completa fuga dos homens às relações que associam sexualidade, auto-identidade e intimidade (GIDDENS, 1993, p. 161).

Isto nos parece estar relacionado à fuga do amor romântico tão característico da mulher. Diante desses dois tipos de amor, romântico e confluyente, vemos que, a respeito do que falamos anteriormente sobre relações desiguais e igualitárias, complementares, as relações desiguais parecem estar pautadas no romantismo e as igualitárias, complementares na confluência.

Considerações finais

Finalizando, entendemos que as relações familiares sob a ótica da psicologia sócio-histórica pode ser vista como relações construtivas, destrutivas, como também com vivências dialéticas entre ambas as configurações.

Acreditamos que as relações com padrões de construtividade são as que cumprem com a responsabilidade deste dispositivo social, que é a reprodução, o cuidado e a educação implicados na socialização das novas gerações, nas três dimensões do ser humano: consciência, afeto e atividade. Estas tornam-se construtivas porque auxiliam o indivíduo na busca de protagonismo.

Por outro lado, as famílias com padrões familiares de destrutividade são as que, em geral, mostram-se com padrões de isolamento, preconceito e discriminação, de forma que não proporcionam protagonismo para o

indivíduo e, por vezes, exclui e interfere negativamente em seu processo de socialização e desenvolvimento em todos os seus aspectos sociais, familiares, profissionais e afetivo-sexuais.

Já as famílias com padrões familiares dialéticos entre construtividade e destrutividade podem ser tanto na família nuclear quanto na extensa, de forma que a nuclear pode ser, por exemplo, construtiva com relação à saúde-doença e destrutiva na escolaridade; ou um dos familiares ser construtivo e outro destrutivo. Como também entre a família nuclear e a extensa, sendo uma com cada padrão.

Assim, pensamos que este trabalho auxilie na qualificação da assistência à família.

Referências

ALVES, A. M. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, 2010.

ARCOVERDE, A. C. B.; SOUZA, A. L. F. A família como núcleo socializador. In: **Mediação de conflitos e família**: uma visão psicossocial da intervenção no judiciário. Recife: Editora Universitária UFPE, 2002, p. 29-41.

ASSMAR, E. M. L.; FERREIRA, M. C.; NOVAES, H., TOMAZ, M. Premissas histórico-socioculturais sobre a família brasileira em função do sexo e da idade. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 13, n.1, p. 1-13, 2000.

BRASIL, PL nº 6583/2013. **Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>. Acesso em: 05 nov. 2017.

BRUSCHINI, C. Estrutura familiar e trabalho na grande São Paulo. **Cad. Pesqui.**, n. 72, p. 39-57, fev.1990.

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (org.). **Infância e Violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Notícia sobre o Estatuto da Família**. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/estatuto-da-familia/>. Acesso em: 08 maio 2014.

DESSEN, M.A. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30 (n. esp.), p. 202-219, 2010.

DRAWIN, C. R. Prefácio. In: REY, F. G, **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia**. São Paulo: Cortez, 2011.

FIGUEIRA, S. A. Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil. In: FIGUEIRA, S.A. (org.) **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.142-147.

FURTADO, O.; SVARTMAN, B. P. Trabalho e alienação. In: BOCK, A. M. B., GONÇALVES, M. G. M. (Org.) **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2009.

GIDDENS, A. A. **transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GONZÁLEZ-REY, F. **Personalidade, saúde e modo de vida**. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

GONZÁLEZ-REY, F. **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia**. São Paulo: Cortez, 2011.

GROSSI, M. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em primeira mão**, n.1, 2004. Disponível em <http://apm.ufsc.br/titulos-publicados/2004-2/>. Acesso em 28 abr. 2019.

IBGE. **Censo demográfico 2010: Famílias e domicílios: resultados da amostra**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf. Acesso em: 26 out. 2015.

KAHHALE, E.P.; CHRISTOVAM, C.; ESPER, E.; SALLA, M.; ANÉAS, T. **HIV/AIDS: enfrentando um sofrimento psíquico**. São Paulo: Cortez, 2010.

LANGARO, F.; SOUZA, M. de. (Des)construções do masculino e do feminino na relação de mulheres-mães com filhos e filhas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3: 384, p. 695-712, set./ dez. 2012.

LIMA-NETA, M.I.F. Family living with HIV/AIDS. **European International Journal of Science and Technology**. v. 5, n. 7, oct. 2016.

LUCCI, M.A. A proposta de Vygotsky: a psicologia sócio-histórica. **Revista de currículo y formación del profesorado**, v. 10, n. 2, p. 1-11, 2006.

MARTÍN-BARÓ, I. **Acción e ideología**: psicologia social desde Centroamérica. Colección Textos Universitarios. Serie Psicología. Volumen 1. São Salvador: Talleres Gráficos UCA, 1983.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, v. 16, n.3, p. 809-840, set./dez. 2008.

NEGREIROS, T. C. G. M.; FÉRES-CARNEIRO, T. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 1, 2004.

PETRINI, J.C. **Pós-modernidade e família**: um itinerário de compreensão. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

REIS, J.R.T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

SIRGADO, A. P. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 71, jul. 2000.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

Eixo 3: Pesquisa implicada e políticas públicas

PESQUISA IMPLICADA EM SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA PARTICIPANTE E DA HERMENÊUTICA

Carlos Roberto de Castro e Silva
Danilo de Miranda Anhas

Introdução

A implantação da Estratégia de Saúde da Família (ESF), existente há mais de 20 anos como reorganizadora das ações do sistema de saúde, tem se deparado com muitas dificuldades de consolidação, como reorganizadora das ações do sistema de saúde (SILVA et al., 2013; BACKES, et al., 2012). A determinação social da saúde tem sido um dos principais obstáculos à efetividade das ações da ESF, evidenciando as consequências da desigualdade social. Consideramos, então, necessário dirigirmos nossos olhares para questões estruturais de nossa sociedade, ou seja, de enfrentamento de uma lógica capitalista neoliberal excludente e perversa, a qual dirime as responsabilidades do Estado quanto aos direitos básicos do cidadão; conseqüentemente, colocando em risco as conquistas do Sistema Único de Saúde (SUS) (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014; BUSS; PELLEGRINI-FILHO, 2007).

Além disso, ainda há a predominância de uma dinâmica organizacional hierarquizada, dificultando a horizontalização das relações da equipe de profissionais, funcionando este que prejudica inovações em educação permanente, de base dialogada e democrática. Dificuldades estas corroboradas pela predominância de um olhar biomédico, que, por sua vez, obstaculiza o incremento de uma visão e ações baseadas na integralidade do cuidado, distanciando-se das práticas de promoção da saúde e prevenção de agravos (SILVA et al., 2013; BACKES et al., 2012).

Nesse contexto a participação social, como um eixo estruturante das

políticas de saúde, tem sido prejudicada, havendo poucos estudos sobre formas de seu fortalecimento (SILVA et al., 2013; BACKES et al., 2012). Em consequência, percebemos um maior distanciamento da ESF das reais necessidades das pessoas e das comunidades, processo que se acentua em contextos marcados pela exclusão social.

A partir de atividades de ensino, extensão universitária e pesquisa, desde 2009, tem sido possível uma inserção intensa na rotina de Unidades de Saúde da Família (USF) e nos territórios de municípios da Baixada Santista em São Paulo, Brasil. Esta aproximação teve início por meio de atividades de extensão voltadas ao Agente Comunitário de Saúde (ACS) com a finalidade de dar suporte psicossocial, devido ao sofrimento decorrente da rotina de trabalho. Situação esta que se torna mais delicada devido ao lugar de mediação que este ocupa entre o serviço de saúde e a comunidade. (GOMES et al., 2010; CASTRO-SILVA et al., 2014)

As atividades de extensão desencadearam pesquisas que buscaram compreender as implicações psicossociais e políticas deste papel de mediação desempenhado pelo ACS, contribuindo, desta forma, para uma melhor compreensão da atuação da ESF perante as necessidades de saúde da comunidade. Partimos do princípio de que a potência de ação do ACS deveria ser analisada através da dialética estabelecida entre o contexto sócio-histórico, expresso pelas práticas da ESF, e a qualidade dos vínculos intersubjetivos construídos naqueles territórios. (CASTRO-SILVA, 2014; FRUTUOSO et al., 2015). Estes pressupostos orientaram a realização de uma pesquisa com o objetivo de investigar e desenvolver, do ponto de vista psicossocial, a potência de ação dos agentes comunitários de saúde que atuam na Estratégia de Saúde da Família da Vila dos Pescadores no município de Cubatão.

A escolha metodológica para a realização desta pesquisa e de outras tem sido um tema de muito interesse do grupo de pesquisa, Laboratório de Estudos sobre a Desigualdade Social (Leds), pois consideramos que a pesquisa deve contemplar alguns pressupostos, destacando, a valorização da experiência cotidiana dos atores sociais envolvidos na pesquisa e a con-

tribuição com a transformação social, ou seja, há um esforço de fortalecimento dos aspectos ético-políticos da pesquisa.

A pesquisa participante, especificamente na investigação relatada, foi uma opção mais compatível com a perspectiva participativa e transformadora da realidade na medida em que favorecia a construção de uma maior aproximação entre os pesquisadores e os profissionais de saúde, aspecto fundamental para uma compreensão aprofundada da complexa relação estabelecida naquele território pelos diversos atores sociais envolvidos. Desta forma vislumbramos que a pesquisa participante, inclusive em função de seu histórico de engajamento com lutas sociais pela defesa da democracia na América Latina, contribuiria com a discussão sobre a relação entre pesquisa e comprometimento ético-político do pesquisador (BRANDÃO, 2006).

A forma de análise das informações obtidas deveria contextualizar as vivências desses profissionais de saúde, pois, tendo como referencial o materialismo histórico dialético, consideramos que a intersubjetividade é construída nas interações com o meio social (LANE, 2010). A hermenêutica de profundidade foi uma opção que contribuiu para uma organização dos eixos de análise destacados por Thompson (1995): análise sócio-histórica, análise formal e reinterpretação. Este referencial traz em sua concepção a valorização das produções simbólicas cotidianas, levando em consideração a fala dos sujeitos, isto é, considera que os sujeitos em seus relatos trazem também uma interpretação possível de suas vivências. Entretanto, estes relatos analisados em profundidade são contextualizados sócio-historicamente, resultando, por fim, em outra interpretação/reinterpretação possível dada pelo pesquisador.

Assim, o objetivo deste texto é trazer algumas reflexões sobre as possibilidades de articulação entre as referências da pesquisa participante e da hermenêutica de profundidade, visando a potencializar a capacidade de interpretação de dados calcada na contextualização sócio-histórica de vivências subjetivas. Especificamente, mediante a discussão de alguns dos resultados de uma pesquisa sobre a potência de ação do agente comuni-

tário de saúde atuante na ESF em um bairro de alta vulnerabilidade do município de Cubatão, na Baixada Santista.

Percurso metodológico

A pesquisa qualitativa tem sido bastante enfatizada na área de saúde, especificamente na Saúde Coletiva. Esta é formada por uma interdisciplinariedade que convoca a subjetividade em suas análises, principalmente para pensar os princípios do SUS. Esta reflexão ocorre com a emergência das Ciências Sociais e Humanas na investigação em Saúde, visto que as questões de pesquisa estão relacionadas a problemas da existência humana, as quais não encontram respostas nos métodos tradicionais de pesquisa, especificamente, nos que se referem à ciência positiva (BOSI, 2012).

Neste sentido, a *pesquisa social* é pensada por Minayo (2010) como as investigações do homem inserido na sociedade, as instituições, as relações, as histórias de vida e simbolismos. Nesta construção conceitual, a autora define pesquisa social em saúde como sendo: “... todas as investigações que tratam do fenômeno saúde/doença, de sua representação pelos vários atores que atuam no campo: as instituições políticas e de serviços e os profissionais e usuários” (p.47).

Pedro Demo (2012), por sua vez, atenta para a seguinte questão: o fenômeno que se estuda requer qual metodologia? Portanto, ao se analisar, por exemplo, a quantidade de pessoas envolvidas em elaborar um manifesto às melhorias do SUS, tem-se uma pesquisa de caráter quantitativo. Mas, para aprofundar as motivações, os desejos e as expectativas que algumas destas pessoas têm em relação a este manifesto, requer-se uma informação qualitativa.

A análise dos dados foi realizada por meio da hermenêutica de profundidade que propõe a análise de fenômenos culturais, contextualizados sócio-historicamente, e uma metodologia que privilegia os fenômenos culturais e suas formas simbólicas, dentro de contextos estruturados (THOMPSON, 1995).

A abordagem da hermenêutica de profundidade (HP), proposta por

Thompson, pretende a análise de fenômenos culturais contextualizados sócio-historicamente. Este autor privilegia os fenômenos culturais, nas suas formas simbólicas, dentro de contextos estruturados, ou seja, fornecendo um contorno para a compreensão dos acontecimentos humanos.

A análise das formas simbólicas, segundo Thompson (1995), assume que o objeto de análise de uma construção simbólica é passível de interpretação, ou seja, é fato construído de acordo com a cultura na qual é originária. Neste sentido, poderá haver várias interpretações, cada uma delas delimitada por um universo de experiências singulares. Creio que, por meio deste raciocínio, podemos valorizar, como define Thompson, o caráter distintivo dos campos-objetos e suas possíveis interpretações, pois estas são estruturadas internamente de várias maneiras.

Nesta perspectiva, a interpretação é um trunfo importante para este trabalho, na medida em que possibilita uma elasticidade da análise das formas simbólicas produzidas pelos sujeitos da pesquisa, dando destaque para suas experiências singulares.

A hermenêutica da tradição da Grécia clássica, resgatada e desenvolvida por filósofos do século XIX e XX como Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur, segundo Thompson, considera que o estudo das formas simbólicas exige interpretação, pois são construções significativas expressas através das ações, falas, textos.

Sugere-nos, como lembra a tradição da hermenêutica, que o campo-objeto das ciências sociais preocupa-se com um terreno já pré-interpretado. As pessoas vivem em um mundo construído por significados, buscando, em seu cotidiano, compreender e dar sentido às suas vidas. E estes significados são reinterpretados de acordo com as condições sócio-históricas, ou seja, este campo-objeto também é um campo-sujeito.

Além disso, a hermenêutica também nos lembra que o campo-objeto inclui inevitavelmente o pesquisador, pois este, assim como os pesquisados são “capazes de compreender, refletir e de agir fundamentados nessa compreensão e reflexão” (THOMPSON, 1995, p. 359).

É importante destacar, conforme nos alerta Thompson, a força do

caráter histórico dos fenômenos humanos valorizados pela hermenêutica de Gadamer. Os seres humanos são parte da história, não meros expectadores. Gadamer (2015), entre outros, ajudou a sublinhar o que poderíamos chamar de historicidade da experiência humana. A experiência humana é dinâmica e sempre percorre caminhos que, ao mesmo tempo em que resgata aspectos das experiências passadas, tentando compreender o presente, enseja novas interpretações vicejando outras possibilidades para o futuro.

Essa diversidade das experiências humanas, na ótica da HP, tem como ponto de partida a hermenêutica da vida quotidiana. Isto coloca em foco o sujeito das experiências, valorizando uma rede de acontecimentos quotidianos em que este produz, e, ao mesmo tempo, interpreta suas vivências. Este primeiro momento é importante na análise simbólica, pois exige um esforço de elucidação da vivência destes sujeitos.

Todavia, o autor enfatiza a necessidade de não se restringir à interpretação da *doxa* como fazem trabalhos de base fenomenológica, e etnometodológica, de Wittgenstein. Thompson propõe uma ruptura metodológica com a hermenêutica da vida cotidiana, afirmando que tais construções simbólicas são experiências de sujeitos articulados em uma rede social e histórica específicas, sugerindo parâmetros de análise que não nos deixam à mercê somente das percepções subjetivas dos sujeitos. Este referencial compreende três fases ou procedimentos, são eles:

Análise sócio-histórica: busca-se contextualizar as formas simbólicas, pois estas não subsistem no vácuo. São produzidas e recebidas dentro de determinadas condições sócio-históricas, por exemplo: dados sócio-demográficos, epidemiológicos, diretrizes de políticas públicas e sociais.

Análise formal ou discursiva: pretende-se uma análise da organização interna das formas simbólicas, buscando-se padrões e relações internas ao discurso dos sujeitos em situações concretas de existência. A análise discursiva dentro deste referencial privilegia a *doxa*, a linguagem do senso comum e não análises de cunho linguístico.

A interpretação: pretende-se uma articulação entre as duas fases ante-

riores visando a uma reinterpretação de situações e temas que já possuem alguma explicação anterior. Este processo de interpretação das formas simbólicas propõe um esforço em dar novas interpretações para formas simbólicas que possuem pré-interpretações, pois o objeto-domínio que se pretende compreender já é compreendido pelos sujeitos que fazem parte do mundo sócio-histórico, ou seja, esta fase “Analisa a construção criativa de um possível significado. A fase de interpretação se constrói a partir dos resultados da análise sócio-histórica e da análise formal ou discursiva” (THOMPSON, 1995, p. 34).

Demo (2001), em sua reinterpretação de Thompson, propõe-se a ajustar melhor o referencial da HP à análise das formas simbólicas, principalmente, no que se refere à operatividade da teoria. Sobre a análise formal comenta:

Admito como parte fundamental da análise sua face estrutural, formal, e que não reduzo a discursos ou falas. Estendo a idéia para o mundo da qualidade política, feito certamente de discursos e falas, mas igualmente de histórias, comportamentos sociais, jogos e expressões culturais de toda ordem em que a politicidade, seja perceptível ou notável, texto físico ou virtual, enfim todas as formas de comunicação humana marcadas pela intensidade (DEMO, 2001, p. 52).

Neste capítulo, relatamos a realização da pesquisa denominada: “A potência de ação de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família da Vila dos Pescadores no município de Cubatão”, com financiamento do CNPq (Edital MCT/CNPq 14/2011), foi desenvolvida na Vila dos Pescadores (VP), região dos manguezais de Cubatão, que teve sua origem nos anos de 1970, e está inserida no âmbito das transformações do espaço urbano ao longo das últimas décadas, onde se revelam as consequências da desigualdade social. Há de se destacar o grave problema de infraestrutura básica no local, especialmente em relação às palafitas, casas de madeiras suspensas acima do mangue, localizadas no Rio Casqueiro, onde os dejetos e o lixo são depositados diretamente na maré, passando ao lado ou sob as moradias. Por se tratar de uma área de ocupação irregular,

o governo não se compromete com melhorias na infraestrutura local. De acordo com os dados estatísticos e epidemiológicos a VP é considerada região de alta vulnerabilidade do município de Cubatão.

O estudo supracitado, de caráter qualitativo, buscou um melhor delineamento das demandas e mapeamento do território, suas potencialidades e fragilidades. Listamos as principais etapas operacionalizadas em discussões coletivas, envolvendo a equipe da Universidade, profissionais e gestores do serviço de saúde de Cubatão, especificamente os profissionais da UBS da VP. O envolvimento desses profissionais de saúde se deu em momentos particulares da pesquisa, destacando-se as contribuições para a elaboração de roteiros de entrevista para as lideranças comunitárias e avaliação de alguns dos principais resultados da pesquisa.

Os principais eixos norteadores da operacionalização da pesquisa foram:

1. Reconhecimento do território da VP, o qual ocorreu principalmente de Fevereiro de 2012 a Dezembro de 2012, sendo que as atividades desenvolvidas visaram a compreender os seguintes aspectos: a) organização do sistema de saúde, especificamente da atenção básica em saúde de Cubatão; b) organização social e comunitária da Vila dos Pescadores; c) organização da unidade de saúde do bairro, com destaque ao funcionamento das duas equipes de saúde da família da Unidade Básica de Saúde (UBS), com um total de ACSs que variou entre 10 e 16 no transcorrer da pesquisa.

- 1.1. Atualização do histórico e funcionamento da ESF, no município de Cubatão, especificamente da Vila dos Pescadores por meio de documentação oficial, observação participante e registro de entrevistas semiestruturadas de gestores, profissionais da saúde e de pessoas importantes da comunidade na percepção dos ACS, incluindo algumas das lideranças comunitárias.

- 1.2. Atualização do perfil epidemiológico da população que vive na Vila dos Pescadores, destacando os principais indicadores de saúde e doença desta, baseados no plano de metas da Secretaria de Saúde do Município de Cubatão e em registro de entrevistas

semiestruturadas de gestores, profissionais de saúde e lideranças comunitárias.

2. Obtenção de informações sobre as práticas dos ACS, sendo que os eixos estruturantes do roteiro de observação participante e das entrevistas semiestruturadas foram os seguintes: percepções e sentimentos sobre os valores éticos-morais que regem os projetos de vida desses ACS, focando seus relacionamentos e afetos a eles atribuídos; trajetória de vida e profissional; as impressões e vivências com relação à comunidade e a outros relacionamentos de suas vidas no cotidiano, tais como família, amigos, trabalho; a percepção em relação aos serviços públicos na área de saúde; experiências de participação social; os principais aspectos prós e contras da formação de ACS dada pela Secretaria de Saúde de Cubatão.

3. Criação de um grupo gestor da pesquisa (GG) o qual se mostrou uma estratégia importante de aproximação do campo (instituições, território e sujeitos) contribuindo principalmente para o aprofundamento da problemática estudada pela pesquisa e redimensionamento de estratégias teórico-metodológicas. Houve reuniões mensais do GG, perfazendo um total de 19, desde Fevereiro de 2012 a Dezembro de 2013. Estas foram registradas em diários de campo e, algumas delas, relatadas total ou parcialmente. A maioria destas aconteceu na UBS da VP e outras no espaço da universidade, geralmente às terças-feiras das 14 às 17h00. Essas reuniões tinham roteiros pré-estabelecidos, preparados com antecedência pela equipe de pesquisadores.

4. Foram sistematizados os registros dos diários de campo provenientes das observações participantes, em um total de 08 visitas à unidade de saúde e ao bairro e das reuniões do GG (total de cinco), referentes ao período de Março a Dezembro de 2012. Desta forma, para a sistematização dos dados dos registros das atividades de campo, procedeu-se do seguinte modo:

4.1. Divisão do material em duas categorias: dos registros dos encontros do GG e diários de visitas à VP (acompanhamento dos ACS

em seu cotidiano e observação da dinâmica da unidade de saúde);

4.2. Leitura flutuante do material, grifando as principais palavras e trechos dos registros.

4.3. Delimitação desses trechos destacados em categorias empíricas, as quais compuseram tabelas descritivo-analíticas, conforme modelo abaixo. Essas foram estruturadas em quatro colunas com os seguintes descritores, nesta ordem: Categorias Empíricas, Trechos, Impressões, Interpretação Preliminar. As colunas são perpassadas horizontalmente pelas categorias empíricas: Vila dos Pescadores-contexto; ACSs – como se sentem em relação ao trabalho que desenvolvem; modo de ver a população e comunidade local; modo de perceberem como a população vê a ação da unidade de saúde; modo como percebem que a unidade se organiza e atua no Território; Relação com a Organização social-ISAMA; Metodologia - Pesquisa participante.

CATEGORIA EMPÍRICA	TRECHO	IMPRESSÕES	INTERPRETAÇÃO PRELIMINAR
Nessa coluna foram colocadas as categorias empíricas elaboradas e divididas a partir da leitura exaustiva do material construído acerca das vivências no campo.	Neste espaço foram colocados os trechos selecionados que ilustram aspectos das categorias empíricas aos quais se relacionam.	As impressões referem-se a uma primeira aproximação do sentido e significado do trecho, designando a análise formal propriamente dita.	Na última coluna foram colocadas as reflexões críticas dos pesquisadores, buscando articular conceitos existentes na literatura.

5. A análise dos dados baseado no referencial da hermenêutica de profundidade (HP) propiciou os seguintes eixos de discussão: *análise sócio-histórica*, descrevendo o perfil sócio-demográfico da região e de Cubatão; a Vila dos Pescadores – contexto e dinâmica local; estrutura e organização dos serviços de saúde – Atenção Básica e Planejamento de Ações – Parceria Secretaria de Saúde e Organização Social; *análise formal*, contemplada nas tabelas descritivo-analíticas; e *interpretação/rein-*

interpretação, composta dos seguintes tópicos: os sentidos da convivência na comunidade; convivência, cotidiano e gestão do cuidado; o trabalho dos ACS em territórios de alta vulnerabilidade social: estratégias, tecnologias e desafios na produção do cuidado¹.

Interpretações compartilhadas e politização

Acreditamos que um dos potenciais da pesquisa qualitativa seja oferecer possibilidades diferentes de interpretação, inclusive com graus distintos de profundidade. Neste sentido, a articulação de diferentes abordagens pôde enriquecer a leitura das informações obtidas, inclusive promovendo novos debates que contribuem para a consistência dos resultados. De certa forma, levamos a cabo a proposta de uma ciência que não busca uma verdade absoluta, mas significados e sentidos possíveis sobre as situações estudadas (SANTOS, 2010). Segundo Veronese e Guareschi (2006), a HP abarca a combinação de interpretação com métodos explanatórios e objetivos, que podem se complementar.

A apresentação dos resultados visa a mostrar alguns aspectos que incrementam a discussão sobre a articulação entre a pesquisa participante e da hermenêutica de profundidade. Desta forma, optamos por discorrer em termos da orientação dada pela HP, especificamente por Thompson (1995) sobre o roteiro de análise das informações obtidas.

A etapa inicial da pesquisa foi o reconhecimento do território visando à construção de uma aproximação do funcionamento e dinâmica dele. A HP propõe a fase de análise sócio-histórica como o “objetivo de reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (THOMPSON, 1995, p. 366). Inicialmente, é importante destacar que as visitas foram realizadas no território com o acompanhamento dos ACSs porque os pesquisadores vindos de fora não poderiam circular livremente pelo bairro: há um “código de

¹ Todos os procedimentos éticos foram cumpridos conforme orientações do Comitê de Ética em Pesquisa, consubstanciados pelo CAAE: 06454412.3.0000.5505, segundo as recomendações sobre éticas de pesquisa consagradas no Brasil

segurança” entre as pessoas da comunidade que definem quem pode entrar ou não. A construção destes códigos é complexa, principalmente devido à força que o tráfico de drogas tem no local. Isso gera medo e ansiedade nos pesquisadores, além de um misto de preconceito e expectativas de superar as diferenças.

Dessa forma, revelar alguns *flashes* deste início de pesquisa no campo evidencia a compreensão da HP de Thompson (1995) de o campo sócio-histórico ser, na verdade, um campo-sujeito. Ou seja, a compreensão da dinâmica de funcionamento e a produção de determinadas formas simbólicas, como hábitos de vida, cultura, entre outros aspectos, está relacionado à percepção resultante da interação entre os atores da pesquisa naquele determinado momento histórico da comunidade. Claro que este campo-sujeito, a partir da perspectiva da pesquisa participante, torna-se mais complexo, pois há no horizonte o interesse e até a preocupação de criação de vínculos com os sujeitos da pesquisa – no caso, os profissionais de saúde.

Na pesquisa relatada, desde as primeiras visitas ao território impressionou os pesquisadores o grau de precariedade da infra-estrutura de saneamento básico, como, por exemplo, de água e esgoto, pavimentação, entre outros, aspectos estes que corroboravam dados sobre a alta vulnerabilidade social do bairro. Todavia, as falas dos participantes da pesquisa revelaram contradições interessantes, pois, ao mesmo tempo em que se mostravam indignados com a pobreza (em muitos casos, extrema), por outro lado, enalteciam os laços de amizade construídos na comunidade, e, dessa forma, diziam enfaticamente que, apesar das dificuldades, não desejavam mudar para outro lugar.

Aqui é maravilhoso!!! É maravilhoso!!! O que falta é só a ajuda das pessoas que vêm de fora! Se fala que aqui é violento, que aqui é... todos os bairros são violentos. Mas a violência, na grande maioria ela não é gerada aqui. São pessoas de fora que trazem ela pra cá!!! [...] Então, aqui é um bairro bom de morar, a violência vem lá de fora (Liderança comunitária 1).

O papel do GG foi de indagar e acolher comentários que contribuíssem para a desnaturalização dessa situação aviltante de pobreza, inclusive, refletindo sobre o papel do Estado quanto à manutenção dos direitos básicos, como saneamento básico, educação e saúde. Dessa forma, este modelo de gestão, digamos “participativo”, da pesquisa eleva esse momento de reconhecimento do território a um patamar de reflexão crítica da realidade. Além disso, dá voz para outros atores sociais da comunidade, que apresentam para a coletividade a importância de reagir a todo o descaso do poder público. Um dos líderes comunitários, em seu relato, expressou indignação.

Eu cansei de ver nosso bairro andando pra trás! As pessoas se adiantando, usando o bairro pra... e não fazendo nada!!! E isso foi, sabe, gerando raiva, ficando indignado, e eu resolvi montar um grupo e ir de frente. [...] Tivemos a duplicação da linha, aí nós pudemos negociar melhoria, pavimentar ferroviária 1, 2, mais ou menos uns 3 mil metros de esgoto nós conseguimos fazer pra comunidade que vários beco não tinha, doamos cano, fizemos mutirão, uma coisa e outra, entendeu? Veio a reforma da UBS. [...] Conseguimos ligar a água, 30% das residências tinha água, conseguimos ligar os outros 70% com a Sabesp (L1).

Esta maneira de funcionamento do GG contribuiu para o fortalecimento do vínculo entre os participantes do grupo, pois eles sentiam que podiam se expressar. Os posicionamentos, mesmo entre os profissionais de saúde, eram muito diferentes entre si, mas o que importava era a problematização de determinadas situações e a manutenção de um espaço afetivo de troca de experiências e acolhimento entre os participantes. Inclusive, tendo em vista que estes encontros aconteciam no serviço público de saúde: por exemplo, nas reuniões da USF havia um acordo: nada que fosse conversado pelo grupo da pesquisa seria veiculado fora daquele espaço. Ou seja, o sigilo era um parâmetro importante para a manutenção de um vínculo de confiança. Tendo em vista a tensão institucional vigente por causa de um sistema de saúde pouco estruturado, esta questão da confiança deveria ser conversada.

Porém, quando perguntado para as ACS sobre este grupo (GG), a Lina respondeu que era mais uma forma de fiscalizar o trabalho delas. Todos ficaram um tanto perplexos com a fala dela e a professora M. comentou “Parar e olhar para o que a gente faz é muito importante” (Diário de Campo, Grupo Gestor, 17.08.12).

Aquele momento de reconhecimento do território também favoreceu a percepção da fragmentação das forças políticas locais e o avanço do tráfico de drogas no bairro. Na fala dos participantes observamos que conviviam, sem maiores problemas, o tráfico de drogas e os movimentos de base comunitária, estes últimos construídos desde a origem do bairro. As falas neste sentido revelaram uma interpretação calcada em preconceitos e estereótipos, difícil de encontrar outras possibilidades de interpretação. Por exemplo, quando o ACS descreve as punições impostas pelo tráfico em situações de adultério no bairro, de maneira austera e sem nenhuma crítica, inclusive sem ponderar sobre o que legitimaria o tráfico a delinear os destinos dos envolvidos, uma ACS disse: “alguém tem que botar ordem na casa” (sic). Em outra situação:

Passamos pela boca da vila. Fiquei muito assustado pelos homens armados, com o dedo no gatilho. A S. nos disse que eles são “bonzinhos” e nunca mexeram com ela ou outro funcionário do posto de saúde. Eles às vezes tentam pedir remédios, com nomes falsos (Diário de Campo, 02.10.12).

Vale lembrar que esta conversa gerou uma paralisia entre os pesquisadores, apesar da indignação. Pois, se considerarmos que o campo-sujeito revela possibilidades distintas de interpretação (inclusive trazendo um potencial de transformação daquela realidade), naquele momento era evidente que os pesquisadores se depararam com uma situação corriqueira naquela comunidade. Talvez encobrimo o medo em troca de certa segurança. Hoje em vários estudos é presente a afirmação de que o tráfico de drogas tem imprimido padrões de comportamento e modos de vida nas comunidades onde atua.

A análise formal ou discursiva que, segundo Thompson (1995), impli-

ca em diferentes formas de as pessoas expressarem sua visão de mundo e maneiras de interpretar seu cotidiano, pretende um olhar interno para as estruturas e dinâmica da construção do discurso. A análise dos discursos registrados em diários e em entrevistas em profundidade trouxe um repertório de experiências que, à luz das necessidades e demandas daquela comunidade, revelaram a produção de conhecimento singular que consideramos precisar ser valorizado, inclusive com estratégias “alternativas” de ações da ESF. Este ponto traz a discussão sobre o significado e a potência de análise de discurso, considerando que este não deva dar demasiada ênfase, segundo Thompson, dialogando com Ricouer, à “autonomia semântica do texto” (THOMPSON, 1995, p. 362), pois se corre o risco de se perder o contexto sócio-histórico daquela fala. Os relatos dos ACS expressaram muita angústia referente ao sentimento de impotência frente às necessidades dos munícipes que visitavam, evidenciando a complexidade das demandas de saúde em um território marcado pela exclusão social. Por outro lado, em suas falas evidenciava-se a importância do vínculo afetivo construído com as pessoas que atendiam. Aspecto expresso no principal instrumento de trabalho do ACS, qual seja, a visita domiciliar.

No momento de leitura de um discurso no slide, A. se comoveu com a própria fala transcrita. Ela olhou o trecho, leu em silêncio e, quando foi ler em voz alta, começou a chorar. Ficou um silêncio durante alguns segundos na sala [...]. O professor B. tentou confortá-la reforçando a aridez da situação vivenciada por ela e, quando a A. ficou melhor, disse que era difícil, “porque a gente não pode ajudar todo mundo, uma cesta básica só não ajuda. (Diário de Campo, Grupo Gestor, 17.08.12).

Uma pessoa com nove filhos, grávida da nona gestação... no barraco... “Ai mãe, se eu pegasse a cesta básica... já pensou aquele leitinho agora bem gelado com Nescau?” É uma coisa que assim... sabe? Te juro... E eu fiquei pensando assim... ai meu Deus! (ACS A., Grupo Gestor 11.05.12).

Em meio às precariedades, a construção de um universo simbólico revestido de uma escuta sensível e acolhimento, “modeladora” de subjetividades singulares, revelava a potencialidade deste profissional. Dessa for-

ma, o registro dessas falas, entre outros aspectos, revelou que a efetividade das práticas dos ACS não está simplesmente na capacitação formal, por exemplo, sobre os princípios de funcionamento do SUS, mas na valorização deste campo pré-interpretado, como colocaria Thompson (1995), pois rico em experiências concretas; pois repleto de sentidos.

A orientação da etapa de interpretação/reinterpretação segundo Thompson (1995) deveria propiciar ao pesquisador uma nova interpretação calcada na articulação das etapas anteriores. Esta última favorece uma síntese do que foi analisado. Nessa pesquisa de orientação delineada pela pesquisa participante, como dissemos, valorizamos o processo, isto significou também que os efeitos da pesquisa se davam no transcorrer e não somente em um momento final de devolutiva. Neste sentido, esse momento de síntese aconteceu em dois momentos distintos: inicialmente, os pesquisadores discutiram as análises, chegando a algumas interpretações (reinterpretações) e, em um segundo momento, partes do material como trechos de entrevistas e de registros de diários de campo foram compartilhados com os participantes do GG. Neste momento pudemos ter uma nova interpretação. Abaixo temos um trecho de relato:

A formulação de perguntas pelas meninas (ACSs) também foi um fato fortalecedor da camaradagem da pesquisa. Via como elas se empolgavam ao expor suas ideias para perguntas. Uma agente até brincou, exigindo que se mostrassem as entrevistas concedidas com base no roteiro construído com elas em nossas reuniões. Uma vez que foram elas que escolheram as lideranças de sua comunidade, por trás dessa decisão devem haver perguntas tendenciosas, as quais são de extremo valor para pesquisa como um todo (Diário de Campo, Grupo Gestor, 17.08.12).

Esses momentos de síntese do ponto de vista da interpretação, segundo Thompson (1995), podem gerar conflitos. Inclusive, são esperados porque é possível manter o potencial crítico da interpretação. Esse compartilhamento de informações registradas era feito preservando o anonimato de quem as relatou. Esse novo retorno aos participantes, após já se ter feito a re-interpretação, consideramos ter possibilitado,

do ponto de vista ético-político, mais um momento de reflexão crítica e aprendizado coletivo.

Considerações finais

Os referenciais teórico-metodológicos exigiam intenso envolvimento dos pesquisadores com os participantes do estudo e a comunidade no sentido de produzir conhecimento *com* eles e não *para* eles. Assim, entendemos que estudar a participação associada a uma concepção dialética de indivíduo pressupõe participar, envolver-se, implicar-se. Compreender o cotidiano de trabalho dos profissionais de saúde requereu estar presente neste, interagindo com as construções simbólicas, atribuindo-lhes sentidos a partir das vivências delineadas durante o trabalho de campo.

Ressaltamos também o papel da construção dos vínculos afetivos e de alteridade para a elaboração e análise da informação qualitativa segundo as etapas analíticas propostas pela HP. Destacamos que a análise sócio-histórica e a análise formal propiciaram a sistematização da diversidade das experiências humanas, tendo como ponto de partida a hermenêutica da vida cotidiana. Por sua vez a interpretação/re-interpretação, referente à articulação entre as duas etapas anteriores de análise, valorizou uma rede de acontecimentos cotidianos em que foi possível coletivamente dar novos sentidos às vivências narradas. Nesta perspectiva, a criação de um espaço de trocas e diálogo entre todos os envolvidos na pesquisa possibilitou: 1- diversificação e aprofundamento da análise formal das entrevistas e diários de campo devido à valorização de novas interpretações dadas pelos participantes do GG; 2- politização do processo de trabalho do ACS, visto que se interpretou a atuação deste profissional articulado aos complexos significados da prática da ESF em um território de alta vulnerabilidade.

Referências

- ALBUQUERQUE, G. S. C.; SILVA, M. J. S. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965, dez. 2014.
- BACKES, D. S. et al. Significado da atuação da equipe da Estratégia de Saúde da Família em uma comunidade socialmente vulnerável. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1151-1157, maio 2012.
- BOSI, M. L. M. Pesquisa qualitativa em saúde coletiva: panorama e desafios. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 575-586, mar. 2012.
- BRANDÃO, C. R. Pesquisa-Participar. In: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 09-17.
- BUSS, P. M.; PELLEGRINI-FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, jun. 2007.
- CASTRO-SILVA, C. R. et al. Extensão universitária e prática dos agentes comunitários de saúde: acolhimento e aprendizado cidadão. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23 n. 2, p. 677-688, jun. 2014.
- DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. São Paulo: Papirus, 2012.
- FRUTUOSO, M. F. et al. Gestão local em território de vulnerabilidade: motivações e racionalidades. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 39 n. 105, p. 337-349, jun. 2015.
- GADAMER, H. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- GOMES, K. de O. et al. O agente comunitário de saúde e a consolidação do Sistema Único de Saúde: reflexões contemporâneas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1143-1164, dez. 2010.
- LANE, S.T.M. Histórico de fundamentos da Psicologia Comunitária no

Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. **Psicologia Social Comunitária – da solidariedade à autonomia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. p. 17-35.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, L. A. et al. A produção científica brasileira sobre a Estratégia de Saúde da família e a mudança no modelo de atenção. **Ciência e Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 221-232, jan. 2013.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. A. Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 42, n. 2, p. 85-93, 2006.

“TERRITÓRIO EM MOVIMENTO”: EXPERIÊNCIAS EM TORNO DE OFICINAS DE FOTOGRAFIA

Kátia Maheirie
Ângela Slongo Benetti
Fernanda Lopes
Luisa Evangelista Vieira Prudêncio
Tatiana Minchoni
Manoel Mayer Jr.
Caio Cezar Cardoso Nascimento

Introdução

Este capítulo foi desenvolvido a partir de uma oficina de fotografia, denominada “território em movimento”, realizada com usuários de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) durante o primeiro semestre de 2015, no município de Florianópolis¹. Tem por objetivo discutir a noção de território e seus atravessamentos, desde o trabalho da psicologia no contexto da assistência social e as políticas públicas que a constituem. Os resultados expõem os sentidos de território para usuários do CRAS que participaram da oficina, além de apontar a importância da realização de atividades grupais em um contexto de vulnerabilidade social. A fotografia mostrou-se como potente forma de expressão, imaginação e forma de linguagem que indica os dissensos sobre a realidade, de tal modo que a apropriação de suas técnicas se faz uma expansão das possibilidades de diferentes linguagens. Como produto final da oficina, usuários do serviço construíram uma revista digital e impressa composta por imagens e textos, assim como uma exposição acerca do território, marcada pelo teor

¹ Este trabalho teve o financiamento do PROEX/UFSC para seu desenvolvimento. Contou também com o apoio do CNPq, por meio da bolsa Produtividade de Kátia Maheirie e uma bolsa de doutorado de Tatiana Minchoni.

crítico e por outra estética do contexto.

Trabalhamos com oficinas de fotografia em CRAS, no município de Florianópolis, desde 2013, iniciando no CRAS Saco dos Limões e, em 2015, no CRAS Rio Tavares. Ao começarmos a discutir a possibilidade de realizarmos uma oficina de fotografia neste último CRAS, focamos na noção de território desde teóricos da Geografia como Milton Santos e Rogério Haesbaert, da Psicologia, como Lev Vigotski, os trabalhos de Bader Sawaia, dentre outros.

Para discutirmos a experiência da fotografia e relacioná-la com a temática aqui explicitada, optamos em trazer como a concepção de território emergiu durante as oficinas, bem como alguns de seus elementos (apropriação, identidade, olhares) e sua potência no âmbito das (re)significações.

A inserção e atuação de psicólogas/os no Centro de Referência em Assistência Social

A inserção das/os psicólogas/os nas políticas sociais está relacionada, historicamente, ao questionamento às práticas tradicionalmente realizadas pelas/os profissionais da Psicologia, as quais estavam voltadas, sobretudo, às classes média e alta da população brasileira, configurando-se como uma profissão voltada para as elites. Soma-se a isso a preocupação com os rumos que a profissão vinha tomando, aliada ao questionamento acerca da relevância social da Psicologia, e se inicia um movimento, no âmbito da própria profissão, que clama por um compromisso social da Psicologia brasileira com as camadas empobrecidas da população, buscando uma inserção social mais significativa que a estabelecida até então (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Na década de 1980, em processo de abertura democrática, a Psicologia, em articulação com movimentos sociais, conquista espaços de trabalho no âmbito público, os quais só se concretizarão posteriormente, a partir da operacionalização da garantia dos direitos sociais preconizados na Constituição Cidadã, entre eles, a Assistência Social, a qual compõe o tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Neste

cenário, é importante destacar a mudança significativa da concepção de Assistência Social no Brasil, que passa de práticas caritativas a direito social, o qual deve ser garantido pelo Estado à toda população.

Entretanto, a efetivação deste direito será morosa, sobretudo devido à ofensiva neoliberal, que atingiu o setor público de forma veemente, com a desmontagem de vários setores, além de amplas privatizações (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). A Lei Orgânica de Assistência Social só vem a ser regulamentada em 1993; o Plano Nacional de Assistência Social, elaborado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília, em dezembro de 2003, foi aprovado somente em 2004; e este processo culmina com a aprovação da regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, durante o Governo Lula, quando, de fato, começarão a ser implantados os serviços.

O SUAS é um modelo de gestão que integra os três entes federativos e atua de maneira descentralizada e participativa, tendo como foco, em seus serviços e programas, as famílias e seus membros, atuando com base na territorialização, na matricialidade familiar, na proteção pró-ativa, na integração à seguridade social e às políticas sociais e econômicas. Os serviços no âmbito do SUAS são organizados por níveis de complexidade, quais sejam, a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE).

A PSB tem como objetivo prevenir situações de risco, criar potencialidades grupais e coletivas, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, tendo como unidade o Centro de Referência em Assistência Social. A PSE abrange as situações de risco, nas quais houve violação de direitos ou ameaça de, e o atendimento prestado varia de acordo com o nível de complexidade, sendo a média complexidade, as situações de violações em que os vínculos familiares e comunitários estão mantidos, tendo como serviço o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); e a alta complexidade, as situações em que há violação de direitos e os vínculos familiares e comunitários foram rompidos, referenciado em Serviços de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em

Situações de Calamidade Pública e de Emergência (BRASIL, 2004).

No que tange ao CRAS, o antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) preconiza que este deve prevenir situações de violações de direitos em função da pobreza, fortalecer e criar os vínculos familiares e comunitários, possibilitando a ampliação do acesso a direitos sociais e cidadania. Em outras palavras, o CRAS é a porta de entrada do SUAS e nele devem ser geridas territorialmente as ações da rede de proteção básica, ou seja, para o desenvolvimento do trabalho por parte da equipe multiprofissional, é necessário o bom conhecimento do território, das famílias que lá vivem, suas particularidades, necessidades, potencialidades, o mapeamento das vulnerabilidades já existentes (BRASIL, 2009), além da cultura local.

Neste contexto, portanto, conhecer o território se faz fundamental, na medida que o CRAS é o articulador da rede socioassistencial da comunidade, reiterando a territorialização como um dos princípios que organizam os mecanismos de sustentação do SUAS. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS),

[...] tratase de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervir através das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida (BRASIL, 2004).

Dessa forma, para que esta proposta seja concretizada, é fundamental uma articulação no sentido de estar ciente das vulnerabilidades do local. É preciso, então, um contato direto com a população, para conhecer as “potencialidades ativas dos territórios na constituição de processos e relações de poder” (KOGA; NAKANO, 2005, p. 68).

No que se refere às formas de olhar para este território e seus sujeitos, vale ressaltar a primazia pela interdisciplinaridade nos processos de trabalho, dada a complexidade da demanda trabalhada nos CRAS, na qual profissionais de diferentes áreas possam contribuir com conhecimentos distintos para as práticas no cotidiano dos serviços. Outra questão impor-

tantíssima é a recomendação, por parte da PNAS, da realização de atividades prioritariamente coletivas e contextualizadas, intervindo nos âmbitos grupal, comunitário, familiar e coletivo. Dentre as atividades das equipes que atuam em CRAS estão os grupos de acolhimento, visitas domiciliares e institucionais, criação de espaços de construção com a comunidade, apoio a atividades de diferentes coletivos no âmbito comunitário e o trabalho de busca ativa.

Dentre os diferentes profissionais que o SUAS integra, está a/o profissional de Psicologia, que se depara com uma demanda que, historicamente, não esteve habituada/o a lidar: a pobreza. De acordo com Oliveira et al. (2014) “o trabalho na política de Assistência Social colocou os psicólogos diante de uma demanda ainda mais pauperizada e cujo foco de trabalho são as condições de vida das pessoas, a pobreza estrutural” (p. 104). Nesse sentido, as/os profissionais encontraram e ainda encontram grandes dificuldades em seu campo de trabalho, principalmente, para delimitar e concretizar sua atuação.

Face ao seu processo histórico e majoritário de centralização nos sujeitos individualizados, com a realização de práticas individuais e individualizantes, com foco na psicologia clínica e a psicoterapia como práticas hegemônicas, o que se tem observado é que grande parte das/os psicólogas/os têm recorrido a atividades semelhantes às da clínica tradicional (OLIVEIRA et al., 2011; OLIVEIRA; AMORIM, 2012). No entanto, tais práticas são incoerentes com as orientações técnicas do CRAS, que apresenta especificamente às/aos profissionais da Psicologia, a recomendação de não utilização da psicoterapia, tampouco a patologização dos sujeitos (BRASIL, 2009).

Frente ao estranhamento das demandas de trabalho que se apresentam à Psicologia nos serviços socioassistenciais, associada à escassez da discussão da atuação da/o psicóloga/o em contextos de pobreza nos cursos de graduação, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) cria referências técnicas de atuação nos diferentes serviços da Política Nacional de Assistência Social, ressaltando, novamente, que a atividade psicoterápica não

deve ser realizada na PSB, tampouco categorizações, objetificações ou patologizações das pessoas atendidas. Ainda, recomenda que as ações das/os psicólogas/os sejam realizadas com vistas ao desenvolvimento da autonomia, da liberdade e da emancipação humana, a partir da compreensão da “demanda e suas condições históricas, culturais, sociais e políticas de produção, a partir do conhecimento das peculiaridades das comunidades e do território (inserção comunitária) e do seu impacto na vida dos sujeitos” (CFP, 2008, p. 24).

De acordo com Koelzer et al. (2014), a atuação da/o psicóloga/o dentro do CRAS aplicase da seguinte forma: acolhimento; oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias; planejamento e implementação do Programa de Atenção e Atendimento Integral a Família (PAIF); a partir das demandas do território, acompanhamento e mediação de grupos de famílias; realização de atendimentos e visitas domiciliares às famílias em acompanhamento; desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias; e apoio técnico continuado a profissionais responsáveis pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território. Porém, para além dos aspectos práticos, considerase importante realizar uma reflexão crítica sobre o papel de psicólogas/os no campo das políticas sociais.

Os estudos em Psicologia Comunitária, afirmam que a função da/o psicóloga/o na comunidade não deve ser no sentido de “levar o saber”, de conscientização e assistencialismo, mas sim de auxiliar na construção de uma maior autonomia da comunidade na tomada de decisões (ARENDT, 1997; FREITAS, 1998; ARNDT; MAHEIRIE, 2017). Cabe aos profissionais trabalhar com o objetivo de dar condições para que os sujeitos ampliem suas possibilidades e, assim, se percebam como agentes de mudanças. Com isso, o trabalho da/o psicóloga/o comunitário é realizado em conjunto COM a comunidade, a partir da escuta, da visibilidade e da inteligibilidade que se constitui na experiência. Tais formas de percepção e compreensão não se baseiam apenas em ouvir os sofrimentos do sujeito, mas sim “escutar os silêncios, os entraves, as possibilidades, as entradas e

saídas” (RAMMINGER, 2001, s/n), de forma a oferecer condições para os sujeitos perceberem a potência da sua voz e da coletivização de suas dores, a qual os possibilita lutarem pelo que lhes é de direito.

Propõe-se, dessa forma, uma atuação comprometida com a transformação da realidade e de si como sujeito e profissional, balizadas por uma perspectiva crítica, ética e estética (KOELZER et. al., 2014), próxima a uma prática que proporcione encontros dialógicos que estimulem a autonomia, a democracia e a emancipação.

Território e Fotografia

O território, segundo Milton Santos (1994), é a mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, constituído através das verticalidades (processos sociais) e das horizontalidades (lugares contíguos). Hoje, na cultura de mercado, as verticalidades estão marcadas pelos interesses econômicos das grandes organizações, bancos e instituições internacionais. As horizontalidades, os lugares vividos e compartilhados em uma continuidade territorial, por outro lado, estão cada vez mais enfraquecidos. São nesses espaços, porém, onde existe grande potencial de resistência e de construção política. Por isso, é necessário que a sua constituição histórica seja conhecida e entendida para que a existência individual e a coletiva não percam seu sentido e possam construir a sua própria história.

Podemos entender território como um campo de forças, ele constitui uma “topografia social” que vai pra além da topografia geográfica. Território não é gueto, apartação, ele é mobilidade. Por isso, discutir um território é muito mais complexo do que definir sua área, pura e simplesmente. Implica considerar o conjunto de forças que nele operam (SPOSATI, 2008). Santos (2004) afirma que o território é voltado para a identidade, pelo chão, pela população, pelo sentimento de pertencimento, pois lá residem, trabalham, experienciam trocas e lá se participa, ativamente, inclusive, com sua própria construção.

Assim, para Lefebvre (2011), a dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que evidências de um sentido so-

cialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar. A apropriação do espaço pelas pessoas que nele vivem se torna essencial por compreender que se constroem laços de identidade sociais. Haesbaert (2002) afirma, para sintetizar, que enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência uma consolidação das desigualdades sociais, a apropriação e construção de identidades no território resulta em um fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que, por conseguinte, pode vir a desencadear tanto uma segregação maior, quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor.

Escolhemos a fotografia, não simplesmente por ser uma ferramenta útil, mas sim por ser uma ferramenta (s)util, potente, uma ferramenta que faz possível um outro tipo de linguagem, de visão, de sensação, de um lugar sensível. Um outro tipo de relação estética, de força e sensibilidade, que traz, inerentemente, o modo de ver de quem a produz.

Com pesquisas voltadas para fotografia na psicologia, Maheirie et al. (2012) discutem a importância dos registros fotográficos no Movimento Passe Livre como mobilizador afetivo dos sujeitos, a partir da potência do objeto estético, possibilitando a construção de sentidos diferentes. Outro trabalho (MAHEIRIE, 2015) também relata a experiência que aqui trazemos, e faz uma discussão maior com os trabalhos da Psicologia com fotografia (TITTONI, 2009; ZANELLA, 2011; TITTONI, 2011; MAHEIRIE et al., 2011).

Sinônimo de emoção e ritmo, a arte geralmente rompe com a linearidade e funcionalidade do mundo capitalista, difunde o lúdico, o poder criador e a liberdade de imaginação (HAESBAERT, 2002). Dessa forma, podemos alcançar transformações semióticas, na busca pelo rompimento de significados hegemônicos impostos por essa lógica de sociedade e, assim, possibilitar a criação de novos sentidos. Os processos de criação, dessa forma, podem proporcionar novos elementos para a realidade, através da apropriação de saberes anteriores que se recombina de outra forma, ao serem descompostos pelo imaginário (VIGOTSKI, 1930/2009; MAHEIRIE, 2003; STRAPPAZZON et al., 2008; MAHEIRIE; ZANELLA, 2017).

A situação do ser humano na modernidade é solitária e individualista, a partir de uma lógica consumista que desautoriza intensamente a vida coletiva. Tais formas coletivas são autorizadas somente via religião, nacionalismo e conservadorismo. Neste cenário, faz-se fundamental trabalhar a desnaturalização de tais processos, problematizando os essencialismos marcados nos sentidos produzidos acerca do território e da própria vida no âmbito do político.

A partir da perspectiva de que a fotografia de um indivíduo fala também de uma sociedade, podemos afirmar que a foto traz consigo a condição sóciohistórica e política de seu cenário, traz preferências, (im)possibilidades, modos de ver e sentir, escolhas e reflexões, tudo isso em um determinado tempo e a partir de suas condições de partida. Assim, as imagens podem falar de um tema específico, mas o traz a partir de um certo lugar social, de um ponto de vista marcado por condições historicamente produzidas de apropriação daquele espaço (ZANELLA, 2011).

Atuar no campo do sensível pode ampliar significações e tensionar a arena dos espaços semióticos, abrindo o horizonte dos possíveis para todo e qualquer ser humano. Trabalhar com imagens pode

[...] incitar à crítica do que existe, recusar a ordem do “standard”, suscitar a elaboração de projetos que deem aos lugares habitados, aos espaços de reunião, às regiões a viver, as cores e as formas, as necessidades e os sonhos das imaginações jovens. Descobrir o espaço, pensar o espaço, sonhar o espaço, criar o espaço (FRÉMONT, 1980, p. 262).

Portanto, pensamos em atuar por este mundo sensível que rompe com os dualismos, com projetos renovadores e que nunca se pretende acabar, que respeite a diversidade e as identidades, e compreenda a convivência com o conflito – que só é possível frente à alteridade – e a consequente busca permanente de novas alternativas para uma sociedade menos opressiva e condicionada. O território, então, não seria um simples instrumento de domínio político-econômico ou espaço público de exercício da cidadania, mas sim um espaço de identificação e (re)criação do/com o mundo e a natureza (HAESBAERT, 2002).

Método

Localizado em Florianópolis, Santa Catarina, o CRAS em questão acompanha 16 bairros que pertencem ao seu território. Com uma equipe que atua de forma interdisciplinar, o CRAS conta com: dois psicólogas/os, dois assistentes sociais, uma coordenadora, um cadastrador e um técnico administrativo. Na época desta intervenção, no período da manhã trabalhavam uma dupla (psicóloga e assistente social), assim como no período da tarde. Também contava com uma auxiliar de serviços gerais que trabalhava semanalmente. Além disso, quatro estagiárias/os de psicologia e um de serviço social somavam no trabalho da equipe e participavam das reuniões de equipe, dentre outras atividades.

O CRAS atendia 42,302 habitantes, sendo 9.984 entre 0 a 17 anos = 23% (menor média do município); 28.308 de 18 à 59 anos = 66%, (maior média do município); 4.010 com mais de 60 anos = 9%, (menor média do município). Eram 4000 domicílios com menos de três salários mínimos. Em 2014 foram 449 famílias atendidas e 71 famílias acompanhadas².

Em março de 2015, iniciamos a divulgação da oficina, em abril tivemos o primeiro encontro e em maio dois encontros, quando então iniciou a greve dos servidores da prefeitura, o que produziu uma pausa de três semanas na oficina. Logo após voltamos com os encontros por mais seis semanas.

Nos encontros trabalhamos temas relacionados ao território, a partir do que surgiu dos usuários. A técnica fotográfica foi apresentada inicialmente e durante toda oficina para a apropriação de uma nova linguagem de expressão, assim como exercícios de escrita, fala, fototarefa³, áudio e vídeo para a produção de sentidos, diálogo com as imagens e interação entre os participantes.

Optamos por utilizar a pesquisa intervenção (TANIKADO; MARASCHIN, 2012) para construir uma pesquisa qualitativa que não mensura,

² Dados da Assistência Social apresentados em uma reunião de rede.

³ Atividade proposta ao final de cada encontro com o intuito de que os participantes exercitem o conteúdo trabalhado e, por meio deste exercício, possam se implicar com a construção de olhares sobre o cotidiano.

não afere e não determina, mas sim que busca compreender o meio social, a cultura, as relações coletivas e individuais, assim como os atravessamentos de família, de gênero, de estrutura econômica e dos sentidos do sofrimento no sistema em que vivemos.

Outro ponto importante desta intervenção é que ela só acontece se houver um problema “comum” a ser solucionado (MOREIRA, 2008). Dessa forma, ao longo dos primeiros meses de contato com o campo, com a comunidade e com o CRAS, estivemos em vários espaços – desde atendimentos individuais até grupos e fóruns de discussão – que questionaram a pouca ou nenhuma participação da comunidade nos espaços de conversa e lutas por seus direitos. Dessa forma, a oficina se propôs a provocar a comunidade para conhecer, olhar, sentir e agir sob o local onde vivem.

Nossa intervenção pressupôs a importância de dialogar com o cotidiano, já que a partir deste se constrói história, se produz o real e se visibilizam muitas forças em luta (AGUIAR; ROCHA, 2007). Neste cotidiano, também percebemos a necessidade de criação de grupos e as funções que uma unificação coletiva pode exercer, estabelecido “a partir de um projeto comum, sentido e experienciado como comum, por uma multiplicidade de singularidades” (MAHEIRIE et al., 2012, p.151). Os grupos ou coletivos definem-se, assim, a partir de seu horizonte de luta e da compreensão que fazem de si mesmos, e se caracteriza como uma experiência coletiva que possibilita a atividade política, por meio das fendas que lançam sobre o campo sensível (MAHEIRIE et al., 2012; MAHEIRIE, 2015).

Dentro desta intervenção, tanto equipe quanto usuários são ativas/os no processo. Por conseguinte, esta prática vai ao encontro das nossas reflexões sobre as práticas da Psicologia na assistência social, já que o sentido da/o psicóloga/o na comunidade não é o de “levar o saber”, de conscientização e assistencialismo, mas sim de fazer com que se construa uma autonomia maior da comunidade na tomada de decisões (ARNDT; MAHEIRIE, 2017). Buscamos trabalhar no sentido de ampliar as condições para que os sujeitos se percebam como agentes e que podem e conseguem lutar, com foco no aumento de sua potência de ação, por

meio de encontros que possam ser promovidos, dentre vários atores, pelas equipes do CRAS. Assim, o trabalho das equipes se volta a experiências COM a comunidade.

Trabalhamos a fotografia como uma forma de perceber o território a partir de uma ferramenta criativa, de forma a problematizá-lo, possibilitando a visibilidade dos fenômenos, atores e espaços deste lugar. Pensamos a fotografia como uma possibilidade de experienciar seu movimento de totalização, considerando a consciência, a sensação e a ação.

Resultados e discussão

A noção de território atravessa a prática no contexto da assistência social. Nosso interesse neste trabalho foi ao encontro da temática território, das discussões acadêmicas e da política de assistência social. Buscamos compreender a perspectiva de usuários do CRAS a respeito do assunto, como se relacionam com o lugar onde vivem, quais são os sentidos ali produzidos e as histórias construídas.

Para tanto, focamos na experiência da oficina de fotografia, na qual refletimos como a noção de território emergiu para as/os participantes de acordo com os seguintes eixos: o olhar para o território, a apropriação do território, identidade de lugar e aumento da potência de ação.

Quando propomos a sensibilização do olhar por meio da fotografia, trabalhamos a revisitação em pontos cotidianos que estavam naturalizados. Como exemplo, podemos citar um exercício realizado em casa pelas/os participantes: fazer uma imagem de algo que elas/es ainda não haviam prestado atenção em seus caminhos. Surgiram imagens dentro dos muros e fora deles, detalhes na paisagem, contrastes entre natureza e concreto, muros com grafites e transeuntes.

Interessa-nos entender, com Sato (2009), o olhar como mecanismo de expressão, atravessados por relações que vão além da visão propriamente dita. Ao falar sobre as imagens e o exercício por nós proposto, percebemos que olhar para o invisível é estar atenta/o aos lugares onde circulamos, é poder ver o não visto, refletir as relações ali estabelecidas,

assim como pensar as questões comuns ao coletivo (MAHEIRIE, 2015). As imagens eram diversas e cada uma abordou visões e assuntos diferentes, mas na conversa sobre elas, eram moradores de um mesmo território que estabeleciam diálogos por onde circulavam sentidos compartilhados.

Haesbaert (2002) aponta que é preciso lembrar que muitos espaços expressam mais do que a manifestação concreta de seus prédios, estradas e montanhas. Há também “espaços” ou territórios (entendidos como espaços concreta e/ou simbolicamente dominados/apropriados) de um caráter particular, especial, cujo significado extrapola em muito seus limites físicos e sua utilização material. Logo, a apropriação do território pelas pessoas que nele vivem (SANTOS, 1994; 2004; HAESBAERT, 2002; SPOSATI, 2008) é um processo que envolve relações políticas, culturais e econômicas.

Territórios também podem ser encarados como espaços onde se vive e se sobrevive, como espaços de trocas, de construção e desconstrução, de disputas, de contradições, de sonhos. É também onde ficam evidentes as tensões e dissensos e a implicação daquelas/es que fazem parte daquele espaço (SORRENTINO et al., 2012). Um território se constitui a partir de acúmulos históricos, de situações ambientais, de características sociais, econômicas, políticas e geográficas. Estas condições, destarte, compõem a particularidade dos indivíduos que ali habitam.

Durante os encontros da oficina, buscamos entender a relação entre as pessoas e o território, como as suas vivências marcaram essa relação e a partir disso, construir com elas novos olhares sobre o mesmo espaço. Ao experienciar os “espaços – os quais remetem à ideia de amplidão, movimento e liberdade – e os lugares – os quais se relacionam com a ideia de objeto, segurança, estabilidade e proximidade” (p. 346) – se constrói significados e sentidos que permitem a transformação dos mesmos (PONTE et al., 2009).

Em contraponto à Idade Média, onde lugares eram fixos e as relações ali estabelecidas se davam de forma previsível e constante, a contemporaneidade é marcada por grandes fluxos migratórios e espaços constituídos

por meio de um consumo mercadológico. Os lugares, caracterizados pela troca e pelos signos compartilhados na convivência, são substituídos, em grande parte, pelos nãolugares, cujo espaço é de passagem, constituído por signos previamente determinados e controlados. Os nãolugares são preenchidos por relações utilitárias (transporte, trânsito, comércio, lazer), enquanto os espaços e os lugares são movimento, história, identidade e relação (PONTE et al., 2009).

Depois de concluir as apresentações das imagens fotográficas produzidas por eles, realizamos uma atividade, cuja proposta era desenhar o que chamava a atenção em seu caminho diário, nos lugares onde circulava. Várias observações apareceram acerca daquele território: barcos, surfistas, pontes precárias, buracos na rua, paisagens “estupendas”, um sonho de fiação subterrânea, o mar, a lagoa, o campo e a cidade numa relação harmônica, o trânsito.

Dessa forma, foi possível perceber como os sujeitos veem de formas diferentes o “mesmo” lugar. E, ao mesmo tempo, sentidos comuns também foram compartilhados. Nenhum/a dos/as participantes era nativo/a da região em que vivia, mas a maioria já morava ali há alguns anos, muitos/as tendo um forte vínculo com moradores/as locais e o espaço, na direção de um processo de identificação com o lugar, como relatou Júlia⁴, moradora participante da oficina, ao defender um pescador que seria desapropriado de sua casa para a construção de um hotel. A mesma participante e as/os demais demonstraram grande alegria em morar perto da praia, junto à natureza, considerando que muitas/os viviam anteriormente em centros urbanos. Por outro lado, denunciavam constantemente a especulação imobiliária e a destruição de espaços, lugares e vínculos que se rompiam em seus cotidianos.

O grupo participante possuía certas peculiaridades importantes. Várias pessoas eram artesãs e constituíam uma associação, sendo esta já um espaço de sociabilidade e construção de símbolos. Além disso, todas/os eram moradoras/es de uma mesma região, caracterizada pela natureza litorânea,

4 Todos os nomes aqui relatados são fictícios.

fortemente explorada pelo turismo e pela especulação imobiliária e, ao mesmo tempo, com uma cultura de mobilização política como resposta.

Para pensar a identidade local e a relação entre as/os moradoras/es, entendemos que são nos encontros em que os sentidos são compartilhados que há uma relação com o espaço. A apropriação histórica e cultural da realidade, através destes signos, é importante para a concepção de agente no seu processo de subjetivação. A relação com os espaços não é uma mera ocupação de corpos, se não uma apropriação ativa dos espaços físicos por meio de mediações semióticas, concebendo o lugar como signo. Logo,

Acompanhando o raciocínio de Bakhtin (1986), pode-se afirmar que os lugares, espaços e até mesmo os não-lugares (Augé, 2007) são todos construídos ideologicamente e respondem, consequentemente, a interesses sociais dos grupos humanos que sustentam sua construção, manutenção, reprodução e transformação (PONTE et al., 2009, p.349).

Ponte et al. (2009) pensam a identidade como uma relação histórico-cultural e afetivopolítica da apropriação do espaço. Por isso, não pode ser considerada como imutável e constante, tendo em vista os encontros e desencontros das diversas culturas presentes em um mesmo espaço. Ao trazerem Sawaia (1995, p. 21), estes autores colocam que “perguntar pela identidade de uma cidade não é buscar a unidimensionalidade, mas olhar as ambigüidades, as negociações e os confrontos em suas diferentes mediações”.

Com a intenção de dar visibilidade à identidade de lugar, utilizamos um texto coletivo produzido pelo grupo, após uma discussão acerca das potências e dos incômodos em relação ao território:

Sexta feira entrei na minha rua
E no meu caso a mata toda nua
O rio poluído vai acabando com os peixes
Mesmo assim a lagoa continua linda
As praias de Floripa continuam maravilhosas
Montanhas verdes, verdes mares
Onde o verde, porém, muitas vezes é cortado pela raiz

Raiz forte
Também se come com os olhos
Combinação de sensações
Que emergem da memória
Feito blusas velhas que a gente já não veste
Mas de que se tem saudade
Das roupas coloridas, dos pés descalços
Dos jeitos e trejeitos de ficar bem na foto⁵

As inquietações acerca do território apareciam frequentemente, e durante uma das conversas João, um dos participantes envolvido pela discussão, sugeriu um projeto final para a oficina, que envolvesse nossas denúncias sobre o território e, ao final, sugeriu a construção de um documentário que tratasse do assunto. A partir desta demanda propusemos que para o encontro seguinte trouxessem imagens de incômodos e potências do lugar onde viviam.

No encontro entre as pessoas daquele grupo e das pessoas com um mecanismo de expressão, a fotografia, foi onde João pôde se inspirar e colocar a sua ideia em ação. Na experiência desta cena é possível vislumbrar, com inspiração em Spinoza (2014), o aumento da potência de ação, a qual se dispara a partir das discussões das fotos e da proposta de estruturar um produto final da oficina como, por exemplo, um documentário. Assim, acreditamos que “um território pode ser excludente e, ao mesmo tempo, lugar de identificação entre pares, onde se gestam novas formas de sociabilidade alimentadores da potência de ação” (SAWAIA, 1995, p. 23).

Também, observamos a importância dos encontros no início da oficina, quando participantes que se conheciam do bairro, mas não estabeleciam nenhuma relação, reconheceram que “é legal poder conhecer aquelas pessoas que às vezes vemos passar pela rua” (Laura), e “buscar ampliar os contatos” (João). Deste modo, os sujeitos estarem com demais atores do seu território e compreenderem as dinâmicas e forças daquele espaço, pode proporcionar novas inteligibilidades e a aproximação com os movi-

⁵ Texto coletivo produzido durante a oficina de fotografia intitulada “Irvir”, de 2015, cujo método de escrita convidava que as/os participantes escrevessem três frases, das quais as duas primeiras eram ocultadas para que a/o seguinte a usasse como disparador de sua contribuição.

mentos, potências e dinamismos do território.

Ao longo dos encontros, pensamos o território a partir dos olhares das/os participantes, e, a partir de conversas e produção de textos, tentamos construir junto com elas/es a nossa concepção de território, como também, pensar em um projeto final que expressasse as maneiras de falar e demonstrar o local onde vivemos a partir da fotografia. Fizemos uma discussão com todas as imagens de autoria deles e algumas de fotógrafos sociais a respeito de suas semelhanças, até chegar à construção do território, composto por pessoas, lugares, o todo e os detalhes.

Feita essa discussão, propusemos a construção de uma revista com o objetivo de apresentar o território a partir daquelas/es que ali vivem, no intuito de concretizar as experiências vividas durante os encontros. A revista nasceu para questionar: que território é esse? Quem são as pessoas que ali vivem? O que elas/es teriam a dizer sobre esse único e múltiplo lugar? As/os participantes aceitaram a ideia dessa construção coletiva e então fizemos a primeira atividade relacionada à produção da revista: construir um “corpo coletivo” com imagens de partes do corpo de cada pessoa. Usamos o encontro para fotografar umas às outras e deixamos como proposta que as/os participantes trouxessem outras fotos do território, sobre coisas que lhe chamassem atenção ou que quisessem incluir na revista. Também decidimos construir, assim como um “corpo coletivo”, uma “rua coletiva”, composta por fotos de diferentes ruas que as/os participantes quisessem fotografar.

A ideia das construções de imagens coletivas tem por objetivo trabalhar os diversos olhares sob os quais o território é vivido, mostrar, dentro de uma mesma imagem, as diferentes perspectivas sobre aqueles lugares, objetivando em um produto social nossa experiência de criação coletiva (VIGOTSKI, 2009). Se Vigotski (1992, 1998) entende o lugar como signo, e as relações ali estabelecidas como mediadoras da construção das subjetivações (PONTE et al., 2009), o projeto final da oficina pode ser compreendido como materialização desses signos e um mediador que, ao expressar as relações estabelecidas com um lugar comum, também atualiza

e ressignifica as relações identitárias de sujeitos que com ela se relacionam, a partir de seus referenciais.

A revista foi criada e intitulada como IRIVIR, de forma coletiva. De forma coletiva também suas imagens foram escolhidas, montadas e agrupadas em uma sequência, assim como os textos que a compuseram. Foi editorada e editada pelo fotógrafo membro da equipe de intervenção e ministrante das oficinas⁶.

Considerações finais

As experiências vividas por nós junto a participantes da oficina, fizeram-nos refletir sobre a identidade que estabelecemos com o lugar que vivemos e, também, com os movimentos de desidentificação (RANCIÈRE, 2014), com lugares de subalternização que os sujeitos são capazes de experienciar. Questionamos, também, de que forma esse espaço, em que se produz imagens sobre o território, por meio dos encontros que foram possíveis entre os sujeitos, pôde aumentar a potência de ação e ampliar para outros possíveis.

Entregar a máquina, como bem nos lembrou Boal (1991), é entregar os meios de produção ao povo, o protagonismo ao espectador, é liberar o homem através da sua própria ação. A fotografia e qualquer tipo de arte são formas de linguagem tão legítimas quanto aquelas faladas e todas elas se complementam como instrumentos para conhecer, intervindo no real. Aprender uma nova linguagem é conhecer uma nova forma de ver o mundo.

Entender e experienciar o território a partir desses olhares vai ao encontro da nossa concepção do trabalho da psicologia na assistência social, como transformadora da realidade, e não reprodutora da mesma. Moffatt (1991), também nesse sentido, propõe que a psicologia tenha um projeto de libertação, que seja descolonizada e construa na prática um saber que contribua para o enfrentamento do sistema ideológico dos opressores.

6 Ela pode ser acessada pelo link: https://issuu.com/caiocezar/docs/irivir_issuu_final_05.02.2016.

Não quisemos, aqui, delimitar uma concepção fechada sobre território. Em lugar disso, nos propusemos a instigar perguntas, a dar espaço aos olhares que tanto cruzamos e muitas vezes damos pouca atenção à sua expressão. Consideramos fundamental alimentar os espaços de expressão da comunidade como fundamento ao trabalho realizado no contexto comunitário, já que este sem aqueles são uma mera reprodução de políticas sociais e referenciais teóricos sem um olhar para os sujeitos reais com os quais trabalhamos, ferindo sua condição de sujeito ativo de sua própria vida/história. Além disso, aumentar a potência de ação no e sobre o território em conjunto com outros sujeitos é também transformar a realidade em que se vive, a partir dos bons encontros (SAWAIA, 1995).

Referências

- AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007.
- ARENDT, R. J. J. Psicologia Comunitária: teoria e metodologia. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 7-16, 1997.
- ARNDT, A. D.; MAHEIRIE, K. A Música como Mediadora de Encontros Coletivos em um CRAS. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 439-452, 2017.
- BOAL, A. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas**. 6. ed. Rio de Janeiro: [s. n.]1991.
- BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate À Fome – MDS. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.
- BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate À Fome – MDS. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2008.
- FREITAS, M. F. Q. Inserção na comunidade e análise de necessidades:

reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 11, n. 1, p. 175-189, 1998.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Rio de Janeiro: Editora Contexto/Eduff, 2002.

KOELZER, L. P.; BACKES, M. S.; ZANELLA, A. V. Psicologia e CRAS: reflexões a partir de uma experiência de estágio. **Gerais: Rev. Inter. de Psic.**, v. 7, n. 1, p. 132-139, 2014.

KOGA, D.; NAKANO, K. Perspectivas territoriais e Regionais para políticas públicas brasileiras. **Conferências 2005 – Criança e Adolescente – Assistência Social**, 2005.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

MAHEIRIE, K. Processo de Criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 147-153, 2003.

MAHEIRIE, K. O fotografar e as experiências coletivas em Centros de Referência em Assistência Social. In: LIMA, A. F.; ANTUNES, D. C.; CALEGARE, M. G. A. (org.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, p. 364-374, 2015.

MAHEIRIE, K.; HINKEL, J.; GROFF, A. R.; MÜLLER, F. L.; GOMES, M. de A.; GOMES, A. H. Coletivos e Relações Estéticas: alguns apontamentos acerca da participação política. In: CASTRO, L. R. de; MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M. **Juventude e a experiência do político no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contracapa Editora, p. 143-167, 2012.

MAHEIRIE, K.; MÜLLER, F. L.; GOMES, M. de A.; GOMES, A.; HINKEL, J. Formações conectivas e coletivas em fotografia: pensando a política na esfera da estética. Em: ZANELLA, A. V.; TITTONI, J. **Imagens no Pesquisar: experimentações**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, p. 227-247, 2011.

MAHEIRIE, K.; ZANELLA, A. V. Imagination and creative activity: ontological and epistemological principles of Vygotsky's contributions. In:

- RATNER, C.; SILVA, D. N. H. **Vygotsky and Marx: toward a Marxist Psychology**. London; New York: Routledge, 2017. p. 161-172.
- MOFFATT, A. **Psicoterapia do oprimido: ideologia e técnica da psiquiatria popular**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- MOREIRA, M. I. C. Pesquisaintervenção: especificidades e aspectos da interação entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa. In: CASTRO, L. R de; BESSET, V. L. (org.). **Pesquisaintervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008. p. 409-432.
- OLIVEIRA, I. F.; AMORIM, K. M. O. Psicologia e política social: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”. **Psicologia Argumento**, v. 30, n. 70, p. 559-566, 2012.
- OLIVEIRA, I. F. de; DANTAS, C. M. B.; SOLON, A. F. A. C.; AMORIM, K. M. de O. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 140-149, 2011.
- OLIVEIRA, I. F. de; OLIVEIRA, N. L. de A.; NASCIMENTO, M. N. C. do; ARAÚJO, R. L.; COELHO-LIMA, F.; AMORIM, K. M. de O. Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 103-112, 2014.
- PONTE, A. Q.; BOMFIM, Z. A. C.; PASCUAL, J. G. Considerações teóricas sobre identidade de lugar à luz da abordagem historicocultural. **Psicologia e Argumento**, v. 27 n. 59, p. 345354, 2009.
- RAMMINGER, T. Psicologia comunitária x assistencialismo: possibilidades e limites. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 21, n. 1, p. 42-45, 2001.
- RANCIÈRE, J. Político, política, identificação, subjetivação. In: **Nas Margens do Político**. Lisboa: KKYM Ed, 2014. p. 69-76.
- SANTOS, M. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.
- SATO, L. Olhar, ser olhado e olhar-se: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 217-225, 2009.
- SAWAIA, B. B. **O Calor do Lugar, Segregação Urbana e Identidade**. São

Paulo em perspectiva: questões urbanas, os sentidos das mudanças, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 20-24, 1995.

SORRENTINO, L. S. F.; SILVA, G. F. S. & ROCHA, S. A Questão territorial e o Trabalho do Assistente Social: diferenciação ou generalização. In: **XX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social**. Córdoba, Argentina, 24 a 27 de setembro de 2012.

SPINOZA, B. Ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SPOSATI, A. Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva: o caso da assistência social no Brasil. In: **XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Buenos Aires, Argentina, p. 47, 2008.

STRAPPAZZON, A.; SANTA, B; WERNER, F. W; MAHEIRIE, K. A criação fotográfica e o aumento da potência de ação: experiências e possibilidades. **Cad. psicopedag.**, São Paulo, v. 7, n. 12, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492008000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 nov. 2017.

TANIKADO, G. V. F.; MARASCHIN, C. Pesquisa, intervenção e tecnologias: dispositivos de virtualização de coletivos. **Fractal: Rev. de Psic.**, v. 24, n. 1, p. 143-158, 2012.

TITTONI, J. **Psicologia e Fotografia:** experiências em intervenções fotográficas. Porto Alegre: Dom Quixote, 2009.

TITTONI, J. O fotografar, a poética e os detalhes. In: ZANELLA, A. V.; TITTONI, J. (org.) et al. **Imagens no pesquisar:** experimentações. Porto Alegre: Dom Quixote, 2011. p. 125-145.

VYGOTSKI, L.S. Pensamiento y Palabra. Em: **Obras Escogidas**. Madri: Visor Distribuciones, 1992. vol. II. p. 287-348. (Texto original publicado em 1934)

VYGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Texto original de 1925)

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criação na infância:** ensaio psicológico. São Paulo: Ática, [1930] 2009. (Texto original de 1930)

ZANELLA, A. V. Fotografia e pesquisa em Psicologia: retratos de alguns (des)encontros. In: ZANELLA, A. V.; TITTONI, J. (org.). **Imagens no pesquisar**: experimentações. Porto Alegre: Dom Quixote, 2011. p. 15-33.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, p. 9-24, 2010.

SALA DE ESPERA: FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE MODOS DE EXISTIR

Eliane Regina Pereira
Barbara Maria Turci
Beatriz Zocal da Silva
Samantha Pires Oliveira Freitas Pedrosa
Ana Laura Batista

Introdução

É histórico, na Psicologia, uma formação e uma prática orientadas para um trabalho destinado a uma minoria da população, pertencente às classes mais abastadas com melhor poder econômico, atendendo às demandas daqueles que podem custear o trabalho. Dimenstein; Macedo (2012) criticam essa postura, afirmando que a psicologia realiza um trabalho despreocupando-se dos problemas sociais, não se atendo para demandas que ultrapassam o âmbito individual e que permeiam uma grande maioria da população, que permanece inacessível devido à sua classe econômica ser mais baixa. Nesse sentido, é importante a sinalização desses autores de que, desde a efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS), a psicologia tem sido convocada a uma reorientação de suas práticas, visando torná-las mais democráticas e coletivas.

Dessa forma, as políticas de saúde implementadas com a consolidação do SUS tem questionado o cuidado pautado em um modelo médico-curativo, com foco nos indivíduos, e buscado construir outros modos de cuidado, voltados à atenção integral em que a promoção de saúde passa a ser o foco das intervenções (BRIGAGÃO; GONÇALVES, 2009). A atuação do psicólogo nesse contexto é fortemente permeada pela ideia do compromisso social, propondo um novo paradigma: de comprometimento com a realidade brasileira e com as questões sociais (CREPOP, 2013).

Assim, a ampliação do significado de saúde torna-se necessária e expõe também as possibilidades de ações que visam o coletivo, a promoção de autonomia aos sujeitos e as práticas comprometidas com a transformação social (SANTOS; QUINTANILHA; ARAÚJO, 2010). Tais ações coletivas merecem destaque, sobretudo em relação ao trabalho em grupo, já que, por meio dele, é possível que existam trocas de experiências entre os usuários e produções de novas formas de viver no cotidiano, a partir da vivência com o outro, seja identificando-se ou se diferenciando desta vivência (BRASIL, 2004).

Frente aos novos contextos, demandas e realidade do SUS, alguns questionamentos são necessários: quando se pensa em saúde pública e nas atuações e intervenções realizadas nesse contexto, principalmente em relação às práticas grupais, a promoção de saúde tem sido prioritária? No que concerne à psicologia, ela tem realizado um trabalho de valorização dos grupos? A que serve a formação em psicologia, se cotidianamente encontramos profissionais justificando o atendimento individual nos serviços de saúde? Ao que e a quem o profissional psicólogo deve orientar seu trabalho?

Com base nessas questões, apresentamos uma proposta de intervenção em promoção de saúde na atenção básica, a partir de nossas experiências nas salas de espera de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Na ocasião, elaboramos rodas de conversas com os usuários em espera e orientamo-nos pela perspectiva de que esses participantes são autores de sua história individual e coletiva, e consideramos os aspectos sociais, históricos e culturais da população, buscando ir além do enfoque clínico e individual que prioriza as dimensões psíquicas.

Nossas ações fundamentaram-se na visão de constituição do sujeito “inexoravelmente social e ao mesmo tempo produtor de singularidades”, tal como defendem Zanella, Lessa e Da Ros (2002, p. 211). Ou seja, consideramos que um sujeito se constitui histórico e socialmente a partir daquilo que é objetivado na cultura, ao mesmo tempo em que singulariza o que é coletivo, ofertando seus sentidos a isto. Dessa forma, constituímos-nos

no contexto das relações sociais, relacionados aos grupos e aos lugares sociais nos quais nos inserimos, e nossas apropriações são objetivadas em ações, pensamentos e emoções, que se diferenciam de sujeito para sujeito.

Nesse trabalho, nós almejamos uma aproximação ao que Sawaia (2009) denominou como “terapêutica estético-política” e propomos apresentar as inquietações e produções desse processo, que visa à promoção de saúde enquanto espaço de potencialização da liberdade humana, desvelando as relações de servidão, heteronomia e injustiça vividas pelos sujeitos, e criando formas de transformação social, ao mesmo tempo em que (re) significamos nossa própria atuação enquanto psicólogas, refletindo, constantemente, o posicionamento e compromisso ético-estético-afetivo em serviços da saúde coletiva.

A construção de uma prática

Nosso “o que fazer” se constrói na prática. Da inquietude, nós nos propomos a (re)olhar, (re)pensar e (re)fazer em um contexto de formação muitas vezes tão enrijecido. Como, porém, mergulhar num terreno tão distante das práticas acadêmicas para um desfazer constante de verdades já tão estabelecidas? Como construir, produzir e transformar contextos, como o da saúde pública, ainda cristalizados pelo saber verticalizado?

Acreditamos que a prática do psicólogo envolva, concomitantemente, um fazer contextualizado, momento no qual o psicólogo pensa sua prática na situação real e concreta dos serviços de saúde, e um comprometimento com ‘ouvir’ os sujeitos, que seja destituído, o máximo possível, dos “saberes psi” previamente apreendidos. Considerar o sujeito em sua singularidade e complexidade é um pressuposto da atenção básica que orienta a promoção de saúde com usuário do SUS, além da prevenção, do tratamento e da redução de danos de sofrimentos que o impliquem (BRASIL, 2010). Com esse método, procuramos um espaço de saúde que nos acolhesse e permitisse uma prática de promoção de saúde.

Fomos a uma Unidade Básica de Saúde (UBS), parte da rede atenção primária, referência de um bairro periférico de uma cidade mineira, em que

funcionava o modelo tradicional de cuidado. Ao chegarmos ao serviço, nós nos deparamos com uma rotina enrijecida e pouco acolhedora, uma prática quase nula nas ações de promoção de saúde e de grupo, que quando aconteciam se sustentavam num caráter informativo e pouco acolhedor.

Desta forma, buscamos (re)significar a sala de espera, um espaço comum a qualquer território da saúde, lembrado pelas palestras e rodas informativas de poucas trocas que mantêm uma relação verticalizada de quem ensina e quem aprende (ou não). Nós, por outro lado, entendemos a sala como um lugar potente para todos os serviços, em que todos se constituem e se transformam, desde os usuários da unidade de saúde até os mediadores da roda. A sala de espera se torna, portanto, um espaço possível à promoção de saúde, pensando que a prática proposta “pressupõe que os indivíduos aumentem o controle sobre suas vidas através da participação em grupos, visando transformar a realidade social e política” (BESEN et al., 2007, p. 07).

A atividade fez parte da prática de estágio em psicologia clínica e social e foi realizada mediante supervisões, na qual os diálogos nos faziam refletir sobre a formação do psicólogo no espaço da saúde pública, sempre tendo em vista que as práticas dos serviços de saúde, por partirem de uma realidade real dos sujeitos, devem ser construídas de modo a possibilitar a participação e constituição de sujeitos ativos, criativos e transformadores (PEDROSA, 2007).

O espaço de intervenção de nosso trabalho foi atravessado pelo barulho de reforma do prédio, chamadas dos pacientes para atendimento pelos funcionários, uma grande televisão em volume alto, além da distribuição enfileirada das cadeiras. Quando propúnhamos a roda de conversa atravessávamos esse espaço, pedindo licença para abaixar o volume da TV, deslocando as cadeiras para formar um círculo, produzindo um movimento.

Em cada encontro na sala de espera, nós levamos algum recurso como músicas, poemas, fotografias ou qualquer outra forma de linguagem que promovesse estranhamentos, aproximações e possibilidades outras de reflexão. Após a apresentação do recurso, a conversa tinha início com uma

pergunta disparadora, em que questionávamos os sentimentos e reflexões dos sujeitos após terem entrado em contato com o recurso. Foi a partir das falas produzidas na roda que surgiram os questionamentos, que, por sua vez, abriram as portas para que os participantes do grupo contassem vivências singulares, histórias de vida e compartilhassem experiências cotidianas. Os questionamentos e as trocas na roda de conversa possibilitaram a produção de reflexões sobre o cotidiano, o trabalho, a saúde, justiça e injustiças, sexo, família e diversas outras relações.

Parte da coordenação, da supervisão e da análise das rodas de conversa envolveu também a prática da escrita de um diário de campo (BATTISTA et al., 2013), recurso de que nos utilizamos durante a própria ocorrência das rodas e também posteriormente, para escrevermos sobre as conversas e os afetos que foram gerados naquele espaço, e que depois nos auxiliou a pensar sobre os grupos. O objetivo dessa escrita perpassa a necessidade de registrar concreta e metodologicamente o trabalho que é realizado, como também proporcionar a autorreflexão e análise sobre ele e seu aprimoramento.

Constituído por encontros e desencontros, que estabelecem um movimento de vir-a-ser, os movimentos grupais propiciam aos sujeitos a ressignificação de sentidos e relações cristalizadas, produzindo novas formas de estar no mundo e novas relações, que, por sua vez, vislumbram novos encontros, desencontros, embates, confrontos e movimentos (ZANELLA, 2002). São esses movimentos que provocam fissuras nos modos de ser enrijecidos, que problematizam naquelas relações grupais as relações sociais dadas pela estrutura capitalista, que formam sujeitos e, portanto, potencializam nossa formação profissional.

Ao mediar um grupo e facilitar as conversas, estamos abertos ao que nos constitui através dos encontros. Encontrar o outro, ouvi-lo e estar frente a frente a ele possibilita questionamentos e ressignificações, provoca fissuras em um modo de vida normatizado e enrijecido (BARROS, 2013). Assim, o grupo tornou-se instrumento e processo para a promoção de saúde, espaço de troca de histórias e afetos singulares entre os usuários

do serviço de saúde, entre usuários e estagiárias, e entre usuários, estagiárias e profissionais do serviço.

A possibilidade de ouvir e pensar nessa multiplicidade de sentidos em um espaço de saúde, sem que o saber naturalizado seja o saber mantido, mas permitindo que outras vozes possam ser ouvidas, permite que sujeitos se constituam nas e pelas relações e trocas possibilitadas. Nesse fazer, buscamos manter relações mais horizontais, nas quais são encontradas “não mais educador do educando, não mais educando do educador, mas educador-educando com educando-educador” (FREIRE, 1980, p. 96) e, com isso, ao mediar as rodas, nós nos constituímos enquanto grupo, sujeitos e psicólogas.

Constituindo-se em/no coletivo

A maior riqueza do homem
É a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou, eu não aceito.
Não aguento ser apenas um
Sujeito que abre portas,
Que puxa válvulas,
Que olha o relógio,
Que compra pão às 6 horas da tarde,
Que vai lá fora,
Que aponta lápis,
Que vê a uva, etc, etc,
Perdoai
Mas eu preciso ser outros
Eu penso renovar o homem usando borboletas
(BARROS, 2013, p. 347-8).

A sala de espera não estava pronta, nem organizada, nem podia ser inicialmente chamada de grupo. A partir do imprevisível foi quando iniciamos as rodas de conversa. Em cada encontro, nós fomos tomadas por angústias e inquietações que atravessavam nossos posicionamentos e jeitos

de estar com e no grupo: como pensar que um agrupamento de pessoas pode se tornar um grupo? Como facilitar conversas? Como convidar e permitir que histórias singulares possam ser compartilhadas e coletivizadas? Como acolher falas extremamente preconceituosas e promover reflexões sem desprestigiar ou julgar quem fala? Como desnaturalizar a desigualdade social presente de modo tão corriqueiro nas falas? Como pensar e mediar um grupo em que o devir é sempre incerto? Como potencializar falas e dar conta de um espaço-tempo tão limitado? O que fazer quando a afetação do outro transborda? Como responder quando nos é exigido um posicionamento? Como acolher uma fala importante quando o usuário é chamado para o atendimento médico? Como lidar com o silêncio que paralisa e com contratempos estruturais?

As leituras e as discussões no grupo de supervisão amenizaram angústias e possibilitaram aprimoramento da sensibilidade, assim como constituíram um preparo teórico e técnico adequado ao trabalho. Porém as experimentações, os erros e acertos da roda de conversa na sala de espera foram fundamentais para dar corpo à experiência e facilitar o manejo dos encontros.

Encontramos nos recursos estéticos potentes disparadores de conversas, que afetaram os participantes dos grupos de diferentes formas, possibilitando que falassem sobre si mesmos, compartilhando experiências e as ressignificando. De acordo com Vázquez (1999), embora indivíduos distintos percebam o mesmo objeto, suas percepções são diferentes, tendo em vista que perceber é sempre um ato singular e, ao mesmo tempo, aprendido em sociedade, na qual percebe, recorda, imagina, sente e pensa.

Ao mediar as conversas buscamos considerar, portanto, o lugar do qual os sujeitos partem para compartilhar experiências singulares. A sala de espera, como já mencionada, não era compreendida pelos funcionários e usuários enquanto um espaço de potência. Nossa presença nas intervenções realizadas nesse contexto, por vezes, causou estranhamento e questionamentos.

De repente, durante a roda, uma adolescente pergunta o porquê estávamos fazendo aquilo. Na hora fiquei incomodada com a pergunta, mas depois achei muito bom, mostrou o quanto aquele nosso espaço é algo estranho na vida daquelas pessoas (...) Foi, para mim, como se ela perguntasse, pra quê conversarmos sobre a vida, o que vocês estão querendo da gente, porque vocês estão interessados em nossa opinião (...) Tanto é que assim que respondemos sobre o nosso trabalho, ela pergunta, mas psicólogo não serve para entender as pessoas? Eu digo que nosso papel ali não era “entender”, que queríamos conversar sobre a vida, pensar sobre e com ela, e que toda quinta-feira estaríamos lá. E, então perguntamos quais momentos eles fazem aquilo que estávamos fazendo, de parar, pensar, conversar (...) (BATISTA et al., 29 ago. 2013).

Nossos encontros foram marcados pela imprevisibilidade e pela abertura aos muitos sentidos, uma vez que o recurso estético pode levar a conversa para lugares aos quais não podíamos nem imaginar no momento em que o escolhemos. No encontro anterior, registro do diário de campo, o recurso estético escolhido foi o “Teorema da Incompletude”, de Manoel de Barros, que abriu esse tópico de discussão. No início da conversa, as falas circularam no sentido de tentarem dar um significado correto ao poema e, frente a isso, buscamos ampliar esses sentidos para além dos “certos” e “errados” que os usuários nos indagavam.

A conversa fluía para muitas direções: os usuários falaram sobre o fato de se sentirem incompletos, como fazem para se sentirem mais completos, do quanto lhes faz bem ajudar o próximo, seja o próximo desconhecido ou familiar, contaram das dificuldades ao lidarem com os problemas familiares. Também falaram sobre sermos bons e ruins ao mesmo tempo, e desse modo os usuários contavam suas histórias, opinando de formas diferentes nos assuntos que surgiam no grupo.

Ao nos instigar, a adolescente possibilitou uma nova produção de sentidos acerca do cotidiano das pessoas presentes, questionando sobre os momentos em que se permitiam parar, pensar e conversar. Então, uma senhora desabafou sobre o quanto sua vida é difícil, contando de seus problemas de saúde. Outras pessoas se identificaram com esses problemas

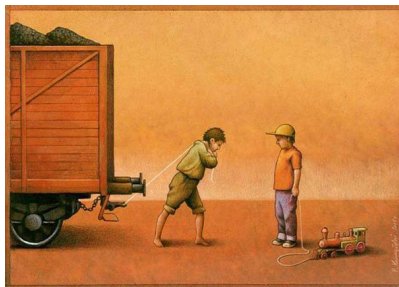
e a conversa foi acontecendo no sentido de reclamarem sobre a qualidade do serviço de saúde dos hospitais da cidade, da atitude impessoal dos médicos, da demora dos atendimentos, chegando a pensar sobre a necessidade de lutar pelos seus direitos, sobre a necessidade de melhoria do atendimento em saúde.

Esses questionamentos permitiram reflexões sobre as dificuldades vivenciadas no serviço de saúde e alguns usuários contaram sobre como lidam com as adversidades. Assim, as intervenções visaram contribuir com a produção de cidadania e de promoção de saúde dos usuários do serviço a partir da produção de novos sentidos, e também se constituíram enquanto espaço político que possibilita as transformações das práticas do psicólogo em um contexto, por vezes, não debatido ao longo da formação.

Ao dizer de um espaço que se constitui político, estamos falando da ideia do pensamento coletivo que se forma na problematização de modos de ser antes inquestionáveis. Ao refletirem sobre seus direitos, sobre o desrespeito a eles e sobre a possibilidade de lutar por eles, os sujeitos que falam na roda de conversa surgem com ideias de emancipação coletiva (CARVALHO; COELHO; SAWAIA e ZOZZOLI, 2014).

Em outra roda de conversa, apresentamos diversas imagens de Pawel Kuczynski, desenhista e pintor holandês especializado em crítica social.

Imagens: Satirical illustrations



Fonte: KUCZYNSKI (2008).

Quando questionamos sobre as imagens, Roberta inicia falando que lembrou a realidade. A mediadora da roda questiona sobre qual realidade. E Roberta fala de desigualdade. Leandra fala de pessoas carentes e da distribuição de recursos. (...)

Magnólia entra no grupo, contamos que estamos fazendo uma roda de conversa e mostramos as imagens a ela. Leandra retoma a fala sobre desigualdade contando de pais que não conseguem dar estudo aos filhos. Ela conta que seus pais não tiveram muitas condições e que pessoas com melhores condições conseguem dar um estudo melhor, apesar de atualmente ser “um pouco mais fácil”. Roberta fala que isso é desigualdade social, é preconceito (...).

A mediadora questiona se o grupo fala de existirem outras desigualdades além da financeira e em que momento acha que a desigualdade é ruim. Magnólia responde que é “quando a desigualdade começa a excluir as pessoas, segregando pela opção sexual, pela cor, etnia e quando deixa de considerar os direitos de cada um”. Conta que atualmente diminuiu, que muito rico estuda em escola de pobre, Leandra interrompe e diz que “pobre também estuda em escola de rico”. Magnólia continua falando que a desigualdade exclui e é ruim quando começa a agredir emocionalmente, fisicamente e espiritualmente, e a pessoa começa a se sentir coagida “porque, por exemplo, eu sou uma travesti, eu não posso me sentir desigual de ir a uma unidade de saúde com medo do preconceito e a partir do momento que me sinto coagida a desigualdade começa a atrapalhar”. (...)

A mediadora questiona se a pessoa que sofre preconceito deve ficar sozinha. Roberta fala que “em grupo as chances de a desigualdade diminuir são maiores”. Magnólia fala sobre procurar ajuda, diz que “quando tentamos dar conta de tudo sozinhos somos egoístas com nós mesmos e que o ato de procurar ajuda é também generosidade, deixamos de ser arrogantes e procuramos ajuda quando reconhecemos nossa fraqueza, buscando conhecer nossos limites. É importante compartilhar histórias de vida, porque isso nos fortalece”. (BATISTA et al., 13 fev. 2014)¹.

Nesses trechos, percebemos que existem diversos fatores que são excluídos de parcelas da população: estrutura econômica, cultura, gênero, po-

¹ Todos os nomes destacados no Diário de Campo foram alterados, portanto, os relatos são reais e os nomes, fictícios.

lítica e etnia. Excluir significa impossibilitar o compartilhamento, a partilha, e resulta em recusa, abandono e expulsão de um conjunto da população de gozar de plenos direitos de escolha em sua própria vida, o que resulta em uma privação da autonomia, da participação social e coletiva, além de uma parcialidade na constituição subjetiva. É por não ser pessoal, mas coletiva, que a desigualdade é social e que gera pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade e não representação pública.

A desigualdade social reforça a superioridade de uma classe sobre a outra. Desse modo, um dos desafios que nos foi colocado tratou de tornar visível para esses indivíduos suas potências, fortalecendo-as para uma nova consciência e possibilidade de transformação da realidade imposta a eles. Assim, trabalhar contra a segregação social é promover o sentimento de legitimação, de que se pode ser ouvido e reconhecido, e de que se tem direitos como membro de uma comunidade. Para isso, considera-se que a emoção e a criatividade são dimensões de ação transformadora e de superação da desigualdade.

Imagem: *Toucher avec les yeux* (“Contato com os olhos”)



Fonte: Dran (s. d.).

Em outra roda de conversa, o recurso disparador foi a imagem “Contato com os olhos”, do francês Dran, conhecido pintor de rua.

Passamos diversas imagens do Dran e cada um olhou com bastante calma, foi bacana perceber as trocas que fizeram nesse momento. Quando questionamos sobre as imagens, o que sentiram, pensaram ou lembraram, um homem que estava na roda, que aqui vou chamar de Gabriel, fala da imagem “Contato com os olhos” e diz que é uma “imagem típica do homem”. A jovem que estava próxima a ele, aqui chamada Rafaela, completa “da vontade de pegar, o homem olha e já se imagina pegando”. Gabriel diz que é muito normal na sociedade. Questionamos sobre o que fazer com o “normal” e ele afirma que deve deixar. Rafaela diz “usamos roupa para nos sentir bem e que feio é o homem ficar mexendo”, mas Gabriel a interrompe e diz que “as mulheres gostam quando os homens mexem”.

Questionamos as outras mulheres da roda sobre como se sentem, e algumas afirmam que “se sente muito mal”, mas acreditam que o homem acha que é normal “por ser homem”. Rafaela diz “que isso é machismo”. Uma mulher que se sentava longe e fala que “antigamente existia certo pudor e que nos dias atuais as mulheres andam quase nuas”, diz que “falamos de direitos iguais, mas que as mulheres estão passando dos limites”. Questionamos se não são os homens que passam dos limites, e ela insiste que a mulher se desvaloriza.

Questionamos se a roupa curta dá ao outro o direito de mexer com a mulher, e Rafaela intervém discordando, diz que “a mulher se arruma para se sentir bem”, fala sobre ter senso e saber usar, mas que não vê problemas em usar roupa curta e decotada. Gabriel interrompe e diz que “a roupa curta dá sim direito, é como se ela pedisse”.

Alguns participantes da roda riem!

Augusto, um homem que se sentava no fundo, conta das mulheres que também mexem com os homens na rua que para ele é a mesma coisa. Rafaela, diz que não, que “se a mulher mexe é vagabunda, se o homem mexe é macho e, que todo problema está nas brincadeiras machistas que os pais ensinam seus filhos”.

A mulher que estava no fundo retoma a conversa e diz o que problema está na educação de hoje em dia e a conversa toma outro caminho (BATISTA et al., 12 dez. 2013).

Uma mulher revelou sua dor e indignação, originada por questões sociais consideradas normais, por vivências em que muitas mulheres são, não apenas ela, socialmente tratadas e reconhecidas enquanto sujeitos sem valor, inferiores, revelando, dessa forma, o modo como se constituem sujeitos, a partir de sentimentos de humilhação e sofrimento. Por que as outras mulheres não a acompanham? Por que defendem o opressor?

Sawaia (2009, p. 370) afirma que a desigualdade social impede e anula a experiência, a vontade e a mobilidade, estabelecendo formas de humilhação e sofrimento, “uma tristeza que se cristaliza em um estado de paixão crônica na vida cotidiana”. Assim, impedir o poder do corpo de afetar e ser afetado suprime a potência de vida, indo ao encontro de formas de “reação” que descaracterizam e impossibilitam a “ação”.

A partir de Espinosa, Sawaia (2009, p. 366) explica ainda que “os homens se submetem à servidão porque são tristes, amedrontados e supersticiosos”. Cedraz e Dimenstein (2005) escrevem sobre a necessidade de enfrentarmos a desconstrução do “espírito de rebanho” dos modos de vida naturalizados e impeditivos de novas possibilidades de existir e viver no mundo, de produzir novas subjetividades, novas formas de sociabilidade, inesperadas e imprevisíveis. Como o Teorema da Incompletude ampliou possibilidades reflexivas acerca do funcionamento e das dificuldades encontradas no serviço de saúde? Como as imagens de Pawel Kuczynski permitiram falar de vivências de desigualdade social? Como a imagem tão chocante do pintor Dran aparentemente não causou estranhamento?

O recurso não se fecha em nossas expectativas, ao contrário, possibilita a ampliação delas. O recurso, o encontro dos corpos, os questionamentos propostos, precisam criar “signos emocionais comuns” (MIURA; SAWAIA, 2013) e, naquele momento, transformar o agrupamento em grupo. Ao transformar-se em grupo, é possível um espaço no qual o agir no “sofrimento ético-político” se constrói, considerando este como “sofrimento/paixão gerados nos maus encontros caracterizados por servidão, heteronomia e injustiça” (SAWAIA, 2009, p. 370), cristalizando-se na forma de potência de padecimento, em que são possíveis apenas vivên-

cias de reação, com as condições sociais mantendo-se e contribuindo para impossibilitar a ação.

A relação estética se dá através de um olhar sensível e diferenciado de apreensão da realidade (VÁZQUEZ, 1999), sendo um olhar que rompe com o imediato e o episódico, produzindo novos sentidos para além daqueles que configuram a realidade (ZANELLA, 2004). O recurso, então, instiga o grupo ao que buscamos quando tentamos realizá-lo: um novo olhar sobre a realidade, que apresentou os pontos que antes não eram vistos, que evidenciou o processo de constituição da mesma e o que ela significa para cada sujeito, permitindo que ela fosse passível de ser transformada. É importante lembrar, no entanto, que os sentidos atribuídos à realidade, por cada sujeito, são inúmeros e muito diferentes, independentes da concretude do recurso estético.

Ao discorrer sobre ação transformadora, Sawaia (2006) também recorre a Espinosa e destaca o sujeito como potencialidade em ato, sendo o afeto considerado passagem de um estado de potência a outro, afirma que sua realização se dá nos encontros e experiências vivenciadas. Dessa forma, os encontros e a afetividade permitem que a potência de agir seja aumentada ou diminuída, onde sofre ação de ideias e ações do outro.

Ao mediar às rodas de conversa na sala de espera, nós buscávamos possibilitar bons encontros, potencializadores de liberdade, de criação e ação. Por esperarmos superar as dificuldades vivenciadas na formação, no espaço da sala de espera e no trabalho com as imprevisibilidades, nós entendemos que há vida e possibilidade de transformação por trás da desigualdade social e modos de vida cristalizados. Precisamos estar atentos, para que nossa prática seja, como escreve Silva et. al.,

[...] baseada na indissociabilidade entre ética, estética e afetividade. Trata-se do tripé essencial e norteador que fundamentará nossa concepção de sujeito livre e de como relacionamos singular e coletivo, subjetividade e sociedade. Quanto à ética, nós a compreendemos como postura sustentada pelos homens e mulheres na busca por experiências que façam aumentar a potência de viver (2013, p. 1003).

Chamamos de trabalho ético a construção de um movimento de reflexão. Pensamos, ainda, que o trabalho ético não deva estar presente de forma externalizada, não deva pairar acima de nós como uma noção de bem ou de mal, mas estar imerso na postura de sujeito que se relaciona com o outro. É uma capacidade de vida e de pensamento que nos atravessa, que nos faz ultrapassar as próprias condições de existência, a que nós e aqueles com os quais nos relacionamos estão submetidos pelo social, pelo poder. Tratamos de uma experiência ética como uma experiência libertadora (FUGANTI, 2005).

Considerações finais

Entendemos, assim como Silva et al. (2013), que um trabalho que se proponha à promoção e à humanização dos processos de saúde precisa ter como referência a ética, a estética e a afetividade. Nossa postura de curiosidade problematiza sem julgamento a fala do outro. Esse posicionamento é aprendido cotidianamente, na prática da realização de grupos e, no caso das salas de espera, deve ser renovado a cada nova roda de conversa e a cada nova discussão, não se tratando de uma receita pronta.

As rodas de conversa realizadas na sala de espera, com os questionamentos realizados e as reflexões mobilizadas, possibilitaram, pela relação horizontalizada com os grupos, ressignificarmos nossa formação. Foi necessário que constantemente construíssemos formas de estar com e no grupo, as perguntas realizadas contribuíram para a descristalização de sentidos e relações naturalizados entre os usuários, mas, sobretudo, em nossa forma de mediar os grupos, quando conseguimos elaborar perguntas que realmente afetaram, ampliaram e atuaram no sentido de reflexão e transformação dos sujeitos.

Consideramos que pensar de onde vem nosso jeito de se relacionar com o outro possibilita transformar nossas relações sociais, econômicas e políticas, e também se reflete na criação de cada vez mais espaços coletivos. Esses espaços potencialmente criados podem ser meios para que o comum compartilhado garanta que os sujeitos se tornem cada vez mais autores de

suas próprias histórias, modificando seus destinos, que, em um primeiro momento, eram vistos com perspectiva naturalizante e enquadrada.

Os grupos sustentaram um espaço em que foi possível a reflexão de novas possibilidades de se colocar no mundo e de nos colocarmos enquanto mediadoras das rodas de conversa, pois a todo o tempo foi necessária a revisão de nossa própria atuação, da postura que assumíamos, das perguntas que fazíamos. Com frequência, éramos questionadas e nos questionávamos sobre a nossa função ali, sobre o que buscávamos e com o que contribuíamos.

Pensamos que os caminhos são vários, mas que não estão disponíveis a olho nu, nem a nós, mediadoras da roda, *a priori*, nem àqueles que se dispõem a contar de si nas rodas da sala de espera e que estavam atravessados pelas poucas possibilidades ofertadas diante de uma vida amarrada à desigualdade. Também sabemos que não conseguiríamos (e nem ousamos diretamente) desmontar uma estrutura tão fortalecida pela reprodução de seu modo de construção, mas consideramos importante conseguir visualizar outros caminhos, conhecê-los e construir outros tantos.

Referências

BARROS, M. Teorema da Incompletude. In: **Poesia Completa**. Retrato do Artista quando coisa. São Paulo: LeYa, 2013.

BARROS, R. B. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. 3 ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2013.

BATISTA, A.; AMORIM, A.; TURCI, B.; SILVA, B.; PEDROSA, S.; PEREIRA, E. **Diário de campo**: promovendo saúde na sala de espera. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2013. 76 f. (Texto digitado).

BESSEN, C.; NETTO, M.; DA ROS, M.; SILVA, F.; SILVA, C.; PIRES, M.A. Estratégia Saúde da Família como Objeto de Educação em Saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 57-68, jan./abr. 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS**: Política Nacional

de Humanização: A Humanização como Eixo Norteador das Práticas de Atenção e Gestão em Todas as Instâncias do SUS. Brasília, 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3 ed. Brasília, 2010.

BRIGAGÃO, J. I. M.; GONÇALVES, R. Oficinas de promoção de saúde. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 44, p.387-393, 2009.

BRUN, G.; HOETTE, A.M. Da pergunta ideal à pergunta útil. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, p. 7-13, 1997.

CARVALHO, L. N.; COELHO, M. H. M.; SAWAIA, B. B.; ZOZZOLI, C. N. Reflexões sobre a ideia do comum(ismo). **Psicologia e Sociedade**, v. 26, n. 02, p. 140-145, 2014.

CEDRAZ, A.; DIMENSTEIN, M. Oficinas terapêuticas no cenário da reforma psiquiátrica. **Revista mal-estar e subjetividade**. Fortaleza, v.5, n. 2, p. 300 – 327, set, 2005.

CREPOP. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Senhoras e senhores gestores da Saúde: como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS**. Brasília, 2013.

DIMENSTEIN, M.; MACEDO, J.P. Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, p. 232-245, 2012.

DRAN. Toucher avec les yeux. (s.d) In: **Suben Art Management**. Dibujar mata violenta: Available Artworks. Disponível em: <http://www.subenysuben.com/blog/bomk-dran-sowat-available-artworks/>. Acesso em: 12 nov. 2013.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FUGANTI, L. A Ética como potência e a moral como servidão. 2005. Disponível em: <http://www.luizfuganti.com.br/escritos/textos/68-etica-como-potencia-e-moral-como-servidao>. Acesso em: 16 maio 2017.

KUCZYNSKI, P. Satirical Illustrations. 2008. In: MACEA, C.A.C. **Pawel Kuczynski: los artistas pueden cambiarlo todo**. Ilustraciones satíricas

y frases. 2012. Disponível em: <https://canalcultura.org/2012/11/24/pawel-kuczynski-ilustracion-satirica/>. Acesso em: 12 jan. 2014.

MIURA, P. O.; SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia e Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 331-341, 2013.

PEDROSA, J. I. S. Educação Popular no Ministério da Saúde: identificando espaços e referências. In: BRASIL, Ministério da Saúde, **Caderno de Educação Popular e Saúde**, Brasília, 2007.

SANTOS, K. L.; QUINTANILHA, B. C.; DALBELLO-ARAUJO, M. A. atuação do psicólogo na promoção da saúde. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 181-196, 2010.

SAWAIA, B. B. Introduzindo a afetividade na reflexão sobre estética, imaginação e constituição do sujeito. In: ZANELLA, A. V. et al. **Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em)experiência**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2006. p. 85-94.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia e Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SILVA, G.; PEREIRA, E.; OLIVEIRA, J; KODATO, Y. Um Momento Dedicado à Espera e à Promoção da Saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 4, p. 1000-1013, 2013.

VÁZQUEZ, A. S. **Convite à Estética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ZANELLA, A. V. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 9, n.1 p.127-135, 2004.

ZANELLA, A. V.; LESSA, C. T.; DA ROS, S. Z. Contextos grupais e sujeito em relação: contribuições às reflexões sobre grupos sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 211-218, 2002.

CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS INFÂNCIAS NO BRASIL: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Adélia Augusta Souto de Oliveira
Livia Teixeira Canuto

Introdução

A ideia de infância como uma etapa natural e universal à vida humana tem sido questionada, a partir de análises de como as crianças tem vivenciado essa etapa ao longo da história, em diferentes culturas. O livro *L'Enfant et la Vie familiale sous l'Ancien Régime*¹, escrito por Philippe Ariès, na década de 1960, na França, representa um marco teórico para tal questionamento. Demonstra que a infância é fruto de uma construção histórica e social e mostra a consequência que a concepção que se adota tem para a estruturação social.

Na sociedade medieval não havia consciência das particularidades da criança. A única preocupação referente às crianças era relativa à hierarquia e ao *status* social, distinguida pela vestimenta. Isto era possível porque o conceito de família era outro (MOURA; VIANA; LOYOLA, 2013). Foi na modernidade que se iniciou uma compreensão de infância como “âmbito da vida social específico e separado do restante” (TOMÁS, 2001, p. 70). Mas isso só foi possível a partir de uma série de mudanças institucionais, econômicas, políticas, históricas, culturais e sociais.

Nessa direção, a partir da teoria sócio-histórica de Vigotski, compreende-se que o conceito de infância é uma produção humana, constituída num processo sócio-histórico e dialético, que reflete as condições sociais, culturais e históricas de sua formação. Assim, a concepção de infância

¹ Título traduzido: *História Social da Criança e da Família*.

adotada reflete os processos criativos de seu contexto, bem como participa das relações ético-políticas da sociedade, tais como: a formatação das relações familiares entre pais e filhos; a delimitação dos papéis do homem e da mulher na família; o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para crianças e para a família; além de estabelecer determinadas maneiras de se viver a infância (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2005). Aponta-se, ainda, que o poder da difusão de conceitos ou conjuntos de ideias pode ser visualizado nos dados históricos de acontecimentos sociais, como mobilizações sociais, guerras e racismos (TRANCOSO, 2012).

O conhecimento científico é importante recurso de produção e difusão de conceitos, visto que ele reflete as necessidades de seu tempo e seu meio, e se realiza a partir de suas possibilidades materiais e imateriais (VIGOTSKI, 2009). O conhecimento científico da psicologia é um exemplo dessa influência no processo de formação do conceito de infância, já que, historicamente, tal ciência participa do estabelecimento de padrões de normalidade para crianças, etapas evolutivas para as práticas escolares conforme desempenho, além de estabelecer indicações acerca dos cuidados que devem ser dados às crianças (BUJES, 2000).

Nessa direção, aponta-se a importância de se tomar a Ciência como objeto de análise, visto que ela é uma instituição social de grande relevância política (MOSCOVICI, 2003). Torna-se imperativo, então, refletir sobre a natureza de seus questionamentos, sua produção, seus objetivos, suas respostas e os conceitos que tem ajudado a produzir. Ressalta-se, porém, a importância de conhecer o contexto sócio-histórico e político da produção científica, pois existe uma dinâmica de interesses políticos e econômicos em torno da produção.

Assim, considerando que a produção do conceito de infância é fruto de processos psicossociais e que o conhecimento científico como uma produção histórica, realizou-se uma revisão sistemática de literatura do tipo metassíntese, a qual permite uma síntese interpretativa dos dados considerados como um todo (MATHEUS, 2009) com o objetivo de analisar a constituição do conceito de infância no Brasil e o papel da psicologia nesse processo.

Método

Realizou-se a metassíntese do conceito de infância no Brasil, a partir da produção acadêmica de psicologia. Utilizaram-se periódicos brasileiros, classificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) em A1 e A2 (versão *online*) na área da psicologia em 2015, e que houvesse interesse explícito pela psicologia, no escopo da revista. Na busca dos artigos foram utilizados, individualmente, os descritores *infância*, *infâncias*, *infantil* e *infantis* nos seguintes periódicos: Psicologia: Reflexão e Crítica, Paidéia, Psicologia: Teoria e Pesquisa, Psicologia: Teoria e Prática, Estudos de Psicologia, Psicologia em Estudo, Interação em Psicologia, Psicologia: Ciência e Profissão, Arquivos Brasileiros de Psicologia, Psicologia USP, Psico – PUCRS e Psicologia e Sociedade. 706 artigos foram obtidos nessa busca. Para a análise qualitativa, realizou-se um recorte pelo título, o qual deveria ter o termo “infância”, resultando-se em 74 artigos.

Os 74 artigos foram lidos na íntegra, com o objetivo de identificar informações relativas ao conceito de infância adotado em cada trabalho. Verificaram-se duas concepções de infância: infância como período de desenvolvimento da criança (41 artigos) e infância como uma construção sócio-histórica (33 artigos), ou seja, a noção de infância que considera os arranjos históricos, espaciais, culturais, legais e institucionais voltados às crianças, em determinada sociedade.

A análise dos 33 artigos que utilizam a concepção de infância como construção sócio-histórica subsidiou a compreensão da constituição do conceito de infância no Brasil e o papel da psicologia nesse processo. A maior parte desses trabalhos discute a infância a partir de análise histórica do desenvolvimento das políticas públicas voltadas à infância, o que indica que as políticas públicas são importante meio de análise da constituição do conceito de infância no Brasil. Tais trabalhos abordam, ainda, o contexto sócio-histórico e político de constituição do aparato jurídico que as sustentaram/sustentam (Código de Menores de 1927, Código de Menores de 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, respectivamente) e o papel

dos especialistas da ciência. Nesse artigo, focaliza-se o desenvolvimento das políticas públicas sociais voltadas à infância.

Resultados e Discussão

A análise dos artigos aponta que, no Brasil, o marco para a visibilidade da infância foi o cenário do movimento higienista. Foi a partir desse momento que o Estado começou a se posicionar em relação à tutela da infância, movimento que oscilou entre proteção e punição das crianças. Desse movimento bifurca-se, especialmente, o desenvolvimento do aparato jurídico específico para a infância e a formação de políticas públicas sociais voltadas à infância (CUNHA; BOARINI, 2010; MARAFON, 2014; CRUZ et al., 2005). No entanto, ressalta-se que tais eixos se entrelaçam, relacionam-se e se complementam de modo dialético.

Contexto eugenista-higienista

No período da colonização brasileira, a imagem da criança² se relacionava aos princípios da Igreja Católica. Foi a partir da evangelização da infância brasileira que se deu o *modus operandi* de converter e educar os nativos, de acordo com as normas de conduta do povo europeu (SANTO; JACÓ-VILELA; FERRERI, 2006). Além disso, os jesuítas exerciam a função de educadores, enfermeiros, médicos e farmacêuticos (CARNEIRO, 2000 *apud* SANTO et al., 2006).

Assim, “[...] os jesuítas foram os primeiros a desenvolver uma psicologia infantil, para educar e disciplinar crianças no Brasil” (LONGO, 2005, p. 105). A educação dos padres jesuítas era baseada na lógica da “Pedagogia do Amor Correcional”, onde a correção era vista como uma forma de amor, a qual incluía a punição corporal das crianças. Desse modo, foi introduzida a punição corporal de crianças no Brasil, visto que antes disso

2 Santo et al. (2006) compreende a imagem como uma síntese dos valores, gostos e condutas referentes à criança. Estas imagens são baseadas em representações construídas por uma sociedade em um determinado momento, as quais podem ser icônicas e/ou baseadas em linguagem escrita ou oral.

os índios não conheciam o ato de bater em crianças. Portanto, a formação social da criança brasileira passa pela violência.

Nesse período, a lógica da violência se estendia ao lar – por meio do autoritarismo patriarcal que concedia ao pai o direito de castigar brutalmente os escravos, as mulheres e os filhos – e às escolas brasileiras, onde se permitia o uso de violência física para punir os alunos (LONGO, 2005).

As crianças eram, então, muito desvalorizadas no período colonial. Elas eram vistas como carentes de qualidade e inteligência, como incapazes, ausentes de racionalidade e não como pessoas em período de desenvolvimento. Desse modo, a criança que vivia num bom nível sócio-econômico estava à disposição do pai, numa relação utilitária, enquanto a criança pobre era tratada como mercadoria (caso fosse escrava), ou era conduzida ao trabalho precocemente, ou era entregue na Roda dos Expostos (caso fosse órfã) (ARANTES, 1995 *apud* SANTO et al., 2006; COSTA, 1999 *apud* SANTO et al., 2006; CECCIM; PALOMBINI, 2009). Nesse período, havia um alto índice de mortalidade infantil e as práticas religiosas contribuíam para isso, porque acreditavam que os pequenos “anjinhos”, puros e inocentes, seriam felizes após a morte (COSTA, 1999 *apud* SANTO et al., 2006).

Algumas mudanças socioeconômicas começam a ocorrer no Brasil, no início do século XIX, ocasionadas por diversos fatores: a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil; o interesse de adaptar a cidade do Rio de Janeiro aos hábitos civilizados da recém-chegada população europeia; o início da República e a busca de ascensão do Brasil ao patamar de grande potência por meio de sua modernização. Além disso,

A abolição da escravatura, o grande contingente de imigrantes que chegava para o Brasil, a falta de estrutura das cidades para acolher este crescimento populacional, assim como a falta de postos de trabalho, foram algumas das condições que colocaram em evidência diversos problemas sociais, tais como a proliferação de doenças, acarretando uma alta mortalidade infantil, a presença de adultos e crianças vagando nas ruas e o aumento da criminalidade. Esses problemas não se coadunavam com a ideia

vigente da ascensão do Brasil ao patamar das grandes potências europeias. O Brasil, que, em 1889, tornou-se uma República, tinha naquele momento a missão de se modernizar. Havia um país a se construir (BASBAUM, 1981 *apud* CUNHA; BOARINI, 2010, p. 210).

Neste cenário, surge a necessidade de contratação de maior quantidade de mão de obra para trabalhar nas indústrias, impulsionando uma mudança no conceito do trabalho, que deixa de ser considerado humilhante como na época da escravidão, e adquire valor positivo e enobrecedor.

No entanto, o degradante cenário social e político não se coadunava com os interesses do Estado. Surgem, então, às preocupações relativas à preservação de mão de obra; por isso, a infância se torna objeto de intervenção pública e constrói-se a ideia de infância como futuro da nação (CECCIM; PALOMBINI, 2009; CUNHA; BOARINI, 2014; MARAFON, 2013; SANTO et al., 2006; SILVA SANTOS, 2004 *apud* CRUZ et al., 2005). É, portanto, visando a resolução de tais problemas que impediam o Brasil de se tornar uma potência, que se dá a abertura para a intervenção social da medicina nos hábitos dos indivíduos.

Zaniani e Boarini (2011) indicam que a visibilidade da infância brasileira nesse contexto teve ajuda de duas pessoas: 1- o senador da República Lopes Trovão que denunciava, em 1896, o descaso com a infância na Capital da República, a qual tinha obrigação de ser modelo para o resto do país. Lopes Trovão indicava que os cuidados protetivos e corretivos com os menores era dever do Estado, lógica que se coadunava com a ideia de reconstrução da pátria (MONCORVO FILHO, 1926 *apud* ZANIANI; BOARINI, 2011); 2- e o médico higienista Arthur Moncorvo Filho (1871-1944) que, a partir de tal preleção, desenvolve um projeto de atendimento médico e assistencial direcionado às crianças “material e moralmente abandonadas” (ZANIANI, 2008 *apud* ZANIANI; BOARINI, 2011), inscrevendo-o na história da assistência à infância no Brasil.

O foco dos médicos higienistas era a prevenção de doenças, que só seria alcançada por meio de medidas de higiene. Assim, baseados na cientificidade, começam a impor regras e recomendações para a sociedade. No

entanto, isso só foi possível por meio da emergência de novos conceitos relativos à infância, que passa a ser concebida como uma etapa biológico-moral de desenvolvimento, anterior à vida adulta. Nessa direção, as campanhas de intervenção médica nas famílias foram baseadas em conhecimentos científicos sobre o desenvolvimento infantil (Puericultura e Pediatria), o que direcionou a uma mudança nos paradigmas sócio-familiares (CECCIM; PALOMBINI, 2009; LONGO, 2005; SANTO et al., 2006).

Dentre os aspectos, trazidos pelos autores analisados, sobre a noção de infância que orientou a intervenção da medicina higienista, destacam-se: 1- a compreensão de que a criança, em especial nos primeiros 10 anos (“idade de ouro” da higiene mental) (SANTO et al., 2006), é o melhor alvo para prevenção dos males sociais, pois estão mais abertas às impressões do mundo, facilitando a intervenção no sentido de moldá-las e controlá-las (CUNHA; BOARINI, 2010; SANTO et al., 2006). Além disso, acreditavam que a partir da educação da criança se atingiria mais facilmente os outros membros da família, visto que era necessário um ambiente harmonioso e higiênico para a preparação criança para ser um adulto civilizado esperado para a sociedade brasileira (MELLO, 1846 *apud* SANTO et al., 2006; CECCIM; PALOMBINI, 2009; LONGO, 2005); 2- a ênfase nos caracteres hereditários da criança, apoiada numa lógica eugenista de que existe uma raça pura e que mesmo a melhor educação física, intelectual e moral não auxiliam os indivíduos comprometidos geneticamente (CRUZ et al., 2005; CUNHA; BOARINI, 2010; SANTO et al., 2006); 3- a atuação higienista incide sobre a reformulação da conduta da mulher, para quem é atribuída a responsabilidade dos cuidados e da educação moral, intelectual e física dos filhos. Ao homem cabia o papel de provedor da casa (CECCIM; PALOMBINI, 2009; SANTO et al., 2006); 4- os médicos higienistas passam a valorizar o papel da mulher enquanto mãe, destacando a importância da amamentação e a ideia de frieza e desvirtuamento da mulher que abandona seu filho (SANTOS, 1857 *apud* SANTO et al., 2006). Desse modo, ressalta-se que o retrato da infância cultivado pelo discurso higienista nesse período está intimamente relacionado com a imagem da mulher.

Além dessas questões, a participação da medicina na explicação dos comportamentos dos indivíduos viabiliza a transformação dos desvios de padrão em doença e se inicia uma limpeza nas cidades para melhor controlá-las, por meio de um movimento de internação (CRUZ et al., 2005). Esse movimento atingia tanto pessoas acometidas por doenças físicas (lepra, tuberculose, etc.), quanto pessoas que apresentavam males psíquicos e sociais. Assim, surge o ideário de higiene mental, que objetivava criar boas condições para o desenvolvimento psíquico dos indivíduos, de acordo com as exigências sociais (RADECKI, 1925 *apud* CUNHA; BOARINI, 2010).

Nesse contexto, a educação participa como forma de disciplinarização dos indivíduos, em que as medidas de higienização são uma forma de disciplina (CARVALHO, 1997 *apud* LONGO, 2005). O saber médico passa a intervir, inclusive, sobre os problemas de aprendizagem, os quais passam a ser associados a aspectos orgânicos (DECOTELLI et al., 2013; CRUZ et al., 2005).

Para Corazza (2000), a infância constituiu-se como prática discursiva e não-discursiva a partir de “novas práticas de biopoder, ligadas aos emergentes mecanismos de governamentalidade das populações e dos indivíduos” (p. 224). A preocupação com o sujeito infantil, portanto, passava a se instituir cada vez mais como um problema econômico e político, alvo de inquietações de ações médicas, morais e pedagógicas (CRUZ et al., 2005, p.44).

As crianças que não se adaptassem às normas deveriam passar por um processo de reeducação, o qual era destinado especialmente aos chamados “menores” (conceito de extrema importância para pensar a constituição da infância brasileira). Inicialmente o termo menor é associado a limites etários (menor de 18 anos) e ao abandono material ou moral. No entanto, posteriormente, o termo passa a ser vinculado também à criminalidade ou às crianças e adolescentes pobres que estavam em perigo de ser delinquentes. Em qualquer dessas situações, eram considerados menores em situação irregular e eram levados à institucionalização. O termo “menor” torna-se um termo jurídico a partir da criação do Cód-

go de Menores de 1927, primeira legislação específica para a infância no Brasil (MOURA et al., 2013).

Infância no contexto sociocultural da assistência social

Na história brasileira existem basicamente três modelos de discursos relativos à proteção e à assistência da infância abandonada: a assistência caritativa, a filantrópica e a assistência do Estado do bem-estar social. Embora tais modelos tenham concepções contraditórias entre si, eles coexistem no cotidiano (GUEDES; SCARCELLI, 2014).

O primeiro modelo de assistência à infância existente foi o da assistência caritativa, o qual se caracteriza pela ação da Igreja Católica e pela ação de pessoas individuais.

Segundo Marcílio (2006), na assistência caritativa não havia a condenação pelo ato do abandono ou uma preocupação em modificar a ordem vigente. Ao contrário, a ideia disseminada era de que as crianças abandonadas possibilitavam a prática da compaixão, necessária para a salvação da alma do cristão. Tais características de manutenção e legitimação das desigualdades, que transformam a pobreza ou o sofrimento em um mal necessário para poder exercer “o bem”, são, de acordo com Caponi (2000), centrais na lógica da compaixão, fundamento das práticas caritativas. Essas se estruturam a partir de uma relação assimétrica, tendo como eixo o binômio servir/obedecer ou ajudar/ser ajudado. Do lado de quem serve, há uma certeza que se conhece o que representa o bem para o outro, acreditando-se ter uma responsabilidade absoluta sobre ele. A quem recebe, é exigido o pagamento dessa dívida, sob forma de reconhecimento, gratidão e obediência ilimitados (GUEDES; SCARCELLI, 2014, p.60).

Nesse contexto, os recém-nascidos rejeitados pelos pais poderiam: ser acolhidos por outra família, para, na maioria das vezes, usar a criança como mão de obra passiva e gratuita (MARCÍLIO, 1998 *apud* ZANIANI; BOARINI, 2011; MARCÍLIO, 2006 *apud* GUEDES; SCARCELLI, 2014); ser entregues em instituições de caridade, as Santas Casas de Misericórdia ou Roda dos Expostos. A Roda dos Expostos é considerada “a pri-

meira demonstração de ‘interesse público’ pela proteção das crianças no Brasil” (MONCORVO FILHO, 1926 *apud* ZANIANI; BOARINI, 2011, p. 275). Nessa direção, ela se tornou a primeira instituição brasileira oficial de assistência direcionada à infância, a qual teve grande duração, permanecendo ativa do período colonial até a década de 1950 (CRUZ et al., 2005).

A Roda dos Expostos prometia cuidar das crianças abandonadas. A instituição mantinha tudo em sigilo, a identidade da pessoa que a entregava e o destino da criança. Todavia, a situação precária das rodas culminava na morte de muitas crianças deixadas ali (CRUZ et. al, 2005; CECCIM; PALOMBINI, 2009; MARCÍLIO, 2006 *apud* GUEDES; SCARCELLI, 2014).

Algumas crianças eram entregues às amas de leite, que deveriam cuidar delas por três anos, recebendo pagamento para isso. Posteriormente, a ama poderia permanecer com a criança, abandoná-la nas ruas, ou entregá-la de volta à Misericórdia, que a encaminhava para um Colégio de Órfãos.

Portanto, o Estado não prestava nenhum tipo de assistência à infância no período colonial (ZANIANI; BOARINI, 2011) e a manutenção da assistência caritativa legitimava a desigualdade social (GUEDES; SCARCELLI, 2014).

Nesse cenário, o médico higienista Moncorvo Filho (1914 *apud* ZANIANI; BOARINI, 2011) alertava sobre a gravidade da situação: considerando a mudança social da produção de vida da população, ocasionada pelo fim da escravidão, cada indivíduo passa a ser uma unidade de capital social da nação e a perda de tantas crianças torna-se um grande prejuízo econômico.

A medicina higienista junto ao direito direciona suas ações em torno da prevenção. Nesse sentido, as famílias eram avaliadas em relação à capacidade e dignidade no cuidado com as crianças, para evitar que a infância em perigo se tornasse uma infância perigosa (GUEDES; SCARCELLI, 2014; ZANIANI; BOARINI, 2011).

Produz-se, assim, uma equivalência entre infância pobre e infância perigosa, sendo que a prevenção surge como estratégia de governamentalidade. Proliferam políticas e programas de assistência à infância, especialmente àquela

em condições de pobreza, pautados em noções compensatórias, de integração ao modelo de desenvolvimento. Assinalamos aqui que a idéia de compensar fundamenta-se em uma determinada noção do que é normal ou desejável, estabelecendo parâmetros em relação aos quais as crianças passam a ser avaliadas como perigosas (ou potencialmente perigosas) ou normais. Ao compensar, busca-se alcançar o padrão adequado, o qual é previamente delineado e a partir do qual todos os outros são considerados em falta, carentes (e, conseqüentemente, necessitam ser supridos) (HILLESHEIM; CRUZ, 2008, p. 194).

Assim, no início do século XX, a proteção à infância abandonada se referia à preocupação com a proteção social. É a partir de então que o Estado passa a assumir a corresponsabilidade com as políticas de atendimento, iniciando o modelo da filantropia científica, o qual apregoava que era a aplicabilidade de conhecimentos científicos que garantiria a sobrevivência das crianças (ZANIANI; BOARINI, 2011).

Em 1899, Moncorvo Filho criou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) no Rio de Janeiro. O IPAI era uma instituição filantrópica e assistencialista que previa: o combate da mendicância; a criação de creches e maternidades; a proteção contra a negligência e o abuso de crianças “material e moralmente abandonadas”; a inspeção médico-higienista em todas as instituições de atendimento à infância; a educação para famílias pobres (principalmente para as mães). Outras instituições de modelo filantrópico foram criadas em todo território brasileiro e, embora houvesse tais proposições, as condições materiais às quais a população estava exposta (ausência de condições mínimas de moradia e de saneamento básico, falta de acesso à escolarização, etc.), sobrepujava tais iniciativas (ZANIANI; BOARINI, 2011).

Além dessas iniciativas, houve a aprovação, em 1928, da Lei dos Municípios, que autorizava as Câmaras da Assembleia Legislativa Provincial (que resistiam em assistir as crianças abandonadas) a instalar a Roda onde houvesse a Casa de Misericórdia para assistir os enjeitados. Iniciava-se, então, a associação entre o público e o privado, característica do modelo

filantrópico (MARCÍLIO, 1999 *apud* CRUZ et al., 2005).

Assim, embora a promulgação do Código de Menores de 1927 demarque o início das intervenções do Estado brasileiro em ações relacionadas à infância, somente na década de 60 o Brasil se torna o principal responsável pela assistência e proteção da infância abandonada, iniciando o modelo do bem-estar social para as questões da infância (MARCÍLIO, 2006 *apud* GUEDES; SCARCELLI, 2014).

Todavia, ressalta-se que a proteção no período da ditadura militar acompanha o modo repressivo de seu funcionamento, ou seja, mantém a institucionalização marcada pela falta de critérios, violência e repressão como forma de correção. Somente com a abertura democrática e a criação da Constituição Federal (1988) e, posteriormente, da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com a doutrina da proteção integral, a criança passa a ser considerada como sujeito de direitos (SILVA, 2004 *apud* GUEDES; SCARCELLI, 2014).

Desse modo, o ECA pode ser considerado um ato de conciliação legal do Estado brasileiro com sua infância. O questionamento que ainda prevalece é em relação à disparidade entre as diretrizes das políticas públicas e suas práticas correspondentes (PINO, 1980 *apud* GUEDES; SCARCELLI, 2014). Tal divergência pode ser atribuída à complementariedade dos modelos de assistência anteriores – caritativo e filantrópico, mantendo práticas de solidariedade e negação à fala dos assistidos (CAPONI, 2000 *apud* GUEDES; SCARCELLI, 2014).

Como se pode observar a partir dessa análise histórica da assistência social, as políticas públicas respondem a demandas sociais e econômicas referentes ao seu contexto sócio-histórico, produzindo e sendo produzida dialeticamente pela concepção de infância de seu tempo e seu meio.

Políticas públicas sociais na atualidade

No cenário do Estado moderno e do fortalecimento da cidadania (noção ligada ao estabelecimento de direitos políticos, sociais e civis), diversos movimentos sociais e organizações lutam por igualdade. Tal luta é decor-

rente do descaso do Estado em relação às questões sociais. É esse contexto que viabiliza uma nova consciência sobre os direitos de proteção à infância no Brasil e permite a criação de instituições de assistência e defesa dos direitos da criança e do adolescente, como os Conselhos Tutelares. Além disso, modificam-se, na justiça brasileira, as penalidades a serem dadas aos atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes, devido ao reconhecimento de sua condição peculiar de desenvolvimento.

Ressalta-se, assim, a importância da rede de apoio social à infância para a busca de qualidade de vida das crianças. A rede é constituída pela totalidade de serviços, programas e instituições direcionadas à criança, o que inclui a família, a escola, sistema de justiça, entre outros (FRIZZO; SARRIERA, 2005).

O que se convencionou chamar o Sistema de Garantia de Direitos no município é o conjunto de órgãos e serviços que, juntos, proporcionam as condições de desenvolvimento adequado na infância pela garantia do atendimento das necessidades essenciais e dos mecanismos de exigibilidade dos direitos que sustentam a cidadania. Tal Sistema é formado pelo Conselho Tutelar, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo para a Infância e Adolescência, Juizado da Infância e Juventude, Promotoria Pública e órgãos públicos e entidades de atendimento que executam programas e/ou serviços à população em geral (FRIZZO; SARRIERA, 2005, p. 187).

Nessa direção, as políticas públicas têm a incumbência de garantir as condições necessárias para o desenvolvimento sadio das crianças, enquanto a proteção especial se refere às medidas compensatórias que devem ser acionadas quando as políticas públicas forem insuficientes.

Observa-se, então, a ampliação em qualidade e quantidade de instituições que participam da rede de apoio social à infância. Em suas ações, todas elas devem se comprometer em relação à proteção à infância, cada qual considerando a sua especificidade: “As intervenções psicossociais devem considerar e promover a integração dessa rede e sua eficácia na atenção à infância, buscando superar as dificuldades do trabalho interdisciplinar e interinstitucional” (FRIZZO; SARRIERA, 2005, p. 189).

O Conselho Tutelar tem grande importância no Brasil, visto que é uma instituição criada pelo ECA para desjudicializar as medidas sociais para a infância, já que anteriormente a institucionalização era a medida mais adotada para as questões sociais e econômicas. Nesse sentido, o Conselho Tutelar é um órgão representativo da sociedade, que pode agir contra o próprio Estado e/ou a família, visando o bem-estar da criança.

Na rede social da infância, o Conselho Tutelar cumpre um papel paradigmático: ele não proporciona nenhum atendimento de necessidades, não executa nenhum programa e não presta assistência, mas cabe a ele tomar as devidas providências para que os direitos sejam atendidos, para que as necessidades de todas as crianças e adolescentes sejam satisfeitas e zelar pelas suas condições de vida. Para isso, deve lançar mão de suas atividades, articulando os recursos disponíveis e provocando a criação de novos recursos, quando não são satisfatórios em alguma área, participando da formulação de políticas públicas, informando os órgãos responsáveis pelos problemas existentes na comunidade [...], promovendo a difusão dos direitos através de campanhas educativas na comunidade. Seu lugar dentro da rede social é junto ao sistema de ajuda formal, mas com o papel de articular todos os recursos formais e informais na atenção à infância, tanto nos casos atendidos pelo Conselho como na virtualidade da proteção às crianças de toda uma comunidade. Isso torna a tarefa do Conselho Tutelar bastante complexa, pois, apesar de ser um órgão público de natureza administrativa, seu objetivo principal é zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, providenciando para que os ambientes sociais em que os jovens transitam sejam adequados ao seu desenvolvimento sadio. Um dos problemas mais sérios enfrentados pelos Conselhos e pelos conselheiros em ação é a necessidade constante de capacitação pela necessidade de conhecimento em várias áreas, para qualificar cada vez mais sua ação (FRIZZO; SARRIERA, 2005, p. 189-190).

Nessa direção, percebe-se que o Conselho Tutelar é um órgão de extrema importância e que mantém um campo de ação com múltiplos desafios, devido à sua função de resgatar as práticas institucionais de garantia da qualidade de vida da infância e de auxiliar no processo democrático de construção da cidadania.

Na última década, a assistência social no Brasil, enquanto política pública, tem recebido influência da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que prevê a criação, municipalização e reordenamento de serviços (GUEDES; SCARCELLI, 2014)

Atualmente, é o nível da proteção social básica que tem o foco da prevenção na política de assistência social, a qual está implementada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios brasileiros. Os CRAS efetuam atendimentos a indivíduos e famílias considerados em vulnerabilidade social e situação de risco. Tal vulnerabilidade pode ser decorrente da pobreza, da dificuldade de acesso ao serviço público, da fragilidade dos vínculos afetivos ou do pertencimento social. Psicólogos e assistentes sociais compõem a equipe mínima nessas instituições, a qual trabalha em prol do desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e do fortalecimento das relações (ZANIANI; BOARINI, 2011).

Portanto, a assistência social é um recurso que o Estado utiliza para enfrentar suas demandas sociais, que abrangem problemas sociais, políticos e econômicos provenientes da inserção do trabalho livre na sociedade capitalista. Assim, as condições materiais de existência seguem gerando os problemas sociais que produzem a necessidade de proteção social à infância.

Considerações finais

A realização da metassíntese do conceito de infância em periódicos brasileiros de psicologia permitiu que os conteúdos fossem sintetizados e agrupados em categorias, viabilizando o resgate e a rediscussão de estudos. Esse procedimento possibilitou novas possibilidades de análise da constituição do conceito de infância no Brasil, numa perspectiva histórica e crítica.

A análise dos aspectos sócio-históricos referentes à infância permite o reconhecimento do processo de formação de diversos conceitos, para além do conceito de infância, tais como a concepção do papel da mulher na família e a idealização de um modelo de família. Nessa direção, ressalta-

-se a importância do olhar histórico para os conceitos existentes, a fim de desnaturalizar ideias e para compreender como estão sendo utilizados na atualidade. Portanto, pesquisas desse tipo têm muito a contribuir com os saberes “psi”, visto que auxiliam a prática contextualizada historicamente e sustentada numa postura crítica.

Reitera-se a compreensão de que os conceitos são produções humanas que se constituem num processo sócio-histórico e dialético. A análise do conceito de infância permitiu a visualização da transformação histórica de suas concepções e a transformação que ocorrem mutuamente nas relações sociais e políticas adjacentes. Considerando os parâmetros utilizados pelos autores dos artigos analisados para discutir a formação do conceito de infância, destaca-se a importância do desenvolvimento do aparato jurídico voltado à infância, a importância do respaldo científico e da constituição das políticas públicas sociais direcionadas à infância, sem, no entanto, desconsiderar a existência dos processos sociais mais amplos (cultura, economia, política) que possibilitam e impulsionam as transformações nos parâmetros supracitados.

No contexto analisado, ressalta-se que a psicologia participa da formação do aparato jurídico e do desenvolvimento das políticas públicas voltadas à infância brasileira numa postura de dicotomia: normal x patológico; individual x social; família desestruturada x família estruturada. Nesse sentido, a psicologia participou historicamente legitimando a desqualificação de indivíduos considerados desviantes ao desconsiderar os aspectos sociais do problema e atribuir a terapêutica apenas ao indivíduo. Assim, indivíduos e famílias pobres eram desqualificados e incluídos no trinômio periculosidade-pobreza-menoridade. Definiam-se, assim, infâncias desiguais, uma infância anormal que deveria ser tutelada e punida pelo Estado, e outra infância que era socializada pela escola e pela família. Embora existam mudanças, tal lógica perdura até a atualidade.

Nesse processo, destaca-se a importância do ECA como um marco da mudança do conceito de infância no Brasil, substituindo a doutrina da situação irregular dos códigos menoristas pela doutrina da proteção

integral. Embora haja o reconhecimento do avanço alcançado pelo ECA, a nível histórico, essa legislação ainda carrega contradições em relação à noção de tutela e autonomia de crianças e adolescentes. Ressalta-se, ainda, o distanciamento do que acontece na prática em relação ao que é previsto pelo ECA, visto que ainda existe uma noção compensatória e uma postura de exclusão e isolamento.

Assim, no que diz respeito às políticas públicas sociais voltadas à infância, foco desse artigo, observamos que, embora ocorra uma multiplicação da quantidade e qualidade das instituições que compõem a rede de apoio social à infância, a situação material da infância continua precária. Tal precariedade pode ser atribuída a diversos fatores, dentre eles a coexistência dos modelos de assistência – caritativa, filantrópica e Estado do bem-estar –, o descaso do Estado em relação à garantia de condições materiais de vida para crianças e jovens e a precariedade das instituições que atendem esse público. Nessas circunstâncias, reitera-se a necessidade de políticas públicas que se tornem mais efetivas na vida da população, visto que elas possibilitam a transformação da vida das pessoas. Além disso, ressalta-se que as lacunas que se colocam entre os âmbitos técnico-assistencial e político-jurídico resultam em consequências na constituição da infância, visto que possuem íntima ligação com processos psicossociais, que se constituem na interação de parâmetros culturais, econômicos, históricos e políticos.

Desse modo, afirma-se que as políticas públicas direcionadas à infância constituem um campo de desafios para as práticas “psi”. Nesse sentido, torna-se imperativo a busca por um posicionamento crítico da Psicologia em relação às demandas que está atendendo no contexto de políticas públicas de assistência à infância, tendo sempre em vista a transformação social, dada a materialidade da produção de conceitos e das subjetividades. Além disso, ressalta-se a necessidade de buscar meios de desnaturalização de conceitos estanques e desqualificadores que a própria Psicologia ajudou a construir.

Referências

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC. [1975]1981.
- BUJES, M. I. O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder. **Educação e Realidade**, v. 4, n. 1, p. 25-44, 2000.
- CECCIM, R. B.; PALOMBINI, A. de L. Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 301-312, 2009.
- CRUZ, L.; HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. Infância e Políticas Públicas: Um Olhar sobre as Práticas Psi. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 42-49, 2005.
- CUNHA, C. C.; BOARINI, M. L. A infância sob a tutela do Estado: alguns apontamentos. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 12, n. 1, p. 208-224, 2010.
- DECOTELLI, K. M.; BOHRER, L. C. T.; BICALHO, P.P.G. de. A droga da obediência: medicalização, infância e biopoder – notas sobre clínica e política. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, n. 2, p. 446-459, 2013.
- FRIZZO, K. R.; SARRIERA, J. C. O conselho tutelar e a rede social na infância. **Psicologia USP**, v. 16, n. 4, p. 175-196, 2005.
- GUEDES, C. F.; SCARCELLI, I. R. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n.3, p. 58-67, 2014.
- HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. da. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 192-199, 2008.
- LONGO, C. da S. Ética disciplinar e punições corporais na infância. **Psicologia USP**, v. 16, n. 4, p. 99-119, 2005.
- MARAFON, G. A maquinaria judicializante e o governo de infâncias desiguais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 515-526, jul./set., 2014.
- MATHEUS, M. C. C. Metassíntese qualitativa: desenvolvimento e contri-

buições para a prática baseada em evidências. **Acta Paulista de Enfermagem**, n. 1, p. 543-545, 2009.

MOSCOVICI, S. Sociedade e teoria em psicologia social. In: Moscovici, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003. p. 111-116.

MOURA, T. B. de; VIANA, F. T.; LOYOLA, V. D. Uma análise de concepções sobre a criança e a inserção da infância no consumismo. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, n. 2, p. 474-489, 2013.

SANTO, A. A. do E.; JACÓ-VILELA, A. M.; FERRERI, M. de A. A imagem da infância nas teses da faculdade de medicina do Rio de Janeiro – (1832-1930). **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 19-28, jan./abr., 2006.

TOMÁS, C. A. A transformação da infância e da educação: Algumas reflexões sócio-históricas. **Paidéia**, v. 11, n. 20, p. 69-72, 2001.

TRANCOSO, A. E. R. **Juventudes: o conceito na produção científica brasileira**. 222 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.

ZANIANI, E. J. M.; BOARINI, M. L. Infância e vulnerabilidade: repensando a proteção social. **Psicologia & Sociedade**, v.23, n. 2, p. 272-281, 2011.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR

Nayra Daniane Mendonça
Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Introdução

A universidade é permeada pela resistência nas discussões de gênero. A pluralidade de ideias, valores e vivências, somada à desigualdade de gênero presente no espaço acadêmico interfere na necessidade de se fornecer elementos teóricos que instrumentalizem os sujeitos a identificarem as violências que sofrem ou presenciam. A percepção de professoras/es sobre as relações de gênero e violência torna-se necessária por serem mediadoras/es entre ensino, práticas profissionais e construção de saberes implicados nas relações sociais (MACHADO; BARRETO; GROSSI, 2013).

As violências decorrem de tensões criadas no exercício dos contrapontos exigência/omissão, direito/dever, autonomia/subserviência, estabelecidas entre discentes e docentes (CRUZ; PEREIRA, 2013), de modo específico, a violência contra mulheres (VCM) tem sua gênese na desigualdade de gênero. Gênero corresponde ao conjunto de componentes sociais, aspectos culturais e políticos, mecanismos psicológicos, procedimentos legais e econômicos que revelam maneiras de se desempenhar a feminilidade e masculinidade (LEITE et al., 2014).

Mesmo com a existência de leis que garantam a igualdade entre os sexos, a ideologia da soberania masculina, respaldada no patriarcado, se sobressai. Disso, pode decorrer a violência, conceituada como imposições e/ou submissão, garantida pelo uso intencional de força física, psicológica e intelectual para a obtenção de algo que a mulher não queira fazer, submetendo-a a diversas vulnerabilidades e violando os direitos à vida, liberdade, proteção física e intelectual (CAVALCANTI et al., 2014).

No que tange ao cenário universitário, ainda são incipientes as ações e políticas voltadas para denúncia e coibição, espaços de debate e instrução sobre os prejuízos causados pela violência e os fatores sociais implicados em sua ocorrência. Sabendo disso, o presente estudo objetivou compreender as concepções que professores da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí possuíam acerca da VCM, ocorrida no contexto acadêmico.

Método

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, na qual participaram 15 (quinze) docentes, três de cada unidade acadêmica da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí, sendo elas: ciências agrárias; biociência; ciências exatas e tecnológicas; letras, ciências humanas e sociais aplicadas; ciências da saúde. Utilizou-se a categorização dos cursos disponível no endereço eletrônico da universidade no momento da obtenção de dados.

A amostra foi constituída por professores do sexo masculino, que tinham exercício profissional de docência acadêmica na universidade de no mínimo um ano. Os nomes dos professores que se adequaram aos critérios de inclusão e seus respectivos endereços eletrônicos foram levantados via secretaria dos cursos em que estavam alocados e/ou fornecidos por terceiros. Feito isso, os docentes foram contatados via *e-mail*, informados a respeito dos objetivos do estudo e convidados a participar da pesquisa.

A obtenção de dados se deu por meio de entrevista semidirigida. As questões do roteiro versavam sobre a conceituação da VCM e sua ocorrência na universidade, relações de gênero e poder no âmbito acadêmico, cultura do estupro e políticas públicas para punir e erradicar a violação dos direitos femininos. As entrevistas foram áudio-gravadas e, posteriormente, transcritas. Os docentes validaram sua concordância mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e nomeados por meio de siglas, com o intuito de resguardar suas identidades. Foi realizada a análise qualitativa de conteúdo e, quanto aos dados sociodemográficos, foram tabelados, conforme disposto na Figura 1.

Figura 1. Dados sociodemográficos dos participantes.

Categorias	Número de sujeitos				
Idade	Entre 27 a 59 anos				
Titulação	3 mestrado	12 doutorado			
Etnia	11 brancos	3 pardos	1 não declarado		
Estado civil	11 casados/união estável	3 solteiros	1 divorciado		
Filhos	5 possuíam 1 filho	5 possuíam 2 filhos	5 não tinham filhos		
Religião	7 católicos	4 espíritas	1 evangélico/ protestante	1 budista	2 sem religião
Total	15 sujeitos				

Fonte: Autoras da pesquisa.

O procedimento metodológico foi realizado de acordo com três técnicas: a síntese da análise de conteúdo, que objetivou a redução e condensação das informações similares relevantes; a análise explicativa do conteúdo, que delineou os dados importantes, no intuito de dar-lhes uma explicação mais clara; e a análise do contexto restrito, que buscou explicações para os conteúdos presentes nos trechos no próprio texto, enquanto a análise estruturadora de conteúdo ampliou a problematização para recursos que extrapolaram o mesmo (FLICK, 2009). O conteúdo empírico analisado deu origem às seguintes categorias analíticas: a) conceito de VCM, b) relações de gênero no contexto acadêmico, c) VCM no âmbito universitário d) mecanismos de enfrentamento e proteção às mulheres.

Resultados e Discussão

Conceito de VCM

Problematizar a VCM possibilita pensar em formas de coibição e erradicação do fenômeno de acordo com os fatores sociais, econômicos e históricos em que ele acontece. Quando solicitados a conceituá-lo, os participantes apontaram se tratar de formas de discriminação e desrespeito, considerando que a maneira com que os indivíduos são ensinados para

o exercício dos papéis nas sociedades patriarcais, corroboraria para a sua legitimação. Houve falas que pontuaram a violência como um estado de desequilíbrio humano e as que versaram sobre as diferenças anatômicas entre homens e mulheres.

Notou-se que a conceituação dada pelos sujeitos, ainda que considerasse minimamente a influência de questões culturais e históricas, admitiam que a violência se origina de fatores individuais, responsabilizando o autor das agressões pela ocorrência do fenômeno. Ademais, reafirmaram as diferenças anatômicas e comportamentais entre os sexos, reconhecendo-as como inatas, quando, segundo Butler (2016), a estrutura corporal e as condutas individuais são constituídas a partir da relação interpessoal, fatores socioculturais, políticos e econômicos, através dos discursos.

Violência, de uma forma geral, é um estado de desequilíbrio do ser humano. [...] Ultrapassa a faixa do bom senso, a faixa do seu estado de autocontrole (Participante A).
Homens e mulheres são diferentes fisicamente falando, anatomicamente falado, e de jeito. Homem tem um jeito, mulher tem outro jeito (Participante B).

Os sujeitos enfatizaram a ocorrência da violência física, seguida pela psicológica. As agressões morais e sexuais foram citadas com menor frequência, enquanto a patrimonial não esteve presente em nenhum dos discursos. Observou-se que os entrevistados citaram os tipos de violência no intuito de conceituá-la, embora não tenha ficado evidente se eles tinham conhecimento sobre os significados de cada tipificação. Gracindo e Soares (2015) pontuam que os abusos direcionados à mulher acontecem de diferentes maneiras, embora a forma física fique em evidência, por ocasionar marcas visíveis, de mais fácil identificação e comprovação. A violência psicológica, mesmo invisível, compromete as relações sociais gerando cerceamento, intimidação e diminuição da autoestima da mulher. Como exemplo: “Eu vejo dois aspectos né; a violência física, que a gente ainda ouve muito falar né, infelizmente; e aquela que às vezes é até silenciosa né, [...] psíquica, psicológica [...] (Participante C).

De maneira geral, os sujeitos tiveram dificuldade em conceituar a VCM, apontando possíveis motivações de sua ocorrência. A violação dos direitos femininos se difere das demais violências pela especificidade de ser pensada, dentre outras atribuições, a partir do termo gênero (GRACINDO; SOARES, 2015). A esse respeito, destacou-se um único discurso que considerou a violência de forma interseccionada com classe, raça, gênero e orientação sexual.

Então a violência contra a mulher não dá para entender ela fora desse contexto do patriarcado, dentro do sistema de gênero que oprime as mulheres. A partir desse sistema [...] é como se o corpo da mulher tivesse mais autorização para cometer violência. [...] Você tem sempre que fazer a leitura de classe, raça e gênero né. Então se você for mulher, e se você for negra e pobre, você tem mais chances, você é um alvo maior de receber a violência do que se você for homem, branco, heterossexual. [...] Então acho que a violência contra a mulher é interligada também com a raça, com a classe social, e também com a orientação sexual (Participante D).

Reconhecer as intersecções possibilita pensar que a mobilização para a garantia dos direitos das mulheres tem particularidades que demandam lutas específicas. Isso porque, na verdade, não existe somente uma única forma de ser mulher, tampouco as condições vivenciadas por elas são idênticas. Atentar-se para os discursos sobre gênero pautado nos fatores biológicos, dentro da lógica heteronormativa, classista, machista e racista vigente, revela a invisibilidade político-social das/os que transgridem a norma, estando elas/es mais vulneráveis a sofrerem atos violentos (PI-MENTA, 2015).

Dentre os fatores apontados pelos entrevistados como motivadores da ocorrência de violência, destacaram-se as condições culturais e familiares em que as pessoas estão inseridas, que, segundo eles, reafirmavam o machismo. Observou-se que a prática de VCM era entendida pelos sujeitos como comportamento patológico de quem a cometia. Ao conceber as condutas agressivas como doença, os sujeitos propuseram a intervenção médica e psicológica individual como formas de tratar os indivíduos de

maneira isolada, podendo inferir-se a prevalência de propostas excludentes, que viam exclusivamente nos autores o foco para intervenção no intuito de erradicar o fenômeno. Por exemplo: “[...] questão aí do machismo e distúrbio mental, para mim são as únicas explicações. Psicopatia né [...] distúrbio psicológico. [...] O cara precisa de tratamento psicológico, psiquiátrico, né” (Participante J).

Gonçalves e Bock (2009), ao problematizarem a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais, pontuam que a relação existente entre indivíduo e sociedade é histórica. Nessa relação, o indivíduo é ativo, transformador e modificado pela realidade e pelas vivências que estabelece. Negam-se, portanto, visões reducionistas, que visualizam as relações de maneira dual, considerando interno e externo como duas realidades distintas e independentes. Nesse sentido, a Psicologia sócio-histórica propõe a noção de historicidade, em que a subjetividade deriva das relações sociais e históricas, o que desnaturaliza o fenômeno e problematiza a maneira com que ele se constitui enquanto processo.

Relações de gênero no contexto acadêmico

No percurso histórico das sociedades patriarcais, a oportunidade de escolarização das mulheres foi o mecanismo facilitador para sua admissão no mercado de trabalho, visibilidade política, social e emancipação (CARVALHO; RABAY; MORAIS, 2013). Sobre a entrada das/os estudantes nos cursos de graduação, houve discursos que evidenciaram iguais possibilidades de ingresso entre os sexos. Foi consenso entre os participantes as desigualdades de gênero existentes nas relações entre os membros da comunidade acadêmica. Mesmo que os processos seletivos não façam diferenciações entre homens e mulheres, há disparidades anteriores, pelas quais, por questões históricas, os privilégios masculinos sobressaem na sociedade.

O nosso contexto é um contexto de seleção universal né, no sentido de que os critérios de avaliação que se usa, em nenhum momento ele leva algum tipo de relação de gênero né. Porém, a seleção, ela se baseia num mérito né,

[...] das relações que ele vem construindo com o conhecimento né, ao longo da sua vida escolar. A escola também como reflexo da sociedade, ela também transmite, não transmite na verdade, essa igualdade de gênero igual para as mulheres (Participante E).

Ao tecerem uma crítica à ciência, Carvalho et al. (2013) versam sobre a construção dos elementos que a compõe, partindo do ponto de vista exclusivamente masculino e de suas necessidades, afirmando que diversos ramos do saber científico estão imersos em uma estrutura reforçadora de desigualdades entre os gêneros. Diante disso, a proposta que emerge das discussões teóricas e práticas feministas, convidam a formular conhecimentos impulsionados por uma pluralidade de possibilidades e perspectivas, em que se objetivem o engajamento e consciência individual e coletiva, com sujeitos mais autônomos e ativos.

Os discursos que apontaram para o aumento significativo do número de mulheres nos cursos de graduação se assemelham aos achados de Carvalho et al. (2013), ao afirmarem que a paridade numérica entre os indivíduos matriculados nos variados níveis de escolarização, apresentava-se como uma realidade vivida na América Latina desde o final do século XX. Entretanto, as oportunidades de atuação e engajamento em práticas não consideram homens e mulheres com capacidades equivalentes. Tal posicionamento foi evidenciado na fala dos entrevistados, que afirmaram a existência de uma restrição da mulher tanto no mercado de trabalho, quanto em atividades práticas dentro da universidade.

Dentro de algumas áreas de agrárias, a mulher sai para o campo [...] não consegue um estágio pra isso, tem dificuldades, não são aceitas. Eu mesmo já tentei organizar estágios para alunas, e o que eu escutava é: “Minha esposa não deixa”. Justamente entendendo que assim, que essa mulher de alguma forma ela causaria um transtorno, ou que era um potencial transtorno para o casamento [...] (Participante F).

Então vão desde preconceitos que a gente vê de alguns professores com relação às alunas mulheres, achando que elas não são aptas a fazerem determinadas atividades que exigem muita força ou uma coisa assim, até questões de

reconhecimento mesmo pelo trabalho que é feito (Participante G).

Observou-se que a presença da mulher é muitas vezes cerceada, principalmente na área de agrárias, em virtude das atividades de campo. Os apontamentos justificaram-se por questão de força física, causa de possíveis transtornos ao matrimônio dos docentes, divisão sexual dos cursos, dentre outros. A inferioridade histórica em relação à mulher prejudica sua vivência plena em espaços ofertados ou em atividades disponíveis. Admitiu-se ainda que, ao se inserir no mercado de trabalho, a mulher encontra maiores dificuldades ou enfrenta preconceitos ao pleitear cargos de prestígio em diversos setores, incluindo-se a própria universidade.

Pensando na ocupação de cargos de chefia, a expressão “teto de vidro” é entendida como impedimento feminino para superar a barreira social invisível na conquista de posições legitimadas ao homem. A dificuldade das mulheres, que se sobressaem no mercado, em enxergar os obstáculos que enfrentam, pode ser justificada como artifício de que lança mão para promover autoconfiança (MIRANDA; MAFRA; CAPPELLE, 2012; TAVARES; PARENTE, 2015). O desrespeito direcionado à gestão de mulheres foi problematizado pelos entrevistados ao apontarem as características socialmente atribuídas à mulher – como fragilidade, passividade, docilidade – que, segundo eles, motivavam as chacotas e hesitações quanto ao exercício profissional.

Ao falarem sobre os diferentes adjetivos atribuídos aos sexos, Miranda et al. (2012) revelam que enquanto a mulher está associada à emotividade, empatia e apoio, o homem é representado pela racionalidade e lógica, consideradas qualidades atreladas ao sucesso profissional. Nesse sentido, os participantes apontaram o desequilíbrio emocional feminino como consequência e/ou empecilho para pleitear determinados cargos. Verificou-se que as atribuições sociais masculinas corroboravam para que os homens tivessem vantagens simbólicas em relação às mulheres ao assumirem funções dentro da universidade ou defender seus posicionamentos políticos nas situações de decisão, como em reuniões.

[...] ela tem que se desdobrar muito mais do que se fosse um homem para garantir [...] o respeito e a cooperação daqueles que estão vinculados a ela. [...] o equilíbrio emocional delas, ao ponto de até muitas vezes desistirem, de não querer investir em serem coordenadoras, em serem chefes, em serem diretoras [...] (Participante A).

Às vezes deixaram um pouco mais para cuidar dos filhos, mas são tratadas do mesmo jeito. [...] Mas agora, se você olhar uma mulher pode ter sido, por fatores culturais ela tem mais necessidade de ser mãe, tem mais necessidade de cuidar dos filhos. [...] prioridades para trabalho, não quer dizer que ela não esteja fazendo mais ou menos coisas, ela só desviou o foco um pouco (Participante H).

Notou-se que a divisão sexual dos papéis sociais ainda estava presente nas relações interpessoais, na maneira com que os entrevistados legitimam as condutas em sociedade e no campo profissional. Assim como os cargos de chefia foram relacionados ao sexo masculino, os afazeres do lar e os cuidados com os filhos apareceram como atribuição da mulher. Tavares e Parente (2015) afirmam que as responsabilidades domésticas acabam se tornando entraves na ascensão da carreira ou postergando sua conquista para níveis mais altos de escolarização. A dupla jornada feminina, que tramita entre profissão e família, por vezes dificulta a continuidade e acesso a níveis maiores do conhecimento. Tais afazeres podem desacelerar o ritmo de dedicação ao mercado de trabalho ou inviabilizar a adesão às possibilidades de engajamento e investimento na profissionalização.

Eu acredito que as mulheres conquistem isso [igualdade de gênero] com uma das melhores belezas que ela tem que é a docilidade, e é uma coisa que eu ando sentindo falta nas mulheres hoje em dia, elas se tornaram extremamente agressivas, ferozes, vorazes como bons homens. Mas a mulher ela tem a docilidade dela. Dentro de um seio familiar, a mulher conduz todas as situações com docilidade, e eu acho que eu sinto essa perda da docilidade da mulher, eu acho que ela... Pra ela resolver isso, nada mais do que a docilidade materna (Participante B).

Percebeu-se que as características socialmente atribuídas às mulheres foram vistas como instrumento para a conquista da igualdade de gênero,

quando ao contrário, dificultam o acesso das mesmas a patamares mais altos nas carreiras profissionais. Houve discurso que culpabilizou as mulheres pelas dificuldades enfrentadas para ascender no mercado de trabalho. Nesse sentido, o aumento do número de mulheres em cargos administrativos e de docência, ainda que em posições subalternas ou com titulações menores, foi apropriado pelos sujeitos para negar as disparidades existentes. Embora o aumento numérico de mulheres fosse real, os próprios discursos deixaram clara a distinção de oportunidades entre os sexos, principalmente se tratando das discentes. Por exemplo: “Às vezes algumas mulheres que não tem os mesmos cargos, ou as mesmas oportunidades, mas porque ela não foi atrás (Participante H)”.

Ao versarem sobre as relações entre gênero e poder, Miranda et al. (2012) afirmam que embora os concursos públicos tenham proporcionado o aumento do número de mulheres dentro dos cargos na universidade, por questões de disputa pelo reconhecimento, estes ainda são majoritariamente masculinos. Além do apoio dos pares, como fortalecimento da hegemonia masculina, o homem é historicamente socializado para reivindicar o espaço de seu interesse. Os avanços em direção à igualdade entre os sexos/gêneros nas esferas universitárias são passos significativos para a conquista de equidade, visto que uma vez inseridas, as mulheres carregam estigmas que dificultam conquistas subsequentes. Ademais, apontam um modelo masculino de sucesso profissional que, mesmo sendo questionado, norteia os comportamentos individuais e forçam as mulheres a incorporá-lo para reafirmarem sua competência.

Quando indagados a respeito da existência de problematizações e debates das relações de gênero e VCM no contexto universitário, os sujeitos as negaram ou afirmaram a necessidade de ampliar e/ou desempenhar uma discussão que abordasse os conceitos e analisassem as relações na universidade e na sociedade. As ciências humanas foram citadas como a unidade acadêmica que deveria promover ações e desenvolver estudos teóricos sobre a temática.

[...] nos cursos diretamente vinculados hoje, a parte de ciências humanas se dedica mais [às discussões da temática]. Outros cursos, até mesmo por características de formação, possuem ainda menos discussões, ainda estão muito enraizados esses comportamentos antigos, até por se ter mais preconceitos, não discute, não debate, não abre muito para isso. Outras áreas do conhecimento ainda precisam desenvolver isso mais [...] (Participante A).
Pode existir uma situação pontual dentro de alguns cursos, mas em âmbitos gerais não. A impressão que dá é de que assim, é uma situação de importância muito relativa, a ser discutida frente a outras coisas, teria uma pequena importância frente a tantas outras coisas que são discutidas aqui (Participante F).

Evidenciou-se a invisibilidade das relações de gênero e VCM nos debates realizados no âmbito acadêmico. Sobre isso, Carvalho et al. (2013) afirmam que, na atualidade, o fenômeno da violência e suas implicações não fazem parte dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de ensino superior. A abordagem da temática fica, portanto, a cargo das/os docentes em suas práticas cotidianas. Ao se referirem ao debate da problemática, os participantes pontuaram o estigma causado aos indivíduos que tentam suscitar reflexões referentes às relações de gênero e violência perpetrada contra mulheres, sendo as condutas entendidas como radicalismo.

Não, não existe uma política para esse debate aqui dentro, e sempre que isso acontece é duramente criticado, falando que são os rebeldes, que são as feministas, que são num sei o que, que isso daí não é parte para se levantar aqui dentro. [...] chega ao ponto das próprias mulheres, no caso alunas, acreditarem que do jeito que está é o jeito que está certo, então isso é o pior de tudo. Então quer dizer, a própria aluna entende-se enquanto inferior, enquanto devendo aceitar determinadas situações que aquilo não pode acontecer (Participante I).

O posicionamento do entrevistado revelou que a omissão da problemática poderia resultar na naturalização da violência, fazendo com que as próprias mulheres não reconhecessem a violação dos seus direitos. A posição da mulher nas relações interpessoais foi entendida pelos sujeitos como passiva à dominação masculina. Nesse aspecto, Beiras, Moraes,

Alencar-Rodrigues e Cantera (2012), direcionam crítica à visão dicotômica assumida pela sociedade, na qual homens aprendem a ser exclusivamente violentos e mulheres passivas; e na judicialização, em que é necessário haver agressor e vítima, excluindo outros olhares frente ao fenômeno.

VCM no âmbito universitário

O ambiente acadêmico não está isento da prática de comportamentos naturalizados socialmente. A universidade é lócus em que a competitividade pode suprimir a cooperação, já que as relações de poder são utilizadas como instrumento de autoafirmação. Sabendo disso, fenômenos como a violência são passíveis de acometer os indivíduos inseridos nesse contexto (SCHERER; SCHERER; ROSSI; VEDANA; CAVALIN, 2015). Ao serem questionados sobre a VCM, os discursos confirmaram sua ocorrência entre membros pertencentes a todos os setores da comunidade acadêmica, embora houvesse participantes que negassem ter presenciado episódios de violência ou pontuaram que sua ocorrência se tratava de eventos isolados.

[...] eu acho que por parte de integrantes de todos os grupos do ambiente universitário né, desde discente com discente, discente com técnico, discente com docente, discente com terceirizados (Participante J).

[...] algumas vezes a gente vê, nada relacionado à violência, que é o foco da sua pesquisa, eu já vi assim, casos isolados de discriminação, tanto por parte de uma professora né, que sofreu a discriminação, ou de uma estudante, mas nada relacionado à violência. Eu não sei se discriminação é caracterizada como violência [...] (Participante M).

Ainda que os entrevistados entendessem que todas as mulheres estão sujeitas a sofrerem violência, foi possível notar a dificuldade em elencar quais situações se configurariam violentas. Mesmo se tratando de ações discriminatórias perpetradas contra a mulher, o discurso problematizou a discrepância entre os termos violência e discriminação. Destacou-se o assédio sexual ocorrido por meio de elogios, toques e convites para passeios realizados por docentes e direcionados majoritariamente às alunas como violentos. Notou-se que as relações afetivas e/ou sexuais entre docentes e discentes era frequente.

É preciso diferenciar, estabelecer essa linha de uma relação amorosa legítima, de uma relação assediadora né. Esses limites têm que ser muito bem é, estabelecidos né, porque senão você proíbe a pessoa de ser feliz [...] se ele [docente] tentou dar um beijo, ela [discente] disse não e ele parou [...] e não influenciou isso no desempenho acadêmico da discente, eu não considero isso assédio né, afinal como que você vai saber se a pessoa está afim ou não se você não der um passo adiante? (Participante J).

O discurso apresentado pelo sujeito reconheceu a possibilidade de uma relação amorosa entre indivíduos pertencentes à comunidade acadêmica, ainda que ocupassem posições hierarquicamente distintas. Revelou, ademais, a existência de uma linha tênue que distinguia o envolvimento amoroso legítimo de comportamentos assediosos. A esse respeito, é preciso analisar de que forma a diferenciação proposta poderia ser averiguada e qual a possibilidade da influência das questões de poder nesse contexto. Qual seria o limite entre a paquera e o assédio? Poderiam as relações amorosas emergirem dessa situação? Qual a ética profissional/docente? Os questionamentos não objetivam esgotar o debate ou defender um ponto de vista referente à problemática, mas viabilizar, a partir das falas dos participantes, a discussão da temática.

Ao realizarem um estudo com alunas de uma universidade no Reino Unido, Stenning, Mitra-Kahn e Gunby (2013) pontuaram que embora as acadêmicas soubessem conceituar violência de gênero perpetrada contra mulheres, ao relatarem suas experiências, tiveram dificuldades em usar as terminologias “violência sexual” e “estupro” para falarem sobre vivências sexuais íntimas não consentidas, afirmando desconhecer se o episódio era abusivo. As dificuldades relacionadas à identificação da violência sexual decorreriam da relação de confiança e cuidado estabelecida entre o autor com a mulher agredida; pelos mitos que ainda vigoravam a respeito dos episódios violentos, entendendo os mesmos como precedidos ou realizados por meio de agressões físicas ou praticados por indivíduos desconhecidos; e pouca informação sobre a legislação.

De acordo com Beiras et al. (2012), o direito penal é legitimador dos

comportamentos sociais como adequados ou criminosos. Neste cenário, discorrem sobre a importância de debates e reflexões que versem sobre os papéis históricos e político-sociais de gênero, as condições de ocorrência do fenômeno (singularidade da ação violenta) e a possibilidade de trabalho com as partes envolvidas, visto que o Estado, por meio das políticas, cria comportamentos que são internalizados como saudáveis na vivência social. Os autores criticam a culpabilização individual direcionada ao homem, propondo a criação de grupos que objetivem dar novos sentidos às masculinidades e feminilidades, não como forma de isentar o autor pela violência cometida, mas como meio de proporcionar transformações nos comportamentos individuais e enquanto sociedade. Dessa forma, houve discurso que evidenciou as desigualdades de gênero e relações de poder como legitimadora das práticas abusivas.

Essa ideia de gênero é muito legal porque a gente não pode falar assim: “Ah, ele tem uma sexualidade muito exacerbada”. Não é isso né, ele está ali aproveitando de uma relação de poder, que ele tem mais poder que a aluna, que ele é o orientador da aluna né [...], ou ela depende dele, ou ela admira ele às vezes né, porque às vezes tem essa relação de admiração [...] (Participante D).

Os sujeitos afirmaram que comportamentos assediosos podem emergir na hierarquia que permeia as relações universitárias, tanto quanto condutas legitimadas socialmente também ocorrem nesse locus. Embora admitissem a violência na universidade, o regionalismo foi uma das justificativas para se posicionarem frente a naturalização da violência.

Você tem uma percepção das coisas pelas pessoas que estão nessas universidades, [goianas] diferente. Então, eu posso falar que muitas vezes você vê situações onde parece que se aceita mais fácil [referindo-se à violência] e em outros lugares são situações que seriam duramente reprimidas (Participante I).

Questionados sobre os espaços em que a violência acontece, os entrevistados apontaram não existirem ambientes específicos para sua ocorrência, embora tenham frisado os trotes acadêmicos, festas, salas de aula e

os locais restritos, como gabinetes, laboratórios e espaços administrativos como os de maior incidência. Ao relacionarem os episódios violentos a ambientes propícios ao uso de bebida alcoólica e outras drogas, os discursos eximem os autores de violência da responsabilidade por suas ações. Pimenta (2015) revela que as agressões podem estar associadas ao uso de substâncias psicoativas ou transtornos psíquicos, mas que tais circunstâncias não determinam a prática de VCM.

Festa universitária né, pode ser. Podem ocorrer maus tratos, pode ser, quando a pessoa toma umas, fica alteradinho né, aumentam as chances de isso acontecer (Participante K).

[...] o trote, provavelmente isso extrapola em alguns momentos porque tem envolvido bebida alcoólica, tem envolvido questões culturas do machismo né, e o trote em si ele já é considerado uma passagem, em que o indivíduo tem que sofrer aquela violência para ele se adequar a um grupo [...] (Participante I).

Sala de aula, sem dúvida, porque você tem uma relação de poder complicada ali dentro e se você não tem muitas vezes o docente implicado naquilo, com uma consciência clara com relação ao papel dele [...] (Participante I).

A ocorrência da violência em ambientes restritos foi justificada pelos sujeitos como situações em que as relações de poder estão mais evidentes. Já os eventos festivos promovidos e/ou frequentados pelos universitários, mesmo que propiciem lazer e entretenimento, não estão isentos da ocorrência da violência. A realidade suscita questionamentos, principalmente relacionados à denúncia, responsabilização, conscientização, posicionamento das universidades, relações de gênero, uso de entorpecentes, dentre outros. Segundo Scherer et al. (2015), a depreciação, exposição e coerção ocorridas nos espaços ou situações no âmbito universitário, além de causar constrangimentos podem prejudicar o desempenho acadêmico ou gerar graves problemas à saúde física e/ou psíquica.

Os entrevistados consideraram que a cultura do estupro era uma realidade vivida pelos estudantes universitários no Brasil, incluindo a própria universidade. O trote acadêmico foi enfatizado como um rito de passa-

gem violento em que a cultura do estupro é visivelmente manifesta, assim como a vestimenta, a infraestrutura do campus (com áreas desertas e mal iluminadas) e o consumo de álcool e outras drogas como possíveis motivações para a prática da violência. Os/as alunos/as apareceram nos discursos como principais autores/as dos atos discriminatórios e abusivos. Embora tenham citado o machismo, ao visualizarem as mulheres como vítimas ou culpadas pelas atitudes dos homens ou estes como responsáveis de forma indiscriminada e/ou patológica pelos episódios, os participantes desconsideraram os fatores históricos e sociais, bem como as possibilidades de educação da população em geral e instrumentalização das mulheres via políticas públicas.

Existe sim, a gente sabe que existe aqui em Jataí, entendeu. Existe em laboratórios que eu conheço, e às vezes vai continuar acontecendo até que se tome uma atitude de punição (Participante I).

Então às vezes o assédio, mediante determinado tipo de vestimenta que está usando, promove o quê? Comentários e muitas vezes essas ostensivas que elas sofrem né? (Participante F).

A naturalização da inferioridade feminina decorre, de acordo com Fernandes (2015), de uma cultura controladora de corpos, que culpabiliza a mulher pela violência sofrida, quando se comporta de maneira contrária à socialmente estabelecida. Em consequência, todas as mulheres precisam, sutil ou abertamente, reprimir seus desejos por conta do medo, resultando no cerceamento dos ambientes que elas possam frequentar, na escolha das vestimentas e no julgamento de suas condutas em espaços públicos e privados. A cultura do estupro deriva da ordem social de lógica binária, que diferencia as práticas vivenciadas nas relações interpessoais esperadas aos homens e mulheres, tornando-as vulneráveis à violência, respaldando-se na ciência, na moralidade e no sistema econômico vigente. Disso, decorre a subnotificação da violência sexual, praticada física e institucionalmente.

[...] será que são os homens que instigam ou as próprias mulheres que querem sair daquele jeito, querem se mostrar, querem se vangloriar por algum motivo, mostrar

que... E elas acabam passando por isso como foi o caso da USP né (Professor K).

[...] eu não acredito que seja culpa da mulher em favorecer isso ou não, [...] é aquele histórico da questão cultural de que eu aprendi que uma mulher que veste uma roupa mais curta e que vai para uma festa onde tem muito homem e que começa a beber, obrigatoriamente ela tem que ser abusada (Participante G).

Partindo da lógica patriarcal e heteronormativa, as mulheres ao longo da vida se comportam para atingir o ideal de “mãe de família”, colocando à margem aquelas que são socialmente consideradas “promíscuas”, por terem comportamentos que fogem à regra moralizadora. Neste cenário, a sexualidade feminina é suprimida, tornando a mulher governada pelos desejos masculinos. Somente o discurso do participante G. considerou que as particularidades histórico-culturais em que as mulheres estão inseridas operam sobre a ideia de que elas são responsáveis pelas agressões que sofrem.

Mecanismos de enfrentamento e proteção às mulheres

Em oposição à violência, as políticas públicas devem ser compreendidas como meios de garantia de direitos, instrumentos de denúncia e enfrentamento da VCM (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP], 2011). Os entrevistados nomearam como veículos garantidos pelo Estado: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), lei 11.340/2006, disque denúncia, casas abrigo, cotas nos partidos políticos e as campanhas vinculadas pela mídia, embora não tenham discorrido sobre o funcionamento e objetivos destes. Ainda que os participantes tenham pontuado os recursos, a exposição à qual as mulheres são submetidas, decorrente do processo burocrático e suas implicações sociais, foi citada excepcionalmente no discurso que a considerou como empecilho para a realização das denúncias.

Então você vai à delegacia da mulher, [...] “A gente só recebe a denúncia se você for ao IML fazer exame de corpo de delito”, só que aí você tem um horário específico para esse exame acontecer, e a mulher não tem veículo,

não tem nada. Ela não vai lá naquele lugar para fazer o exame e depois voltar aqui. Então quer dizer, você tem políticas, [...] só que são meios que parecem que ao invés de facilitar o processo, valorizar a mulher, você tem uma situação inversa, [...] você fragiliza cada vez mais. Porque ela vai expor, ela está passando vergonha, ela está dentro de uma sociedade que vai criticá-la o tempo inteiro, [...] e mais uma vez a culpa é dela (Participante I).

Na universidade, o coletivo feminista¹ que desenvolve pesquisa e extensão foi apontado como uma iniciativa que discute e promove campanhas e denúncia, embora as ações ainda não fossem bem vistas nos espaços de convivência. Ainda se tratando de canais dentro da universidade, percebeu-se que os discursos que afirmaram sua existência apontaram a pouca divulgação dos mesmos. Verificaram-se, ademais, outras finalidades dos veículos elencados e que os profissionais não possuíam qualificação para atender às denúncias de violência.

A única situação que eu já vi foi exatamente essa, desse grupo feminista que vem desenvolvendo alguma atividade, espalhando alguns cartazes. Alguns cartazes incomodam, eu já vi professor pegar um cartaz daquele e rasgar na minha frente, entendeu. Então são situações que ocorrem pontualmente, mas que não tem nenhum apoio institucional para que possa ser levantada aquela questão (Participante I).

[...] os gestores têm que estar sempre abertos para receberem essas denúncias dessas pessoas que estão passando por um estado como esse. A universidade também tem os mecanismos, como, por exemplo, a ouvidoria, em que a pessoa tem a condição de ali expor um caso, um fato e permanecer anônimo [...] Quando acontece e é detectado esse fato, as condições de hoje são abertura de processo administrativo para poder então coibir, relatar e até mesmo punir quem está agindo dessa forma (Participante A).

Os cargos de gestão nas universidades, que incluem diretoras/es, chefes de unidade, coordenadoras/es foram apontadas como relativos a pro-

1 O referido coletivo feminista denominado "As Libertárias" trata-se de um grupo composto predominantemente por estudantes do curso de Direito. O propósito central é o debate sobre as opressões das mulheres, a desigualdade de gênero, classe e raça no âmbito acadêmico e na sociedade, com o intuito de contribuir para a mudança da realidade social.

fissionais que estariam disponíveis para notificação, acolhimento e ações, assim como a ouvidoria, frente às denúncias de VCM ocorridas no âmbito acadêmico. A partir disso, questiona-se: Essas/es professoras/es estariam preparadas/os e disponíveis? Caberia a elas/es o atendimento de tal público? Teriam formação suficiente para essa tarefa? Atentar para essas questões é importante para a discussão sobre que tipo de serviço está sendo ofertado ou a ausência deles, e quais as implicações para a manutenção de episódios violentos.

Quanto à ouvidoria, o objetivo é receber reclamações sobre condutas que contrariam as designadas à prestação de serviços na instituição (BRASIL, 2014). Caberia ao canal tanto o sigilo do denunciante, quanto o encaminhamento do caso ao setor responsável, acompanhando o desfecho até que o impasse fosse solucionado. Especificamente sobre a VCM, a inexistência de mecanismo institucional responsável pelo acolhimento direto ou instrumentalizado para conscientizar, punir e erradicar a ocorrência pode inviabilizar a denúncia, violentar novamente a mulher ou contribuir para que as práticas abusivas sejam cada vez mais frequentes.

[...] o caminho mais fácil hoje é a ouvidoria, e a ouvidoria ela é muito passiva, porque você faz uma justificativa, [...] vai ser aceita, arquivado e pronto. [...] a gente sabe que isso vai acontecer uma retaliação, ainda mais em uma situação dessas, onde essa questão de poder é muito clara, e muitas vezes o aluno é quem vai sofrer. [...] porque muitas vezes essa mulher, essa aluna, vai ficar à mercê disso. Já com relação a um assédio a professora, no caso, eu vejo uma facilidade maior, pelo contato direto que você tem com órgão ali dentro, como núcleo de apoio pedagógico, coordenação de graduação, que você rapidamente consegue ver aquilo ali. Se uma aluna dessa busca, por exemplo, a coordenação de curso, é perigoso piorar a situação, ao invés de resolver aquilo ali (Participante I).

[...] não existe um caminho claro né. Se eu sou mulher, se eu sofri um assédio aqui hoje onde que eu posso ir? [...] seria como uma ouvidoria específica assim né [...] a primeira coisa é dar visibilidade a isso. E aí na hora que dá visibilidade, e tem um impacto né, você falar que está tendo a violência dentro da universidade [...] o lugar do

conhecimento, do esclarecimento, [...] aí quando você percebe que todas as opressões, violências estão acontecendo aqui dentro [...] (Participante D).

Partindo dos discursos, a efetivação das denúncias estaria diretamente ligada ao poder e autonomia que o cargo ocupado pela mulher lhe confere. A facilidade no acesso aos serviços e o maior número de recursos oferece, a exemplo das docentes que sofrem violência, oportunidades de enfrentamento dentro do âmbito acadêmico sem que isso incorra em retaliações por parte do autor, como ocorria com as discentes. A invisibilidade das questões femininas no âmbito acadêmico foi apontada como aceita pela instituição. Como se vê em: “A universidade ela tem uma característica de, na verdade, protecionismo para coisa errada em alguns momentos. [...] Então é uma coisa que a instituição sabe, a universidade sabe, mas pouco se faz para mudar” (Participante F).

As relações de poder estão intrinsecamente interligadas aos contextos de violência. Embora seja primordial dar voz e credibilidade ao discurso das mulheres, é preciso debruçar-se sobre formas de mobilização, educação e transformação social, criação e/ou melhoria de veículos de denúncia que considerem os indivíduos para além de estereótipos de gênero. Houve discurso que salientou a importância de se investigar a procedência da acusação, visto que ela pode se tornar uma forma de controle e perseguição contra os indivíduos.

Você não pode simplesmente punir a pessoa porque a pessoa chegou e disse: “Olha, fui assediado pelo docente tal, pela docente tal” e aí já punir né. Quem acusa tem que provar né. Justamente para não se tornar isso inclusive um instrumento de perseguição política contra os docentes né (Participante J).

Os participantes pontuaram que as pró-reitorias, ao ofertarem orientações sobre o papel profissional docente, estariam capacitando-os para viabilizarem práticas que abarcassem a discussão sobre VCM. Sabendo da incipiência desses mecanismos no que tange à discussão da temática,

faz-se necessário que os cursos de graduação e pós-graduação estreitem as barreiras e estabeleçam pontes que relacionem a realidade acadêmica ao estudo de conteúdos como gênero e sexualidade. Borges, Canuto, Oliveira e Vaz (2013) levantaram que são ínfimas as disciplinas no curso de Psicologia que abarcam a temática, sendo elas tratadas sob a luz de teóricas/os psicanalistas ou na área de psicologia social.

A gente sempre tem ações de formação, estou falando enquanto professor né, de formação do sujeito mesmo né, vinda das pró-reitorias né, e uma delas que dá pra gente pensar com uma ação que volta pra discutir esses tipos de questões né (Participante E).

[...] eu acho que tem que partir da própria universidade, posicionamentos de conscientização, de mudança de pensamentos, de cultura mesmo, pra que isso acabe. Mas isso não é só responsabilidade da universidade, é bom deixar claro isso né, por vezes a gente incha a universidade de responsabilidades, e ela vai se afastando cada vez mais do seu papel que ela deve cumprir [...] (Participante E).

Ao serem questionados sobre suas respectivas pontuações a respeito da erradicação da VCM nas universidades brasileiras, os participantes elencaram a superação do machismo e visibilidade à temática. Para isso, frisaram que as discussões e demais formas de conscientização deveriam ser propostas por meio de iniciativas institucionais, não especificando, assim, atividades propostas por eles mesmos que pudessem contribuir para suplantar as consequências da problemática. Seja apresentando o papel da sociedade ou da instituição, os discursos não se posicionaram quanto ao questionamento de suas próprias condutas, modificando-as e contribuindo ativamente para transformações do meio no qual eles estão inseridos.

Ainda que mudanças significativas no tocante à emancipação feminina tenham ocorrido, muitas delas oriundas do movimento feminista, as conquistas ainda se misturam às desigualdades referentes aos sexos e à presença de VCM nas relações estabelecidas em sociedade (ALMEIDA; SOARES, 2012). Entendendo a universidade como um ambiente de formação profissional, moral e cidadã; é válido que se busque entender de

que maneira as várias formas de violação de direitos das mulheres ocorrem nesse ambiente e quais as implicações das relações de poder em tais ocorrências. Além disso, é importante a criação de mecanismos de discussão e denúncia, no intuito de conscientizar e erradicar a VCM não somente nesse locus, mas em toda sociedade.

Considerações finais

Este estudo objetivou apresentar a compreensão de docentes sobre a VCM praticada no espaço universitário. Os dados apontaram a dificuldade dos entrevistados em conceituar adequadamente VCM, em especial pela apresentação de fatores que isolaram o fenômeno ou o compreenderam como a-histórico. Ao negligenciar sua historicidade em diversos momentos, os participantes isentaram a si e, de certa forma, à própria universidade da reflexão sobre a prática de comportamentos que depreciam as mulheres. Consequentemente, ao apresentarem propostas de erradicação da violência, expuseram possibilidades genéricas com pouca implicação dos profissionais juntamente com alunas/os, em espaços de construção de saberes e compartilhamento de experiências.

Os participantes admitiram a existência de desigualdade de gênero na universidade, visto que, ainda que as mulheres tenham adentrado na academia em maior número, não conseguem vivenciar plenamente todos os ambientes. É preciso problematizar ainda mais as relações de poder existentes no espaço universitário e seus impactos na produção do conhecimento científico, relações afetivo-sexuais entre os membros da comunidade acadêmica e a ocorrência da violência. Para isso, torna-se indispensável debates mais assíduos sobre gênero e VCM, inclusive na matriz curricular obrigatória dos cursos superiores, independentemente da área do conhecimento.

Constatou-se a existência de inúmeras situações e/ou ambientes em que a VCM ocorre, entretanto, não ficou evidente de que maneira os profissionais tomam conhecimento dos episódios e quais eram suas condutas frente aos acontecimentos. É imprescindível e urgente a necessidade da

criação de veículos formais e institucionalizados para que as denúncias sejam acolhidas. A oferta de espaços que decorram de políticas para a divulgação e debate das questões de gênero são necessidades emergenciais, justificando a necessidade de novos estudos.

Referências

ALMEIDA, J. S.; SOARES, M. Mudaram os tempos; mudaram as mulheres? Memórias de professoras do ensino superior, **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 17, n. 3, p. 557-580, jan./mar. 2012.

BEIRAS, A.; MORAES, M.; ALENCAR-RODRIGUES, R.; CANTERA, L. M. Políticas e leis sobre violência de gênero: reflexões críticas, **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 36-45, mar./nov. 2012.

BORGES, L. S.; CANUTO, A. A. A.; OLIVEIRA, D. P.; VAZ, R. P. Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas, **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 3, p. 730-745, abr. 2013.

BRASIL. **Ouvidoria**. Goiânia, GO, 2014. Disponível em: <https://ouvidoria.ufg.br/p/2384-atribuicoes>. Acesso em: 05 jun. 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G.; MORAIS, A. B. A. Pensar o currículo da educação superior da perspectiva da equidade e transversalidade de gênero e do empoderamento das mulheres: uma breve introdução, **Espaço do Currículo**, v. 6, n. 2, p. 317- 327, maio/ago, 2013.

CAVALCANTI, P. B.; OLIVEIRA, R. D.; CARVALHO, R. N.; ARAÚJO, A. P.; MIRANDA, A. P. R. S. A VCM na sociedade brasileira: as demandas transformadas em políticas públicas e a relevância de ações intersetoriais, **Vértices**, v. 16, n. 3, p. 139-162, set./dez., 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Documento de referência para atuação dos psicólogos em serviços de atenção à mulher em situação de violência**. Brasília: 2011.

CRUZ, G. V.; PEREIRA, W. R. Diferentes configurações da violência nas

relações pedagógicas entre docentes e discentes do ensino superior, **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 22, n. 2, p. 241-250, mar./abr., 2013.

FERNANDES, L. M. Traduzindo a língua do medo para superar a cultura de estupro, **Gênero e Direito**, v. 1, p. 339-357, 2015.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GONÇALVES, M. G. M.; BOCK, A. M. B. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2009. Cap. 4, p.116-157.

GRACINDO, A. M. C.; SOARES, C. M. A violência contra a mulher não é só uma violência. É violência de gênero, **Revista Includere**, v. 1, n. 1, p. 195-199, Ed Especial, 2015.

LEITE, M. T. S.; FIGUEIREDO, M. F. S. DIAS, O. V.; VIEIRA, M. A.; SOUZA, L. P. S. e; MENDES, G. C. Ocorrência da violência contra a mulher nos diferentes ciclos da vida, **Revista Latino Americana**, v. 22, n. 1, p. 85-92, jan./fev. 2014.

MACHADO, I. V.; BARRETO, L. C.; GROSSI, M. P. Processo de ensino e aprendizagem de gênero e sexualidade em contextos interdisciplinares, **Revista de Ciências Humanas**, v. 47, n. 1, p. 67-80, abr. 2013.

MIRANDA, A. R. A.; MAFRA, F. L. N.; CAPPELLE, M. C. A. Relações de gênero e poder: um estudo com professoras-gerentes em uma universidade pública, **Revista Administração em Diálogo**, v. 14, n. 3, p. 110-136, set./dez., 2012.

PIMENTA, F. F. Gênero, sexualidade, violência contra as mulheres e tráfico de mulheres. In: **Questões de gênero: diálogo transdisciplinares**. Brasília: SECRETARIA ESTADUAL DA MULHER, DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA IGUALDADE RACIAL, DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO - Secretaria Cidadã, 2015.

SCHERER, Z. A. P.; SCHERER, E. A.; ROSSI, P. T.; VEDANA, K. G. G.; CAVALIN, L. A. Manifestações de violência no ambiente universitário: o olhar de acadêmicos de enfermagem, **Revista Eletrônica Enfermagem**, v. 17, n. 1, p. 69-77, jan./mar. 2015.

STENNING, P.; MITRA-KAHN, T.; GUNBY, C. Sexual violence against female university students in the U.K.: A case study. **Revista di Criminologia, Vittimologia e Sicurezza**, v. 7, n. 2, p. 100-119, maio/ago, 2012.

TAVARES, A. S.; PARENTE, T. G. Gênero e carreira científica: um estudo a partir dos dados das universidades federais da região norte do Brasil, **Revista Ártemis**, v. 20, n. 2, p. 66-75, 2015.

Sobre os autores

Adélia Augusta Souto de Oliveira é Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-São Paulo), Professora Associada da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAL. Foi diretora do Instituto de Psicologia (2013-2018). É membro do Grupo de Trabalho: “A Psicologia Sócio-Histórica e o Contexto Brasileiro de Desigualdade Social” (GT PSOH), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). E-mail: <adeliasouto@ip.ufal.br>.

Ana Laura Batista é Psicóloga formada pela Universidade Federal de Uberlândia. Atua como Psicóloga Clínica na Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: <anabatistalaura@gmail.com>.

Ângela Slongo Benetti é Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e atualmente cursa Residência em Saúde Mental e Saúde Coletiva na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: <angel.benetti@gmail.com>.

Antonio Euzébios Filho é Psicólogo formado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Concluiu o Mestrado e o Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia na mesma instituição. Tem experiência na área da Psicologia Social, Psicologia Escolar e Educação, atuando, principalmente, em contextos educativos e comunitários. Atualmente é professor assistente doutor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. É membro do GT PSOH. E-mail: <aeuzebios@hotmail.com>.

Bader Burihan Sawaia é Professora Titular da PUC-São Paulo. Possui graduação em Ciências Sociais, com mestrado e doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela PUC-São Paulo. Nessa universidade, foi vice-reitora, presidente da Comissão de Pesquisa e chefe do Departamen-

to de Sociologia. Atualmente é coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP, do GT/CNPq Afetividade e a dialética exclusão/inclusão, do Núcleo de Pesquisas Psicossociais da Dialética Exclusão/Inclusão da PUC-São Paulo (NEXIN) e membro-fundador do GT PSOH. É assessora *ad hoc* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP). Tem experiência na área da Psicologia Social e Comunitária em diálogo com a Sociologia urbana e o Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas de assistência social, afetividade/sofrimento ético-político, dialética exclusão/inclusão, movimento sociais/multidão, práxis psicossocial frente à desigualdade social e arte. E-mail: <badbusaw@pucsp.br>.

Barbara Maria Turci é Graduada no curso de Formação de Psicólogo pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “Diálogos em sala de espera: o fortalecimento político do espaço público”. Atualmente é mestranda da linha de pesquisa de Processos Psicossociais em Saúde da UFU e atua como Psicóloga em Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPSad III), em Uberlândia. E-mail: <babiturci@hotmail.com>.

Beatriz Zocal da Silva é Graduada em Psicologia pela UFU e cursa o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ). Atuou como Agente Redutora de Danos na Escola de Redutores de Danos da Prefeitura Municipal de Uberlândia e tem experiência na área de saúde/saúde mental atuando principalmente nos seguintes temas: atenção primária, promoção de saúde, grupos, território, redução de danos e acompanhamento terapêutico. Realizou seu trabalho de conclusão de curso na área de Gênero, Feminismo e Saúde. E-mail: <biazocal@yahoo.com.br>.

Caio Cezar Cardoso Nascimento é fotógrafo profissional, com Graduação em Fotografia pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), tendo realizado diversas exposições no território nacional, publicado suas

imagens em livros e ministrado cursos de fotografia dentro e fora do âmbito universitário. E-mail: <caiocezarfotografia@gmail.com>.

Carlos Roberto de Castro e Silva possui Pós-doutorado em Sociologia pela *University of Western Ontario* (Canadá) e Doutorado em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista, além de atuar no Programa Interdisciplinar em Ciências da Saúde da mesma universidade. Estuda temas relacionados a desigualdade social e aspectos psicossociais e saúde. Coordenador do grupo de Pesquisa Laboratório de estudos sobre a desigualdade social (LeDs), também é membro do GT PSOH. E-mail: <carobert3@hotmail.com>.

Daniele Nunes Henrique Silva é bacharel e licenciada em Pedagogia, Mestre em Psicologia da Educação e Doutora em Educação pela UNICAMP. Fez Estágio de Pós-Doutoramento em Psicologia Social na PUC-SP. É Professora Associada do quadro permanente da UnB e colaboradora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, UNICAMP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Pensamento e Linguagem (UNICAMP) e do NEXIN. Membro do GT PSOH. Atua em duas linhas investigativas: 1) Diferença, cultura e alteridade: investigação de trajetórias não-hegemônicas de desenvolvimento; 2) Imaginação e processos criativos no desenvolvimento humano. Atualmente, é professora visitante na Universidade de Genebra (UNIGE, *Section des sciences de l'éducation*). E-mail: <daninunes74@gmail.com>

Danilo de Miranda Anhas é Psicólogo pela Universidade Paulista, com mestrado em Ciências da Saúde pela UNIFESP, campus Baixada Santista. Atualmente, cursa doutorado no programa Interdisciplinar em Ciências da Saúde da mesma universidade, com bolsa FAPESP. Estuda temas relacionados à juventude, participação social, saúde e subjetividade em territórios periféricos. E-mail: <danilo-anhas@hotmail.com>.

Dinaê Espíndola Martins é Psicóloga formada pela UFSC, Especialista em Saúde Mental Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande

do Sul. Atualmente, cursa Mestrado em Saúde Coletiva na mesma universidade. Atua como Psicóloga Social no Ação Rua, serviço de abordagem para pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre/RS. Áreas de atuação: Políticas Públicas, Saúde Coletiva, Saúde Mental Coletiva, Direitos Humanos, Redução de Danos, Assistência Social. E-mail: <dinaemartins@gmail.com>.

Divino de Jesus da Silva Rodrigues é Psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), Mestre e Doutor em Psicologia pela mesma instituição e com estágio pós doutoral na USP - Ribeirão Preto. É professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Graduação em Psicologia e Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação). Participa do grupo de Pesquisa: Juventude e Educação da PUC Goiás. Coordena o Grupo de Pesquisa da Infância, Família e Sociedade da PUC-Goiás. É membro do GT PSOH. E-mail: <psico.divino@gmail.com>.

Edna Maria Severino Peters Kakhale possui Graduação em Psicologia pela PUC-São Paulo, mestrado e doutorado em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é pesquisadora, professora associada e coordenadora do LESSEX (Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade), Núcleo de Psicossomática e Psicologia Hospitalar da PUC-São Paulo. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Distúrbios Psicossomáticos, atuando principalmente nos seguintes temas: adolescência, psicologia sócio-histórica, sexualidade, atendimento psicoprofilático e saúde da mulher. É integrante do GT PSOH. E-mail: <ednapeterskakhale@gmail.com>.

Eliane Regina Pereira é Psicóloga pela UNIVALI, com mestrado e doutorado em Psicologia pela UFSC. Atualmente é professora da UFU, no Instituto de Psicologia, além de integrante do Núcleo de Psicologia Social e da Saúde e Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na linha Processos Psicossociais em Educação e Saúde. Foi diretora do Instituto de Psicologia da UFU (2015-2018). Atua na área da Psicologia da Saúde, principalmente com os temas: constituição do sujeito, processos de criação, potência de ação, oficinas estéticas, contextos de saúde, promo-

ção e prevenção em saúde, intervenção grupal. Vincula-se ao GT PSOH. E-mail: <eliane@ufu.br>.

Fernanda Lopes é Graduada em Psicologia pela UFSC e atua como psicóloga clínica. E-mail: <feerlopes@hotmail.com>.

Francisca Bezerra de Souza é Doutoranda no Programa Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Possui graduação em Serviço Social e mestrado em Psicologia pela mesma universidade. Atua como docente na Faculdade Campo Grande (FCG). Membro do Laboratório de Estudos Psicossociais em Saúde frente a Contextos da Desigualdade Social e do Grupo de Estudos Teoria Sócio Histórica, Migração e Gênero. Pertence à Rede ALEC – *Réseau International Amérique Latine Europa Caraïbes – Relations de genre et pratiques sociales*. E-mail: <bezerra.fran@gmail.com>.

Frederico Viana Machado possui mestrado e doutorado em Psicologia, com ênfase em psicologia social, pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professor do Bacharelado em Saúde Coletiva e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFRGS. Coordenador do Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde (LAPPACS/UFRGS), além de editor-chefe da Revista Psicologia Política e Membro da Associação Brasileira de Psicologia Política. Áreas de atuação: Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Direitos Humanos, Participação Social e Saúde Coletiva. É integrante do GT PSOH. E-mail: <frederico.viana@ufrgs.br>.

Gisele Toassa é Psicóloga pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Bauru), Fonoaudióloga pela USP-Bauru, com Mestrado em Educação (Unesp/Marília) e Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP, São Paulo. Realizou pós-doutorado no *Program of History and Theory of Psychology* da *York University*, Canadá. É Professora Associada da Universidade Federal de Goiás, vinculando-se ao programa de Mestrado em Psicologia, na linha de pesquisa: Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia. É membro da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional e sua produção versa principalmente sobre a obra de L.S. Vigotski, tendo como foco

história e teoria da psicologia sócio-histórica/histórico-cultural. Vincula-se ao GT PSOH. E-mail: <gtoassa@yahoo.com.br>.

Ivana Oriente é Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Especialista na área clínica e de trânsito. Psicoterapeuta com formação em Gestalt-terapia. Professora efetiva assistente III da PUC Goiás e, como pesquisadora, atua principalmente nos seguintes temas: psicologia social, infância, abandono de crianças, família, criação de filhos, violência contra crianças. É integrante do Grupo de Pesquisa da Infância, Adolescência e Família da PUC Goiás. E-mail: <ungarilili@hotmail.com>.

Ivanete Salete Boschetti é Assistente Social, sendo Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Doutora e Pós-doutora pela École des Hautes Études en Sciences Sociales/Paris. Docente da Graduação em Serviço Social e Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília. E-mail: <ivaboschetti@gmail.com>.

Jeferson Renato Montreozol possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Mestrado em Educação pela mesma universidade. Membro fundador do GEPAPET-UFMS. Atualmente é doutorando em Psicologia (Psicologia Clínica) pela PUC-SP, participando do Grupo de Pesquisa Psicossomática e Psicologia Hospitalar, e do LESSEX/PUC-SP. Professor do curso de graduação em Psicologia e de cursos de pós-graduação da Faculdade Unigran Capital, além de Coordenador de Pesquisa e Pós-graduação *Lato Sensu*. Trabalha na área da Psicologia Social, com a teoria psicológica sócio-histórica, atuando principalmente nos temas: psicologia, psicologia sócio-histórica, educação, trabalho e sexualidade. Vincula-se ao GT PSOH. E-mail: <psicojeferson@yahoo.com.br>.

Kátia Maheirie é Graduada em Psicologia pela UFSC, com mestrado e doutorado em Psicologia Social pela PUC-São Paulo e estágio pós doutoral na UNICAMP. É Professora da UFSC, no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP). Pesquisadora do CNPq, atua no Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e

Política, nas temáticas voltadas a estética musical, movimentos sociais, ações coletivas, política e política de assistência social. É membro do GT PSOH. E-mail: <maheirie@gmail.com>.

Lisiane Bôer Possa possui Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora do Bacharelado em Saúde Coletiva da mesma instituição, além de membro da Associação Brasileira da Rede Unida. Áreas de atuação: Saúde Coletiva, Políticas Públicas, Participação Social e Gestão do Trabalho em Saúde. E-mail: <lisianepossa@gmail.com>.

Lívia Teixeira Canuto é psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas. Pesquisadora no grupo de pesquisa Epistemologia e Ciência Psicológica da mesma universidade, registrado no CNPq. E-mail: <livia.tcanuto@gmail.com>.

Luciane Pinho de Almeida possui Graduação em Serviço Social e Pedagogia, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela UNESP-Franca. Foi Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários e docente do Programa *Stricto Sensu* em Psicologia da UCDB (2009-2018). É líder do Grupo de Estudos em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Gênero e do Laboratório de Estudos Psicossociais em saúde frente a contextos da desigualdade social. Coordena, no Brasil, a Rede *Réseau International América Latina Europa Caraibes* (ALEC) e participa da Rede Universitária da Rota Bioceânica Brasil-Paraguai-Argentina-Chile (UniRila). É membro do GT PSOH. Email: <luciane@ucdb.br>.

Luisa Evangelista Vieira Prudêncio é Graduada em Psicologia pela UFSC. E-mail: <luisaevieira@gmail.com>.

Manoel Mayer Júnior é Psicólogo Sanitarista, Especialista em Saúde e Trabalho pelo Centro de Documentação, Pesquisa e Formação em Saúde e Trabalho (CEDOP/UFRGS). Ex-integrante das equipes da Residência Integrada em Saúde e do Centro de Referência em Redução de Danos da Escola de Saúde Pública (ESP-RS), da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul (SES-RS) e da Casa de Convivência/Atendimento Social de Rua

(CC-ASR), da Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Desenvolve suas atividades profissionais como psicólogo concursado na equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Rio Tavares - Sul 3), da Secretaria de Assistência Social do Município de Florianópolis, SC. E-mail: <mmayerjr@gmail.com>.

Maria Irene Ferreira Lima Neta é Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-São Paulo, Psicóloga clínica e hospitalar. Atua na assistência a pessoas que vivem com HIV/Aids, além de temas como relações de gênero, relações familiares, sexualidade, adoção e relações intergeracionais. E-mail: <mariaireneneta@yahoo.com.br>.

Nayra Daniane Mendonça é Psicóloga no Juizado de Violência Doméstica e Intrafamiliar de Jataí/GO. Graduada pela UFG/Regional Jataí. Membro do Núcleo de Relações de Gênero e Étnico-raciais da referida universidade. E-mail: <nayradaniane@hotmail.com>.

Rosana Carneiro Tavares é Psicóloga, doutora em psicologia pela PUC Goiás, mestre em psicologia e especialista em saúde mental pela mesma instituição, e em Políticas Públicas pela UFG. Professora da PUC Goiás. Tem experiência no ensino presencial e à distância, na graduação e pós-graduação. É Psicóloga concursada da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia. Atua na área de Psicologia Social, Saúde Coletiva e Políticas Públicas, com ênfase em processos grupais e saúde mental, sendo integrante do Grupo de Pesquisa da Infância, Adolescência e Família da PUC Goiás. Vincula-se ao GT PSOH. E-mail: <rosana.carneiro-tavares@gmail.com>.

Samantha Pires Oliveira Freitas Pedrosa é Psicóloga graduada pela UFU. Atualmente realiza especialização pelo Programa de Residência em Área Profissional de Saúde, vinculado à Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia (PRAPS/FAMED/UFU), área de concentração: Atenção ao Paciente em Estado Crítico, atuando especialmente nos setores de urgência e emergência, terapia intensiva e atenção cardiovascular. E-mail: <samanthapedrosa@gmail.com>.

Sônia Margarida Gomes Sousa é Psicóloga, doutora e mestre em Psicologia Social pela PUC-São Paulo. É professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), atuando na Escola de Ciências Sociais e da Saúde, no Programa de Pós Graduação em Psicologia e Curso de Graduação em Psicologia. Foi Diretora do Instituto Dom Fernando, especializado nas temáticas da infância, adolescência, juventude e família, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX/PUC Goiás). Foi Pró-Reitora de Extensão e Apoio Estudantil da PUC Goiás, sendo, desde 2010, Pró-Reitora de Graduação. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: aspectos psicossociais da infância, adolescência, juventude e família; educação infantil; dialética exclusão/inclusão social e teoria sócio-histórica. É integrante do Grupo de Pesquisa da Infância, Família e Sociedade da PUC Goiás e vice-coordenadora do GT PSOH. E-mail: <smgsousa2@gmail.com>.

Tatiana Machiavelli Carmo Souza é Psicóloga pela UFU, Mestre e Doutora em Serviço Social pela Unesp/Franca. Professora Adjunta do Curso de Psicologia (UFG-Regional Catalão), atuou no Programa de Pós-graduação em Psicologia (Regional Goiânia) e no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (Regional Jataí). Desde 2016 é membro do GT PSOH. Atua nos seguintes temas: violência de gênero, políticas públicas, subjetividade, psicologia social. E-mail: <tatimachiavelli@yahoo.com.br>.

Tatiana Minchoni é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, na área de Práticas Culturais e Processos de Subjetivação, e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Foi coordenadora do Núcleo de Psicologia Social Comunitária da Universidade Potiguar e líder do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Movimentos Sociais. É membro do Observatório da População Infanto-juvenil em Contextos de Violência e do Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política. Vincula-se ao GT PSOH. E-mail: <minchoni.tatiana@gmail.com>.